

ANNAIS
da
BIBLIOTECA
NACIONAL

Vol. 138 • 2018



Rio de Janeiro, 2021



ANNAIS
da
BIBLIOTECA
NACIONAL

Vol. 138 • 2018



Rio de Janeiro
2021

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

JAIR BOLSONARO

Ministério do Turismo

GILSON MACHADO NETO

Secretaria Especial da Cultura

MARIO LUIS FRIAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente

Rafael Nogueira

Diretora Executiva

Maria Eduarda Marques

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores

Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação

Suely Dias

Centro de Cooperação e Difusão

João Alexandre Cupello Cabecinho

Centro de Pesquisa e Editoração

Luiz Carlos Ramiro Júnior

Coordenadoria de Editoração

Claudio Cesar Ramalho Giolito

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 138, 2021

Editores

Hudson de Lima Rabelo

Pedro Vinícius Asterito Lopera

Coordenação Editorial

Simone Muniz

Valéria Pinto

Preparação de Originais

BR75

Francisco Madureira

Hudson de Lima Rabelo

Paula Rocha Machado

Simone Muniz

Revisão de Provas

Paula Rocha Machado

Projeto Gráfico

Glenda Rubinstein

Projeto Gráfico Adaptado

Eliane Alves

Diagramação e Tratamento de Imagem

Eliane Alves

Diagramação e Tratamento de Imagem

do caderno Preciosidades do Acervo

Helena de Barros

Coordenação de Editoração

Av. Rio Branco, 219, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ | 20040-008

editoracao@bn.gov.br | www.bn.gov.br

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-

v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.

Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581

22 ed.



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO

Apresentação	5
Cá e lá mais fadas há. Análises de práticas fiscais ilícitas a partir da Coleção Documentos Históricos (América portuguesa, séculos XVII e XVIII).....	7
<i>Letícia dos Santos Ferreira</i>	
XII Encontro Nacional de Acervos Raros.....	39
A dispersão como princípio: breve relato sobre o destino de acervos bibliográficos de memória no Brasil	41
<i>Ana Virginia Pinheiro</i>	
<i>Joelma Neris Ismael</i>	
<i>Manoel Silva Barata</i>	
<i>Neide Verçosa e Silva</i>	
Passado, presente e futuro de uma coleção especial das profissões formadoras da Unirio	57
<i>Márcia Valéria da Silva de Brito Costa</i>	
O acervo básico-histórico do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília	67
<i>Ana Regina Luz Lacerda</i>	
Política de formação e desenvolvimento das coleções do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II: subsídios para a sua elaboração	79
<i>Tatyana Marques de Macedo Cardoso</i>	
<i>Priscila de Assunção Barreto Côrbo</i>	
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na USP: reflexões para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções.....	99
<i>Eliane Kano</i>	
<i>Jeanne B. Lopez</i>	
<i>Rodrigo M. Garcia</i>	
Coleções formadoras da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade	113
<i>Rizio Bruno Sant'Ana</i>	

A história e o acervo de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes.....	131
<i>Mary Komatsu Shinkado</i>	
Processos de formação do acervo da Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes: as contribuições de Felix Taunay e Porto-alegre na configuração das bases para o ensino artístico no Brasil	141
<i>Rosani Parada Godoy</i>	
Preservação da memória bibliográfica do parlamento brasileiro: o caso da Biblioteca do Senado	163
<i>Cláudia Coimbra Diniz</i>	
<i>Maria de Fátima Jaegger</i>	
<i>Mônica Rizzo</i>	
Desenvolvimento de coleções Biblioteca da Fazenda do Pinhal, o raro e a preservação da história	177
<i>Sandra Regina de Araujo Sorigotti</i>	
Desenvolvimento dos acervos de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.....	191
<i>Bernardo Pacheco Schuchter</i>	
<i>Eliani Gladyr da Silva</i>	
<i>Karlla Christiany Mourão Madureira e Silva</i>	
Preciosidades do Acervo	207
Ao encontro da cor: os primeiros impressos coloridos brasileiros de caráter lúdico (1880-1945)	209
<i>Helena de Barros</i>	

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que lançamos mais um número dos Anais da Biblioteca Nacional! Em um ano conturbado como 2020, perpassado pela longuíssima quarentena em razão da pandemia de Covid-19, os Anais voltam a ser publicados após uma breve interrupção. Focando em discussões a respeito da preservação de obras e acervos no Brasil, a edição atual ressalta a importância da pesquisa em fontes originais e a necessidade de proteger e divulgar o patrimônio bibliográfico e documental brasileiro.

Abrindo o número 138 dos Anais, está o artigo *Cá e lá mais fadas há. Análises de práticas fiscais ilícitas a partir da Coleção Documentos Históricos (América portuguesa, séculos XVII e XVIII)*, de Letícia dos Santos Ferreira. Abordando uma questão que ora ressurge no debate público – corrupção –, a autora debruçou-se, ao longo do seu processo de pesquisa, em algumas fontes custodiadas junto à Coleção Documentos Históricos, criada na gestão Mário Behring (1924-1932) e que reúne documentação oficial referente ao Brasil e a Portugal¹.

Tendo como foco a Administração colonial entre os séculos XVII e XVIII, o trabalho de Ferreira vale-se de uma pesquisa tipológica a respeito das diferentes práticas de corrupção no âmbito dessa administração para analisar como o Estado português avaliava as diversas condutas de seus agentes e de outros particulares. Desse modo, traz à luz vários documentos dessa importante coleção da Biblioteca Nacional e, portanto, merecendo destaque em nossa edição.

Em seguida, reunimos os artigos referentes ao XII ENAR (Encontro Nacional de Acervos Raros), evento bianual sediado pela Biblioteca Nacional e de fundamental importância para a divulgação de acervos raros sob a guarda de instituições públicas e privadas brasileiras. O artigo de Ana Virginia Pinheiro, Joelma Neris Ismael, Manoel Silva Barata e Neide Verçosa e Silva aborda um grave problema que perpassa os acervos relacionados à Administração Pública: sua dispersão após o encerramento das atividades de um órgão, envolvendo diferentes questões como localização física e catalogação desse material.

O acervo guardado por universidades públicas e por institutos de ensino federais e estaduais é o foco dos artigos de Márcia Valéria da Silva de Brito Costa, de Ana Regina Luz Lacerda, de Tatyana Marques de Macedo Cardoso e Priscila de Assunção Barreto Côrbo e, por fim, de Eliane Kano, Jeanne B. Lopez e Rodrigo M. Garcia. Os autores avaliam a formação das coleções de obras raras e de importância histórica da Unirio, da UNB, do Colégio Pedro

1. Para mais informações sobre a Coleção Documentos Históricos, conferir: <https://bn-digital.bn.gov.br/artigos/documentos-historicos/>. Acesso em: 09 out. 2020.

II e da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na USP, respectivamente. Em razão da sua missão de produzir e de divulgar conhecimento, as universidades reúnem peças e documentações fundamentais para compreender não apenas questões relacionadas ao conhecimento nos diferentes campos do saber, como também à análise de sua própria atuação institucional.

A atenção a acervos de instituições do período imperial e republicano brasileiro é o horizonte de análise dos artigos de Rizio Bruno Sant'Ana, de Mary Komatsu Shinkado, de Rosani Parada Godoy e de Cláudia Coimbra Diniz, Maria de Fátima Jaegger e Mônica Rizzo. Os autores debruçam-se sobre a formação das coleções de obras raras da Biblioteca Pública Mário de Andrade, do Museu Nacional de Belas Artes e da Academia Imperial de Belas Artes e do Senado, sendo válido ressaltar que a formação desse acervo é permeada pela relação com importantes momentos da vida política e cultural do Brasil.

Por sua vez, os artigos de Sandra Regina de Araujo Sorigotti e de Bernardo Pacheco Schuchter, Eliani Gladyr da Silva e Karlla Christiany Mourão Madureira e Silva analisam a formação de coleções de obras raras a partir dos impactos locais e/ou regionais, a saber: Biblioteca da Fazenda do Pinhal e Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Encerrando este número, a coluna *Preciosidades do Acervo* conta com o artigo *Ao encontro da cor: os primeiros impressos coloridos brasileiros de caráter lúdico (1880-1945)*, de Helena de Barros, que examina as mudanças advindas com a passagem da impressão manual para a fotomecânica das cores em alguns impressos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Por meio da análise da aplicação das técnicas de impressão à literatura infantojuvenil, a autora engloba tanto elementos práticos dessas técnicas quanto mudanças perceptivas e sociais na leitura desses impressos a partir do elemento da cor.

Barros conecta essa mudança de técnica de impressão às profundas transformações pelas quais o mercado editorial brasileiro enfrentava à época, situando-a no meio das disputas comerciais e por legitimidade cultural dos autores e dos editores relacionados à literatura infantojuvenil. Ainda, a autora situa os leitores na incorporação de elementos da cultura popular por parte desses impressos em um momento crucial para a formação de uma cultura de massas no Brasil.

Desse modo, trazemos uma reflexão a respeito de diferentes instituições localizadas em várias regiões do Brasil e de seus acervos e fontes. Boa leitura.

Cá e lá mais fadas há.
Análises de práticas fiscais ilícitas
a partir da Coleção Documentos
Históricos (América portuguesa,
séculos XVII e XVIII)

Leticia dos Santos Ferreira

Doutora em História pela UFF, com estágio pós-doutoral finalizado na mesma universidade. Atualmente, leciona História na rede privada de ensino





Resumo

O presente artigo busca identificar a ocorrência, na América portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, de diversas práticas ilícitas relacionadas à administração fiscal. O objetivo é identificar em que medida a Coroa portuguesa buscava ou não coibir essas ações, bem como mapear alguns dos seus significados naquela época. A pesquisa revelou uma Coroa atenta às ilicitudes; todavia, essa atenção, no geral, tinha sentidos e significados distintos dos nossos. A pesquisa tomou, como ponto de partida, os documentos publicados na Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, passando para uma análise complementar a partir dos documentos do Conselho Ultramarino disponíveis através do Projeto Resgate. A investigação acabou por identificar que a Coroa tinha uma tolerância significativa para com esses atos; não deixou, contudo, de agir e de exigir ações de seus representantes para evitar os descaminhos, principalmente quando estes lesavam as rendas régias.

Palavras-chave: Tributo. Descaminho. Ilicitude. Brasil Colonial.

Abstract

This article seeks to identify the occurrence, in Portuguese America between the 17th and 18th centuries, of various illicit practices related to tax administration, with the aim of identifying the extent to which the Portuguese Crown did or did not seek to curb such actions, as well as mapping some of its meanings at that time. The survey revealed a Crown that was attentive to illegality; however, this attention in general had different senses and meanings than our current ones do. The research took as a starting point the documents published in the National Library Historical Documents Collection, moving on to a complementary analysis based on the documents of the Overseas Council (Conselho Ultramarino) available through the Resgate Project. The investigation eventually identified that the Crown had a significant tolerance for these acts, even though it did not fail to act and to demand action from its representatives when such corruption compromised royal rents.

Keywords: Taxes. Contraband. Illegality. Colonial Brazil.



Introdução

“A fazenda e bens da câmara dessa vila e que procure restituí-la do que lhe anda sonogado: mas estas matérias sempre devem tratar-se com suavidade dos povos sem opressão nem violências.”
(BIBLIOTECA NACIONAL, 1946, p. 104-105)

O fragmento de texto acima compõe uma gama de documentos que versam sobre uma antiga e complicada questão na história do Brasil. Fraude, sonegação e descaminho são alguns dos termos usados para nomear um conjunto de práticas que, em linhas gerais, podemos definir como ações que incluem desvios de recursos da Fazenda Real através de atos administrativos, políticos, comerciais e fiscais. Essas atitudes eram executadas majoritariamente por homens, dada a especificidade das relações de gênero na Época Moderna, que podiam ter origens sociais e atividades econômicas diversas. Era comum a identificação de militares, comerciantes, viajantes e membros da administração colonial participando ativamente das práticas ilícitas.¹

Para Paulo Oliveira (2005), as ilicitudes só podem ser compreendidas se inseridas no conjunto das licitudes, ou seja, é preciso buscar compreender a ordem para abarcar com mais profundidade a desordem. Pelo mesmo raciocínio, deve-se buscar apreender como a desordem colaborou para a manutenção da ordem. Esse deve ser o fiel da balança na análise dos descaminhos. Este artigo, portanto, procurou abordar as problemáticas em torno do fisco e da corrupção de tipo fiscal na América portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII, com foco nas ações lícitas e ilícitas.

Em um primeiro momento, discorreremos brevemente sobre a produção historiográfica sobre a Nova História Fiscal, passando a uma avaliação geral da tipologia de documentos e termos elencados para a pesquisa e, por fim, analisamos alguns estudos de caso que nos ajudam a compreender um pouco mais sobre as dinâmicas fiscais no período colonial.

A Nova História Fiscal é uma corrente de estudos que se afirmou na produção inglesa, sobretudo na Espanha por meio do Instituto de História Fiscal. Resumidamente, podemos dizer que, além de atentar para as rubricas de receitas e despesas; o sistema de arrecadação; os montantes arrecadados e despendidos; quais sistemas são mais ou menos eficientes e a pressão fiscal sobre a sociedade; os estudos ligados a essa corrente buscam compreender o ordenamento jurídico de natureza fiscal, sua efetiva manifestação na sociedade e promover uma análise cultural da fiscalidade. Com isso, a investigação é realizada no sentido de captar as visões de mundo, pontuando em que sentido a sociedade admite – ou não – determinados regimes fiscais e de que maneira

1. Algumas exceções têm sido estudadas. C.f.: Bicalho (2009).

se opõe ou se aceita como justificável o conjunto dos tributos. Atentos aos modos como os grupos sociais manejam os costumes e os direitos a partir de seus interesses, os historiadores ligados a esse campo de estudos têm investigado os canais de negociação política que, em seu limite, podiam desdobrar-se em práticas desviantes e em revoltas ou rebeliões (FIGUEIREDO, 1996).

Um exemplo deste tipo de análise é o trabalho de Manuel Sánchez Martínez. O autor coloca em evidência o papel dos subsídios e donativos no processo que forjou o sistema fiscal municipal no reino de Aragão em fins da Idade Média. O estudo indica que esse se desenvolveu na esteira da fiscalidade régia, uma vez que a ampliação da capacidade fiscal do centro promoveu o desenvolvimento de um aparato fiscal e financeiro favorável à localidade, ou seja, aos “cabildos”. Os municípios não eram apenas a base fiscal da Coroa, mas estavam inseridos em suas estratégias financeiras (MARTÍNEZ, 2008, 2010).

Luis Salas, ao relacionar os estudos sobre a fiscalidade do Estado Moderno, atentou para as tensões entre os poderes tradicionais e o rei. Analisando a tributação nobiliárquica, conclui que a nobreza não tinha capacidade para criar novas figuras fiscais; da mesma forma, a Coroa tinha enorme dificuldade em impor reformas ou novas contribuições. Tais obstáculos decorriam, principalmente, da pressão imposta pelos grupos beneficiários dos sistemas fiscais vigentes no século XVII (SALAS, 2003, 2011). A tradição de estudos sobre a fiscalidade colonial remonta a fins do século XIX. Todavia, em grande medida, essa produção observou a dinâmica do fisco a partir da perspectiva nacionalista, esforçando-se para comprovar a eficiência e a opressão metropolitana sobre a sociedade colonial (SANTOS, 1975; VEIGA, 1896; LYRA, 1970; GUIMARÃES, 2001; MAXWELL, 2001; FURTADO, 1996; OSÓRIO, 2007; LAMAS, 2005). Alguns trabalhos mais recentes (de meados do século XX) produziram análises de caráter mais sistemático, com destaque para o de Kenneth Maxwell. O americanista apresentou séries completas de arrecadação de tributos em Minas Gerais. A centralidade dessa capitania permanece ainda hoje, mas os objetos analisados diversificaram-se. Há pesquisas desenvolvidas sobre contratos; contratadores; administração fazendária; suas instituições; fiscalidades regionais; revoltas. Conjugando essas duas últimas temáticas, destacamos os estudos de Luciano Figueiredo. Encontramos, em sua tese de doutorado, um exame da política fiscal através das revoltas. Os motins são apresentados como desdobramentos das disputas entre grupos sociais e alterações conjunturais, provocados, muitas vezes, por divergências entre culturas políticas distintas (FIGUEIREDO, 1996, p. 16).

Articulando diferentes tradições historiográficas que abordam a temática da corrupção ou da fraude como um elemento constitutivo da política fiscal, temos dois conjuntos de teses. No primeiro, encontramos trabalhos que

analisaram o discurso coetâneo sobre o direito de descaminhar como uma resistência à opressão régia, e, no segundo, aqueles que abordam a questão discorrendo sobre as suas especificidades no mundo colonial.

Discutindo a questão da fraude na Coroa de Castela no século XVI, Fortéa Perez atenta para a importância da autonomia na administração dos impostos como um fator determinante na formulação de políticas fiscais localmente diferenciadas. A diversidade de práticas fiscais, ao atender as especificidades regionais, acabava por abrir margem para uma gestão mais ou menos rígida e, assim, mais ou menos propícia à fraude. Outro impacto dessa geografia heterogênea da fiscalidade era o desvio dos fluxos comerciais de uma área para outra. Uma geografia fiscal diversa motivava os comerciantes a buscarem localidades com uma tributação menor, gerando, com isso, uma série de problemas, tais como o desabastecimento e a carestia.

Para Fortéa Perez (1987), a fraude não pode ser vista como algo que se explica por meio de um julgamento moral do indivíduo ou por uma resistência à opressão real. Ela é resultado da própria estrutura do fisco: recente, autônoma e descentralizada. Longe de defender uma ação passiva em relação às práticas desviantes, o autor aponta que a Coroa vinha desempenhando uma atitude combativa com o intuito de obter mais recursos. Por outro lado, apesar de afirmar que todos podiam fraudar, reforça que eram exatamente aqueles que podiam contribuir com maiores somas para o fisco real que conseguiam burlar em maior medida, provocando uma sobrecarga aos demais. Tais concepções são corroboradas pelo estudo mais aprofundado de Beatriz Gea (2000). A historiadora demonstra como os vassallos e as cidades apresentavam a desobediência fiscal como um direito com base em seus supostos privilégios e isenções. Os que mais sonegavam eram os senhores e cavaleiros – e usavam os costumes como argumento para tanto.

Em *Negócios de trapaça*, o historiador Paulo Cavalcante Oliveira (2005, p. 27) analisou os desvios da Fazenda Real inseridos na lógica do Antigo Sistema Colonial, defendendo que em nada negavam o “sentido da colonização”, ao contrário, eram a outra face da moeda colonial, ou seja, da exploração e exteriorização das riquezas ainda que por outro caminho que não o da Fazenda Real. Atento à documentação de época, o trabalho de Cavalcante nos revela que diversos agentes podiam estar envolvidos com desvios de parcelas significativas do tributo pago – aumentando a diferença entre o tributo quitado e o recolhido pelos cofres régios. O recurso era extraviado do seu percurso, mas seu destino continuava o mesmo: bolsos e cofres de “nobres cidadãos de bem” na Europa. É claro que a Coroa estava atenta e procurou agir no sentido de coibir essas práticas, que por sua própria natureza – ilícita – não costuma deixar muitos rastros, e, se podemos identificá-las é exatamente porque, de algum modo, havia tentativas de impedir que elas ocorressem.

Fábio Kuhn (2012) analisou as ações corruptas praticadas por membros das elites locais que podiam ou não ocupar cargos na governação. Para ele, o contrabando ou a fraude de tipo fiscal ocorria, em parte, pela indistinção entre público e privado, e muitas vezes funcionava como uma fronteira social, ou seja, a maior ou menor tolerância ao delito dependia do lugar social de quem o praticava. Roquinaldo Ferreira (2010) identificou a importância do contrabando para a viabilidade do próprio tráfico de escravos, uma vez que o comércio com os panos da Índia, a cachaça, o ouro e o tabaco nem sempre eram permitidos pelas autoridades portuguesas na Costa Africana, seja aquele realizado com os próprios africanos ou com comerciantes holandeses ou ingleses.

Em meados de 2017, Adriana Romeiro lançou um livro sobre corrupção na época colonial, evidenciando a atualidade da temática. Ao encarar o desafio de analisar a corrupção em sua dimensão histórica, a autora não produziu uma genealogia das práticas ilícitas, ao contrário, revelou a historicidade e aplicabilidade do conceito no mundo português e em seus territórios ultramarinos. Discorrendo sobre as convenções teóricas da época, e também sobre a prática governativa, Romeiro (2017) deixa claro que havia uma condenação às ações que levavam à corrupção do “bem comum”.

É importante ressaltar que tais estudos têm colaborado para a desnaturalização da corrupção. Isto é, refutam algumas reflexões que tenderam a afirmar que a corrupção sempre existiu e seria uma propensão inata à humanidade, resultante mesmo de um suposto instinto de sobrevivência e, portanto, inevitável. Ao contrário, defende-se a historicidade das práticas desviantes. Em cada sociedade, em diferentes espaços e temporalidades, elas podem ocorrer – ou não – com maior ou menor intensidade, tendo significados diversos na configuração dos jogos políticos e econômicos. Desse modo, as pesquisas indicam a importância de se examinar o discurso e as palavras que as compõem em relação ao contexto e, quando possível, aos propósitos de sua produção.

Das palavras e das coisas

Nesta parte do texto, vamos realizar uma análise da ação discursiva relacionando os vocábulos tocantes a práticas fiscais e à ilicitude e, sempre que possível, suas circunstâncias de produção. Com isso, buscaremos indicar as acepções e os valores normativos dos vocábulos em seu tempo, conectando-os a um diálogo com o momento presente do projeto. Passaremos a observar o emprego de alguns termos relevantes para a história da fiscalidade, examinado seus significados dicionarizados e, também, tentando captar seus usos na prática social (KOSELLECK, 1992). A Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca

Nacional foi a mais importante ferramenta utilizada nesta pesquisa. Nela estão disponíveis os volumes da Coleção Documentos Históricos, sendo possível realizar buscas por palavras. Outro relevante instrumento foi o dicionário escrito por Raphael Bluteau no século XVIII (BLUTEAU [entre 1712 e 1728]).

A busca por palavras-chave relativas ao ordenamento fiscal obteve o resultado que se vê na tabela a seguir.

Palavra-chave	Ocorrência DHBN	Ocorrência AHU	Total
Direitos	1.959	2.251	4.210
Arrecadação	1.606	1.228	2.834
Arrematação	413	1.494	1.907
Donativo	1.174	619	1.793
Cobrar	939	775	1.714
Dízima	437	679	1.116
Descaminhos	339	762	1.101
Subsídio	178	500	678
Quinto	203	432	635
Imposto	206	385	591
Tributo	356	166	522
Dízimo	365	149	514
Finta	317	72	389
Descaminho	184	159	343
Fisco	110	222	332
Fiscal	33	296	329
Capitação	8	310	318
Arrecadar	183	94	277
Sisa	34	178	212
Redízima	125	9	134
Fraude	31	58	89
Fraudes	14	69	83
Corrupção	33	44	77
Desvio	11	56	67
Desviar	20	20	40
Descaminhar	34	1	35

Fraudar	9	5	14
Sonegação	3	10	13
Tributar	4	5	9
Sonegar	2	0	2
Totais	9.330	11.048	20.378

Tabela: Comparação entre os dados do DHBN e do AHU.

A partir deste resultado quantitativo, seguimos produzindo uma análise qualitativa de alguns termos (e de suas variações nominais e verbais), dando preferência a corrupção; desvio; sonegação; fraude; descaminho (POCOCK, 2003). Em um movimento dialético, propomos refletir acerca das palavras e das coisas; das palavras e das práticas, questionando se podemos concordar com a ideia popular de que o Brasil nasceu sob o signo da corrupção – ou da sonegação – como uma via de escape do opressivo poder da metrópole. Os agentes metropolitanos usavam tais vocábulos? Os dados acima indicam que tais palavras tinham algum uso corrente. Qual seria a sua aplicação? Seriam relacionadas ao vocabulário político? Os agentes da colonização estariam preocupados em combater essas práticas corruptas? E os desvios e as fraudes, como figuraram nas ações administrativas?

Começamos pela palavra “corrupção”, portanto. Segundo Bluteau ([entre 1712 e 1728], v.2, p. 572), corrupção significava, nos termos e grafia da época, “suspensão do concurso conservativo, & introdução de qualidades alterantes, & destructivas”. A corrupção podia ser dos “costumes”, significando “depravação”; “grandes desordens”. Podia existir, ainda, a “do juiz” ou a da própria justiça. “Corrupto” era aquele indivíduo “viciado, danado, depravado”; “corrompido, no sentido natural, & moral”.

Evidentemente, os usos de um termo não se limitam às acepções dispostas em um dicionário. Por isso, Adriana Romeiro elaborou um estudo significativo “indagando a realidade que ele recobria” em língua castelhana e portuguesa. A autora concluiu que:

Se a noção de corrupção, no sentido de desvio moral ou político, não era estranha ao imaginário político da Época Moderna, é de se notar, porém, que ao contrário do uso atual da palavra, que recobre as práticas, confundindo-se com elas, as práticas não eram consideradas em si corruptas: elas desencadeavam o processo de corrupção da República. É a partir do final do século XVIII que a palavra sofre um crescente deslizamento semântico, tornando-se, aos poucos, sinônimos de práticas corruptoras. (ROMEIRO, 2017, p. 25).

Romeiro (2017, p. 33-39) aceita o uso do conceito de corrupção para nomear os efeitos de práticas que prejudicariam a “República”, concordando com a ideia de sociedade enquanto um corpo: sujeito a enfermidades e a remédios. Se por um lado, destaca o interesse dado ao tema por determinada historiografia, por outro, chama a atenção para um certo silenciamento nos estudos mais recentes – em especial acerca do enriquecimento ilícito. Para a autora, o pouco avanço sobre essa questão se deve à grande centralidade das pesquisas no sistema de mercês. A historiografia luso-brasileira, ao destacar as recompensas institucionais, acaba por dar pouco foco à força de atração que as vantagens extras poderiam exercer nos agentes coloniais. Ainda que os referidos ganhos nem sempre fossem vistos como atos que corrompessem a “República”, estudá-los seria extremamente elucidativo para a compreensão da realidade colonial.

Essa problemática revelou-se bem interessante em nossa investigação. Encontramos apenas 77 alusões ao termo e o uso referia-se sempre ao processo de deterioração de uma matéria orgânica. A Coroa parecia preocupada com a conservação das mercadorias. Esse receio revelava uma inadequada estrutura alfandegária, que impunha como solução vender o mais rápido possível os bens depositados nos portos, seja por arribadas ou confisco.

A situação repete-se nas buscas realizadas nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. Nesse conjunto, encontramos uma recorrência um pouco maior, contudo, a maioria absoluta estava fora do nosso recorte cronológico. No período entre 1640 e 1742, a palavra “corrupção” era usada no mesmo sentido encontrado no DHBN, com exceção de três casos. Todavia, o termo foi usado nas ementas produzidas posteriormente pelos arquivistas, e não no documento propriamente dito. A curiosidade nos impulsionou a observar brevemente as fontes posteriores a 1742 – arriscamos dizer que encontramos a palavra corrupção ligada à ideia de ilicitude apenas na documentação referente à Revolução Pernambucana.

Vejam alguns exemplos. Em fevereiro de 1738, a carta enviada às fortificações orientava que os armazéns fossem abertos ao menos uma hora a cada dois dias para que os produtos que ali estavam não recebessem “corrupção”. Para as vilas de Santos, São Paulo e São Vicente, igualmente, temos uma atitude preventiva em relação à deterioração dos mantimentos, dessa vez expostos demais ao tempo. O vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes havia sido aconselhado, em 1722, a colocar, em hasta pública, os gêneros confiscados que fossem “sujeitos a corrupção” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1928a, 1928b, 1928e).

Ao mesmo tempo em que percebemos a acepção da palavra, a discussão acima nos permite discorrer sobre as condições de armazenamento dos portos coloniais e as circunstâncias materiais para aplicar a fiscalidade. A precária

estrutura da Casa da Alfândega descrita por Hyllo Salles (2014) e Paulo Cavalcante (2016) fica evidente aqui. A falta de espaço para acondicionar as caixas, as circunstâncias para preservar os produtos e a ausência de oficiais suficientes permitiam a exposição dos bens ao tempo e a pessoas mal-intencionadas.

O tempo agia tanto no sentido das condições atmosféricas, como temperatura e umidade (que podiam corromper os materiais), quanto do intervalo transcorrido entre a chegada e a partida de um navio. Nesse último caso, quanto maior o período de permanência da embarcação no porto, maiores as oportunidades de se praticar o descaminho. Além disso, a pressa em partir dificultava a averiguação das cargas e a quitação dos tributos, uma vez que o edifício era pequeno e os agentes, poucos (OLIVEIRA; CARDOSO, 2016, p. 28).

Corrupção dos materiais, roubos, sonegação, descaminho, desvios – de um tudo podia ocorrer nas pequenas e desguarnecidas alfândegas coloniais. Para alguns, ampliar a construção parecia uma solução óbvia e urgente; para outros, no entanto, “nenhuma diligência era bastante”. Haveria uma forma eficiente de se combater as práticas ilícitas? Estavam adulando ao rei ou sendo práticos? No caso da alfândega do Rio de Janeiro, buscou-se executar a obra de ampliação da Casa da Alfândega, bem como introduzir novos mecanismos de cobrança de tributos – em especial, da recém-criada dízima da alfândega. Essa ficou a cargo de um contratador que, em suas ações, estendia os braços régios, dividia os bônus e os ônus da tributação.

Dando seguimento à investigação, vejamos os resultados para a forma verbal de corrupção. Encontramos somente oito referências para “corromper” nos dois conjuntos documentais. Entretanto, a análise dos documentos revelou-se bastante interessante. Nesse caso, surgem três aplicações sugestivas, uma vez que se falava em ministros, oficiais e soldados corrompidos; e do poder do luxo em corromper a todos. Também encontramos desembargadores suspeitos de serem corrompidos por amizade ou proveito. Assim, em um universo geral de 88 ocorrências, temos somente três aplicadas ao contexto político. Estariam essas relacionadas de alguma forma às práticas fiscais?

No caso dos desembargadores Luiz da Gama e Antonio Quintadilha, o problema era a proximidade entre esses e o réu. Gama e Quintadilha eram vistos, frequentemente, em rodas de conversas noturnas no terreiro de João Mascarenhas. Alegava-se, até, que Antonio Rego vivia na casa de Mascarenhas. A ideia de corrupção está, aqui, relacionada a uma falta de isenção na condução do juízo. Como mostrou Stuart Schwartz, o abrasileiramento da burocracia, ou seja, a associação dos desembargadores e ouvidores com parcelas da comunidade soteropolitana foi uma questão central, resultando na suspensão do Tribunal da Relação. Tendo claros efeitos na dinâmica política

colonial, a corrupção dos desembargadores, no caso em tela, não implicava necessariamente na dinâmica fiscal (BIBLIOTECA NACIONAL, 1945).

No contexto da Guerra dos Mascates, a ação por interesse ou amizade em favor de terceiros (e em detrimento de outros) estaria relacionada à atitude de alguns soldados que atacaram Recife – já que os militares teriam se levantado contra Recife, na primeira vez, corrompidos pelas dádivas que lhes teriam sido oferecidas, e não por qualquer convicção contra o governador (BIBLIOTECA NACIONAL, 1952b).

Em outro momento, Wenceslao da Silva reflete sobre a ruína dos gêneros (açúcar e tabaco) do Brasil e faz uso do termo “corrupção” como uma consequência do desejo pelo luxo; podemos dizer, pela riqueza. Assim assevera em seu texto que:

Teve o luxo seu princípio no original pecado e he um mal tão calamitoso e co-evo ao mundo, que quase nasceu com ele e degenerou em mortal contágio para inficionar e corromper a todos os que se alimentam deste veneno, cujo maligno efeito, irremediavelmente, sentiram muitas monarquias e republicas, que enfermando do mesmo mal, inteiramente acabaram. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1738).

Por esse trecho, podemos perceber que sua compreensão acerca da corrupção se aproximava de uma noção de alteração do estado normal das coisas. Há um julgamento moral. O luxo ou, em outro trecho, a fama e a cobiça despertados pelos tesouros – que por ordem divina estiveram por tanto tempo escondidos – desviaram o curso natural das coisas, colocando em risco a monarquia. Dessa forma, como um veneno que alcança a corrente sanguínea e corrompe o corpo humano, o luxo corrompe o corpo político. A corrupção é uma consequência – e não um ato em si. Logo, está empregada no sentido similar ao de putrefação, de modificação, e não de suborno, como nos dois casos anteriores.

Ainda temos a consulta feita pelo Marquês de Angeja para ser analisada. Nessa, há um caso no qual o ato de corromper foi visto como causa primeira dos males da Fazenda Real. Os conselheiros discutiam sobre a obrigação de dar acolhimento às embarcações com problemas para continuar a navegação. Era consenso que todos estavam obrigados a aceitar os navios que precisavam de socorro em seus portos, dando-lhes o que fosse necessário para retornarem a seu caminho. Todavia, a discussão era intensa quanto à permissão dada aos estrangeiros para comercializarem durante a arribada. O comércio permitiria que tivessem recursos para pagarem os reparos e mantimentos obtidos nos portos do Brasil. Tal situação, alegavam os conselheiros, acarretava o escoamento de ouro para outras nações e a perda de receitas alfandegárias. A redução dessas

receitas advinha da queda na venda dos produtos portugueses, assim como da geração de mais oportunidades de se burlar o fisco.

O efeito era significativo. Consta na consulta uma projeção de perdas de 26% do que se deveria pagar nas alfândegas e nos consulados em Portugal e, ao menos, 10% do comércio com o Brasil. O grande problema era a oportunidade criada e o interesse dos ministros que se deixavam corromper (BIBLIOTECA NACIONAL, 1952a). Para os conselheiros haveria uma obrigação moral em dar socorro, mas esse poderia ser pago em formas de letras de câmbio, sem necessidade de os estrangeiros realizarem comércio na América portuguesa. Pois, uma vez permitindo o comércio necessário ao pagamento dos custos, abria-se a possibilidade de comercializar muito além do previsto. Assim, os atos dos estrangeiros implicavam tanto em contrabando como em sonegação e corrupção. Isso porque vendia-se produtos proibidos, omitia-se as quantidades e concedia-se dádivas aos que deviam fiscalizar.

Logo, percebemos que para o termo em análise há uma coexistência de diferentes sentidos em uma mesma realidade, sem que isso signifique uma recorrência equiparada, sendo raro o uso do termo “corrupção” para abordar os desvios fiscais.

No caso da palavra “fraude”, as coisas parecem mais simples. O uso do termo mantém praticamente o mesmo significado ainda hoje. Fraudar era engano oculto, com dolo e sutileza. Fraudava aquele que tirava dinheiro ou bens do caminho da Fazenda Real, por conseguinte, transgredia a ordem, agia de forma ilícita. Ou para ficar mais claro, podemos usar o exemplo das atitudes dos paulistas em Pernambuco no ano de 1707. Desde a segunda metade do século XVII, os milicianos de São Paulo eram convocados pelos governadores da Bahia e Pernambuco para combater bárbaros e quilombolas. Os paulistas, como sabemos, foram os principais responsáveis pela destruição de Palmares e da vitória colonial na Guerra dos Bárbaros. Todavia, as benesses conquistadas pelo bom serviço ao monarca não pareciam ser suficientes. Como foi alertado por Sebastião de Castro Caldas, governador de Pernambuco, havia:

muito grande descaminho nas pagas que se fazem; porque quasi todas são fantásticas, convém muito ao serviço do dito senhor, e a boa arrecadação de sua fazenda real que Vossa Senhoria mande examinar este negócio com exação que convém. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1938).

Soldados fantasmas aumentavam as despesas da fazenda régia em favor de ganhos privados de capitães e soldados, especialmente porque a receita só era definida depois de estabelecida a despesa.

Ao contrário do que ocorre hoje, não havia uma previsão orçamentária. Para cada despesa era criada uma receita específica. Em alguns casos, prorrogava-se

uma receita consignando-a a outra causa. Em outros, a discussão para definir a forma de alcançar o recurso era iniciada quando a necessidade já existia. Nesse tempo, os soldados ficavam sem seus soldos e fardas, dotes eram parcelados, cartas de crédito e empréstimos eram lançados sobre a população.

No caso dos paulistas que atuavam na Capitania do Rio Grande, sabemos que ficaram ao menos dois anos sem receber. O envio de dinheiro pelo governador da Bahia era feito por intermédio de vários homens de negócios diferentes. Essa era uma estratégia para tentar conter as perdas caso houvesse algum contratempo ou descaminho. Dessa forma, dificilmente o montante seria completamente perdido.

A visão do governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, sobre os terços dos paulistas é ilustrada pelo provérbio português “*é que cá e lá, más fadas há*”. Expressão hoje com pouco uso que queria dizer sobre o excessivo número de matrículas diante do número real de soldados. Em sentido similar, a expressão foi usada por Camões para se referir à sua experiência na sociedade indiana. Escreveu o mestre da literatura portuguesa: “pera aviso de alguns aventureiros que cuidam que todo o mato é orégãos, e não sabem que *cá e lá más fadas há*”. Da mesma maneira que Camões (1972, p. 321), Castro e Caldas estava atento às falsificações.

Adulterar listas e produtos e ocultar objetos eram práticas tomadas como incorretas, fraudulentas. A ideia de ocultação, por sua vez, remete-nos a outro item da nossa pesquisa: a sonegação. Observemos a frequência e usos do verbo “sonegar”, bem como suas variantes temporais e nominais, aplicados para se referir ao ato de não declarar os bens diante da obrigação de fazê-lo, seja mediante à produção de um inventário ou testamento familiar, seja diante de uma autoridade competente. Raphael Bluteau indica a presença da palavra no vocabulário romano. Ela era usada quando se deixava de mencionar os bens que se possuía ao censor. Tal declaração tinha por objetivo construir as listas de cobrança de tributos. Essas relações, normalmente, eram produzidas para determinar as cotas a serem pagas referentes aos impostos diretos, ou seja, que incidiam sobre os bens e a produção. Um exemplo do uso desse mecanismo na época colonial foi o empregado na cobrança do donativo do dote e paz em algumas capitanias, como em Pernambuco (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1656).

A compreensão de que essa prática era ilícita não deixa dúvidas. Além da punição prevista nas Ordenações – deveriam perder as coisas e pagar em dobro –, há várias repreensões dispersas pelo conjunto documental analisado. Esse verbo transitivo carregou no tempo o sentido de negar-se a fazer menção a algo obrigatório e, igualmente, como o ato de ocultação de forma fraudulenta. Assim, podia ser usado sempre que as atitudes dos agentes da colonização pudessem colocar em risco os interesses da Coroa.

A título de exemplo, vejamos o caso das fazendas de Gaspar de Oliveira Vidigueira que foram furtadas por Jacinto Pereira. A princípio, a orientação do Conde de Autoguia parece fruto de uma típica preocupação com os bens de um leal vassalo ultramarino. Todavia, se investigarmos mais um pouco, podemos compreender que havia mais coisa em jogo. Apesar de Gaspar Vidigueira não compor a nobre linhagem de Vasco da Gama – primeiro Conde de Vidigueira – seus negócios interessavam aos grandes do reino e à Coroa, uma vez que estavam ligados ao corte e à venda de pau-brasil (tendo sido, inclusive, representante do contratador do pau-brasil Luis Vás de Rezende). Mesmo a carta do Conde de Autoguia não tendo discriminado quais foram as fazendas e embrulhos roubados do barco, há a possibilidade de se tratar de um monopólio régio e bens de um “Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Cavaleiro Professo no Hábito da Ordem de Avis” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1928b, 1930).

A estreita relação entre o ato de sonegar e os interesses régios pode ser verificada. Todavia, há uma baixa frequência e uma dispersão temporal da aplicação da palavra sonegar e suas flexões. Diante disso, propomos uma digressão com vista a elucidar as práticas às quais essa palavra buscava se referir. Rompendo com nossas premissas temporais, encontramos o emprego do vocábulo “sonegar” em regimentos e provisões. Nesse caso, é bastante justificável realizar esse movimento, uma vez que eles eram expedidos novamente com pouquíssimas modificações (ou nenhuma), como evidenciou o clássico trabalho *Fiscais e meirinhos* (SALGADO, 1985).

Na Coleção Documentos Históricos, encontramos o primeiro regimento dos provedores do Brasil. Nele é possível localizar a previsão de punição para os casos de sonegação de direitos régios. É interessante notar que o método proposto para a averiguação da sonegação consistia na comparação dos montantes de açúcar declarados para o dízimo e o montante que circulou pelas alfândegas. Repare a orientação.

No fim de cada ano os provedores cada um em sua Capitania verá os livros assim os em que estiver carregado o açúcar, de que se pagou dizimo, como o da saída da alfandega, e saberia se saiu mais açúcar de algum pessoa que aquele de que estiver pago o dito dizimo, e achando, que saiu mais lhe fará pagar em dobro todo aquele que pelos livros da saída se achar, que menos pagou do que devera pelo foral por assim sonegar, e não pagar o que era obrigado. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937b, 1947).

A metodologia parece, a princípio, muito coerente, uma vez que o açúcar era um produto essencialmente destinado à exportação. O envio para os portos era feito em caixas de madeira, lacradas e marcadas com o nome do

produtor e com a quantidade de arrobas correspondente. Tudo deveria ser lançado no livro das alfândegas. Esse compêndio poderia ser comparado com as declarações constantes nos livros dízimos. Lembrando que esses eram produzidos a partir da verificação nas fazendas, logo, faz sentido a avaliação. O problema estava na prática fiscal, começando pela determinação do valor a ser pago pelo dízimo. Era comum que a quantia a ser paga fosse definida através da capacidade produtiva do engenho ou da lavoura. Isso significa dizer que a base para definir o valor do dízimo era a quantidade de escravos de um produtor e não o que havia produzido de fato.

Como sabemos, o dízimo era arrematado, por isso, os livros da arrecadação ficavam em posse dos contratadores que, quando prestavam contas, o faziam em um período nunca menor do que três anos. Já os livros da alfândega nem sempre existiam ou, quando existiam, nem sempre sobreviveram às já referidas precárias instalações alfandegárias.

A manutenção e o acesso aos livros de controle das receitas e despesas parecem ser um problema constante. Os desembargadores responsáveis pela fiscalização e pela cobrança do donativo do dote e paz de Holanda em diferentes capitanias do Estado do Brasil pareciam “nadar contra a corrente”. As oposições vinham da câmara, da provedoria, do governo, de todos os lados. Somava-se à dificuldade de acesso aos livros a ausência de ordenação lógica. Joseph de Freitas Serrão não conseguia identificar a origem de cada recurso listado. Como alegava o juiz: “Este dinheiro consta de tão miúdas adições, que me não é possível individualizar, a quem cada uma pertence” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1692).

Em 1673, as diligências de Sebastião Cardoso Sampaio estavam atrasadas, pois o provedor da fazenda relutava em entregar livros e demais papéis ao desembargador (SCHWARTZ, 2011, p.140; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1673). João de Góis de Araújo não encontrou menos dificuldades para ter acesso às anotações de receita e despesa do donativo do dote e da paz de Holanda. Depois de uma cena típica de romance policial, com constrangimentos, interrogatórios e buscas em todas as partes da câmara, por fim conseguiu que Domingos Dantas revelasse onde estavam os livros e cadernos. Os documentos encontravam-se na casa do próprio (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1668).

Os livros circulavam e eram retidos a favor das vontades individuais e dos jogos de interesses entre os grupos. Essas situações evidenciam o inegável poder que a posse dos livros dava a seu possuidor, seja sobre quem pagava, seja para quem era aliviado, ou mesmo na forma de dispor o que se tinha arrecadado. Tal dinâmica não era específica ao donativo do dote e paz, mas aos mais diversos recursos fazendários. Vejamos a situação dos direitos do açúcar.

No início do século XVII, quando a Coroa portuguesa estava sob o domínio do Rei Felipe II, André Farto da Costa investigava as denúncias sobre a sonegação dos direitos do açúcar no valor de, aproximadamente, sessenta mil cruzados. Perseguir os rastros dessa importante renda não foi tarefa fácil.² Desde 1612, Farto da Costa, que já deveria estar farto de averiguar livros mal escritos, com páginas ausentes ou corroídos por traças e cupins, ainda ouvia imensas desculpas de todas as partes sobre as certidões dos direitos e as declarações a respeito das receitas que nem chegavam as suas mãos. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1612, 1616; BIBLIOTECA NACIONAL, 1928f).

Apesar de ter conseguido aumentar a receita da câmara de Salvador em cerca de cinco mil cruzados, passando a arrecadação de três mil para mais de oito mil, Farto da Costa estava cansado e desabafava:

“quando se intenta fazer alguma execução me põem a mim a culpa e provocam os homens a ira contra mim, dizendo que sou a causa de mais se lhe pedir o que em si tinham por seu, e que vim a destruir este estado” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, [séc. XIX]).

A Coroa estava ciente da possibilidade de os agentes coloniais deixarem de declarar sua produção a fim de pagar menos tributos, direitos e impostos. Tal atitude era encarada não apenas como um ato ilícito passível de punição régia; era mesmo vista como um pecado. Podemos perceber essa acepção através do conjunto de provisões e alvarás emitidos para a atuação e autoridade de João Dias como Clérigo de Missa na Igreja de Santa Cruz em Ilhéus. Ao cura era atribuído o poder de dar todos os sacramentos e absolver de todos os pecados, exceto nove. Entre eles figuravam os pecados de considerável importância, como o de assassinato fora da guerra justa e o de sonegação. Cabia à autoridade superior dar perdão ou penitência quando ocorresse sonegação acima de trezentos réis ou quando os dízimos não pagos ultrapassassem esse valor (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937a).

Em uma tentativa de transpor a relação entre o prejuízo e o pecado em números, podemos concluir que a tolerância ao pecado era muito pequena. Tomando por base o valor de cada arroba de açúcar – 1\$200 réis para o ano

2. As juntas da administração e arrecadação da Real Fazenda foram mais comuns entre 1760 e 1770. Todavia, em momentos anteriores identificamos o que podemos chamar de *juntas ad hoc*, ou seja, grupos de trabalho criados para funções e tempos determinados.

de 1663 –, qualquer sonegação maior que cinco quilos de açúcar necessitava do perdão de uma autoridade “mais digna”.³

De qualquer maneira, sonegar era um pecado – digno, portanto, de penitência, mas também de perdão. E quando coubesse punição essa deveria ser feita de modo a não levantar os povos. O conde de Vimeiro recebeu louvor por colocar a arrecadação da Fazenda Real e da câmara em dia, bem como por buscar restituí-la do que havia sido sonegado. Ao mesmo tempo, foi aconselhado para tratar nessas matérias “com suavidade os povos” agindo “sem opressão, nem violências”. Continuando, o Conselho Ultramarino ponderava sobre os procedimentos do Conde, apelava para o uso da boa razão como princípio básico para ser mais bem aceito e não provocar o clamor popular. Nas entrelinhas, podemos supor que Vimeiro procedia com mais temor do que com amor e era, como vimos, advertido por isso (BIBLIOTECA NACIONAL, 1946).

Os conflitos gerados pela sonegação nos levam a um caso bastante interessante. Antonio Dorta aparece como suspeito de uma série de procedimentos ilícitos ocorridos na provedoria da fazenda da capitania do Espírito Santo. Entre os problemas estão a sonegação de 40 moios de sal e mais de 60 pipas de vinho. A suspensão do donativo do vinho naquela capitania teria sido um atrativo para o comércio dessa bebida. Contudo, constava nos livros da alfândega que apenas 40 pipas passaram pelo porto. A perspectiva de prejuízo para a Fazenda Real estava na casa dos dois mil cruzados.

A suspeita recaía sobre Antonio por uma série de fatores: o cargo que ocupava; a sua “nação”; suas dívidas com o contrato do dízimo dos últimos seis anos; o círculo de relacionamentos. A lista é formada por argumentos de ordem prática e moral. O cargo ocupado por Antonio Dorta lhe permitia acesso direto ao controle da circulação das mercadorias, bem como às rendas da Fazenda Real, gerando a oportunidade de sonegar. Há uma aparente semelhança dos procedimentos com os atuais: um mau pagador não era digno de muitos créditos. Não pagar o contrato dos dízimos, na maioria das vezes, significava ter recolhido o imposto e não repassar a parte da Coroa. Logo, sonegava aqui também.

Em uma sociedade tradicional, o indivíduo não era visto por si mesmo. Suas relações pessoais, sua origem, raça ou nacionalidade estavam recobertas de julgamentos e preconceitos. Seu parentesco com Simão Luiz – que tinha dívidas com a Coroa – contava negativamente para a avaliação de sua pessoa. Como homem da “nação”, ou seja, como hebreu, sua existência, *a priori*, era carregada de valoração negativa. Acompanhado de mais dois “homens de nação” no governo, Antonio podia mesmo ser visto como integrante de

3. Consideramos aqui, como exemplo, as listas de preço das peças de vestuário para o ano de 1703. C.f.: Antonil (1982).

uma “quadrilha”. Diante de tudo isso, orientou-se o desembargador Manuel Pereira Franco a averiguar todos os envolvidos na questão (BIBLIOTECA NACIONAL, 1928c).

A missão foi cumprida, ao menos em parte. Manuel Pereira Franco esteve no Espírito Santo tomando os depoimentos de testemunhas contra o capitão Manuel de Almeida do Canto, acusado, na mesma carta citada acima, de ter tido gastos excessivos com os soldados (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1649). Essa despesa será, por vezes, avaliada como fraudulenta, como veremos mais à frente.

Dissemos em parte porque não encontramos indicações de que toda a ordem tenha sido cumprida. Os fundos pesquisados não possuem documentos a respeito das investigações sobre os moios de sal e pipas de vinho. Mas os silêncios das fontes podem ser sugestivos. Ou a investigação ocorreu e a documentação foi perdida; ou, simplesmente, não aconteceu. E, sendo este o caso, qual seria a razão para o desembargador seguir uma ordem e não outra? Vejamos um pouco mais sobre Antonio Dorta.

Nosso personagem teve uma vida relativamente documentada e bem interessante. Oito anos antes de ser suspeito de sonegar vinho e sal, Antonio Dorta foi parar nos cárceres acusado de inconfidência. A denúncia informava que ele havia dito que “D. João IV era rei de copas ou de comédia”, felicitando, em seqüência, os louros do reinado de Felipe III. Mesmo preso, Antonio mantinha seu potentado e ria-se de todos, como alegou o capitão-mor do Espírito Santo.

Debochado e descrente da capacidade do monarca, Dorta não hesitou em continuar servindo, nem tão pouco de solicitar mercês ao “rei de copas”. Dois anos após a prisão, arrematava o contrato dos dízimos e mais seis anos depois já estava ocupando o cargo de provedor da alfândega do Espírito Santo. Conseguiu, mais algum tempo depois, a propriedade do ofício de provedor da alfândega para nomear qualquer um dos seus filhos (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1649).

Diante da trajetória administrativa de Dorta, podemos concluir que tendo sido preso como “inconfidente”, sendo homem da nação, ou talvez, mesmo tendo sonegado e corrompido a coisa pública, colheu os louros de sua atuação como contratador dos dízimos e provedor da alfândega. De alguma maneira, suas ações lícitas (e ilícitas) permitiram – ou não impediram – os fluxos financeiros e políticos entre o reino e o ultramar. Provavelmente, as perdas justificavam-se diante dos ganhos. Concordamos, portanto, com Paulo Cavalcante: no descaminho podia ser realizado o caminho.

O caminho também podia ser desviado. No dicionário de época utilizado há, entre as práticas desviantes, o extravio de dinheiro e fazenda: “Fazia trazer publicamente muitas cousas para a sua casa; secretamente desviava

muitas mais” (BLUTEAU, [entre 1712 e 1728], p. 183). Evidentemente, essa sentença exprime um ato ilícito. O que nos leva a apurar seus usos em nosso *corpus* documental.

Em primeiro lugar, cabe dizer que localizamos 107 repetições do substantivo desvio e do verbo desviar. Desse conjunto, a maioria absoluta está fora do nosso recorte temporal ou temático, pois se refere ao desvio de uma rota, de uma estrada, de um trajeto. Sobram somente 11 documentos a serem analisados de forma mais atenta. Em segundo lugar, não restam dúvidas de que as fontes selecionadas estão nomeando práticas contrárias às normativas régias. Buscava-se, em todos esses casos, prevenir ou investigar os desvios de mercadorias ou dinheiro, seja no comércio ou no pagamento de tributos.

Ao menos um dos 11 documentos problematizou o envio de produtos para destinos não autorizados pela Coroa. Na década de 1720, Vasco Fernandes Cesar de Menezes solicitava ao rei uma investigação sobre o desvio de tabacos de Pernambuco para a Costa da Mina. Roquinaldo Ferreira estudou esse comércio ilegal, indicando a sua importância para garantir o fluxo de escravos necessário às minas. Provavelmente, por essa razão, as várias solicitações de Menezes para “dar providência mui eficaz para se remediar este descaminho” não foram atendidas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1952d).

O caso da casa da Alfândega do Rio de Janeiro volta a aparecer neste ponto da pesquisa. O Conselho Ultramarino atestava que o tamanho do lugar criava oportunidades de desvio. A solução proposta foi colocar a Alfândega no grande armazém da Junta do Comércio. Novamente, o espaço aparece como causa e solução do problema do descaminho. Todavia – pasmem – falava-se, a essa altura, da nova casa da alfândega construída durante o governo de Aires Saldanha.

Um ano antes, Luis Vahia Monteiro havia descrito a Alfândega como inapropriada por possuir várias portas. Se essas portas facilitavam o desvio das mercadorias e a sonegação dos tributos, os contínuos furtos na calada da noite ou mesmo em plena luz do dia, na avaliação do governador, ocorriam com a conivência – ou mesmo com a participação – dos sentinelas. Assim, mais do que o espaço, o motor para os desvios eram as possibilidades de ganhos extras que as partes envolvidas podiam conseguir (ARQUIVO NACIONAL, 1720, p. 43 apud OLIVEIRA; CARDOSO, 2016). Os sentidos e usos de desviar nos remetem a nosso último vocábulo: descaminho.

O ato de descaminhar

De diferentes formas e com uma recorrência considerável, os regimentos, cartas, portarias e provisões costumavam conter a máxima “para que não haja

o menor descaminho”. Rafael Bluteau associava o descaminho a um conteúdo moral. Descaminhar era ato cometido por uma *Immoderata licencia e Vita dissolutior*, ou seja, por quem vivia de forma desmedida, relaxada, corrupta, depravada. Também descaminhava, saía do caminho, aquele que desviava o dinheiro da República. Em verdade, asseverava Bluteau, essa prática era um delito contra seu amo (BLUTEAU, [entre 1712 e 1728], p. 205). Portanto, é essa a expressão que nos ajuda a identificar o tipo de prática que estamos buscando investigar. Observemos os números da pesquisa no tocante aos termos que remetem a práticas ilícitas.

As ações em questão totalizam 1.862 citações, das quais quase 80% são nomeadas como “descaminhos”, “descaminho” e “descaminhar”. Como forma de amostragem, selecionamos os 184 casos de uso do substantivo no singular presente na Coleção. Desse conjunto, 60% remontam ao século XVIII. O maior volume pode estar relacionado a alguns fatores como a maior proximidade temporal; o crescimento populacional; o incremento de uma cultura escrita; a maior dispersão territorial das atividades econômicas; mas, inegavelmente, à descoberta do ouro: alvo privilegiado das diversas práticas ilícitas.

Os documentos inseridos no nosso recorte temporal totalizam 137 e abordam a questão fiscal e o contrabando. Desse universo, podemos dizer que 15 deles nos permitem problematizar, sem sombra de dúvidas, ambos os temas. Ainda que um produto contrabandeado dificilmente contribua para o fisco régio, fizemos aqui essa distinção: focaremos nos documentos em que há menção direta às perdas fiscais. O contrabando e comércio ilegal surgem a partir desse critério. Passaremos a analisar, então, os 70 documentos restantes.⁴

O que procuramos nesses documentos? Data de ocorrência; tipo de tributo; ação preventiva ou investigativa; punições ou perdões. De forma que temos 36 casos dedicados à prevenção de descaminhos da Fazenda régia e 34 contendo orientações ou ordenando que sejam realizadas investigações.

A existência de uma preocupação da Monarquia em combater as práticas ilegais é o que torna essa pesquisa viável. Caso a Coroa não estivesse interessada em conter, punir ou mesmo em conceder o perdão aos “descaminhadores”, dificilmente haveria registros sobre os atos.

Dessa atividade fiscalizadora da metrópole, temos inscrita na memória de grande parte dos brasileiros uma clássica imagem ligada aos descaminhos: o santo do pau oco. Esculturas de madeira ocas por dentro e recheadas de ouro por quintar circulavam pelas estradas até os portos, seguindo na calada da

4. Cabe dizer que, infelizmente, não foi possível contemplar as variações nominais e verbais do termo, que, como pode ser visto na tabela 1, triplicaria essa consulta. Igualmente, consideraremos poucas fontes do Projeto Resgate, uma vez que, desde o princípio, sua inclusão nesta pesquisa foi com o objetivo de complementar e aprofundar as questões suscitadas pelos documentos da Coleção Documentos Históricos.

noite, para os navios. A Coroa perdia, dessa forma, seus quintos – e o Brasil, seu rico mineral. Para Paulo Oliveira (2005), se para a Fazenda Real essa prática implicava na perda de direitos, caracterizando, portanto, ilícito fiscal, ao fim e ao cabo, o ouro realizava seu caminho; era extraído da colônia e seguia para a Europa. Cumpria-se o sentido da colonização.

O imaginário relaciona o ilícito ao período noturno, mas a experiência revelou a necessidade de se manter sentinelas por toda a praia de dia e de noite (BIBLIOTECA NACIONAL, 1952c). Os atos ocorriam mesmo à luz do dia e tornavam-se públicos, provocando queixas dos povos. Como noticiou o cabido da sé do Rio de Janeiro ao Conselho Ultramarino em julho de 1701, os frades que andavam nas minas de ouro agiam em seu próprio favor, sendo “poucos os religiosos a quem se podia encomendar o exercício do bem espiritual das almas”. Os religiosos agiam contra Deus e contra a Sua Majestade. Em oposição ao interesses régios, “divertiam os quintos do ouro”, ou seja, descaminhavam. Os conselheiros recomendavam uma seleção mais criteriosa dos missionários enviados para as minas, indo apenas aqueles que fossem “vestidos daquela virtude que é necessária, para que sirvam mais de exemplo do que de escândalo”. Os outros religiosos sem licença deveriam ser enviados, imediatamente, para o Rio de Janeiro (BIBLIOTECA NACIONAL, 1951a).

Interessante notar a ausência de uma recomendação punitiva aos frades descaminhadores, ou mesmo de uma orientação para a averiguação do relato. Tais ausências contrastam com o interesse com o qual os conselheiros tratavam a questão. A discussão, segundo consta, foi iniciada no mesmo dia em que o procurador do cabido apresentou a carta ao tribunal e os conselheiros afirmam que se tratava de negócio de muita importância, necessitando de “toda vigilância”, cabendo evitar “não só as ofensas de Nosso Senhor, mais a atalhar-se os danos que se podem seguir no descaminhos dos quintos”. Os privilégios dos membros do clero talvez dificultassem – ou mesmo impediam – a imputação de penas leigas sobre os seus atos, tornando-os parceiros cobiçados nos negócios de trapaça.

Grazielle Cardoso e Renata Ávila (2014) atestaram o envolvimento de membros da ordem beneditina em uma ampla gama de descaminhos e demais ilegalidades. Os personagens investigados por elas, quando acusados da prática de descaminhos ou outras ilicitudes, recorreram das penas e foram inocentados. Assim, podem ser caracterizados como astutos articuladores, estrategistas que souberam muito bem usar de sua inteligência para fazer com que os ventos soprassem a seu favor (SOUZA, 2011; ÁVILA; CARDOSO, 2014).

As medidas para conter os descaminhos não remetem somente ao período da mineração. Encontramos um alvará, de 1657, no qual se ordenava a criação de regimentos, livros e cadernos, principalmente na câmara, referentes a toda a arrecadação executada ou administrada pelos oficiais. Pois o registro

evitaria “qualquer descaminho dos que pode ocasionar a confusão e a falta de ordem (...)”. Todavia, nem todas as câmaras contavam com esse acerto; sugeria-se aos moradores que seguissem o exemplo da Câmara de Salvador. Novamente, a situação do registro dos tributos aparece como um traço característico dessa administração fiscal (BIBLIOTECA NACIONAL, 1928d; BIBLIOTECA NACIONAL, 1941).

Chamou-nos a atenção outra orientação com o objetivo de evitar o descaminho. Quando uma figura fiscal estava sujeita a desvios e seus processos para combatê-los eram morosos demais, a Coroa ordenava que a renda fosse colocada em preção. No início do ano de 1684, o Chanceler da Relação da Bahia, João de Sepulveda e Matos, informava sobre a baixa arrecadação da dízima, atribuindo essa situação à falta de um executor “que aprecie a cobrança” e à pouca vontade com que agiam os escrivães para tirarem os processos. Relata, ainda, a ausência de um meirinho para fazer as execuções e o descaso dos juizes em satisfazer a cobrança. Com isso, os descaminhadores livravam-se de suas culpas e a Fazenda Real deixava de arrecadar cinco mil cruzados (BIBLIOTECA NACIONAL, 1950).

A proposta do desembargador para admitir oficiais remunerados destinados a executar as cobranças foi ponderada pelo Procurador da Fazenda. Ele assevera contra o desembargador, lembrando “que suposta a omissão que o Chanceler apontava e que ele poderá remediar castigando os escrivães e meirinhos que fossem negligentes ou maliciosos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1950). Mas tanto o Procurador como o Conselho Ultramarino concordavam que “o melhor meio seria mandar que este direito das dízimas se contratasse a arrendar”. Esse seria o único meio de fazer os recursos seguirem seu curso esperado: a Fazenda Real.

As dízimas podiam ser da alfândega, do foro das terras dadas em sesmaria, do tabaco, do pescado, entre outras. Ao tomarmos o lugar de fala de João de Sepulveda, Chanceler da Relação, podemos supor que o caso em análise remete à dízima da chancelaria. Segundo Angelo Carrara, essa teve seu regimento emitido em 25 de setembro de 1655. A renda deveria ser destinada ao custeio das despesas judiciais.

Tal como ordenava a lógica fiscal da época, uma renda era criada a partir de uma despesa, devendo seguir consignada a ela. Todavia, nem sempre essa lógica imperava, pois não faltam exemplos de usos diversos para as rendas fiscais. Com a dízima não foi diferente. Em uma busca rápida na Coleção Documentos Históricos, vemos alguns exemplos dessa dinâmica. Em 1678, o dinheiro da dízima foi usado para comprar índios de resgate, sela para cavalos e como ajuda de custo para o capitão Francisco Fernandes Pacheco. Todos os gastos tinham por objetivo final custear a jornada às minas de salitre (BIBLIOTECA NACIONAL, 1936a).

Essas ordens sugerem que os recursos adquiridos através da cobrança da dízima da alfândega estavam disponíveis e sob o controle do tesoureiro geral. Tal situação não permite afirmar se, a essa época, os impostos estavam arrematados ou não, já que cabia ao contratador entregar ao tesoureiro geral os rendimentos do contrato. O primeiro indício de arrematação foi indicado por Angelo Carrara. O historiador afirma haver uma carta régia de fevereiro de 1681, pela qual já era ordenado o arrendamento desse tributo (CARRARA, 2009).

A lacuna entre as duas deliberações é bastante interessante. Teriam os oficiais ignorado as orientações metropolitanas e não colocado o contrato em pregão? Ou esse não teria encontrado interessados? Ambas as situações podem ter ocorrido. Para a Bahia, encontramos contratos do imposto em questão nos anos de 1750 e 1767. Em Pernambuco, o contrato encontrado data de dezembro de 1800. Para o Rio de Janeiro, a arrematação refere-se também à segunda metade do século XVIII (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, [entre 1750 e 1800]a; [entre 1750 e 1800]b).

Rastreando um pouco mais a dízima da chancelaria, encontramos uma série de nomeações para diversos cargos no sentido de efetuar a cobrança dos efeitos atrasados. Em 12 de dezembro de 1712, foi nomeado o desembargador Rodrigo Rabelo da Silva. Em agosto do ano seguinte, foi a vez de Mateus Dias da Silva, como meirinho, e Braz de Fonseca, como seu escrivão. Mateus Silva será substituído por Manuel Afonso da Costa, ainda antes de a equipe partir para o sertão (BIBLIOTECA NACIONAL, 1940).

No ano de 1729, a dízima foi mais um motivo de tensão entre os oficiais da câmara, o governador e os moradores da capitania dos mazombos (MELLO, 2007; 1986; 2003). O governador escreveu ao rei denunciando os vereadores da câmara de Olinda e da praça de Recife por permitirem que, depois do acordo já feito, os procuradores da dízima acrescentassem um valor a mais ao contrato. Acusava-os, também, de permitir que cobrassem dívidas atrasadas. A primeira postura dos camarários lesava a Fazenda Real, pois os rendeiros arrendavam o contrato com a Coroa por um valor, mas com a permissão dos oficiais da câmara acabavam arrecadando mais, sem repassar qualquer parte do referido ganho à Fazenda Real. A segunda vexava os povos, pois a natureza dessa figura fiscal não permitia tal atitude.

Como consta na correspondência enviada ao vice-rei Conde de Sabugosa, a “dita dízima da chancelaria, que é uma pena imposta ao que faz má demanda, e não direito real”, deveria ter um preço limitado pelo que se contratou. A deliberação régia foi pela anulação do contrato e suspensão das dívidas pretéritas, pois, afirmava o monarca, “sou servido perdoá-las”. Aqui, a tipologia da imposição acabou por definir a dinâmica fiscal, ou seja, a teoria interferia na prática (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1729).

Além disso, a questão em tela indica mais dois pontos sobre a dinâmica fiscal. Primeiro, podemos notar que, mesmo não sendo possível encontrar um contrato da dízima da chancelaria, a presença de contratadores evidencia a existência desse procedimento. Na carta régia citada acima, há ainda a orientação para fazer uma nova arrematação separando os contratos de cada capitania. Por último, ao contrário da expectativa régia, os contratos não reduziam os descaminhos em si; os devedores da dízima continuavam lesando a Fazenda Real, todavia, esse prejuízo era, por esse meio, dividido entre a monarquia e os contratadores.

Retomemos aqui a questão em torno do não-pagamento ou dos descaminhos das rendas fiscais e a punição e o perdão. Na vila Nova da Rainha, os tumultos contra a forma de lançamento dos quintos a partir das bateias foram perdoados, pois se era considerado “certo também que todo o mineral ou seja ouro, prata, pedraria, etc., se devem com justiça e consciência os quintos a El-Rei como verdadeiro e Real Senhor” (MONTEIRO, 2002). Todavia, preocupava aos envolvidos definir uma forma de cobrar e de serem pagos “sem descaminho e com suavidade”.

Os mecanismos para conter os descaminhos esbarravam em uma série de desafios. Combater a circulação de ouro não quintado, por exemplo, dependia de uma cadeia de indivíduos mais ou menos comprometidos com os objetivos da Coroa. Tal situação pode ser evidenciada na correspondência do governador do Rio de Janeiro, Luis Vaia Monteiro. Segundo ele, seus esforços em conter o descaminho foram em vão pela fraqueza de um sargento. Em uma emboscada na qual se tomaria uma grande quantia de ouro em posse de Manuel Lopes, os soldados trocaram alguns tiros, mas logo fugiram com a ordem do sargento. Para Vaia Monteiro “porque semelhantes fraquezas e os desinteresses e pouca eficiência das diligências são as causas de se não evitarem tão grandes roubos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1951b).

Os roubos podiam não ser evitados, mas, como a historiografia tem mostrado, alguns homens foram devassados, julgados e condenados. Obviamente, só sabemos da existência desses crimes porque havia o interesse da Coroa em reduzir os danos. Em trabalho recente, Lincoln Santos analisa uma série de devassas arquivadas na Biblioteca Nacional referentes ao contexto da mineração do século XVIII. O historiador identifica “um certo ritual jurídico, onde ocorria uma considerável descrição do crime, assim como, onde e quando ocorreu, além de quais foram as motivações ligadas a tal prática” (SANTOS 2016, p. 14). Segundo o autor, todos os processos envolveram homens que podiam ser militares, comerciantes, viajantes ou membros da administração. As origens sociais eram variadas: pobres, ricos, recém-chegados ou não. Alguns eram reincidentes. Quando havia condenação, a pena aplicada era o degredo e a perda dos bens. Todavia, em muitos casos, a apelação da defesa

acabava por conseguir suplantar o exílio, argumentando que o réu desconhecia as leis locais ou que havia quintado o ouro em outra região.

As referências aos descaminhos do ouro são recorrentes na documentação selecionada. Descaminhava-se o produto e o direito régio cobrado sobre ele. Vejamos agora outros dois gêneros de produtos que eram alvo de descaminhos. Tanto o tabaco como os escravos eram objeto de ilícito fiscal e de contrabando. Cabe notar que o universo delimitado neste ponto da pesquisa, o tabaco perde para o ouro com apenas uma citação a menos. Evidentemente, o ouro era muito mais fácil de descaminhar. O alto valor das pequenas pepitas, ou mesmo o pó, exigia poucos esforços para a sua ocultação. Igualmente, tratava-se de descaminhar a moeda em si. Ao contrário, os rolos de tabaco precisavam ser inseridos em uma rede comercial para o ganho ser realizado e, obviamente, para compensar os custos e possíveis danos, fazia-se necessário descaminhar uma boa quantidade, um volume considerável.⁵

No caso dos escravos, uma estratégia era retirar, nos portos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, as guias de pagamento dos direitos deles, alegando enviá-los para as minas, mas vendê-los no litoral e depois “trespassarem as ditas guias a outras pessoas, com elas introduzirem outros escravos e passarem para as minas livres de direitos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1948). Assim, introduziam-se vários deles, deixando de pagar os direitos correspondentes a cada cabeça.

O relato acima nos permite encaminhar um último problema: a associação implícita entre contrabando de mercadorias e descaminho fiscal. Evidentemente, quando um dos muitos navios franceses aportavam no litoral brasileiro e vendiam pessoas escravizadas a peso de ouro, a Fazenda Real não arrecadava um centavo do direito sobre eles ou de outros tributos. Porém, se, no caso, os franceses tivessem trazido uma mercadoria não sujeita à tributação, haveria apenas contrabando – e não lesaria diretamente a Fazenda Real. Isso porque “contrabando” pode ser entendido como o ato de importar ou exportar produtos proibidos, ou, no período colonial, manter comércio com quem não tem licença para fazê-lo. Em ambos os casos, não configurava, essencialmente, ilícito fiscal.⁶

Todavia, como mostrou Vitorino Magalhães Godinho, a partir das Grandes Navegações, as rendas alfandegárias passaram a ser cada vez mais essenciais para a Fazenda Real. A dependência da Coroa Portuguesa em relação

5. Dado o limite desse estudo e a própria característica dos documentos – dispersos e sintéticos –, não vamos nos debruçar sobre esse estudo de caso.

6. Atualmente, o código penal brasileiro distingue os dois crimes, caracterizando o descaminho como o ato de frustrar o pagamento de direitos alfandegários ou impostos sobre consumo; e o contrabando como o ato de importar ou exportar produtos proibidos (REGIS, 2009, p. 305).

à circulação de mercadorias era crescente. Assim, dificilmente, um produto com valor de mercado não tinha uma tributação sobre ele. No geral, a Coroa estava sempre preocupada com o contrabando pela perda comercial para os mercadores portugueses mas, principalmente, pela fissura em sua arrecadação alfandegária.

Portanto, quando usavam a mesma guia para enviar os escravos para as minas, não estavam contrabandeando peças; o comércio de escravo era legal. Estavam sim, acarretando perdas à Fazenda Real e, portanto, sonhando ao fisco – diferente do caso do envio de pau-brasil para São Thomé e para a Costa da Mina. Os mestres dos navios sabiam claramente que, podendo navegar em direitura para a África, não podiam levar o pau-brasil (que era monopólio, sendo seu comércio exclusivo). E sem o arrendamento desse monopólio, incorriam no crime de contrabando, tanto quanto crime fiscal, pois afetavam diretamente as rendas da Coroa (BIBLIOTECA NACIONAL, 1936b).

Assim, encaminhamos para a conclusão deste trabalho, evidenciando as intrincadas e complexas relações fiscais na sociedade colonial, advertindo que o monumental conjunto documental identificado com a temática em análise nos revela a importância de novos estudos. Mesmo diante dos limites desta pesquisa, averiguamos que a palavra “corrupção”, tal como entendemos hoje, raramente era utilizada para dar conta das práticas que compreendemos como corruptas atualmente. Todavia, um outro conjunto de vocábulos buscava dar conta dessas atitudes desviantes, sendo inegável a predominância do termo “descaminhos”.

O descaminho implicava em uma ampla categoria de comportamentos e práticas ilícitas que acabavam por lesar a Fazenda Real de diferentes formas. Entre elas, destacamos o repasse de guias de pagamento; os soldados fantasmas; a mudança dos termos dos contratos; o não registro ou mesmo a inexistência de livros e cadernos para fazê-lo. Esses, quando existiam, eram mal escritos, com páginas faltantes ou corroídos por traças e cupins. Não lançar a movimentação das mercadorias ou a arrecadação dos tributos foi uma das estratégias mais comuns.

Vimos, também, algumas medidas implementadas pelos agentes régios, como a arrematação de contrato; o estabelecimento de inquéritos; o envio de sentinelas; nomeação de oficiais; obras na casa da alfândega e, até mesmo, um exame do caráter dos religiosos estiveram entre as pautas para conter os descaminhos.

A Coroa demonstrava e exigia de seus representantes ações para evitar quaisquer descaminhos. Estava preocupada, portanto, com os ganhos não institucionais angariados pelos homens de negócios, oficiais, senhores de engenho, ou quaisquer outros vassalos do mundo colonial. Principalmente quando esses lesavam as rendas régias. Observemos, contudo, que havia uma tolerância significativa a esses atos – havendo indicações de penas – mas

também existia espaço para o perdão. Desse modo, com perdas e ganhos, fazia-se uma política fiscal descentralizada e dispersa pelo conjunto da sociedade e de suas atividades econômicas. Enquanto isso, a Coroa e os agentes coloniais estavam atentos aos ganhos extras, mas principalmente, em que medida esses ganhos lesavam a Real Fazenda.

Referências

- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. 237 p..
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). 38, p. 236-238, 1938. *Avulsos Pernambuco*, caixa 7, doc. 517. Pernambuco, 6 out. 1656.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Avulsos da Bahia*. Caixa 5, doc. 1.343. Espírito Santo, 11 set. 1649.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Bahia, caixa 1, doc. 34. Lisboa, 14/07/1612. AHU. Bahia, caixa 1, doc. 37. Lisboa, 08 out.1612.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Bahia, caixa 1, doc. 68-69. [s.d.]
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Bahia, caixa 3, doc. 347. Bahia, 12 dez. 1738.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Caixa 102, doc. 8.086 e 1.767. [c.1750-c.1800a]
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Caixa 158, doc. 12.052. [c.1750-c.1800b].
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Livro de registro de cartas régias e avisos dirigidos ao governador do Brasil e outras entidades sobre diversos assuntos*, Códice 245. f. 8 v. Lisboa, 15 set.1673.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Luíza da Fonseca*. Bahia, doc. 2.235. Bahia, 20 jan.1668.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Luíza da Fonseca*. Bahia, doc. 3.699. Salvador, 26 maio 1692.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pernambuco, Caixa 1, doc. 49. 03 fev.1616.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Pernambuco, caixa 38, doc. 3.444. Recife, 11 jun. 1729.
- ÁVILA, R.; CARDOSO, G. O envolvimento de beneditinos com descaminhos e demais licitudes: Rio de Janeiro (1702-1729). *Angelus Novus*, São Paulo, n. 6, p. 115-142, 2014.

- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 1, p. 317-321, 1928a.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 3, 1928b.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 4, p. 438-440, 1928c.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 5, p. 264-267, 1928d.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 6, p. 434, 1928e.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 16, p. 112-115; 422- 427, 1930.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 32, p. 93 e 99, 1936a.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v.32, p. 447-449, 1936b.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 35, p. 424-426, 1937a.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 36, p. 201-231, 1937b.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 50. p. 72-73 e 77, 1940.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 51, p. 183-184, 1941.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 69, p. 123-147, 1945.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 73, p. 104-105, 1946.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 78, p. 234-262, 1947.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 80, 1948, p. 326-328.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 89, p. 16-17, 1950.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 93, p. 126-128, 1951a.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 94, p. 75-76, 1951b.

- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 96, p. 175-187, 1952a.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 98, p. 123-147, 1952b.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 98, p. 44-45, 1952c.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 98, p. 56, 1952d.
- BICALHO, M. F. B. Contrabando com charme: a história de sucesso e conquistas da contrabandista francesa Joana d'Entremeuse. In: FIGUEIREDO, L. A. (org.). *A França nos trópicos*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. p. 19-25.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino* (...). Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Officina de Pascoal da Sylva, [entre 1712 e 1728]. 8v..
- CAMÕES, Luís de. "Cartas". In: SARAIVA, António José, *Luís de Camões: estudo e antologia*. Mens Martins: Publicações Europa-América, 1972. p. 321.
- CARRARA, A. A. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVII*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009. p.59-60.
- FERREIRA, R. "A arte de furto: redes de comércio ilegal no mercado imperial ultramarino português (c.1690-c.1750)". In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português – séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 203-242.
- FIGUEIREDO, L. A. R. *Revolutas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- FURTADO, J. F. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.
- GEA, B. C. *Fraude y desobediencia fiscal en la corona de Castilla en el siglo XVII*, (1621-1700). Valladolid: Junta de Castilla Y León, Consejería de Educación y Cultura, 2000.
- GUIMARÃES, M. Contratos e Conluios: a administração fazendária no Rio de Janeiro. *Revista da sociedade brasileira de pesquisa histórica*, Curitiba, v. 21, p. 41-19, 2001.
- KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos*. v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- KÜHN, F. Os interesses do governador: Luis Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1750). *Topoi*, v. 13, n. 24, p. 29-42, 2012.
- LAMAS, F. G. *Os contratadores e o Império colonial português: um estudo de casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

- LYRA, M. L. V. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo: contribuição à história tributária do Brasil Colonial (1640-1750)*. 1970. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.
- MARTÍNEZ, M. S. La monarquía y las ciudades desde el observatorio de la fiscalidad. In: MUÑOZ, J. A. S. (coord.). *La Corona de Aragón en el centro de su historia, 1208-1458*. La monarquía aragonesa y los reinos de la corona. Zaragoza: Grupo de Investigación de Excelencia C.E.M.A, Universidad de Zaragoza, 2010. p. 43-64.
- MARTÍNEZ, M. S. Tributos Negociados: las questie/subsidios de las villas catalanas en le primera mitad del siglo XIV. *Anuario de estudios medievales*. v. 38, n. 1, 2008.
- MAXWELL, K. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MELLO, E. C. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MELLO, E. C. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- MELLO, E. C. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MONTEIRO, R. B. *O rei no espelho: a Monarquia Portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- OLIVEIRA, P. C.. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- OLIVEIRA, P. C.; CARDOSO, G. C. Estrutura e dinâmica da fiscalização e arrecadação do direito da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro, 1700-1725. In: CARRARA, A. A.; OLIVEIRA JR., P. C. *As alfândegas do Brasil: Rio de Janeiro e Salvador, século XVIII*. Estudos de administração fazendária. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2016. p. 23-53.
- OSÓRIO, H. *O Império português: no sul da América – estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- POCOCK, J. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PÉREZ, J. I. F. “Aproximación al estudio de las actitudes sociales ante el fisco: el fraude fiscal en la corona de castilla en el siglo XVI”. *Studia historica: História Moderna*, Salamanca, p. 99-110, 1987.
- PROST, A. As palavras. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 295-230,
- REGIS, L. *Direito penal econômico*. São Paulo: RT, 2009.
- ROMEIRO, A. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- SALAS, L. A. La fiscalidad, el estado moderno y la historiografía nobiliária: estados fiscales y nobleza castellana (siglos XVI y XVII). *Tiempos modernos*. Revista electrónica de Historia Moderna. v. 3, n. 8, 2003.

SALAS, L. A. (org.) *Los ámbitos de la fiscalidad: fronteras, territorio y percepción de tributos en los imperios ibéricos (siglos XV-XVIII)*. Madrid: Ministerio de Economía y Hacienda; Instituto de Estudios Fiscales, 2011.

SALGADO, G. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALLES, H. N. A. *Negócios e negociantes em uma conjuntura crítica: o ponto de Salvador e os impactos da mineração, 1697-1731*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SANTOS, F. *Memórias do distrito diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, L. M. *Governo, poder e fiscalidade: as Minas Gerais setecentistas nos domínios do Império Português (1700-1750)*. Fundação Biblioteca Nacional (em itálico), Rio de Janeiro, 2016. Seção Pesquisa. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/les/documentos/producao/pesquisa/2016/governo-poder-scalidade-minas-gerais-setecentistas-nos.4676.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SCHWARTZ, S. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, J. V. A. *Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c.1580-c.1690*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

VEIGA, João Pedro Xavier. *Efemérides mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

XII Encontro Nacional de Acervos Raros

Acervos raros no Brasil:
coleções formadoras e políticas de
desenvolvimento de coleções



A dispersão como princípio: breve relato sobre o destino de acervos bibliográficos de memória no Brasil

Ana Virginia Pinheiro

Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional e professora
da Escola de Biblioteconomia da Unirio

Joelma Neris Ismael

Mestre em Biblioteconomia pela Unirio. Possui graduação em Biblioteconomia.
Servidora federal, coordena o Centro de Documentação e Pesquisa da Funarte e
integra a Comissão Multidisciplinar para Avaliação de Acervos da instituição

Manoel Silva Barata

Mestre em Biblioteconomia pela Unirio e bibliotecário
do Instituto Carlos Chagas da Fiocruz-PR

Neide Verçosa e Silva

Bibliotecária da UFRJ, mestre em Biblioteconomia pela Unirio





Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar um breve relato sobre a dispersão dos acervos bibliográficos no Brasil a partir da história recente de seis instituições da administração pública federal brasileira que foram extintas ou transformadas durante a reforma administrativa empreendida pelo governo do presidente Fernando Collor de Melo no ano de 1990: Embrafilme, Fundação do Cinema Brasileiro, Fundação Nacional de Artes, Fundação Nacional de Artes Cênicas, Instituto do Açúcar e do Alcool e Instituto Brasileiro do Café. O relato se desenvolve a partir do histórico das instituições; aborda a formação e desenvolvimento de seus acervos; seu processo de extinção ou transformação e o destino imposto a cada uma das instituições; a transferência material dos acervos para as instituições de guarda eleitas e as perdas verificadas na preservação e no acesso. A conclusão reflete sobre a responsabilidade de guarda e acesso aos acervos de memória de instituições públicas que foram espalhados em outras instituições e colocados sob risco, que perdura, de dispersão similar.

Palavras-chave: Acervos bibliográficos de memória. Formação e desenvolvimento de coleções. Bibliotecas desaparecidas.

Abstract

The paper presents a brief account of the dispersion of bibliographical archives in Brazil focusing on the recent history of six Brazilian federal institutions which were either terminated or transformed in the reform promoted by president Fernando Collor de Mello in 1990: Embrafilme, Fundação do Cinema Brasileiro, Fundação Nacional de Artes, Fundação Nacional de Artes Cênicas, Instituto do Açúcar e do Alcool, and Instituto Brasileiro do Café. Our account begins with a history of these institutions, discussing how their collections were formed and developed, how they were terminated or transformed and what fate was imposed on each of these institutions; the material transference of their collections to the chosen keeper institutions; and the issuing failures in preservation and access. It concludes by pondering the responsibility to maintain and provide access to archives filled with the memory of public institutions which were spread out and put at risk, noting that other institutions have gone through a similar situation.

Keywords: Bibliographic collections of memory. Formation and development of collections. Missing libraries.



Introdução¹

Esta pesquisa objetiva apresentar um breve relato sobre a dispersão dos acervos bibliográficos no Brasil, a partir da história recente de seis instituições da administração pública federal brasileira, que foram extintas ou transformadas durante a reforma administrativa empreendida, no ano de 1990, pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello.

A eleição dessas instituições como objeto de estudo se deve à representatividade e relevância que seus acervos bibliográficos tinham no cenário científico, artístico e cultural, considerados “lugares de memória” (NORA, 1993), abrigados em bibliotecas formalmente estruturadas, com todos os recursos humanos e materiais inerentes, e constituídas como espaços funcionais de pesquisa, guarda e, de acordo com suas missões estatutárias, de salvaguarda de uma memória social específica. É importante frisar que todas as instituições eleitas eram de caráter federal, e suas extinções ou transformações, certamente, impactaram a pesquisa no Brasil.

As informações sobre seus destinos tornaram-se possíveis com o advento de bancos e bases de dados eletrônicos, disponíveis na *web*, indexados por palavras-chave e que expõem, invariavelmente, os mecanismos praticados na dispersão dos acervos.

Os acervos bibliográficos referidos pertenciam às seguintes instituições:

- Distribuidora de Filmes S. A. (Embrafilme, sociedade de economia mista);
- Fundação do Cinema Brasileiro (FCB, fundação);
- Fundação Nacional de Artes (Funarte, fundação);
- Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen, fundação);
- Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA, autarquia);
- Instituto Brasileiro do Café (IBC, autarquia).

Para a elaboração deste relato, foram considerados dois aspectos. O primeiro refere-se à história da transferência e dispersão dos acervos, através da documentação formal que determinou a extinção e a transformação das instituições mantenedoras. A pesquisa utilizou também depoimentos informais dos profissionais das instituições envolvidas. Já o segundo, envolveu a preocupação com a preservação desses acervos no contexto de sua permanência e possibilidades de acesso.

1. Texto produzido no contexto das pesquisas e debates ocorridos nas aulas de “Biblioteconomia, Cultura e Sociedade/Biblioteconomia de Livros Raros”, disciplina do Mestrado Profissional oferecido pelo Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Antecedentes históricos

Desde a inauguração da primeira biblioteca oficial em terras brasileiras, a Real Bibliotheca, diversos atos de transferência e fusão de acervos bibliográficos foram frequentes na história desta e de outras unidades de informação. O acervo bibliográfico que aportou aqui, aliás, já era constituído por outros de diversas origens – estes argumentos fundamentaram a *Teoria da Biblioteca Antropofágica*, proposta por Pinheiro (2011, p. 144), de que “toda biblioteca surge da incorporação de outras bibliotecas – no todo ou em parte” e que essa circunstância “sempre alicerçou a formação e o desenvolvimento de acervos bibliográficos”.

De fato, no Brasil, bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação sempre foram alvos de decisões governamentais que afetaram e afetam não apenas suas estruturas e funcionamento, mas também o destino das coleções que compõem seus acervos. Como consequência, a gestão do patrimônio bibliográfico e documental no Brasil sempre esteve associada a questões relativas ao abandono, ao esquecimento, à destruição e à perda de bens (manuscritos e impressos), bem como àquelas relacionadas aos modos de formação e desenvolvimento de coleções sem controle formal, envolvendo a partilha de acervos (LAGE, 2002, p. 27).

Uma história recente

O instrumento que desencadeou a questão em estudo foi a Exposição de Motivos nº 085 (BRASIL, 1990, p. 347), assinada pelo Ministro da Justiça Bernardo Cabral, e a Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990 (BRASIL, 1990), que a complementa e propõe a extinção e a dissolução de autarquias, fundações e empresas da administração pública federal, num total de vinte e quatro entidades, consideradas inúteis, conforme a seguinte justificativa:

[...] 2. A proposta de Medida Provisória que tenho a honra de submeter à superior consideração de Vossa Excelência extingue ou dissolve autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 3. São entidades cuja existência não mais se justifica. Suas atividades, de um lado, podem ser exercidas por outros órgãos da Administração Pública e de outro, devem ser reservadas à iniciativa privada, segundo modelo econômico traçado pela própria Constituição. 4. A redução do número de entidades da administração é um dos fatores fundamentais para racionalizar e tornar menos onerosa a prestação dos serviços públicos e promover o desenvolvimento nacional ajustado [...].

A Medida Provisória se consolidou, com vetos e retificações, na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (BRASIL, 1990), que conferiu autorização ao Poder Executivo para “extinguir ou transformar”, entre outras entidades da Administração Pública Federal, todas as fundações indicadas nesse estudo.

A Lei nº 8.029 constituiu o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Ibac), sob o regime jurídico de fundação, e determinou que essa instituição recebesse os acervos, as receitas e as dotações orçamentárias, assim como os direitos e obrigações da Funarte, da Fundacen e da Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) (BRASIL, 1990, Art. 2º, I). Em seu artigo 25, a lei esclarece que “o Presidente da República disporá sobre a transferência das atribuições do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal”. Não há, na lei, qualquer referência específica sobre o destino do Instituto Brasileiro do Café (IBC), apenas uma referência genérica, no *caput* do § 1º do artigo 12, que instrui:

Art. 12. Os bens imóveis integrantes do patrimônio das autarquias de que trata o art. 1º, I [IAA e IBC, inclusos], [...] serão incorporados ao patrimônio da União, [...]. § 1º Os bens imóveis, materiais e equipamentos, integrantes do acervo das autarquias e fundações referidas neste artigo, passarão ao patrimônio da União e, após inventário, à responsabilidade da Secretaria da Administração Federal, que promoverá a sua redistribuição a outros órgãos da Administração Pública Federal.

Quanto à Distribuidora de Filmes S. A. (Embrafilme), o artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 8.029 (BRASIL, 1990) conferiu autorização ao Poder Executivo para dissolvê-la ou privatizá-la, sem referendar seu destino; até que o Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990 (BRASIL, 1990), promulgado enquanto os processos de extinção, dissolução ou privatização não se concluam, em seu artigo 3º, inciso II, alíneas a e b, vinculou, respectivamente, o IAA e o IBC ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; e no artigo 4º, inciso IV, vinculou a Embrafilme à Secretaria da Cultura da Presidência da República, levando à inferência de que esta vinculação envolveu seus bens móveis e imóveis.

A vinculação do IAA, no entanto, foi revogada pelo Decreto nº 99.288, de 6 de junho de 1990 (BRASIL, 1990), que transferiu suas atribuições e competências à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, “até que esteja ultimado seu processo de extinção”. O Decreto nº 99.288/1990 faz referência, apenas, às atribuições do IAA, sem tratar de seu patrimônio, levando, por sua vez, à dedução de que todos os seus bens móveis e imóveis permaneceram sob a gestão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento – desse modo designado no governo do presidente Fernando Collor de Mello, após a consolidação de três ministérios como parte da política de redução de gastos adotada.

Sobre o destino dos acervos bibliográficos das instituições extintas e transformadas

Resgatar informações sobre o destino dos acervos bibliográficos das instituições “extintas e transformadas” demandou um trabalho de extensa pesquisa, alicerçada na interpretação de textos jurídicos que omitiram, ou não definiram claramente, os destinos atribuídos às bibliotecas que, outrora, subsidiaram a pesquisa, nas suas especialidades.

A Embrafilme, empresa estatal subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, foi criada no ano de 1969 para regular e fiscalizar a produção e distribuição de filmes cinematográficos, complementando as ações do Instituto Nacional do Cinema (INC) – autarquia que acumulava as funções normativas, financiadoras e de incentivo à cultura desde 1966. No entanto, as atividades da Embrafilme acabaram por sobrepor-se às do INC (GATTI, 2008, p. 102) entre os anos de 1969 e 1990, quando foi extinta. Desde então, tais funções, entre outras, cabem à Agência Nacional do Cinema (Ancine) e à iniciativa privada.

O Decreto nº 575/92 (BRASIL, 1992), que dispõe sobre a transferência de bens da Embrafilme, não faz referência à sua biblioteca, apenas ao acervo fílmico e aos acervos documentais (administrativo, contábil, financeiro e de pessoal), destinados à Secretaria da Cultura da Presidência da República. Atualmente, um fundo documental identificado como “Embrafilme” está sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa da Cinemateca Brasileira (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA, 2016).

A Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), criada em 1987; a Fundação Nacional de Artes (Funarte), fundada em 1975; e a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), criada em 1937, eram órgãos fundacionais, subordinados ao então Ministério da Cultura. Em 1990, quando foram extintos, tiveram seus acervos destinados ao recém-criado Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Ibac), até que, em 1994, foi editada a Medida Provisória nº 610, posteriormente reeditada pelas Medidas Provisórias nº 649/1994 e nº 698/1994, considerando que a Medida nº 752/1994, editada com o mesmo fim, não teve eficácia (BRASIL, 1994a, b, c, d).

A MP 610/1994, em seu artigo 6º, renomeia o Ibac como Fundação Nacional de Artes (Funarte), mantendo sua competência e sua natureza jurídica. Os acervos bibliográficos daquelas fundações extintas compõem o acervo do Centro de Documentação e Informação da renovada Funarte (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 2016).

O IAA, uma autarquia da administração pública federal brasileira, criada em 1933 e subordinada ao então Ministério da Indústria e Comércio, tinha como missão “incentivar o consumo e regular o mercado de açúcar e álcool” até o ano de 1990, quando foi extinto. Desde então, a produção de álcool no

país e o controle de sua comercialização passou para a iniciativa privada, por intermédio de grupos criados por usineiros, o que deu início ao “período de desregulamentação do setor, com a liberação das exportações e dos preços do açúcar e do álcool” (VIAN, 2003 apud AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, 201-?).

A Decisão nº 165/92 do Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 1992) – que avaliou o processo de extinção do IAA – informou que foi feito o “levantamento, seleção e classificação do acervo da biblioteca; [e a...] preservação [...] dos acervos bibliográfico, arquivístico e documental, mediante serviços de manutenção e guarda”, sem fazer referência ao destino do acervo bibliográfico, embora conste no mesmo texto:

O patrimônio da Autarquia acumulado em 57 anos de existência *foi disperso* em pouco mais de dois anos através de órgãos governamentais. A atuação dessa entidade, que em certo período de sua vida foi altamente relevante para a economia do País, *ficará apenas na memória de uns poucos brasileiros* e na preservação de seu acervo bibliotecário e arquivístico. (grifos nossos)

O IBC, uma autarquia do governo federal vinculada ao então Ministério da Indústria e Comércio, definia a política para o setor cafeeiro no Brasil, entre 1952 e 1989 (ARQUIVO NACIONAL, 2013, p. 8-9), ou 1990, quando foi extinto. Esta política passou a ser atribuição do Conselho Deliberativo de Políticas do Café, criado a seguir e vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. “Após sua extinção seu acervo de documentos foi recolhido ao Arquivo Nacional” (NUNES, 2013, p. 7). Que destino teve seu acervo bibliográfico?

A Exposição de Motivos nº 33/1992, da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1992), consignou, entre “as principais providências adotadas para a conclusão do processo extintório” do IBC, que foram feitos o “levantamento, seleção e classificação do acervo bibliográfico”, e acrescentou que os “trabalhos de inventariação, seleção e classificação dos acervos bibliográfico, arquivístico e documental foram realizados objetivando, principalmente, preservar a memória cafeeira brasileira”. E que esses acervos foram “transferidos ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento”.

Diante do exposto, podemos verificar que os acervos bibliográficos das instituições extintas e/ou transformadas foram considerados relevantes pelos agentes de sua extinção, à luz da importância das instituições eleitas para recebê-los (Quadro 1).

QUADRO 1 – INSTITUIÇÃO / PATRIMÔNIO TRANSFERIDO / DESTINO

Instituição	Patrimônio transferido	Destino
Embrafilme	Acervo “fílmico” e “acervos documentais”	Secretaria da Cultura da Presidência da República (atualmente, Secretaria Especial da Cultura, do Ministério do Turismo)
FCB	Acervo, receitas e dotações orçamentárias, direitos e obrigações	Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – Ibac (atual Funarte)
Funarte		
Fundacen		
IAA	Bens imóveis, materiais e equipamentos	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (atual Ministério da Economia)
IBC		

Fonte: documentação jurídica dos processos de extinção.

As bibliotecas das instituições extintas e transformadas

As seis instituições em estudo possuíam bibliotecas, com acervos formados e em desenvolvimento, configurando-se como centros referenciais especializados, com tipologia documental adequada à natureza de suas áreas de concentração (Quadro 2), estruturadas conforme padrões bibliotecários internacionais e em pleno uso. Infelizmente, não foram recuperados os dados sobre o estágio de desenvolvimento e os recursos tecnológicos dos sistemas de informação implantados.

QUADRO 2 – INSTITUIÇÃO / ESPECIALIDADE DA BIBLIOTECA / TIPOLOGIA DOCUMENTAL ARMAZENADA

Instituição	Especialidade da biblioteca	Tipologia documental armazenada
Embrafilme	Cinema brasileiro	Livros, periódicos, roteiros cinematográficos, cartazes, fotos porta-de-cinema, fotografias e películas de 16 mm e 35 mm
FCB	Cinema brasileiro, Educação	Livros, periódicos, roteiros cinematográficos, cartazes, fotografias, películas 16 mm, dossiês temáticos (sobre personalidades, espetáculos e eventos, reunindo programas, convites, <i>clippings</i> , críticas, etc.)

Funarte	Artes visuais, música, fotografia, folclore	Livros, periódicos, partituras musicais, cartazes, fotografias, VHS, fitas de rolo, Betacam e K7, discos e dossiês temáticos
Fundacen	Teatro, dança, circo, ópera	Livros, periódicos, textos teatrais, cartazes, fotos, desenhos, gravuras, fitas VHS, rolo, Betacam e K7 e dossiês temáticos
IAA	Açúcar, álcool	Livros, periódicos, relatórios técnicos, estatísticas do setor e documentação jurídica
IBC	Café	Livros, periódicos, relatórios técnicos, estatísticas do setor e documentação jurídica

Fonte: Relatórios Anuais da FCB, Funarte e Fundacen; catálogo da Biblioteca do Ministério da Fazenda para informações sobre os acervos do IAA e do IBC. Disponível em: <http://biblioteca.fazenda.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 19 mar. 2020.

A transferência dos acervos

O processo de extinção das seis bibliotecas analisadas evidencia, aparentemente, a intenção de transferir acervos e serviços, partindo do pressuposto de que as instituições receptoras assumiriam a responsabilidade de preservar a memória documentada nos conjuntos, garantindo o acesso. Essa suposição faria sentido se o processo de transferência considerasse não só a materialidade do conjunto, mas também a continuidade dos produtos e serviços. Ora, nenhuma transferência desse nível é simples, haja vista que envolve diferentes mecanismos (BARRADAS, 2011, p. 49), especialmente quando decorre da extinção do órgão de sua proveniência.

Nos casos em análise, por exemplo, verificou-se a possibilidade de integrar bibliotecas com diferentes sistemas de informação e a transferência de parte das coleções, concomitantes ao remanejamento de fundos documentais, mobiliário, máquinas, prédios e pessoal para órgãos distintos. Tais circunstâncias atribuíram ao processo de extinção e transferência certa complexidade que, aparentemente, inviabilizou a especificação de ações que considerassem as nuances que personalizavam cada acervo bibliográfico, como raridades bibliográficas, publicações oficiais, pré-impresos e materiais não-livro.

Em princípio, a logística do remanejamento de bibliotecas deve obedecer rigorosamente a determinadas etapas de um planejamento, que devem objetivar, por sua vez, a preservação das coleções:

É importante acentuar as necessidades de preservação de uma coleção durante as mudanças [...]. Assegure que os livros sejam embalados tendo-se em mente sua preservação, com o cuidado devido para não danificar as obras. Os livros embalados devem ser transportados tão rapidamente quanto possível e devem ser protegidos do tempo do início ao fim da mudança. (TRINKLEY, 2001, p. 96).

Evidentemente, o cumprimento de tais recomendações depende de corpo técnico e pessoal qualificado. No entanto, a Medida Provisória que extinguiu entidades da administração pública permitiu que parte dos servidores fosse colocada em disponibilidade, o que levou à demissão de 65% do quadro funcional das instituições (LEITE, 1993, p. 122). Há que se considerar também o agravante de que parcela expressiva dos bibliotecários, documentalistas, arquivistas e técnicos em conservação das instituições extintas foram demitidos na ocasião.

A indecisão administrativa foi fator determinante para a dispersão de conjuntos, como o acervo da Embrafilme. O destino de sua coleção não está registrado em documentos da administração pública, mas, testemunhado, conforme as boas práticas, por bibliotecários do Serviço Público, curadores de coleções. Depois de passar anos no depósito da Secretaria da Cultura da Presidência da República e no Ministério da Cultura, no Distrito Federal, foi repassado à Agência Nacional de Cinema (Ancine). Antes disso, foi partilhado, ao menos, por três instituições: o acervo arquivístico está no Centro de Documentação e Pesquisa da Cinemateca Brasileira (SP); as películas, no Centro Técnico Audiovisual (RJ); e parte do acervo bibliográfico e iconográfico, na Funarte (RJ). Desconhece-se o destino de todo o montante.

A reunião do acervo da Funarte/Fundacen/FCB no Ibac foi um episódio à parte. O volume documental das três instituições e seus respectivos mobiliários foram enviados a um prédio comercial no centro da cidade do Rio de Janeiro. O estudo de peso realizado após a mudança revelou que a edificação não comportaria todo aquele conjunto de arquivos nem o pesado mobiliário em que eles eram armazenados. Providenciou-se, então, um reforço na estrutura dos armazéns. O acervo continua no mesmo local, acrescido de outros volumes, mobiliários e equipamentos, que comprometem a identidade do conjunto original.

As bibliotecas do IAA e do IBC foram reunidas à biblioteca do então Ministério da Fazenda. Porém, em virtude das dificuldades apresentadas pelas classificações diferenciadas das coleções, não puderam ser incorporadas ao acervo. Estas circunstâncias, descritas com base no depoimento de gestores dos acervos, envolvem questões mais graves de responsabilidade, que remontam a critérios pouco definidos nos processos de extinção e transformação de instituições brasileiras que possuem acervos bibliográficos desenvolvidos para determinado fim e que, agora, se encontram sob a guarda de outras

instituições, com distintas missões e configuradas como “bibliotecas desaparecidas”, porque deixaram de atender às missões para as quais foram criadas e não estão ao alcance do pesquisador, que desconhece seu destino.

A qualidade, situação e preservação dos acervos de instituições extintas e transformadas

Livros compõem coleções destinadas a serem usadas, isto é, adquirem o caráter de “coleções patrimoniais da biblioteca” e seu uso “deixa de constituir utopia, se existirem políticas efetivas que considerem a guarda e o acesso como resultados de políticas de formação e desenvolvimento” (PINHEIRO, 2015, p. 41).

Diante da especificidade temática das bibliotecas de instituições extintas e transformadas, suas coleções patrimoniais são também testemunhos dos usos, costumes e interesses de pesquisa de determinadas épocas. Essas ponderações, à luz das recomendações de preservação do Iphan (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007), justificam que os livros que compõem aquelas coleções recebam o mesmo cuidado conferido a obras de arte.

A Portaria nº 307 do Tribunal de Contas da União (2014), que dispõe sobre a política de gestão de seus bens, estabelece que “bens a exemplo de livros, obras de arte, antiguidades, bens de valor histórico e correlatos não são depreciados na respectiva avaliação” (Art. 62, item III, § 2º); que, nos processos de deslocamento de bens, transfere-se “a responsabilidade pela guarda e conservação do material” (Art. 15, § 1º), e que “os bens de valor relevante ou de significado especial para o TCU podem ser segurados” (Art. 65).

Tais recomendações sobre a política de gestão de bens do Tribunal de Contas da União (TCU) formalizam situações que as boas práticas de gestão de acervos bibliográficos sempre elegeram ou deveriam eleger, porque “uma biblioteca não surge, simplesmente, [...] não emerge, apenas, da iniciativa de comprar livros e salvaguardá-los. Toda biblioteca resulta de um processo sistêmico que imbrica ações de acolhimento” (PINHEIRO, 2011, p. 144).

No caso das bibliotecas de instituições extintas e transformadas, as ações de acolhimento dos acervos bibliográficos eram perfeitamente justificáveis, diante da importância dos conjuntos acumulados. Mas, aparentemente, essa salvaguarda ficou restrita à guarda dos conjuntos.

Nesse contexto, há que considerar mais que a qualidade dos acervos bibliográficos das instituições extintas e transformadas. Há que se relevar o impacto que as políticas do governo Fernando Collor de Mello ocasionaram com a extinção e transformação de instituições públicas, que possuíam bibliotecas “vivas”, guardiãs de acervos acessíveis, o que desmantelou sistemas de informação.

Vale ponderar sobre o conceito de preservação, muito mais amplo do que a simples guarda, porque ultrapassa o objetivo de “oferecer condições de perenização da obra cultural, na sua materialidade, integridade e integralidade física” para se consolidar nos “fins de difusão, pesquisa, estudos e fruição” (FRANCO, 2016).

É importante lembrar que, no ano de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS) e a Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS) firmaram um acordo com o objetivo de elaborar “ações conjuntas entre os convenientes para a conservação, pesquisa e divulgação de acervo documental histórico do Poder Judiciário”, por meio da criação do Centro de Memória Regional do Judiciário-Caxias do Sul – CMRJU/IMHC/UCS (TERMO, 2001 apud LOTTI, 2012, p. 102).

A cidade de Caxias do Sul já havia passado pela experiência da dispersão do seu acervo de memória judicial. A causa da dispersão dos documentos produzidos por sua comarca foi a transferência, em 1907, para a cidade de Bento Gonçalves após uma crise política. Segundo Adami (1957, p. 46, apud LOTTI, 2012, p. 103), tal mudança se deu “por motivos de ordem pública”. O acordo firmado em 2001 pretendeu reunir, novamente, aquele acervo – ou o que restou dele.

Iniciativas como essa reafirmam a importância de coleções submetidas a decisões desastrosas, que mesmo que bem intencionadas, impõem danos irremediáveis ao acervo. Esses prejuízos materiais envolvem toda sorte de perdas, reconhecidas ou percebidas em face da inexistência de informações sobre o destino e os métodos para a transferência de material que, um dia, compuseram os acervos de respeitáveis bibliotecas.

Tais decisões ainda repercutem, porque seus efeitos perduram e se fortalecem com outras decisões semelhantes, de mesmo efeito. Há que buscar mecanismos de proteção que ratifiquem a responsabilidade pela guarda e acesso aos acervos de memória de instituições públicas, e que reduzam ou impeçam dispersões similares às narradas, que por si, favorecem o crescimento do conceito, no Brasil, de “biblioteca desaparecida”.

Referências

AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA. *Árvore do conhecimento: cana-de-açúcar, políticas e legislação*. Brasília: Embrapa, Ageitec, 201-? Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_64_711200516718.html. Acesso em: 13 maio 2016.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Fundo Instituto Brasileiro do Café, IBC (N9): inventário dos documentos textuais*. Rio de Janeiro, ago. 2013.

BARRADAS, Maria João de Oliveira. *Transferência de coleções e serviços: planejar e gerir a mudança* (no contexto das bibliotecas de ensino superior). 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e Documentação). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

BRASIL. Decreto n. 575, de 23 de junho de 1992. Dispõe sobre a transferência de bens, haveres e contencioso judicial da Embrafilme – Distribuidora de Filmes S.A., em liquidação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 jun. 1992. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113475/decreto-575-92>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Decreto n. 99.240, de 7 de maio de 1990. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 maio 1990. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114170/decreto-99240-90>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Decreto n. 99.288, de 6 de junho de 1990. Transfere atribuições, e competência, do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e de seus órgãos, para a Secretaria do Desenvolvimento Regional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 jun. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99288.htm. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Exposição de Motivos n. 33, de 26 de fevereiro de 1992. Proposta de decreto encerrando o processo de extinção a que estava submetido o Instituto Brasileiro do Café – IBC, apresentada à Presidência da República por Carlos Moreira Garcia, Secretário da Administração Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 fev. 1992. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/expmot/1992/exposicaodemotivos-33-26-fevereiro-1992-493550-exposicaodemotivos-1-saf.html>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Exposição de Motivos, n. 085. [que antecede o texto da Medida Provisória n.151, de 15 de março de 1990]. *Diário do Congresso*, Brasília, p. 347, 20 mar. 1990.

BRASIL. Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 abr. 1990 [retificada em 23 abr. 1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Medida Provisória n.151, de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. *Diário do Congresso*, Brasília, p. 347-349, 20 mar. 1990. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-151-15-marco-1990-370446-norma-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Medida Provisória n. 610, de 8 de setembro de 1994. Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei n. 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 set. 1994a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/610.htm. Acesso em 13 maio 2016.

BRASIL. Medida Provisória n. 649, de 7 de setembro de 1994. Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei n. 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 set. 1994b.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/649.htm .
Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Medida Provisória n. 698, de 4 de novembro de 1994. Dispõe sobre a alteração na Lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei n. 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 nov. 1994c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/698.htm .
Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Medida Provisória n. 752, de 4 de novembro de 1994 [sem eficácia]. Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei n. 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 dez. 1994d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/752.htm .
Acesso em: 13 maio 2016.

CENTRO de Documentação e Informação [da Fundação Nacional de Artes]. Rio de Janeiro: Redarte/RJ, [2016]. Disponível em: <http://redarterj.com/fundacao-nacional-de-artes/>. Acesso em: 13 maio 2016.

CENTRO de Documentação e Pesquisa [da Cinemateca Brasileira]. São Paulo: Cinemateca Brasileira, [2016]. Disponível em: <http://www.cinemateca.gov.br/page.php?id=1> . Acesso em 13 maio 2016.

EMBRAFILME. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1989. p. 22.

FRANCO, M. *A preservação começa na produção*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro, [2016?]. Disponível em: <http://www.cpcb.org.br/artigos/a-preservacao-comeca-na-producao/> . Acesso em 15 maio 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (BRASIL). *Relatório de atividades, 1976 a 1978*. Rio de Janeiro: Funarte, [1979]. p. 66.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (BRASIL). *Relatório de atividades, 1979-1980*. Rio de Janeiro: Funarte, [1981]. p. 76.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (BRASIL). *Relatório de atividades, 1981*. Rio de Janeiro: Funarte, [1982]. p. 93.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (BRASIL). *Relatório de atividades, 1982*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983. p. 63.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (BRASIL). *Relatório de atividades, 1983-1984*. Rio de Janeiro: Funarte, [1985]. 28, [43] p.: il.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (BRASIL). *Relatório de atividades, 1985-1986: um percurso cultural*. Rio de Janeiro: Funarte, [1987]. p. 52.

GATTI, A. P. *Embrafilme e o cinema brasileiro*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2008.

GUILHON, V.; OLIVEIRA, K. *Vera Guilhon e Kátia Oliveira*: depoimento. [set. 2014].

INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA. *Relatório de atividades, 1991*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, [1992]. p. 65, il.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Instrução Normativa nº 01, 11 jun. 2007*. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros, e dá outras providências. Brasília, 13 jun. 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf. Acesso em: 13 maio 2016.

LAGE, M. O. P. *Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios*. Braga: Universidade do Minho, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, 2002.

LEITE, S. U. Governo Collor: os dez meses que assolaram a cultura. *Piracema: revista de arte & cultura*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 121-128, 1993.

LOTTI, L. H.; GOMES, F. R. Centro de Memória Regional do Judiciário: possibilitando pesquisas e preservando a história de Caxias do Sul/RS. *MÉTIS: história & cultura*. v. 11, n. 21, jan./jun. 2012, p. 101-114. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/index>. Acesso em: 01 jun. 2014.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, S. F. Apresentação. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Fundo Instituto Brasileiro do Café, IBC (N9): inventário dos documentos textuais*. Rio de Janeiro, ago. 2013. p. 7.

PINHEIRO, A. V. História, Memória e Patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44.

PINHEIRO, A. V. Migrações do impresso: sobre os tesouros incorporados e ocultos na Real Bibliotheca de D. João VI. In: FERREIRA, T. M. T. B. et al. (Org.). *D. João VI e o oitocentismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2011. p. 141-154.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). Decisão 165/92; Processo nº TC-029.831/91-1. Apresenta o Relatório de Inspeção Extraordinária do IAA, órgão extinto, com o acompanhamento da extinção. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 5.037, 23 abr. 1992. Disponível em: <http://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312083948/2983119911/inteiro-teor-312083971>. Acesso em: 13 maio 2016.

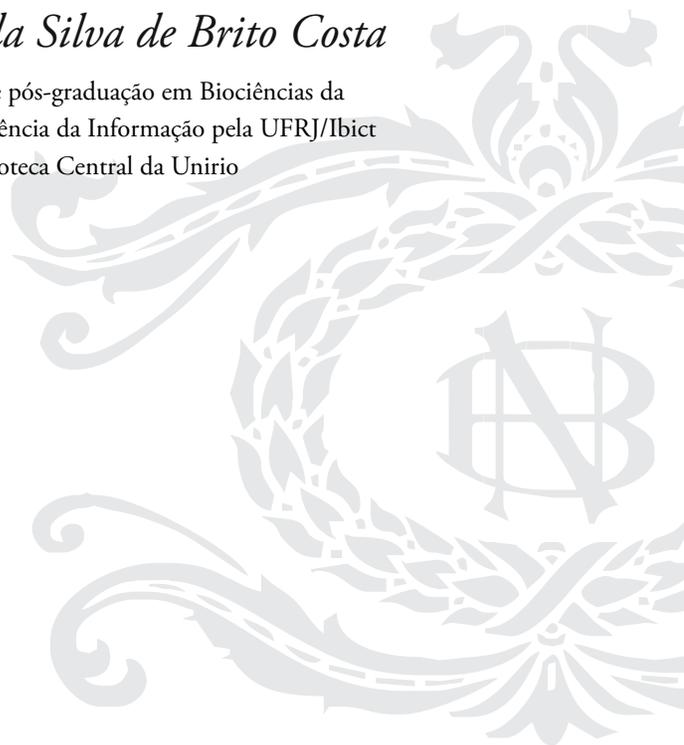
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014. Dispõe sobre a política de gestão dos bens móveis pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Contas da União (TCU). Brasília, 2014. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Normativos.faces?numeroDocumento=307&textoPesquisa=portaria&anoDocumento=2014>. Acesso em: 13 maio 2016.

TRINKLEY, Michael. *Considerações sobre preservação na construção e reforma de bibliotecas: planejamento para preservação*. [Tradução Luiz Antônio Macedo Ewbank; revisão técnica Ana Virginia Pinheiro, Dely Bezerra de Miranda Santo]. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

Passado, presente e futuro de uma coleção especial das profissões formadoras da Unirio

Márcia Valéria da Silva de Brito Costa

Doutoranda do programa de pós-graduação em Biociências da
Unirio/Lacuiden, mestre em Ciência da Informação pela UFRJ/Ibict
e diretora da Biblioteca Central da Unirio





Resumo

Apresenta a trajetória do acervo especial “Memória das Profissões das Bibliotecas da Unirio”, composto por um conjunto de itens herdados. Enfatiza o contexto histórico de formação da instituição, o trabalho de identificação, o tratamento técnico empregado, a padronização e a divulgação dessas coleções – que pertenceram a oito escolas superiores isoladas da antiga capital do Brasil. Atualmente, essas instituições estão distribuídas por quatro Centros Acadêmicos da universidade e correspondem às áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Enfermagem, Medicina, Museologia, Música, Nutrição e Teatro. O trabalho de preservação inclui parcerias com as escolas que abrigam os cursos e desenvolvem linhas de pesquisas no âmbito de suas pós-graduações.

Palavras-chave: Coleções especiais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Sistema de Bibliotecas.

Abstract

This study presents the trajectory of the special collection Memory of the Professions, part of Unirio’s Libraries, which is composed of a set of inherited items. It emphasizes the historical context of institution’s creation, the identification work, the techniques used, the standardization and dissemination of these collections that belonged to eight colleges from Brazil’s former capital. Today, these colleges are distributed throughout four Academic Centers of the University: the areas of Archivology, Library Science, Nursing, Medicine, Museology, Music, Nutrition, and Theatre. The preservation work includes partnerships with schools that house the courses and develop research lines within their postgraduate courses.

Keywords: Special collection. Federal University of the State of Rio de Janeiro. Libraries system.



Introdução

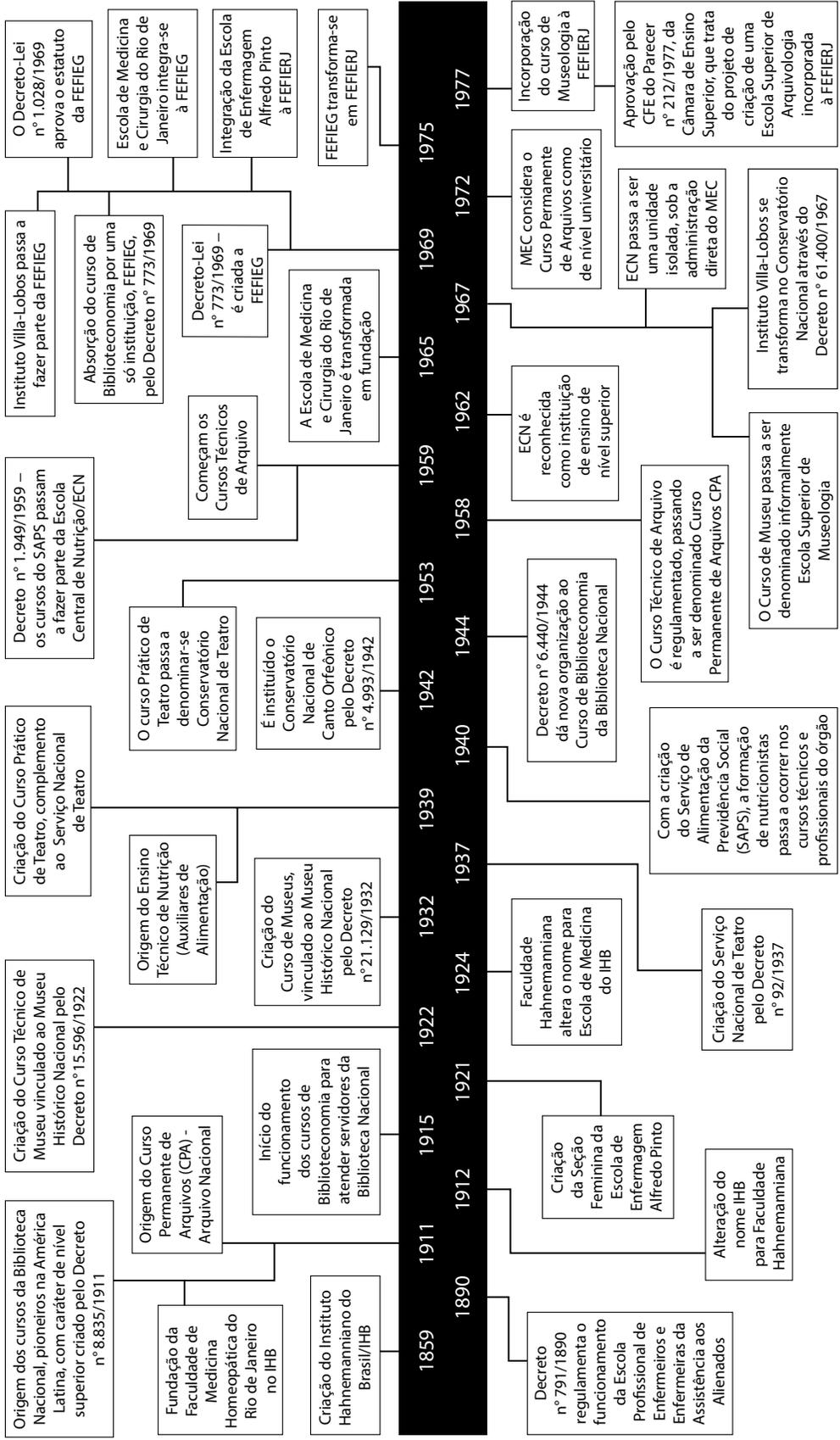
“A tarefa de cuidar de um acervo especial e representativo para tantas profissões é ao mesmo tempo uma enorme responsabilidade e um prazer surpreendente de descobrir itens especiais, incomuns, raros...”

Na década de 1960, período conturbado de nossa história recente, está a origem da Unirio. A instituição teve início com a reunião de oito cursos de ensino superior, que funcionavam de forma isolada na antiga capital do país e eram subordinados a diferentes órgãos do governo federal. Sua primeira formação tinha o nome de Federação de Escolas Superiores Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg). Posteriormente, no ano de 1975, com a fusão de dois estados (Rio de Janeiro e Guanabara) mudamos nossa denominação para Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj). Em 1979, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A Federação tinha como objetivo reunir e integrar estabelecimentos isolados de ensino superior que anteriormente pertenciam a três ministérios – Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria (Escola Central de Nutrição), Ministério da Saúde (Escola de Enfermagem Alfredo Pinto) e Ministério da Educação e Cultura (Conservatório Nacional de Teatro, Instituto Villa-Lobos, Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional) – e, mais tarde, os cursos de Museologia do Museu Histórico Nacional e de Arquivologia do Arquivo Nacional. Estes cursos, de maneiras distintas, forneceram acervos, não só bibliográficos, que constituem a memória de algumas profissões no Brasil. Em um país como o Brasil, no qual livros foram – e são – proibidos, onde as universidades são praticamente contemporâneas, pois foram conquistas do século passado, destacar uma coleção de tamanha importância para uma profissão já seria incumbência enorme. No entanto, identificar itens representativos de oito profissões é um desafio, porque apenas com a participação de um grupo ativo que formule perguntas e contribua com descobertas poderemos chegar a um resultado realmente representativo.

A iniciativa de criar uma coleção especial da Unirio que representasse a memória desses cursos e profissões teve sua origem quando, no ano de 1989, a professora e então chefe da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas Eliane Alves Mey, preocupada com a preservação das obras em uso no acervo corrente, solicitou a Ana Virginia Pinheiro, bibliotecária chefe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional e também professora da Escola de Biblioteconomia da Unirio, um levantamento inicial das obras oriundas da Biblioteca Nacional que deveriam ter um tratamento especial. Naquele momento, foi formada a coleção especial da Biblioteca Setorial. A professora Ana

Memória dos Acervos Formadores da UNIRIO



Virginia então, separou um conjunto que fosse capaz de “contar um pouco da história do curso que foi o primeiro a formar bibliotecários no Brasil”.

Em 1991, parte desse acervo foi catalogado de forma manual, de modo a constituir uma coleção denominada “O Acervo Básico-Histórico da Biblioteca da Primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil” (FONSECA, 1991, p. 33). O catálogo, elaborado pela bibliotecária Maria Luiza da Fonseca, conta com cerca de 120 títulos, muitos deles em francês, latim, inglês, alemão, espanhol e italiano, e editados na França, Espanha, Bélgica, Portugal, Suíça, Alemanha, México, Áustria, Brasil, Inglaterra, Estados Unidos, Chile, Itália e Argentina. Essas obras passaram a integrar o acervo de Obras Raras da Unirio em razão de vários critérios: antiguidade (caráter atribuído indistintamente a todas as obras do século XVIII e as publicadas até antes de 1810, quando se instalou a primeira tipografia legal no Brasil), características bibliológicas (beleza editorial, tipos, papéis artesanais, uso de cores, etc.), particularidades dos exemplares (anotações manuscritas, carimbos, encadernações especiais, etc.) e ineditismo da publicação (primeiras edições, edições únicas e edições esgotadas).

Com esta experiência pioneira, e também com o fortalecimento do campo de pesquisa em Memória Social na instituição, a identificação de obras representativas para os outros cursos formadores passou a ser realizada no acervo. A identificação e a organização em coleções de memória específica das áreas é uma ação colaborativa entre o grupo de bibliotecários que atua no Sistema de Bibliotecas e a comunidade de pesquisadores da instituição. Levando-se em consideração a diversidade dos registros existentes nas instituições de ensino superior, é natural que diversos outros itens integrem este acervo.

Recentemente, a Biblioteca Central da Unirio reuniu em exposição alguns itens deste acervo, que inclui objetos tridimensionais e outros testemunhos em formatos diferentes dos tradicionais livros. Essa exposição teve a contribuição de diversos membros de nossa comunidade acadêmica e possibilitou o repensar de algumas coleções. A reunião de documentos e objetos portadores de uma história de avanços, conquistas e retrocessos de nossa sociedade é de extrema relevância quando ocorre no meio acadêmico. Como exemplo, temos o episódio da tentativa de desmanche do Conservatório Nacional de Teatro e a mudança de seu acervo para a Unirio, sendo que muitos itens desta coleção conservam o carimbo da censura. Nas palavras da Diretora Técnica do Sistema de Bibliotecas:

[...] Escola de Teatro foi expulsa das instalações na praia do Flamengo pelo exército, naqueles conturbados anos de ditadura, tendo seus arquivos e livros literalmente jogados às pressas na caçamba de um caminhão... (UNIVERSIDADE..., 2014).

Estes acervos, são hoje utilizados em diversas pesquisas da pós-graduação da própria Unirio e de alguns pesquisadores externos, que atualmente podem identificar os itens através do nosso catálogo em linha.

A identificação das coleções: o presente em curso

Nosso trabalho de selecionar e identificar esses objetos e documentos conta com a valiosa colaboração dos docentes da Casa, que se dedicam a produzir notas de conteúdo que expliquem a importância dos itens para memória das profissões e sua importância educacional. Entre eles destacamos os profissionais da Escola de Biblioteconomia, que nos ajudam a fundamentar em nossa área os conceitos que melhor representam estas coleções, como é o caso do conceito de coleções especiais. Para o pesquisador e professor da Escola de Biblioteconomia, Fabiano Cataldo, por ocasião da exposição “Memória dos cursos formadores da Unirio”, o conceito de coleções especiais é amplo e está relacionado ao contexto de reunião dos objetos que a formam:

[...] pode ser compreendido como a reunião de um conjunto de itens que se justificam, por exemplo, pela monumentalidade, pela tipologia, pelas características extrínsecas e intrínsecas e/ou temáticas. A cronologia é um elemento acessório, nunca fundamental para essa classificação. (UNIVERSIDADE..., 2014).

Além do contexto gerado por tais coleções como formadoras da nossa instituição, incluímos o reconhecimento que a própria comunidade científica atribui e sinaliza às bibliotecas, ao nos auxiliar na identificação e na descrição desses itens.

A partir da identificação da primeira coleção, que foi a da Biblioteconomia e tem toda sua história registrada em outro trabalho (COSTA; GRAU, 2013), demos início à coleção Memória das áreas na Unirio, que abriga todas as coleções formadoras. Este acervo apresenta uma diversidade de itens, brevemente descritos abaixo:

- Memória da Escola de Biblioteconomia (CMB): reúne livros, periódicos e alguns documentos;
- Memória da Escola de Medicina e Cirurgia: conta também a trajetória do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle e do Instituto Hahnemanniano. Possui livros, documentos e fotos;
- Memória da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: além dos livros, inclui objetos tridimensionais usados nas primeiras aulas;
- Memória da Escola de Nutrição: conta com livros e periódicos, entre eles as coleções do Boletim Mensal do Serviço de Alimentação da

Previdência Social (SAPS) e a Coleção de Boletim da Associação Brasileira de Nutricionistas. Ambas são de suma importância para a história da profissão no país e já encontram-se digitalizadas para consulta através do *site* da Biblioteca;

- Memória da Escola de Teatro: abriga livros, peças de teatro (algumas censuradas) e programas de espetáculos teatrais que fizeram história;
- Memória da Escola de Música: inclui diversas partituras únicas anotadas por personalidades da área, entre eles Villa-Lobos e Stravinsky, a coleção Vera Janacopoulos, notável cantora lírica brasileira, e instrumentos musicais e discos;
- Memória da Escola de Museologia: possui livros e folhetos;
- Memória da Escola de Arquivologia: composta de livros e periódicos.

Estratégias de tratamento

Algumas ações estratégicas foram fundamentais para iniciarmos o trabalho com estas coleções. Destacamos a participação de vários docentes em parceria com os profissionais da Biblioteca, a criação de linhas de pesquisa sobre a memória dos cursos no âmbito de algumas pós-graduações da universidade, e a adoção de um *software* (SophiA) para o processamento técnico e a prestação de serviços. Este programa permite agregar imagens, textos completos e associar os itens aos registros bibliográficos. Houve também a criação do Laboratório de Conservação e Restauração Multiusuário na Biblioteca Central (Eterna), que possibilita a digitalização em alta resolução de documentos bibliográficos, ao mesmo tempo que também produz cópias mais leves para consulta. Por fim, houve o revigoramento da Sala de Obras Especiais, onde a preservação e a segurança do acervo foram planejadas com a troca de parte do mobiliário. Essas ações possibilitaram o tratamento e a divulgação desse material. Destacamos, ainda, as seguintes ações de divulgação:

- Montagem de exposição “Memória dos cursos formadores da Unirio”, com obras especiais, na Biblioteca Central da Unirio e visitação aberta ao público em geral;
- Palestras com diversos pesquisadores da Escola de Biblioteconomia da Unirio;
- Apresentação do primeiro catálogo impresso do Acervo Básico-Histórico da Biblioteca da Primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil, em evento internacional realizado na Biblioteca Nacional da Argentina;
- Realização do I Fórum Internacional sobre Livros Antigos, Raros e Especiais: I FOLIAR.

Política de desenvolvimento destas coleções

Apesar da dificuldade do setor público em conseguir verbas e autorizações para adquirir itens especiais, que muitas vezes fogem das exigências legais no uso de recursos públicos, incluímos aqui as compras de acervos particulares que, muitas vezes, apesar da representatividade e do valor para as áreas, não apresentam a comprovação de posse legal dos itens. Também contamos com doações de docentes, profissionais e terceiros (pessoas físicas e jurídicas), que se dispõem a assegurar o acesso à história e à memória destas oito profissões. Nesse sentido, damos especial atenção a:

- Autores representativos das áreas do conhecimento no período inicial das profissões no Brasil, respeitando a cronologia das Escolas;
- Bibliografias básica e complementar utilizadas no período definido;
- Produções nacionais da época, focadas em assuntos relacionados às profissões;
- Itens com dedicatória para docentes ou discentes das Escolas;
- Entrevistas, relatórios oficiais e demais publicações oficiais ou comerciais;
- Itens que contenham marcas históricas representativas de nossa sociedade, tais como: carimbos de censura, anotações de cunho político, dedicatórias, recomendações e testemunhos em geral.

Não é política da instituição aceitar doações que façam exigências quanto à constituição de salas especiais para a guarda e a consulta, bem como não aceitamos doações visando à formação de depósito. É necessária a doação total, em que todos os itens estejam relacionados e com a cessão de todos os direitos de uso e exploração, inclusive a financeira. Para tanto, a universidade apresenta uma relação de documentos a serem fornecidos no ato de aceite da doação e constitui processo público para conhecimento de todos.

Projetos de pesquisa e parcerias em andamento: nossa projeção para o futuro

Alguns projetos de pesquisa da Escola de Biblioteconomia estão em andamento e estão registrados no Setor de Obras Especiais para uso da coleção e do espaço:

- O ensino da preservação na formação do Bibliotecário: análise da literatura na coleção Memória da Biblioteconomia da Biblioteca Central da Unirio;

- A construção social do(s) lugar(es) da Biblioteca Pública na sociedade brasileira;
- Origem e fundamentos do ensino do desenvolvimento de coleções no Brasil: a partir da primeira fase do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional;
- História e historiografia das editoras brasileiras na coleção especial Guilherme Figueiredo: 1910-1960. Esta última pesquisa está relacionada a uma outra vertente da formação da universidade, e abriga a construção de uma outra coleção especial, que inclui arquivo pessoal e toda a riqueza advinda desses fundos, coleção de objetos culturais e acervo bibliográfico do primeiro Reitor da Universidade, o professor Guilherme Figueiredo. Mas isso é uma outra história...

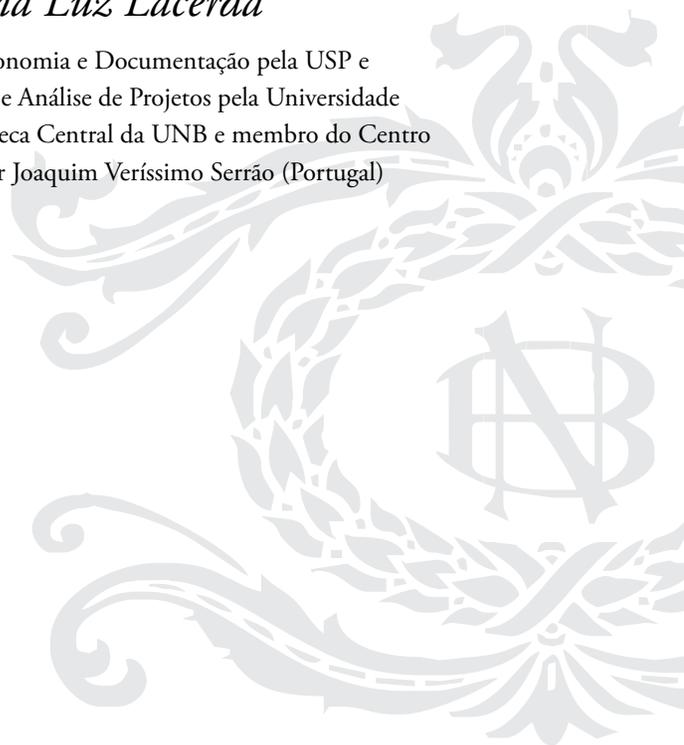
Referências

- BORGES, Mauricio Ribeiro. *A história da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funrio: Unirio: Revinter, 2008. p. 819, il.
- _____. *A história do hospital Gaffrée e Guinle*. Rio de Janeiro: Revinter, c. 2012. p. 371, il.
- COSTA, Marcia Valéria da S. Brito; GRAU, Isabel Ariño. 1º Catálogo impresso de La Colección básica histórica de la Biblioteca de la Primera Escuela de Biblioteconomía de Brasil. In: II *ENCUENTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES COM FONDOS ANTIGUOS Y RAROS*. Buenos Aires, Biblioteca Nacional Argentina. 2013 (apresentação oral).
- CHRONOS. “Publicação cultural da Unirio”. *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio*: v. 1, n. 8, 2012 (100 anos da Escola de Medicina e Cirurgia).
- CHRONOS. “Publicação cultural da Unirio”. *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio*: v. 1, n. 1, 2009 (Edição Comemorativa 30 anos da Unirio).
- FONSECA, Maria Luisa da. O acervo básico-histórico da biblioteca da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil. In: *Os 80 anos da primeira escola de Biblioteconomia do Brasil: 1911-1991*. Rio de Janeiro, Unirio, 1991. 48 p.
- GRAU, Isabel A.; SILVA, Cátia Ayres; COSTA, Márcia Valéria Brito. Criando pontes entre passado, presente e futuro: o acervo básico-histórico da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25. 2013, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 899-903. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1299>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- MEMÓRIA DOS CURSOS FORMADORES DA UNIRIO. *Exposição*. Rio de Janeiro, UniRio – Biblioteca Central. Rio de Janeiro, 27 out. – 19 dez. 2014. Curadoria Ana Carelli.
- WEITZEL, Simone da Rocha. “Desenvolvimento de Coleções no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949)”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 130, 2014.

O acervo básico-histórico do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Ana Regina Luz Lacerda

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela USP e especialização em Gerenciamento e Análise de Projetos pela Universidade Tiradentes. É bibliotecária da Biblioteca Central da UNB e membro do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Portugal)





Resumo

Este trabalho visa a enumerar e difundir informações sobre as coleções que compõem o acervo básico-histórico do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE). Esta pesquisa relaciona e apresenta algumas considerações a respeito das primeiras coleções (notadamente bibliotecas particulares), adquiridas pela instituição por doação ou compra. O objetivo é investigar e esclarecer as origens da formação desse acervo e construir subsídios para a sua própria história. A pesquisa teve como base a leitura das fontes bibliográficas disponíveis, de manuais de serviço e de documentos recuperados nos arquivos da BCE, além de algumas informações verbais que se consagraram no cotidiano da Biblioteca.

Palavras-chave: Biblioteca universitária. Universidade de Brasília. Obras raras. Livros raros. História da biblioteca. Primeiras coleções.

Abstract

This work aims to list and disseminate information on the collections that make up the basic-historical collection of the Rare Works Sector of the Central Library of the University of Brasília (BCE). Our research lists and presents some considerations regarding the first collections (notably, private libraries), obtained by the BCE through donation or purchase. Our goal is to investigate and clarify the origins of the formation of this collection, thus building subsidies for its own history. The research was based on the reading of bibliographical sources, service manuals, and documents recovered in the BCE archives, plus some verbal information known to those who experience the daily life and work of the Library.

Keywords: University library. University of Brasília. Rare collections. Rare books. History of library. First collections.



Introdução

Este trabalho visa a enumerar e difundir informações sobre as coleções que compõem o acervo básico-histórico do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE). O sentido de acervo básico-histórico, aqui, refere-se às coleções fundadoras de uma biblioteca (PINHEIRO, 2014, p. 5), definidas como coleções especiais, isto é, “os itens mais valiosos de uma biblioteca que, por isso, devem ser reservados em áreas de maior segurança, sob condições mais restritas de acesso e uso” (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2009 apud PINHEIRO, 2015a). Assim, esta pesquisa relaciona e apresenta algumas considerações a respeito das primeiras coleções (notadamente bibliotecas particulares), adquiridas por doação ou compra pela BCE, definindo, desse modo, subsídios para sua própria história.

No entanto, identificar as fontes para estabelecer as origens do acervo de Obras Raras da BCE configura-se como um problema, porque nos arquivos administrativos constam poucos documentos relativos aos primeiros anos da universidade, a partir de sua fundação em 1962.

Os relatórios anuais de atividades começaram a ser elaborados a partir do ano de 1966 e, portanto, não foi possível conseguir a partir deles informações relativas a criação e estruturação da BCE. As informações conseguidas nestes relatórios dizem respeito às instalações, à evolução quantitativa do acervo e à automação dos serviços da biblioteca. (AQUINO; NASCIMENTO, 1987, p. 5).

Nessas circunstâncias, a pesquisa teve como base a leitura das fontes bibliográficas disponíveis, de manuais de serviço e de documentos recuperados nos arquivos da BCE, além de algumas informações verbais, que se consagraram no cotidiano da Biblioteca.

A importância da História e do conhecimento do acervo básico-histórico

Segundo Pinheiro (2014, p. 5), “o acervo de uma biblioteca universitária configura-se [...] como uma espécie de biografia de determinado conhecimento científico”. Essa ideia é corroborada por Ordovás e Steindel (2015, p. 4) quando afirmam que “as bibliotecas universitárias são centros de referência para pesquisadores e estudantes, podem gerar novas pesquisas baseadas em fontes antigas, [...] e fomentar a produção científica da área”.

Nesse contexto, os acervos de obras raras das bibliotecas universitárias vêm ganhando importância para a memória da ciência, da cultura, da arte, da literatura e de todo o conhecimento humano produzido e registrado, que se manifeste como informação bibliográfica – tanto intelectual quanto material, para as especialidades atendidas por essas bibliotecas.

Essa importância se evidencia com a própria existência dos acervos de obras raras que sobreviveram, preservadas ou não, alcançando esta geração, e que ratificam a “necessidade de pesquisa retrospectiva, que possa alicerçar teoricamente muitos dos procedimentos afins à leitura, à seleção do que ler e à mensuração do quanto ler” (PINHEIRO, 2015b, p. 43).

A seleção sobre o que ler e a mensuração sobre o quanto ler sempre se impuseram como problemas para o pesquisador da biblioteca universitária no processo de sua produção científica, certamente, pelo desconhecimento do potencial da biblioteca como repositório das informações de que necessita.

O potencial da biblioteca pode ser descrito para o pesquisador pelo bibliotecário, que deve basear-se no conhecimento sobre a origem e formação do acervo e, especificamente, sobre a coleção de obras raras. Esse conhecimento deve anteceder qualquer ação, no âmbito da biblioteca.

A primeira preocupação do bibliotecário, antes de estabelecer e implementar quaisquer procedimentos relativos à gestão de uma biblioteca é buscar informações sobre ela. É essencial que o bibliotecário desenvolva certa familiaridade com a história da formação e desenvolvimento de suas coleções fundadoras [...] para compreender a missão da biblioteca, conhecer as ações que justificam sua substância [...]. (PINHEIRO, 2011 apud PINHEIRO, 2014, p. 5).

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE): um pouco de história

A BCE é um órgão complementar da Universidade de Brasília (UNB), responsável por oferecer material informacional, instalações e ambientes adequados e profissionais qualificados para a sustentação e a garantia da qualidade da missão das universidades, em seus três aspectos: ensino, pesquisa e extensão.

Ela foi criada juntamente com a Universidade, em janeiro de 1962, sendo instalada em dois andares do edifício do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na Esplanada dos Ministérios. O acervo que ocupava esse espaço foi designado, à época, como “acervo de emergência”, e era composto por dicionários, enciclopédias e alguns periódicos, sendo basicamente uma coleção de referência.

Em julho de 1962, a Biblioteca Central foi transferida para a Sala dos Papiros, localizada em um dos primeiros edifícios construídos no *campus* da UNB, o FE-1. Naquele mesmo ano, firmou-se um convênio para um programa quinquenal entre a Fundação Ford e a BCE, para o desenvolvimento do acervo e serviços. Esse programa foi iniciado no primeiro semestre de 1963 e concluído em outubro de 1968. Logo, em janeiro de 1964, foi constatado o crescimento exponencial do acervo e a biblioteca foi transferida para o térreo e o subsolo do prédio SG-12, no mesmo *campus*.

Em março de 1967, com os recursos da Fundação Ford, o dr. Frazer G. Poole, especialista em arquitetura de bibliotecas, foi convidado a auxiliar no planejamento definitivo da BCE. Através do Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, estabelecido entre o Ministério da Educação e Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), obteve-se o financiamento para a construção do atual edifício da biblioteca.

O prédio foi inaugurado em março de 1973, com 16 mil m², capacidade para um milhão de volumes e dois mil usuários na Praça Maior da UNB, lugar previsto no projeto original de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

O acervo da Biblioteca Central da UNB é composto por, aproximadamente, 1,5 milhão de volumes de livros, periódicos e outros materiais, e está distribuído conforme as seguintes divisões:

- Acervo Geral (livros, folhetos, teses e dissertações);
- Periódicos (cerca de 1.700 títulos de publicações periódicas);
- Referência (obras de referência propriamente ditas);
- Coleções Especiais.

O conjunto que formou a Divisão de Coleções Especiais foi diagnosticado por Poole (1973, p. 22) como um segmento do acervo que “compreende unidades administrativas separadas, cada uma das quais requer acomodações físicas diferentes”. Esse ponto de vista definiu os setores que comporiam as Coleções Especiais:

- Mapoteca (documentos planos, de médio e grande porte);
- Multimeios;
- Publicações de memória institucional (da editora da UNB);
- Publicações de memória local e regional (sobre Brasília e sobre o Cerrado);
- Coleção de Estudos Clássicos;
- Coleção de Obras Raras.

O Setor de Obras Raras e seu acervo básico-histórico

O Setor de Obras Raras faz parte da Divisão de Coleções Especiais e se encontra separado no andar superior da biblioteca. Desde o plano de criação da UNB, em 1962, se previu a instalação da biblioteca, e logo nas primeiras aquisições, no ano seguinte, verificou-se a ocorrência de obras raras, levando à necessária estruturação dessa coleção especial. Segundo Dooley e Luce (2010 apud PINHEIRO, 2015a), “tais coleções, geralmente, são instaladas como unidades independentes, separadas do acervo geral, submetidas a serviços de segurança especializados e a normas que restringem a circulação de seus itens”.

Em 1962, o bibliotecário Edson Nery da Fonseca foi convidado pelo antropólogo Darcy Ribeiro que era, então, ministro da Educação de João Goulart, para organizar a biblioteca. Segundo Fonseca (1973, p. 39), não havia limites orçamentários para a aquisição de livros e Darcy Ribeiro teria dito a ele: “Você está intimado a formar na UNB uma *Brasiliana* completa, adquirindo – por compra, doação e, eventualmente, por apropriações ‘indébitas’ – todos os livros referenciados por Rubens Borba de Moraes na *Bibliographia brasiliana*”.

Nery começou a montar o acervo solicitando bibliografias mínimas aos coordenadores dos cursos. Foi o convênio firmado com a Fundação Ford, em 1962, e implementado, a partir de 1963, que proporcionou os recursos para a aquisição de livros e assinaturas de periódicos.

O ano de 1963 é referência de destaque no histórico da aquisição e incorporação de coleções ao acervo da BCE, evidenciando os segmentos que, por sua importância, foram destinados a compor o Setor de Obras Raras:

1. Janeiro: a coleção de *Bibliografia e Biblioteconomia* que pertenceu a Oswaldo de Carvalho (415 volumes), adquirida através da Livraria Américo de Souza Pinto (São Paulo), de livros esgotados e raros;
2. Março: a coleção de *Direito Internacional*, adquirida através da viúva do embaixador Hildebrando Accioly (710 volumes);
3. Março: a coleção *Documentos Brasileiros*, da Livraria José Olympio Editora, adquirida através da Livraria Américo de Souza Pinto, e que se encontra no Setor de Coleções Especiais;
4. Maio: a coleção de Homero Pires, bibliófilo, intelectual estudioso de Rui Barbosa, crítico literário e político, entre tantas atividades (com 30 mil volumes, incluindo obras de Rui Barbosa, Castro Alves, Camilo Castelo Branco e Camões);
5. Setembro: a coleção de Pedro de Almeida Moura (9.600 volumes, com muitas obras raras da literatura grega e romana, obras de Goethe), professor de filosofia e germanista da Universidade de São Paulo, adquirida através da Livraria Américo de Souza Pinto;

6. Três códices pergamináceos, isto é, livros manuscritos “cujo suporte material é o pergaminho” (PINHEIRO, 1995, p. 197), portugueses, pertencentes ao professor Serafim Silva Neto (*Flos Sanctorum, Bestiis et aliis rebus e Diálogos de São Gregório*);
7. Parte da biblioteca de Ricardo Xavier da Silveira, com edições da *Sociedade dos Cem Bibliófilos*; o manuscrito inédito do diário do príncipe russo Alexandre Lobanov-Rostovskii, ilustrado pelo autor, sobre duas viagens que fez ao Brasil, entre 1851 e 1853; e a obra *Ornithologie Brésilienne*, de J. T. Descourtilz, com suas 48 estampas originais, compra feita através da Livraria São José (Rio de Janeiro).

O fim dos anos de 1960 e o início dos anos de 1970 são uma lacuna na história da formação e desenvolvimento das coleções da Biblioteca Central da UNB, recuperável nos arquivos. Além das aquisições feitas no ano de 1963, outras, oriundas de bibliotecas particulares, ocorreram no período entre 1975 e 1985:

- 1975: a coleção do escritor e crítico literário Agrippino Grieco (cerca de 30 mil volumes), predominantemente literária e adquirida por compra;
- 1978: a coleção do jurista Aliomar Baleeiro (6 mil volumes), ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e professor da UNB, com obras jurídicas, obras completas de Rui Barbosa, exemplares das literaturas portuguesa e brasileira, história universal e brasileira, entre outros assuntos;
- 1979: a coleção do político, jornalista, escritor e ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, com cerca de 17 mil volumes sobre arte, Brasil (brasileira), ciências sociais, literaturas portuguesa, francesa e brasileira, filosofia e religião, entre outros assuntos, incluindo o Fundo Carlos Lacerda. A biblioteca recebeu todo o seu arquivo, contendo documentos pessoais e de sua atuação política, fotos, etc., que hoje se encontra no Setor de Obras Raras;
- 1984: a biblioteca jurídica do professor Vandick Londres da Nóbrega, com cerca de sete mil volumes e especializada em Direito romano, Direito civil e filosofia do Direito, com livros e periódicos, incluindo duas edições do *Corpus Iuris Civilis* (Alemanha, (1858) e França (1862)); o *Codex Theodosianus*, em seis tomos (1740-1750); o *Codecis gregorianus hermogianus theodosianus* (1842); o *Lexicon Iuris Civilis* (1549) e o *Manuale Latinitatis Fontium Iuris Civilis Romanorum* (1837);
- 1985: parte da coleção do médico e escritor Pedro Nava (mais de mil volumes), com as primeiras edições de autores brasileiros contendo

dedicatórias, autógrafos e obras de interesse geral, adquirida por compra e através do próprio proprietário.

Com a incorporação desses conjuntos, é possível afirmar que o acervo do Setor de Obras Raras é composto por coleções de caráter múltiplo, em forma e conteúdo, acumulando manuscritos antigos e modernos, primeiras edições de autores brasileiros e portugueses, em edições raras, de comprovada importância para o estudo e a pesquisa, de diversos assuntos, além de edições de arte, obras em miniatura, outros itens e objetos de colecionismo, como ex-libris, medalhas e moedas.

No âmbito da tipologia documental, o Setor de Obras Raras guarda os seguintes formatos:

- Itens bibliográficos (livros e folhetos) do século XVI ao século XXI (incluídas aqui as edições da Confraria dos Bibliófilos do Brasil);
- Documentos manuscritos sobre pergaminho do século XIV;
- Periódicos literários nacionais e portugueses do século XIX e do XX;
- Manuscritos literários do século XX, incluindo os originais dos romances *Água-mãe*, de José Lins do Rego, e *As razões do coração*, de Afrânio Peixoto;
- Separatas;
- Mapas.

No âmbito de suas coleções factícias, isto é, que não resultam “da prática do colecionismo propriamente dito, mas da formação de conjuntos ‘artificiais’, no ambiente da biblioteca” (PINHEIRO, 2012, p. 12), o Setor de Obras Raras guarda as seguintes coleções:

- Ex-libris;
- Pareceres de Rui Barbosa;
- Cartas de Camilo Castelo Branco, Carlos Drummond de Andrade, Cassiano Nunes, entre outros;
- Hipocratiana (70 obras de ou sobre Hipócrates);
- Camiliana (198 obras de e sobre Camilo Castelo Branco, além de obras prefaciadas e traduzidas por ele).

Considerações finais

Estas coleções adquiridas enriqueceram o acervo do Setor de Obras Raras da BCE, tendo como grande colaborador para sua seleção o bibliotecário, bibliógrafo, professor e erudito Rubens Borba de Moraes (SILVA, 1992, p. 510-511). Segundo Aquino e Nascimento (1987), por volta de 1970 a coleção

do Setor de Obras Raras ficava em uma sala trancada no edifício SG-12, até que a aluna do curso de Biblioteconomia da UNB, Cláudia Rossi Gonçalves, que viria, mais tarde, a ser contratada como bibliotecária da BCE, começou a visitar a seção e, com a autorização do diretor Elton Volpini, levar obras para a avaliação do professor Rubens Borba de Moraes, que as examinava e dissertava sobre sua raridade – contribuindo, desse modo, para a formalização dos critérios de seleção, ainda hoje adotados pela BCE, para incorporação de títulos ao Setor de Obras Raras:

- Obras de autores brasileiros editadas até 1830/1840;
- Primeiras edições de autores brasileiros consagrados, antigos e modernos;
- Edições de luxo com tiragem de aproximadamente 100 exemplares;
- Obras autografadas por autores renomados;
- Primeiras obras editadas em cidades ou capitais de estados brasileiros;
- Obras das quais se possui os manuscritos (AQUINO; NASCIMENTO, 1987, p. 25-26).

Antônio Agenor Briquet de Lemos (1979, p. 3) confirma essa informação, reiterando que Borba de Moraes, “sempre preocupado com a melhoria da Biblioteca Central da UNB, não se recusava a contribuir com suas sugestões e até mesmo com seu trabalho, [... selecionando] aqueles exemplares que vieram a constituir, de fato, a coleção de obras raras da biblioteca”.

Essa coleção de Obras Raras, no entanto, ainda não cumpre sua função como espaço referencial de pesquisa retrospectiva, coerente com a riqueza e o valor de sua composição. No momento, é imperativo que se faça o inventário dos conjuntos recebidos pela biblioteca. Além disso, é necessário sanar dúvidas sobre a proveniência de muitas das obras armazenadas no Setor de Obras Raras. Consta, por exemplo, que vários itens doados foram efetivados por órgãos públicos federais, que trouxeram suas bibliotecas do Rio de Janeiro com a inauguração de Brasília; assim como ocorreram incorporações de títulos avulsos, doados por professores. Apenas o conhecimento e o registro da história da formação e do desenvolvimento da coleção que compõe o Setor de Obras Raras da UNB viabilizarão um diagnóstico confiável e a adoção de políticas que promovam a longevidade do acervo, envolvendo a conservação, a catalogação e a dinamização do acesso através de exposições e, até mesmo, uma política de novas aquisições de obras raras.

Referências

- AQUINO, S. H.; NASCIMENTO, Nêmora C.F. *Um pouco da história da biblioteca central da UnB*. [1987]. Trabalho elaborado para a disciplina Seminário do Departamento de Biblioteconomia da UnB.
- FONSECA, Edson Nery da. Biblioteca central da Universidade de Brasília: história com um pouco de doutrina e outro tanto de memórias. *R. Bibliotecon*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-42, jan./jun. 1973.
- LEMONS, Antônio Agenor Briquet de. Homenagem da RBB a Rubens Borba de Moraes. *R. Bibliotecon*. Brasília, v. 7, n. 1, p. 3-4, jan./jun. 1979.
- ORDOVÁS, Gleide Bitencourte José; STEINDEL, Gisela Eggert. Acervos de obras raras nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: um estudo. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO [ENANCIB 2015]*, 16, 2015, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2763/1244.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.
- PINHEIRO, Ana Virginia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. *In: ENACAT: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1; EEP: ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3*, Rio de Janeiro 2012. Pensando a catalogação no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/109278012/Catalogacao-de-livros-raros-proposta-de-metodologia-de-formalizacao-de-notas-especiais-para-difusao-recuperacao-e-salvaguarda>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- PINHEIRO, Ana Virginia. Glossário de codicologia e documentação. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 123-213, 1995 [publicado em 1998]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf. Acesso em: 12 jul. 2016.
- PINHEIRO, Ana Virginia. História, Memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. *In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Org.). Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015a. p. 33-44. Disponível em: <http://www.flcl.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- PINHEIRO, Ana Virginia. Leitura e poder. *In: DURAN, Débora; LOPES, Maria Sandra Souza (Org.). Liderança para qualidade, qualidade para liderança*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, 2015b. p. 39-51.
- PINHEIRO, Ana Virginia et al. O histórico da Biblioteca como instrumento de gestão e salvaguarda das coleções de livros raros e especiais na biblioteca universitária brasileira. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS [SNBU 2014]*, 18, 2014. *Anais [eletrônicos]*... Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/549-2341.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

- PIRES, Carol. O memorialista: as amigadas e os livros de Edson Nery da Fonseca. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 72, p. 72-76, set. 2012.
- POOLE, Frazer G. *Programa para o projeto do edifício da Biblioteca Central*. Tradução e adaptação de Elton Eugenio Volpini. Brasília: Universidade de Brasília, Biblioteca Central, 1973.
- REIFSCHNEIDER, Oto Dias Becker. A importância do acesso às obras raras. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2008.
- SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *ETD-Educação Temática Digital*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2001. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1886/1727> . Acesso em: 14 jun. 2016.
- SILVA, Odilon Pereira da. Biblioteca Central: história e perspectivas. *Humanidades*, Brasília, v. 8, n. 4, p. 508-511, 1992.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Biblioteca Central*. Acervo. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/acervo/> . Acesso em: 24 abr. 2016.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Biblioteca Central*. Divisão de Seleção e Compras. Critérios de seleção para o acervo da biblioteca central da Universidade de Brasília, 2010. Datiloscrito.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Biblioteca Central*. Processamento do acervo bibliográfico acumulado na BCE: bibliotecas particulares e do CBEP. 1986. Datiloscrito.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. Seção de Obras Raras. *Normas de acesso, segurança, preservação e conservação da Seção de Obras Raras (OBR) da Biblioteca Central (BCE) e da Universidade de Brasília (UnB)*, 2015. Datiloscrito.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Biblioteca Central*. Sobre a BCE. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/> . Acesso em: 24 abr. 2016.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Divisão de Seleção e Compras*. Critérios de seleção para o acervo da biblioteca central da Universidade de Brasília, 2010. Datiloscrito. 2015. Datiloscrito.
- VALLE, Clarimar Almeida (Coord.). *A conservação da coleção de obras raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília*. [200-?]. Datiloscrito.
- VIEIRA, Anna de Soledade. *Visão estratégica da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB)*. 1994. Datiloscrito.
- VOLPINI, Elton Eugenio. La biblioteca central de la Universidad de Brasilia. *Revista de Cultura Brasileña*, Madrid, n. 37, p. 101-116, jun. 1974.

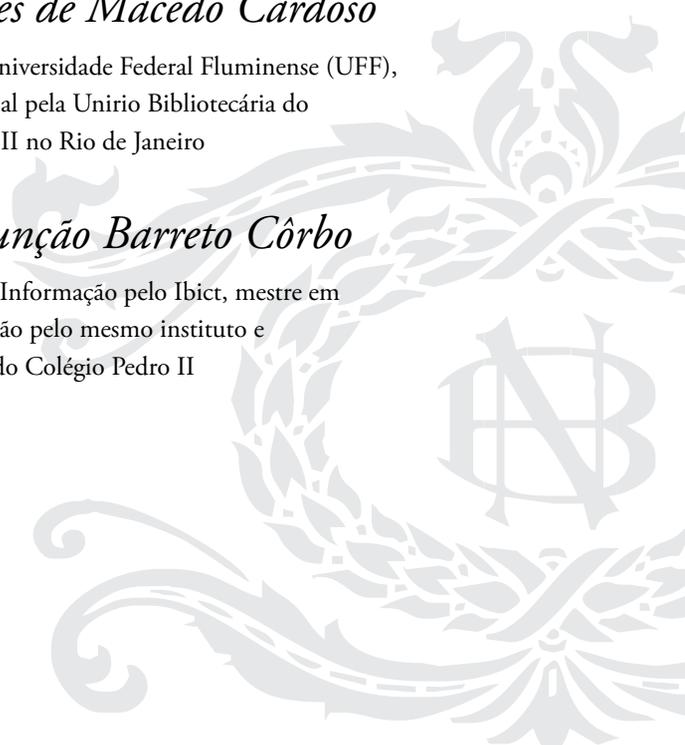
Política de formação e
desenvolvimento das coleções do
Centro de Documentação e Memória
do Colégio Pedro II: subsídios
para a sua elaboração

Tatyana Marques de Macedo Cardoso

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF),
mestre em Memória Social pela Unirio Bibliotecária do
Colégio Pedro II no Rio de Janeiro

Priscila de Assunção Barreto Côrbo

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Ibict, mestre em
Ciência da Informação pelo mesmo instituto e
bibliotecária do Colégio Pedro II





Resumo

O presente trabalho busca apresentar o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Cedom) e os setores que o constituem, e, especialmente, apontar os principais critérios que devem ser contemplados na elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções para seus acervos. Discorre sobre a formação e as peculiaridades das coleções do Centro, sobretudo as obras do Acervo Antigo e as Coleções Especiais da Biblioteca Histórica. Também estão inseridos no trabalho os conjuntos bibliográfico, arquivístico e iconográfico do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. A pesquisa também enfatiza a necessidade de se constituir uma comissão para estabelecer normas e padrões que auxiliem o processo decisório do Centro ao adquirir, manter e descartar coleções. Finalizamos demonstrando a importância da política de desenvolvimento de coleções no Centro tanto para a constituição da memória histórico-institucional quanto para atender a necessidades informacionais de sua comunidade de usuários.

Palavras-chave: Formação e desenvolvimento de coleções (política). Centro de documentação e memória. Colégio Pedro II. Acervos raros e especiais.

Abstract

This work presents the Documentation and Memory Center of Pedro II School, as well as the sectors and divisions that form it. It particularly sets out the main criteria that should be used to elaborate a Collection Development Policy for its collections. It discusses the formation and the peculiarities of the Center's collections, specially the works from the Old Collection and the Special Collections of the Historical Library, but also the bibliographic, archival, and iconographic collection of the Center for Documentation and Memory of the Pedro II School. It emphasizes the need to create a commission to establish norms and standards that would help the decision-making process of the center regarding acquisition and maintenance of its collections. The closing section of the present work demonstrates the importance of a Collection Development Policy for the Center, the establishment of the institutional historical memory, and the meeting of the informational needs of its user community.

Keywords: Training and collections development (policy). Documentation and memory center. Pedro II School. Rare and special collections.



Introdução

O Colégio Pedro II (CPII), fundado em 2 de dezembro de 1837, na cidade do Rio de Janeiro, caracteriza-se por ser uma instituição de ensino básico, profissional e superior, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas. Oferece cursos que englobam desde o primeiro segmento do ensino fundamental até o nível médio, além de oferecer programas de especialização profissional e cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* nas áreas de educação e formação de professores. Atualmente, possui quatorze *campi* escolares de ensino, sendo o *campus* Centro (designado Externato no ano de 1857), a primeira unidade escolar da instituição.

Inaugurado no período regencial brasileiro e em homenagem ao Imperador-Menino, foi o primeiro colégio a ministrar ensino secundário de maneira oficial no país, firmando-se como um importante elemento da construção do processo civilizatório do Império e do fortalecimento do Estado na formação dos brasileiros. A respeito do tema, Segismundo (1987, p. 4) afirma:

Dada a escassez dos cursos de nível superior até meio século atrás, e por força da riqueza de seus currículos, coube a Casa exercer de fato o papel de Universidade, o que sucedeu com proveito dos discentes e da cultura nacional.

Nos anos seguintes, essa tradicional instituição produziu importantes documentos históricos, gerados a partir das próprias atividades de ensino e do cotidiano da administração escolar. Adquiriu, especialmente, uma quantidade significativa de obras e materiais didático-pedagógicos com o intuito de apoiar as atividades de ensino e pesquisa. Hoje, o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Cedom) mantém sob sua custódia valioso e raro acervo, além de coleções especiais que refletem a influência humanística na formação do seu corpo docente e discente nos séculos XIX e XX.

Neste trabalho, vamos nos ater às considerações de Pinheiro (2009) sobre as principais características que classificam um acervo como raro e/ou especial. Optamos pela definição de livro raro, elaborada pela autora:

Livro raro “é o item bibliográfico desse modo identificado porque é o único exemplar conhecido, porque é precioso para quem o possui, ou porque é inquestionavelmente raro. A evidente subjetividade desse conceito se justifica porque, geralmente, o sentido do que é raro é subjetivo, dependendo do ponto de vista de quem analisa as obras que comporão uma coleção de livros raros que é, por isto, especial. (PINHEIRO, 2009, p. 15).

De acordo com a afirmação da autora, o conceito de livro raro é muito subjetivo, pois depende de quem exerce a função de identificar ou classificar uma obra como tal para a sua coleção. Devem ser respeitados o ponto de vista do conteúdo do livro e de sua materialidade, além de outros aspectos, tais como o valor afetivo, as encadernações ou ilustrações, o material sobre o qual foi feita a impressão e a edição pertencente a uma célebre tipografia ou primeira edição. Para escapar da dependência imposta pela subjetividade, como afirma Pinheiro (2009), é imprescindível que cada biblioteca estabeleça os seus próprios critérios de raridade,¹ que podem ser definidos de acordo com a natureza, a história das obras e quais exemplares compõem determinada coleção de livros raros e especiais, formando, por conseguinte, um acervo desta natureza.

O acervo raro do Cedom é constituído por obras que retratam a realidade da instituição ou que resgatam a memória do Colégio Pedro II. Podemos citar como destaques: obras publicadas até o século XVII, obras brasileiras do século XIX (especialmente até o ano de 1850), obras manuscritas, primeiras edições, edições especiais ilustradas por artistas de renome ou pelos próprios autores, obras importantes (documentos das atividades internas do Colégio Pedro II, reflexo de sua ação e atuação), clássicos em todos os ramos da atividade humana, obras consagradas e adotadas no ensino do Colégio Pedro II, obras esgotadas e não reeditadas e fac-similares.

As coleções especiais do Cedom caracterizam-se pela singularidade dos seus itens. Estão associadas a importantes figuras da instituição e foram adquiridas junto aos seus familiares. Retratam, portanto, os acervos pessoais dessas ilustres figuras, constituindo memoriais de suas vidas e obras e, por este motivo, encontram-se sob regras mais restritas de acesso e uso. Uma coleção especial é o lugar “onde se guardam os livros que, por qualquer razão, merecem o qualificativo de raros”; e é, também, a coleção “[...] que, devido à sua raridade, fragilidade ou importância, está apartada das coleções gerais de uma biblioteca, arquivo ou serviço de documentação[...]” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 637 apud PINHEIRO, 2015, p. 35).

O presente trabalho visa a apresentar o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, os setores que o constituem e, especialmente, apontar os principais critérios que devem ser contemplados na elaboração de uma Política de Desenvolvimento de Coleções perante os acervos.

1. Os critérios de raridade, de acordo com Pinheiro (1989), devem respeitar os seguintes aspectos: 1) limite histórico, 2) aspectos bibliológicos, 3) valor cultural, 4) pesquisa bibliográfica e 5) características do exemplar.

Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

O Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Cedom), criado em 4 de agosto de 2014, através da portaria nº 4.231, no *campus* Centro, reúne diferentes espaços dedicados à preservação, à conservação e à divulgação do acervo histórico documental. Ele abrange os seguintes setores: o Núcleo de Documentação e Memória (Nudom), a Biblioteca Histórica, o Museu Histórico, o Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico (Ladah) e o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes. Neste trabalho, vamos nos ater inicialmente ao processo de formação e desenvolvimento das coleções do Cedom. Em seguida, discutiremos os critérios que devem ser contemplados a fim de contribuir na elaboração de uma Política de Desenvolvimento de Coleções.

Formação e peculiaridades das coleções do Centro de Documentação e Memória

Neste tópico, o processo de formação e as especificidades das coleções do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, bem como, sua importância para a constituição da memória histórico-institucional e para a comunidade de usuários.

Núcleo de Documentação e Memória

O Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom), criado através da Portaria nº 1.019, em 22 de agosto de 1995, tem por objetivo tratar, preservar e divulgar a produção intelectual da instituição de ensino desde a sua fundação. Constitui-se como um núcleo de documentação institucional de pesquisa interdepartamental cujo objetivo, além dos mencionados acima, é o de prestar assistência às pesquisas e aos projetos internos desenvolvidos dentro ou fora do CPEI e dar suporte ao trabalho de pesquisa de graduação e pós-graduação de instituições nacionais e estrangeiras em diferentes áreas do conhecimento (SILVA, 2009).

O Nudom reúne documentos considerados raros e/ou preciosos graças à sua importância histórica, cultural e patrimonial. Seu acervo documental tem sua origem nas doações de servidores da instituição (docentes, discentes e ex-alunos) e nas coleções presentes em outros *campi*, que foram devidamente selecionadas e acondicionadas. Os acervos que hoje fazem parte do núcleo são compostos por um conjunto bibliográfico, iconográfico e arquivístico, conforme descrito a seguir.

Acervo bibliográfico

Entre os itens documentais que compõem o acervo bibliográfico, podemos destacar os que datam dos primeiros anos de fundação do colégio, representados pelos livros didáticos referentes às disciplinas ministradas nos séculos XIX e XX, regulamentos, regimentos e relatórios desde 1838, programas de ensino desde o ano de 1856, coleção das leis do Brasil (de 1808 a 1962), teses de concursos para a cátedra (de 1878 a 1975), anuários elaborados pelo diretor geral no exercício da função (de 1914 a 1961), monografias de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação, teses de doutorado e dissertações de mestrado dos funcionários do CPII (estão inclusos os trabalhos realizados por pesquisadores externos que retratam a história da educação tendo como fonte o colégio) e obras de memorialistas, professores e ex-alunos. O acervo bibliográfico está organizado nas estantes pelo sobrenome e nome do autor, respectivamente. As coleções estão divididas por assuntos, de acordo com o exposto na Tabela 1, abaixo:

TABELA 1: COLEÇÕES DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Coleção	Âmbito e conteúdo
Memória histórica	Engloba os livros registrados por renomados e ilustres escritores que, de alguma maneira, versam sobre o Colégio Pedro II em seus textos e/ou cujos autores são ou fizeram parte da instituição
Livros didáticos	Reúne os livros didáticos adotados pelo Colégio Pedro II no decorrer de sua evolução histórica, de várias disciplinas (Inglês, Matemática, História, Geografia, Alemão, Física, Francês e Química, entre outras)
Obras de referência	Coleção formada por dicionários, enciclopédias, manuais, guias e bibliografias, entre outros. Planejada e escrita não para ser lida na íntegra, mas para servir como objeto de consulta, pesquisa e informação
Coleção Geraldo Pinto Vieira	Pertence a um ilustre e renomado professor de História, ex-aluno da instituição na década de 1940 e membro fundador do Nudom. Sua coleção também está organizada por temas, que são: Euclides da Cunha, Sebastianismo, Religião, Literatura de Cordel e Padre Cícero. Também fazem parte dela obras gerais, periódicos e livros que tratam sobre d. Pedro II, além de outros escritos didáticos

Coleção Rio de Janeiro	É formada por obras que abordam a história do Rio de Janeiro
Coleção d. Pedro II	Composta por obras que pertenceram ao Imperador e outras que abordam sua vida e história
Coleção de Factas	Documento interno produzido pelo Colégio Pedro II, trata de portarias que nomeiam, exoneram e movimentam, entre outras operações, os servidores da instituição
Periódicos	Formada por artigos que abordam o Colégio Pedro II de maneira geral, ou que foram escritos por membros da instituição
Coleção de leis do Brasil	Coleção publicada pela Imprensa Nacional. Inclui cartas de leis, decretos, alvarás, cartas régias, leis e decisões imperiais
Educação	Formada por obras que versam sobre a história da educação no âmbito geral, leis, programas gerais de ensino, regimentos e regulamentos sobre o Colégio Pedro II
Coleção Wilson Choeri	Foi aluno eminente e professor de Física do Colégio Pedro II, além de secretário de ensino nas gestões dos diretores gerais Tito Urbano da Silveira e Antonio José Chediak. Em 1994, foi eleito primeiro diretor geral, cargo no qual permaneceu até 2008. Sua coleção abrange todas as áreas do conhecimento
Coleção Esther Ozon Monfort	Foi subsecretária de ensino do Colégio Pedro II no período de 1994 a 2002, durante a administração do professor Wilson Choeri, e professora de Filosofia da instituição. Seu acervo foi doado pela família. A coleção abrange, especialmente, as áreas de Psicologia, Sociologia, Filosofia e Educação

Fonte: Inventário de obras do Nudom.

Importante destacar, ainda, os jornais e revistas estudantis elaborados pelos alunos do colégio no período de 1920 a 1990: *Sciencias e Letras* (décadas de 1920 e 1930); *O Arauto*, *Pronome*, *Muirakitan*, *Ateneu*, *O Atalaia* e *O Noticiário* (década de 1930); *O Tangará* e *Colmeia* (década de 1940); *Símbolo*; *Internato* e *A flama* (década de 1950); *O periscópio* (década de 1980) e *Declare Guerra* (década de 1990).

Acervo iconográfico

O conjunto de obras denominado acervo iconográfico é formado por fotografias de professores, de eventos realizados no colégio, dos *campi*, da Família Imperial e do antigo Rio de Janeiro, além de álbuns de turmas de alunos e pinturas.

Acervo arquivístico

O acervo arquivístico ou histórico constitui-se de um conjunto de obras manuscritas no século XIX e XX, entre as quais podemos destacar: as Atas da Congregação, livros sobre as atas de concursos de professores visando ao ingresso no CP II, o primeiro *Livro de Avisos do Imperial Colégio de Pedro II* (escrito no ano de 1838), livros de matrícula de funcionários, livros de exames preparatórios, ofícios enviados e recebidos, avisos do Ministério do Império, livros sobre ocorrências disciplinares, livros de colação de grau e Bancos de Honra, livros de Contabilidade e livros de nomeações de professores e funcionários. Um acervo de 600 livros encadernados e 60 pastas com documentação avulsa, totalizando seis mil itens.

Os documentos do acervo histórico começaram a ser produzidos em março de 1838 e, a princípio, encontravam-se no casarão da rua Larga de São Joaquim, no então Externato do Imperial Colégio de Pedro II (SILVA, 2009). Posteriormente, este conjunto de obras foi localizado disperso entre os *campi* Centro e São Cristóvão. Uma parte, com as teses de concursos para a cátedra, estava armazenada em um armário da sala de direção do *campus* Centro. A outra parte, contendo possivelmente toda a documentação institucional desde o ano de 1838, estava no depósito do *campus* São Cristóvão. Este conjunto documental, de valor histórico inestimável para a instituição, foi encontrado em péssimas condições de conservação.

Verificados os graves riscos que o acervo estava sofrendo ao longo do tempo e dado seu grau de relevância para a pesquisa histórica, a direção do *campus* Centro, no ano de 1990, constituiu uma equipe técnica visando a organizar e registrar estas teses. Diante do quadro, surgiram iniciativas para a criação do Nudom.

As origens do Nudom remontam ao ano de 1990, quando pela necessidade de preservar e organizar o catálogo de teses dos professores catedráticos do Colégio Pedro II, inicia-se o primeiro movimento no sentido de resgatar os materiais referentes à vida administrativa e acadêmica do Colégio. (NUDOM, 2010, p. 1).

Em agosto de 1995, data da inauguração do Nudom, foi lançada a primeira edição do *Catálogo de teses do CP II*. No ano 2000, a obra foi relançada,

contemplando também os trabalhos realizados por seus professores e funcionários (teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de conclusão de curso superior), e a produção de pesquisadores de outras instituições que faziam referências ao CPII, com o objetivo de dimensionar a importância da instituição nos mais variados setores da vida acadêmica.

A partir de então, em 2003, por determinação da Direção Geral, a parte contendo os arquivos encontrados no depósito do *campus* São Cristóvão foi confiada ao Nudom. Ela é composta pelo conjunto de documentos administrativos nos quais foram registrados os atos praticados pela instituição desde a sua fundação, em 1837, até meados da década de 1990, “constituindo-se como o acervo principal para as pesquisas acadêmicas sobre a instituição e também para subsidiar a pesquisa sobre a história da educação no Brasil” (SILVA, 2009, p. 28). O acervo histórico está classificado em séries e subséries, como o apresentado na Tabela 2.

TABELA 2: DESCRIÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO.

Série	Subséries	Âmbito e conteúdo
Docentes (1878-1990)	Atas da Congregação; Concursos para professores; Conselho Departamental; Departamentos Pedagógicos; Laboratórios de ensino	Reúne o registro das atividades do corpo docente do CPII e apresenta informações sobre a elaboração dos programas de ensino que posteriormente eram implantados nas escolas de ensino secundário do país, os concursos para professores, os registros de horários, as práticas de ensino, currículos, as determinações pedagógicas de como o ensino deveria ser ministrado, a distribuição das disciplinas nas séries, quais livros didáticos deveriam ser adotados (em alguns casos) e as atas de reuniões. Reflete o perfil do quadro docente e proporciona o estudo da evolução do ensino secundário no Brasil

Documentos Administrativos (1838 a 1999)	Contabilidade e Patrimônio; Conselho de Curadores; Documentos de Pessoal; Matrículas de Empregados; Relatórios	Livros de Contabilidade e Patrimônio; Conselho de Curadores; documentos de Pessoal Administrativo; matrículas de Empregados e Relatórios
Comunicações (1838 a 1973)	Comunicações Internas; Imprensa e Diário Oficial; Ofícios Enviados; Ofícios Recebidos	Portarias, resoluções, correspondências enviadas para os professores, funcionários e entre os diretores do Internato e Externato, com o Ministério e com outras instituições, além de recortes de jornais e cópias eletroestáticas de atos publicados no Diário Oficial
Discentes (1838 a 1979)	Assentamentos Escolares; Colaço de Grau e Bancos de Honra; Exames Preparatórios; Ocorrências Disciplinares; Matrículas; Médias e Apontamentos de Matrículas	Contém a documentação relativa a históricos, documentos de alunos, pedidos de matrículas, notas obtidas pelos alunos, pedidos de “gratuidade” para ingresso no colégio, etc.
Unidades de Ensino Incorporadas ao Colégio Pedro II (1939 a 1959)	Colégio Universitário; Colégio Felisberto de Menezes	Documentação de dois colégios que foram incorporados ao CPII na década de 1950
Comemorações, Celebrações e Sessões (1946 a 1989)		Livros de assinaturas para sessões solenes; livros de assinaturas para sessões solenes e comemorações

Contudo, o Nudom vem, ao longo do tempo, digitalizando seus acervos visando a preservar o material original, disponibilizando para a consulta documentos em formato digital. As diretrizes para a preservação dos documentos históricos e os procedimentos para a digitalização deste acervo são estabelecidos pelo Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico do CPII.

Biblioteca Histórica

A criação da Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II, atual Biblioteca Histórica, é referida no Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838, Capítulo XXIV, artigo nº 146, que dispõe sobre os Estatutos do Colégio, onde podemos identificar as primeiras diretrizes para a realização das atividades administrativas e as deliberações sobre a estrutura, a finalidade e o funcionamento, assinadas por Bernardo Pereira de Vasconcelos, então Ministro do Império.

A Biblioteca Histórica é formada por coleções especiais, raras e/ou preciosas, que refletem a influência humanística na formação do corpo docente e discente do Colégio Pedro II. Tem por objetivo disseminar a preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro, além de subsidiar os trabalhos de pesquisa científica em nível de graduação e pós-graduação.

De acordo com as especificidades de pesquisa e do acervo, a Biblioteca Histórica não mantém assinaturas de periódicos e as obras atualmente são incorporadas a partir de doações. A disposição das coleções está dividida em duas partes: Acervo Antigo e Coleções Especiais.²

Acervo Antigo

O Acervo Antigo é composto por obras de assuntos gerais, nas diferentes áreas do conhecimento e em grande parte escritas no idioma francês. São consideradas raras e/ou preciosas devido à sua importância histórico-institucional. Reúne livros e periódicos do século XVI até o início do século XX, perfazendo um total aproximado de 20 mil volumes. Nele, estão inclusos textos que fundamentam a educação no Brasil desde o século XIX.

As obras deste acervo, em especial, foram adquiridas por compra, visando a atender as necessidades informacionais do corpo docente e discente, além de oferecer suporte às atividades de ensino e pesquisa. Naquele período, eram

2. Os termos “Acervo Antigo” e “Coleções Especiais” foram estabelecidos por Maria de Fátima Prôa Melo, bibliotecária responsável pela Biblioteca Histórica. O Acervo Antigo, no entanto, contém as “obras fundadoras” da Biblioteca Histórica. As Coleções Especiais são constituídas por acervos pessoais de ilustres personalidades do Colégio Pedro II, itens que foram adquiridos por meio de doações de seus familiares.

ministradas aulas de Filosofia, Latim, Grego, Inglês, Francês, Alemão, Português, Italiano, História Geral, História Natural, Corografia do Brasil, Geografia Geral, Matemática, Desenho, Música e Dança.

No ano de 1859, foram iniciadas as aulas de Ginástica Sueca, ministradas até o início do século XX. De acordo com um decreto de 1894, os alunos do Externato (atual *campus* Centro) e Internato (atual *campus* São Cristóvão) deveriam receber, também, aulas de Instrução Militar para formar um batalhão escolar. A matéria seria ministrada por oficiais subalternos do Exército, concorrendo ambos a solenidades cívicas (DORIA, 1997).

O colégio construiu especialmente para o acondicionamento das obras desse acervo uma estrutura de ferro de dois andares, larga e robusta, cuja escada e guarda-corpo eram feitos de ferro fundido e o piso superior em vidro, reforçado por malhas de ferro. As colunas de ferro dividem o espaço destinado às prateleiras e à circulação de pessoas. No primeiro piso, além da estrutura de ferro, encontram-se armários de ferro e de madeira, e são realizados o tratamento das obras e o processamento técnico. Destaca-se, no entanto, o elevador, que foi construído e moldado de maneira especial, no interior da coluna da biblioteca (talhada em madeira maciça), para conduzir os livros até a Sala de Leitura, que fica no segundo andar do prédio.

O Acervo Antigo se difere das Coleções Especiais por conter obras que, a princípio, não podem ser facilmente adquiridas e que a instituição, por sua área de interesse (valor institucional), atribui importância na sua manutenção e preservação. São arquivos preciosos que, inicialmente, não podem ser substituídos ou descartados sem causar prejuízo à missão institucional, à sua relação com outros itens do acervo e ao valor de pesquisa.

Coleções Especiais

As Coleções Especiais são constituídas de acervos pessoais doados por professores, alunos eminentes ou, ainda, por seus familiares e oriundos de coleções já existentes na antiga biblioteca do Externato do Colégio Pedro II. As obras estão acondicionadas em sala anexa ao Acervo Antigo e armazenadas em estantes de ferro e de madeira, separadas por espaços distintos que formam conjuntos de arquivos que pertenceram aos seus respectivos doadores. Nele podemos encontrar, além de livros, objetos pessoais como máquinas de escrever, escrivatinhas, mesas, cadeiras, fichários e quadros de retratos, entre outros itens. Fazem parte do conjunto de acervos as seguintes coleções: Professor Cândido Jucá Filho, Professor Roberto Bandeira Accioli, Professor Haroldo Lisboa da Cunha e Hélio Thys.

A coleção de Cândido Jucá Filho, ex-professor catedrático, linguista e filólogo, é composta de aproximadamente quatro mil volumes, doados à instituição em 2 de dezembro de 1992, e é formada em sua maior parte por

publicações especializadas em Filologia. Possui valiosas primeiras edições de clássicos da Literatura Brasileira e um grande número de obras sobre e de José de Alencar, que era o objeto de estudos deste acadêmico. Podemos destacar, também, o acervo de Literatura Portuguesa (especialmente a coleção Camiliana) e obras de referência. Reúne, ainda, arquivos pessoais, fichas de pesquisa filológica, manuscritos e publicações de sua autoria.

Roberto Bandeira Accioli foi professor de História e sua coleção é constituída, na sua essência, por livros relacionados a essa matéria e de diferentes épocas, em especial a Antiguidade Clássica, grande parte escrita em francês, sobre Legislação de Ensino e assuntos afins, totalizando aproximadamente cinco mil volumes.

Haroldo Lisboa da Cunha foi professor de Matemática e sua coleção é formada por livros de Ciências Exatas, especialmente da matéria de sua especialidade e assuntos afins. Destacam-se algumas obras antigas como, por exemplo, um exemplar sobre álgebra datado de 1690, totalizando 1.050 títulos e cerca de dois mil volumes.

A coleção de Hélio Thys, aluno emérito do Colégio Pedro II, reflete a formação humanística e eclética deste jornalista, com um acervo bastante diversificado em que se destacam obras na área de Comunicação e reúne toda a sua obra literária, inclusive textos inéditos e a sua produção para jornais, revistas, rádio e televisão, perfazendo um total aproximado de quatro mil volumes. Podemos encontrar no acervo obras das décadas de 1940 e 1950 e, majoritariamente, material de pesquisa em diversas áreas de Teatro (peças escritas pelo ex-aluno, livros teóricos e radionovelas), além de romances, contos, crônicas, argumentos para cinema e música.

Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes

O Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes é atualmente o único setor que está localizado em outro *campus* do Colégio Pedro II: fica na unidade São Cristóvão II, constituindo-se em mais um setor do Cedom.³ Caracteriza-se por ser um departamento único, embora pareça

3. A biblioteca Antenor Nascentes era gerida pela bibliotecária Ana Maria Oliveira, que aposentou-se em 2015, e escreveu sua dissertação de Mestrado sobre a produção científica de Antenor Nascentes, podendo ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/700/1/anasilva2012.pdf>. Atualmente, a biblioteca Antenor Nascentes está sendo administrada pelo Cedom, com o auxílio da funcionária Maria Alice Lins Pereira. Neste ano de 2016, ocorrerá a transferência da biblioteca para o *campus* Centro, reunindo-se dessa forma, todos os setores do Cedom no mesmo *campus*

estar dividido em dois espaços distintos. Apesar de ser uma coleção especial (já que reúne a produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes, ex-aluno e professor catedrático de Espanhol e Português nos séculos XIX e XX), ela ainda não está fisicamente alojada junto às demais que estão classificadas na mesma categoria e pertencem à Biblioteca Histórica.

Filólogo, dicionarista, especialista em línguas românicas, conceituado pela área da linguística, dialetologia, sociolinguística e geolinguística, entre outras áreas, e considerado um dos teóricos e metodólogos de maior expressão e contribuição, Antenor de Veras Nascentes exerceu diversas atividades e integra o rol de personalidades estimáveis do Colégio Pedro II.

O material foi doado por seus familiares à instituição em 21 de setembro de 1990, objetivando atender à comunidade acadêmica do Brasil e do exterior. Consiste em um acervo bibliográfico de aproximadamente seis mil itens, que inclui fichas de pesquisa filológica, arquivos e correspondências mantidas com personalidades importantes nas áreas de Ciências e Letras, do Brasil e do exterior. O acervo do Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes reúne artigos de periódicos, materiais de referência, dicionários (podemos destacar o *Dicionário etimológico*) e correspondências de sua autoria, correspondências passivas de cientistas, pesquisadores e autoridades políticas, nacionais e internacionais, além de um precioso conjunto iconográfico, primeiras edições de diversas obras e publicações de diferentes autores contendo pareceres escritos por ele, formando um conjunto de obras cujo valor é inestimável para o CPII.

Na próxima seção, apresentamos os critérios que devem ser estabelecidos pelo Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II no desenvolvimento e atualização de suas coleções.

Política de desenvolvimento de coleções

O Colégio Pedro II possui documentos de importância histórica e institucional para o país e para a sociedade. Seu acervo, guardado no Centro de Documentação e Memória (Cedom), é insumo para pesquisas que produzirão novos conhecimentos sobre temas relacionados ao colégio e à história da educação brasileira.

A comunidade de usuários do Cedom é formada por pesquisadores graduados e pós-graduados em diferentes áreas do conhecimento, de instituições nacionais e estrangeiras, tais como: historiadores, educadores, sociólogos,

(Centro). Será alocada nas dependências da Biblioteca Histórica, unindo-se às demais coleções especiais.

antropólogos, geógrafos e demais especialistas que demonstrem interesse sobre a história da instituição ou da educação aplicada em nosso país.

Dessa forma, identifica-se a urgência em planejar e implementar uma Política de Desenvolvimento de Coleções para o Cedom, a fim de atender a todas as suas especificidades. Procura-se um equilíbrio que possa ser ajustado entre as reais necessidades informacionais da comunidade e os programas de ensino, pesquisa e extensão, para que estes se integrem às finalidades e aos objetivos institucionais. Abaixo, destacamos os artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.316, de 5 de novembro de 2012:

Art. 4º – O Colégio Pedro II tem as seguintes finalidades e características:

- I – Ofertar educação básica, educação profissional de forma articulada com a educação básica e ensino superior na área de educação e de formação de professores, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da sociedade organizada e na vida profissional;
- II – Desenvolver a educação básica, profissional e superior como processos educativos e investigativos;
- III – Promover a integração dos diferentes níveis de educação e modalidades de ensino ofertados;
- IV – Constituir-se em campo de experiência e em centro de excelência na oferta de educação básica e do ensino superior na área de educação e de formação de professores;
- V – Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de todas as disciplinas que integram a composição curricular da educação básica, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos profissionais de educação das redes públicas de ensino;
- VI – Desenvolver programas de extensão e de divulgação social, científica e cultural;
- VII – Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, a criatividade e o desenvolvimento social e científico;
- VIII – Promover práticas democráticas, de justiça social, de exercício da cidadania e de preservação do meio ambiente.

Art. 5º – O Colégio Pedro II tem os seguintes objetivos:

- I – Ministrando todas as etapas da educação básica, mantendo, no desenvolvimento de sua ação acadêmica, a prioridade para os ensinamentos fundamental e médio;
- II – Ministrando educação profissional técnica de nível médio, integrada à educação básica, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, preservando o perfil de ensino humanístico da Instituição;
- III – Promover pesquisas aplicadas na área de educação e de formação de professores, estimulando o desenvolvimento de soluções sociais e educacionais;

IV – Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação básica, profissional e de formação de professores, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e sociais, objetivando atender às demandas da sociedade;

V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento cultural, socioeconômico e científico;

VI – Difundir, através de publicações, os resultados obtidos no aprimoramento de métodos e técnicas de ensino.

De acordo com os objetivos e finalidades do Colégio Pedro II, verifica-se que a instituição está cada vez mais voltada às questões do desenvolvimento social e científico, tendo como missão promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de modo responsável na sociedade.

Nesse sentido, a Política de Desenvolvimento de Coleções precisa estar de acordo com os objetivos e finalidades da instituição, contar com a participação de toda a comunidade envolvida e deve ser um documento flexível, que permita alterações caso seja necessário. Além de incluir outras políticas específicas, ela deve ser revista em períodos estabelecidos pela comissão responsável por sua elaboração e contemplar o público a ser atendido, os recursos orçamentários advindos da instituição, a filosofia do desenvolvimento de coleções, as avaliações dos acervos, a maneira de fazer o diagnóstico da necessidade de recurso e indicar os responsáveis por sua elaboração.

Todas as obras que compõem os acervos e coleções especiais do Cedom são incorporadas por meio de doação e permuta. Segundo as especificidades de pesquisa e necessidades informacionais da instituição, o centro não mantém assinaturas de periódicos e não adquire obras através de compra, salvo por algumas exceções. O Nudom já possui um documento chamado Termo de Doação,⁴ que estabelece as regras e procedimentos a serem adotados com os acervos ou documentos doados.

Não obstante, todos os usuários são orientados a deixar uma cópia de seus trabalhos de pesquisa sobre o Colégio Pedro II ou materiais que, de alguma forma, façam referência à instituição. Nesse sentido, o Termo de Doação pode ser adaptado e tornar-se viável a todos os setores do Cedom. Para tanto, este documento precisa estabelecer a permissão para o uso, o descarte ou a permissão para a redistribuição dos materiais informacionais, bem como sua inserção em repositório institucional.

4. A aprovação do Termo de Doação elaborado pelo Nudom pelo Conselho Superior do Colégio Pedro II (Consum) ainda é aguardada.

Tendo em vista os diferentes tipos de materiais informacionais, a seleção do que comporá o acervo deve ser realizada levando-se em consideração os seguintes critérios: autoridade, atualidade, conveniência, custo, cobertura/tratamento, características físicas, interesse/relevância, idioma, precisão e imparcialidade (VERGUEIRO, 2010). A política de seleção do Cedom deve garantir que o acervo seja formado com o equilíbrio e a qualidade almejada, considerar a seleção de materiais informacionais pertinentes ao conjunto de arquivos e ser relevante à comunidade de usuários, à seleção de documentos em formato eletrônico para inserção futura no repositório institucional, de documentos de natureza arquivística e das doações, que englobam livros, periódicos e outros tipos de materiais (DVDs, convites, fotografias, etc.).

O centro deve, sobretudo, selecionar os materiais informacionais visando a reconstituir a sua memória histórico-institucional. Deve considerar os trabalhos intelectuais produzidos por alunos, professores e funcionários, bem como os que foram elaborados na instituição sob a forma de eventos e apresentações, de atividades intelectuais do cotidiano do CPII e, ainda, os trabalhos desenvolvidos pela comunidade de pesquisadores (dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso).

Por ser “um organismo em crescimento”, de acordo com a 5ª Lei da Biblioteconomia, o Cedom expandirá o seu acervo graças às constantes doações e o recolhimento de materiais informacionais dos *campi*. O colégio produz diariamente documentos administrativos nos departamentos de cada *campus* e de valor probatório para a guarda permanente, tais como: legislação, relatórios, regimentos, regulamentos, ofícios, correspondências, atos publicados no Diário Oficial, além de boletins, históricos e documentos relativos aos alunos. Podemos destacar os trabalhos desenvolvidos nos programas de pesquisa, no Programa de Residência Docente e as dissertações elaboradas pelos discentes do Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica.

No entanto, o Cedom deve estabelecer uma equipe de trabalho e as competências de cada profissional envolvido, tanto no processo de seleção quanto na avaliação da coleção e desbastamento. Tendo em vista a natureza dos documentos institucionais do Colégio Pedro II e a especificidade dos acervos, de caráter bibliográfico, iconográfico e arquivístico, ela pode ser formada por uma equipe multidisciplinar e que envolva bibliotecários, docentes, técnico-administrativos e arquivistas para que sejam estabelecidos os critérios da política a ser adotada.

As diretrizes são atualmente preestabelecidas pela Comissão de Atualização da Memória Histórica e pelo Núcleo de Documentação e Memória, já que há uma demanda maior dos pesquisadores por suas coleções. Os critérios estão relacionados ao valor histórico dos documentos e ao termo de pesquisa.

O Cedom utiliza questionários como método para avaliar suas coleções, bem como um levantamento das fontes mais consultadas. Vale destacar que os materiais informacionais mais frequentemente pesquisados são os documentos administrativos, as teses dos professores catedráticos e as obras de autoria dos alunos, professores e funcionários da instituição.

Contudo, terminada a avaliação da coleção, o Centro faz o desbastamento dos materiais dos acervos e os reconduz para outras bibliotecas dos *campi*. As diretrizes para o remanejamento e a eliminação estão sujeitas ao estudo do uso das coleções e devem estar de acordo com os critérios definidos no Termo de Doação.

O estudo relacionado ao uso é, na verdade, uma coleta de dados que identifica o tipo de material bibliográfico que os usuários (alunos e professores) utilizam em suas pesquisas, trabalhos e leituras. Segundo Figueiredo (1994), o uso “é o que um indivíduo realmente utiliza, é a necessidade ou desejo recebido pelo indivíduo”. A autora ainda menciona que os indivíduos podem utilizar apenas o que está disponível. O uso é, portanto, dependente da provisão, da acessibilidade da biblioteca ou do serviço de informação, e tem como objetivos principais saber quais são as fontes mais utilizadas para avaliar a tomada de decisão por parte do bibliotecário e conhecer a utilização da biblioteca, visando a conhecer algumas características do usuário.

Considerações finais

Nesta pesquisa, verificou-se que estabelecer uma Política de Desenvolvimento de Coleções, com o intuito de subsidiar as diretrizes e as tomadas de decisão nos processos que envolvem a seleção, aquisição e descarte das coleções, é indispensável às bibliotecas ou aos centros de documentação e memória. Materializada em documento, deverão ser levados em consideração os seguintes dados essenciais: objetivos da biblioteca, estado atual da coleção, necessidades informacionais da comunidade a ser servida, orçamentos e demais recursos informacionais disponíveis, entre outros fatores. No documento deve constar a indicação da responsabilidade nas decisões para a seleção do acervo, ou seja, deve existir uma comissão responsável por estabelecer as normas e os padrões na formação e no desenvolvimento ideal de um acervo.

Com base nas reflexões propostas, buscamos elencar critérios que possam subsidiar a elaboração de uma Política de Desenvolvimento de Coleções para o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Sendo uma fonte de pesquisa e conhecimento, suas coleções resgatam a memória da instituição. É composta por obras oriundas das coleções particulares de antigos professores e alunos do CPII, de renomadas personalidades do meio científico

ou de destacada atuação na vida acadêmica. São consideradas coleções especiais graças ao valor do conjunto em seu todo, tendo em vista a trajetória de quem as reuniu, a importância de seu conteúdo e, ainda, as características de raridade dos exemplares que a integram. Por essa razão, é de suma importância que critérios de acesso, manuseio, tratamento e conservação desses acervos sejam estabelecidos.

Por fim, nos pautamos em reflexões como a de Silva (2006, p. 93) que, ao retratar as bibliotecas como metáforas da memória, determina o que podemos considerar como a missão de uma biblioteca que tem sob sua tutela acervos especiais:

[...] são também lugares da humanização da cultura, lugares em que a memória não apenas está guardada, mas de onde a memória se desprende para circular entre os leitores. A Biblioteca, qualquer biblioteca, é o lugar que abriga a palavra e que acolhe e torna possível a narrativa da história da humanidade.

Referências

COLÉGIO PEDRO II. *Catálogo de teses, dissertações e monografias do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2000.

DIAS, Maria Matilde; PIRES, Daniela. *Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação*. São Carlos: Edufscar, 2003.

DÓRIA, Escragnoille. *Memória histórica do Colégio de Pedro II: 1837-1937*. 2. ed. Brasília: Inep, 1997.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

NUDOM – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA. *Aniversário de quinze anos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2010. CD-ROM.

PINHEIRO, A. V. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. de (org.). *Ciência da informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária, p. 31-44, 2009. p.31-44. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 18 jun. 2016.

PINHEIRO, A. V. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44.

RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

- ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci. Informações operacionais de gestão e tratamento técnico da coleção. *In: ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci (org.) Unidades de informação: conceitos e competências*. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 22-35.
- SEGISMUNDO, F. *Colégio Pedro II: tradição e modernidade*. Rio de Janeiro: Unigraf, 1987.
- SILVA, E. M. da. *Inventário analítico e registro de autoridade do Fundo Colégio Pedro II*. 2009. Dissertação (Mestrado em Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Maria Luiza do Espírito Santo. Catalogação de obras raras e valiosas. *Rev. Bras. Bibliotecon. Doc.*, São Paulo, v. 14, n. 1/2, p. 61-63, 1981.
- SILVA, Sônia T. Dias Gonçalves da; LANE, Sandra Souza. Uma política de serviços para livros raros em bibliotecas universitárias. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 6, 1989, Belém. *Anais...* Belém: BC/UFPA, 2 v., v. 2, p.119-129, 1990.
- SILVA, T. E. da. Bibliotecas: metáforas da memória. *Encontros Bibli: revista eletrônica de ciência da informação*, Florianópolis, n. 21, p. 85-94, 2006.
- SOARES, Suelen Garcia. *Organização e preservação de livros raros na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- VERGUEIRO, Waldomiro. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989.
- VERGUEIRO, Waldomiro. *Seleção de materiais de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.
- WEITZEL, Simone da Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2013.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na USP: reflexões para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções

Eliane Kano

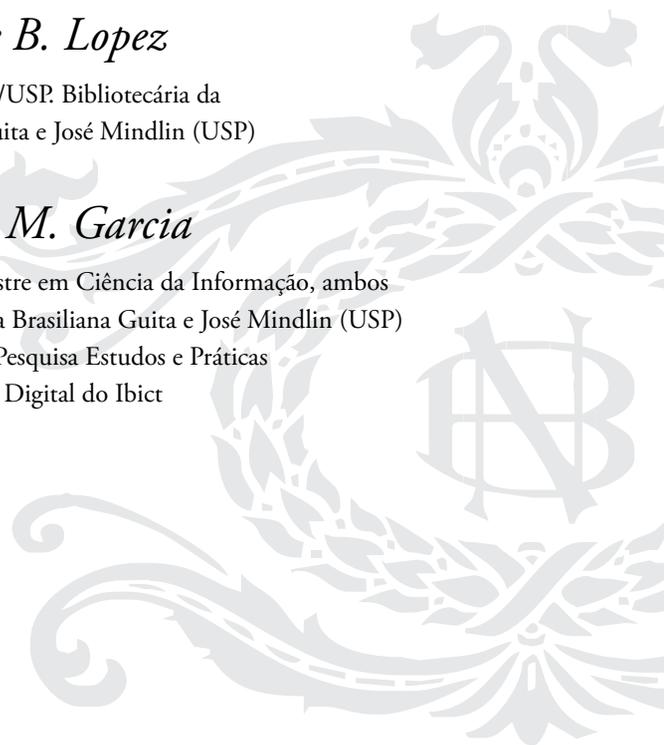
Bibliotecária pela FESPSP

Jeanne B. Lopez

Graduada pela ECA/USP. Bibliotecária da
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP)

Rodrigo M. Garcia

Graduado em Biblioteconomia e mestre em Ciência da Informação, ambos
pela Unesp. Bibliotecário na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP)
e membro do Grupo de Pesquisa Estudos e Práticas
de Preservação Digital do Ibiict





Resumo

Aborda a coleção Mindlin, parte fundadora da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM/USP) – constituída ao longo dos anos pelo bibliófilo que lhe dá nome – e a necessidade de se estabelecer critérios e definir uma metodologia para o desenvolvimento das coleções do acervo. Com o apoio de referencial teórico-empírico, discute e elenca os desafios para a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções que leve em consideração o atual contexto, as vertentes e a sua função na Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: Políticas de desenvolvimento de coleções. Obras raras. Biblioteca especializada. Biblioteca universitária.

Abstract

This paper discusses the Mindlin Collection, the cornerstone of Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin at the University of São Paulo (BBM/USP), which was amassed over the years by bibliophile José Mindlin, and the need to establish criteria and define a methodology for the development of the collections of the library. With the support of theoretical and empirical references, the present paper discusses and lists the challenges to the elaboration of a collection development policy that takes into account the current context and trends, as well as its role in the University of São Paulo.

Keywords: Collection development policy. Rare works. Specialized library. University library.



Introdução

O presente trabalho, de natureza teórico-empírica e de nível exploratório, surge da necessidade de se estabelecer critérios e definir uma metodologia para o desenvolvimento das coleções do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), formada ao longo de mais de 80 anos pelo bibliófilo José Mindlin e sua esposa Guita e que, desde o ano de 2013, é uma unidade acadêmica da Universidade de São Paulo (USP).

Inaugurada há pouco mais de três anos, todos os esforços, até o momento, têm sido dados para o tratamento e organização do acervo já doado por Mindlin. No entanto, a partir de agora é preciso pensar a longo prazo, e planejar como se dará o desenvolvimento do acervo nos próximos anos. Visto que ainda não existe um documento sobre políticas de desenvolvimento de coleções para a BBM até o momento, pensou-se em propor, a partir de um referencial teórico já existente, parâmetros para a sua formação e assim garantir a continuidade da manutenção do acervo, como uma biblioteca dinâmica, porém dentro de suas especificidades. Neste sentido, pergunta-se de que maneira é possível produzir um documento que possibilite integrar, por meio de aquisições e doações, novas obras ao acervo.

Desde que se tornou uma biblioteca inserida em uma universidade pública, foi preciso refletir, repensar e planejar com o propósito de adequar as suas funções aos objetivos que cabem à sua existência: a preservação da coleção, previsto no artigo 23, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1998), em que rege que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural [...]”, assim como o atendimento à comunidade, garantindo o acesso e o uso irrestrito e efetivo de seu acervo, em consonância e contribuindo para o tripé fundamental e indissociável da Universidade, disposto no artigo 207 da Constituição do Brasil: o ensino, a pesquisa e a extensão.

O trabalho abordará como a coleção foi formada ao longo dos anos pelo bibliófilo, a fim de identificar e compreender os critérios adotados para o seu desenvolvimento. Também descreverá brevemente o cenário atual da instituição, seus problemas, desafios, metas e objetivos dentro do contexto acadêmico e cultural em que se encontra.

Finalmente, serão apresentadas algumas propostas para que se estabeleça o processo de desenvolvimento de coleções na Biblioteca considerando a base teórica e a realidade presente, sendo apenas uma abordagem inicial.

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

A coleção foi formada ao longo de mais de 80 anos pelo bibliófilo José Mindlin, que doou generosamente seu acervo à Universidade de São Paulo em 2006. Em março de 2013, foi inaugurada com o nome de Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) em um edifício construído especialmente para abrigar a sua coleção na Cidade Universitária, que fica no *campus* da USP de São Paulo.

Possui cerca de sessenta mil volumes que abrangem diversas áreas de estudos brasileiros: obras da literatura brasileira, relatos de viagens, manuscritos históricos e literários (originais e provas tipográficas), periódicos, livros científicos e didáticos, iconografias (estampas e álbuns ilustrados) e livros de artistas, entre outros documentos.

Conta com um expressivo acervo (principalmente de livros da Imprensa Régia no Brasil) que pertencia ao ilustre bibliotecário, bibliófilo, professor e pesquisador Rubens Borba de Moraes, doado ao casal Guita e José Mindlin após seu falecimento.

A arquitetura do edifício permite que as pessoas possam visualizar as estantes pelo saguão do prédio, e consultar o acervo por solicitação via preenchimento de formulário de requisição (BIBLIOTECA..., 2021a). Os usuários também podem ter acesso a parte das publicações digitalizadas e disponíveis na biblioteca digital (BIBLIOTECA..., 2021b). A Biblioteca, porém, possui acesso restrito às obras, o que é justificado pelo fato de conter livros raros e especiais.

O público-alvo são pesquisadores de estudos brasileiros e também das mais diversas áreas, graduandos e pós-graduandos da USP e de outras instituições nacionais e internacionais, além do público em geral. Está vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – PRCEU (2021), e se intitula como uma entidade acadêmica e centro interdisciplinar de documentação da USP, que tem como compromisso assegurar a preservação e longevidade do acervo, garantindo o acesso às coleções, assim como promover a pesquisa e difusão científica de estudos de assuntos brasileiros e áreas correlatas (USP NORMAS, 2016).

Reconhecido por ser o proprietário da mais importante coleção particular sobre o Brasil, José Mindlin adquiria seus livros analisando e buscando em catálogos e bibliografias o que lhe interessava; em visitas a bibliotecas; livrarias e sebos de diversas partes do mundo; leilões e doações de amigos e pessoas com quem tinha alguma relação ou vínculo relacionado à bibliofilia (autores, editores e pesquisadores renomados).

Por diversas vezes, Mindlin declarou que nunca planejou montar uma biblioteca. A formação das coleções desenvolveu-se através dos assuntos que lhe

atraíam: eram muitos. No entanto, o seu interesse mais constante era a respeito de temas brasileiros, especialmente literatura, história e viagens.

A primeira aquisição de um livro por conta de sua antiguidade se deu aos treze anos de idade: uma edição portuguesa de 1740 do *Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet. José Mindlin tinha a percepção de que, por se tratar de uma obra antiga, seria rara. Ao longo dos anos, porém, passou a ter uma compreensão maior a respeito, algo que descreveu em seu relato:

“Depois aprendi que a idade do livro em si não tem tanta importância. O que importa é o conteúdo da obra, o valor histórico ou gráfico da edição. E muitos outros fatores [...]” (MINDLIN, 2008, p. 50).

A atração por obras sobre o Brasil despertou ainda na adolescência, depois da leitura de um livro presenteado por uma tia e intitulado *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador e lançado em 1918. A partir da leitura da bibliografia dessa obra, surgiu o desejo de iniciar a formação de uma biblioteca (MINDLIN, 2008).

Para José Mindlin, não havia uma definição clara do que seria um livro raro, conforme ele mesmo diz:

O livro pode ser raro, por exemplo, por terem sido impressos pouco exemplares, ou por não se terem conservados os que se imprimiram, pelo interesse do texto, por ser uma primeira edição ou por ter uma revisão do próprio autor. As razões são muitas, e além de algumas específicas, cada colecionador tem suas próprias motivações [...]. (MINDLIN, 2004, p. 29).

Afirmava que, embora caracterizasse sua biblioteca como indisciplinada, isso não significava que ele deixava de usar critérios na busca e na aquisição dos livros. A indisciplinada em questão estava no fato de, muitas vezes e, por algum motivo, ele não seguir rigorosamente nenhuma vertente, pois acreditava que “os livros foram feitos para nós, e não nós para os livros” (MINDLIN, 2008, p. 135).

O que atraía o bibliófilo, além do texto, eram a ilustração; a tipografia; a diagramação; as dedicatórias; as encadernações; as edições com variantes e a raridade. Além destes parâmetros, considerava: os autógrafos; os manuscritos literários; os documentos históricos e as cartas. Tudo que se relacionava com os livros e seus autores, enfim (MINDLIN, 1999).

De modo geral, ele procurou, no curso da formação de sua biblioteca, seguir quatro grandes vertentes: a primeira, sobre assuntos brasileiros que incluíam literatura (prosa e poesia), história, relatos de viagens, crítica literária e ensaios em geral, filologia, obras de missionários, almanaques, revistas e, em

menor escala, medicina, história natural, botânica e zoologia; a segunda sobre literatura geral; a terceira a respeito de livros sobre arte; e a quarta, os livros como objetos (obras) de arte (qualidade da tipografia, diagramação, ilustração, encadernação, etc.).

Ao longo dos anos, a biblioteca foi sendo atualizada com diversas obras correntes, além dos itens raros e especiais. Acredita-se que cerca de oito a dez mil sejam obras raras ou especiais e, destes, dois mil sejam os mais raros (MINDLIN, 2008).

Percebe-se, notadamente, que o bibliófilo constituiu e formou sua biblioteca de maneira qualitativa e de forma ordenada, pois a seleção de itens, embora “indisciplinada”, era guiada por critérios objetivos e com o propósito de torná-la uma Brasileira de importância histórica, literária e social.

A biblioteca localizava-se em edifício anexo à casa de Mindlin no bairro do Brooklin em São Paulo. Parte do acervo, porém, também era acomodada na residência oficial. O tratamento e a organização bibliográfica das obras eram realizados por um funcionário (não bibliotecário) e arranjadas por grandes temas: Jesuítas, Viagens, Literatura, História, Artes, etc. Procurava-se manter próximas as obras de mesma autoria, ou as várias edições de uma mesma obra, ou ainda, a organização baseava-se pelo tamanho dos exemplares. Havia um catálogo rudimentar tanto em fichas, como em base WinISIS.

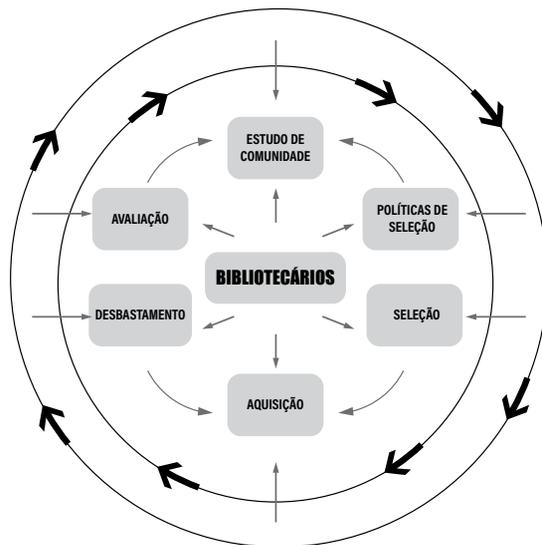
Esses critérios de organização não se baseavam nas regras, convenções e códigos da Biblioteconomia, refletindo, basicamente, a idiossincrasia do bibliófilo. Essa organização estará representada estruturalmente no desenvolvimento do acervo e no estabelecimento da BBM na Universidade de São Paulo e na integração ao Sistema de Bibliotecas da USP, que adota padrões e normas que devem ser observados por todas as bibliotecas do Sistema.

Formação e desenvolvimento de coleções

Observa-se que o processo de formar e desenvolver coleções sempre esteve presente ao longo da história do livro e das bibliotecas. Da biblioteca de Alexandria às bibliotecas digitais, não há como formá-las e desenvolvê-las sem se deparar com questões próprias da natureza deste processo: o quê, por quê, para quê, como, para quem colecionar (WEITZEL, 2002 apud WEITZEL, 2012).

Nos dias atuais, a impossibilidade de armazenar tudo o que foi escrito e publicado no mundo em bibliotecas faz do processo de desenvolvimento de coleções uma estratégia, um mecanismo para viabilizar um espaço social que expresse os anseios de um segmento da sociedade ligado às suas necessidades informacionais (WEITZEL, 2006 apud WEITZEL, 2012).

Vergueiro (1989) aponta que esse desenvolvimento é constituído de etapas processuais, ou seja, vai além de selecionar e adquirir obras ou que cada uma delas possui o mesmo nível de importância. Elas são cíclicas e independentes. São seis as fases que compõem este processo: estudo da comunidade; políticas de seleção; seleção; aquisição; avaliação; desbastamento/ descarte.



EVANS, 1979 apud VERGUEIRO, 1989.

É bastante comum encontrarmos em unidades informacionais parte deste processo em desenvolvimento de forma natural, considerando que algumas fases são essenciais para a existência do próprio acervo – como a aquisição. Desta maneira, é impossível atribuir um início ao desenvolvimento de coleções: este começa de forma intrínseca. Mesmo que algumas etapas existam antes até do planejamento, não podemos considerar que haja, de fato, um desenvolvimento de coleção, tendo em vista que este processo é muito mais reflexivo do que processual. Como já foi dito, ele possui partes independentes e de mesma relevância.

Partindo do pressuposto que desenvolver uma coleção é uma tarefa majoritariamente reflexiva, é essencial que seja produzido algum tipo de documento que contenha todas as ponderações, a fim de que o estabelecimento de regras esteja garantido, tendo em vista a maleabilidade do meio tácito. É de praxe que seja genericamente titulado de “políticas para o desenvolvimento de coleções”, que detalhará quem será atendido, quais parâmetros gerais serão adotados e com que critérios ela se desenvolverá (VERGUEIRO, 1989). A “política” também tem como objetivo servir de guia para a alocação de recursos e estabelecer relacionamentos entre a instituição, a coleção e seus usuários, funcionando como diretriz para a tomada de decisões.

Para que seja elaborada uma política como essa, é necessário levantar previamente alguns dados, tais como: o estado atual do acervo, a identificação da comunidade atendida e os recursos informacionais disponibilizados que não sejam os da própria coleção. No que diz respeito às indicações que a política deve sugerir, é fundamental que estejam elencadas as seguintes: que

material fará parte do acervo; quando e sob quais condições fará parte; as necessidades específicas; qual parcela da sociedade será atendida e, por fim, as condições a que se submetem cada item para o seu descarte/desbastamento. Deve-se, ainda, definir as responsabilidades das tomadas de decisões (VERGUEIRO, 1989).

Por mais normativo que esse documento possa ser, é fundamental que ele possua objetividade e seja adequadamente flexível, para que acompanhe as mudanças de contextos que poderão ocorrer ao longo do tempo. Desta forma, o desenvolvimento de coleções é pautado numa política que auxiliará e dará formalidade ao sistema. Como adaptar esse processo pensado aos acervos intrinsecamente informacionais e a uma coleção de obras raras e especiais? Quais implicações e conflitos surgem ao tentar inseri-lo em coleções que, mais do que a informação registrada, tratam da memória?

Desenvolvimento de coleções na BBM

Como órgão da PRCEU-USP, a biblioteca possui um diretor (docente da USP) indicado pela Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) com mandato de dois anos. Diversos fatores acabaram afetando a permanência, a gestão e a continuidade do planejamento da Direção da instituição. No setor de biblioteca (Acervo e Serviços), há três bibliotecários atuando em todas as demandas da biblioteca (Referência, Aquisição e Tratamento da Informação). A BBM ainda possui um Arquivo (também sob responsabilidade dos bibliotecários), Laboratórios de Conservação e Restauro e de Digitalização, além dos setores Administrativos e de Tecnologia da Informação.

A BBM possui um Regimento (USP NORMAS, 2016) que define a sua estrutura, constituída pelo Conselho Deliberativo (o órgão máximo da entidade), pela Diretoria, por um Comitê Acadêmico e por um Comitê Financeiro. O Regimento ainda define as finalidades da biblioteca, os recursos, entre outras disposições.

Desde 2013, a BBM faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) da USP, que é administrado pelo Departamento Técnico (DT-SIBi) vinculado à Reitoria da Universidade de São Paulo e é responsável por alinhar a gestão da informação e a produção intelectual e das bibliotecas da USP aos objetivos e funções da Universidade. Foi criado em 1981 e é composto pelo DT-SIBi, um Conselho Supervisor e 48 bibliotecas alocadas nas unidades de ensino e pesquisa, institutos especializados, museus e hospitais, distribuídos nos *campi* da USP localizados no estado de São Paulo.

A aquisição bibliográfica é realizada por meio do DT-SIBi, além de outras instâncias da Reitoria da USP que aprovam, realizam e validam os pregões, ou

seja, é centralizada e destinada a compra de diversas bases de dados nacionais e internacionais, periódicos (*print* e *on-line*) e livros correntes, demandados pelas unidades da universidade, conforme critérios preestabelecidos (a verba para aquisição é distribuída entre as bibliotecas conforme porte, número de usuários, entre outros). Não há uma modalidade de compra específica para obras raras ou especiais. No ano de 2014, a BBM obteve uma fração da verba destinada ao SIBi para obter livros novos. Sem uma política de seleção definida, optou-se por adquirir obras da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação (Gestão de Coleções, Conservação, Digitalização, etc.), bem como dicionários e outros materiais para o manuseio por pesquisadores e usuários na Sala de Consulta.

A biblioteca também recebe, esporadicamente, doações que constituem uma coleção Brasileira, ou seja, aquelas relativas ou sobre o Brasil e estudos brasileiros em geral, escritas por autores nacionais e/ou estrangeiros, publicados no país ou no exterior e em qualquer idioma, que estejam em bom estado de conservação. Neste caso, prioriza-se a relevância histórico-cultural e a idade cronológica da obra.

É importante lembrar que nas aquisições, seja por compra ou por doação, as peças são identificadas como Acervo BBM/USP, ou seja, não pertencem ao material (coleção fundadora) doado por José Mindlin. Optou-se por esta classificação com o intuito de preservar a memória histórica do acervo Mindlin, permitindo a identificação das obras que pertenceram ao bibliófilo e aquilo que foi incorporado posteriormente à sua doação para a USP. Além disso, os livros que lhe pertenciam possuem o ex-libris “Je ne fay rien sans Gayeté”⁷⁷ e os do acervo da BBM/USP recebem uma identificação na papeleta (número de chamada).

Um dos especialistas em pesquisa contribui, junto com a equipe de bibliotecários, para a seleção e aquisição das doações.

Propostas para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento de coleções na BBM

Considerando a BBM agora uma biblioteca pública estabelecida em uma Universidade, é de atribuição dos bibliotecários refletir sobre sua política de desenvolvimento de coleções, uma vez que apenas os critérios do doador não são mais possíveis. A política então deve ser um guia que norteará o desenvolvimento e crescimento do acervo, sua atualização e completude.

Embora tenha sido amplamente consultado por pesquisadores de todo o mundo ao longo do tempo, somente há três anos o acervo faz parte de um ambiente inteiramente acadêmico. A BBM está vinculada à cultura e extensão

da universidade, devido a sua relevância social. A instituição não apenas é um centro interdisciplinar de documentação relacionado à memória histórico-cultural do Brasil, mas também uma entidade acadêmica voltada para a pesquisa e a difusão científicas de estudos brasileiros. Diante destas vertentes e contexto, devemos pensar o desenvolvimento de suas coleções.

Considera-se que a elaboração de uma boa política requer a análise e o estudo de dados relacionados à comunidade a ser servida e do acervo já existente, com a avaliação dos pontos fortes e fracos. Por meio desse diagnóstico, a próxima fase seria a determinação de regras que nortearão todo o processo de formação e desenvolvimento das coleções, após aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Desta forma, para a elaboração de políticas que exigem diversas tomadas de decisão, podem ser adotados os seguintes procedimentos: designação dos responsáveis pelo processo de seleção ou criação de uma comissão formada por bibliotecários e especialistas; indicação do tipo de material para compor o acervo; definição dos assuntos que farão parte da biblioteca; estabelecimento de critérios e prioridades que nortearão inicialmente o processo de seleção e aquisição. A fim de atender às múltiplas funções, no contexto em que se insere, a política de desenvolvimento de coleções da BBM deverá abranger duas vertentes principais que caracterizam seu acervo: a Brasileira (e/ou Brasileira¹) de obras correntes e a Brasileira de obras raras e especiais. As obras raras, além de oferecerem suporte informacional, carregam a memória e a sua própria história (encadernação, tipografia, ilustrações, tipo de papel, anotações), ou seja, enquanto objeto traz consigo sua informação bibliológica.

Pinheiro (1989, apud RODRIGUES, 2006) propõe os seguintes aspectos para a seleção de obras raras e especiais:

- Limite histórico: verificar, por exemplo, os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos, bem como a fase inicial da imprensa em determinado lugar;
- Aspectos bibliológicos: identificar características, tais como a presença de ilustrações produzidas artesanalmente e os materiais utilizados na confecção do suporte: o tipo de papel, o emprego de pedras ou de materiais preciosos na encadernação;
- Valor cultural: observar as publicações com pequenas tiragens, personalizadas, censuradas, expurgadas, primeiras edições, etc.;

1. “[...] colecionadores especializados tendem a entender como Brasileira tudo o que está descrito na alínea a, e quase tudo o que está previsto na alínea b” do artigo 3º, inciso IX da Instrução Normativa nº 01, 11 de junho de 2007, do IPHAN (PINHEIRO, 2010). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf

- Pesquisa bibliográfica: existem dicionários e enciclopédias bibliográficos especializados nesse tipo de publicação que apontam certas peculiaridades da obra, como a preciosidade e a raridade;
- Características do exemplar: examinar aspectos particulares do exemplar que se tem em mãos, como a presença de autógrafo ou a dedicatória de personalidades importantes, marcas de propriedade, entre outras.

Outras medidas relacionadas ao processo de desenvolvimento de coleções devem ser definidas, como:

- Avaliação da coleção para identificação das obras raras e especiais, baseada nos critérios citados acima, o que facilitará o processo de seleção de outras obras raras a serem incorporadas ao acervo;
- Estabelecimento de critérios para a compra de livros correntes e de atualização, considerando as necessidades informacionais do público. É fundamental o estudo do usuário e dos pesquisadores associados aos programas de pesquisa da BBM;
- Criação de um comitê técnico para avaliar e selecionar as obras (sobretudo as consideradas raras e especiais);
- Atuação conjunta de curadores e bibliotecários para analisar o que pode ser completado na coleção de obras raras e especiais, por meio do estudo do acervo, identificando os pontos fortes e fracos;
- Divulgação e acesso irrestrito das coleções. Para tanto, é imprescindível a incorporação contínua de obras do acervo na biblioteca digital e a elaboração de guias e *folders* explicativos;
- Criação de um Grupo para análise de modalidades de compra de obras raras e especiais e para verificação das possibilidades de aquisição desse tipo de material em instituição pública.

Ainda se fazem necessários mais estudos e pesquisas que complementem as medidas citadas acima e que não puderam ser contempladas neste trabalho.

Considerações finais

É inegável que o acervo formado por Mindlin possui grande valor para a universidade e, conseqüentemente, para a sociedade, com inegável potencial para promover pesquisas relacionadas à informação contida nas obras e ao próprio livro enquanto objeto de memória, graças ao seu valor histórico, social e cultural.

Coleções raras e especiais dentro de universidades são importantes no desenvolvimento de atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão,

podendo servir como fontes e objetos. No primeiro caso, atendem às demandas informacionais na realização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Enquanto objeto de pesquisa, servem para que se compreenda a história do livro, das bibliotecas, da edição, dos autores, da leitura, das instituições e da comunicação, entre outras razões (ARAÚJO, 2015).

Portanto, é necessário que a política de desenvolvimento de coleções da BBM considere essas vertentes e contextos, compreendendo a importância da divulgação e do acesso a este acervo, tornando-o vivo e dinâmico. É imprescindível formalizar os critérios de forma clara e objetiva, para que sirvam como um guia aos que participarão do processo de seleção e aquisição de livros e de outros materiais, que serão futuramente incorporados à coleção, seja por doação ou por compra.

Por todas estas razões, uma política de desenvolvimento de coleções deve ser funcional e suficientemente específica para se tornar útil, mas sem complicações para se desenvolver; realista no que diz respeito aos recursos para aquisição; deve ser um guia prático para alocação desses recursos; e facilmente atualizada. A política de desenvolvimento de coleções mais proveitosa cobrirá não só o básico – pontos fortes e fracos do acervo e suas coleções e diretrizes para novas aquisições – mas também uma variedade de tópicos e questões para lidar com a administração, dirigentes, doadores e outras instituições (SMYTH, 1999).

Por fim, a concepção da biblioteca formada por José Mindlin será sempre mantida e levada em consideração nos processos de seleção e aquisição, sendo completada e atualizada como um acervo dinâmico e em crescimento. Ele formou sua coleção tomando como base as suas experiências, seus desejos, sua visão subjetiva e pessoal. No entanto, o desenvolvimento da biblioteca levará em consideração, daqui por diante, o contexto, as vertentes e a função para a qual a BBM está agora inserida e destinada, conciliando a preservação da memória histórico-cultural com o livre acesso.

Referências

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: BRUNNO V. G. Vieira; ALVES, Ana Paula Meneses (orgs). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 fev.2021.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. Requisição de consulta. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/requisicao-de-consulta> . Acesso em: 05 jan. 2021a.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. Conheça a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/>. Acesso em: 05 jan. 2021b.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Biblioteca Nacional*. Ministério da Cultura. Obras Raras. Disponível em: <https://www.bn.br/explore/acervos/obrasraras>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência; Intertexto, 2006. 94 p.

MINDLIN, José et al. *‘Não faço nada sem alegria’: a biblioteca indisciplinada de Guita e José Mindlin*. São Paulo: Museu Lasar Segall; Iphan; Minc, 1999. 72 p.

MINDLIN, José. *Memórias esparsas de uma biblioteca*: entrevista a Cleber Teixeira e Dorothée de Bruchard. São Paulo; Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado; Escritório do Livro, 2004. 125 p. (Coleção Memória do Livro; v. 2).

MINDLIN, José. *Uma vida entre livros*: reencontro com o tempo. 4. ed. São Paulo: Edusp; Companhia das Letras, 2008. 231 p.

PRCEU. Disponível em: <http://prceu.usp.br/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Sobre a Coleção Brasileira da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/brasiliana.html>. Acesso em: 04 nov. 2016.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, abr. 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S010019652006000100012>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SILVA, Fernando. *Critérios de seleção de obras raras adotadas em bibliotecas do Distrito Federal*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. 79 p.

SMYTH, Elaine B. A Practical Approach to Writing a Collection Development Policy. *Rare Books & Manuscripts Librarianship*, Chicago, IL, Association of College and Research Libraries, v.14, n.1, p.27-31, 1999 (ISSN 0884-450X). Disponível em: <http://rbm.acrl.org/content/rbml/14/1/27.full.pdf+html>. Acesso em 02 nov. 2016.

USP Normas. *Resolução nº 7.167, de 16 de fevereiro de 2016*. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7167-de-16-de-fevereiro-de-2016>. Acesso em: 14 jul. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989. 96 p. (Coleção Palavra-chave).

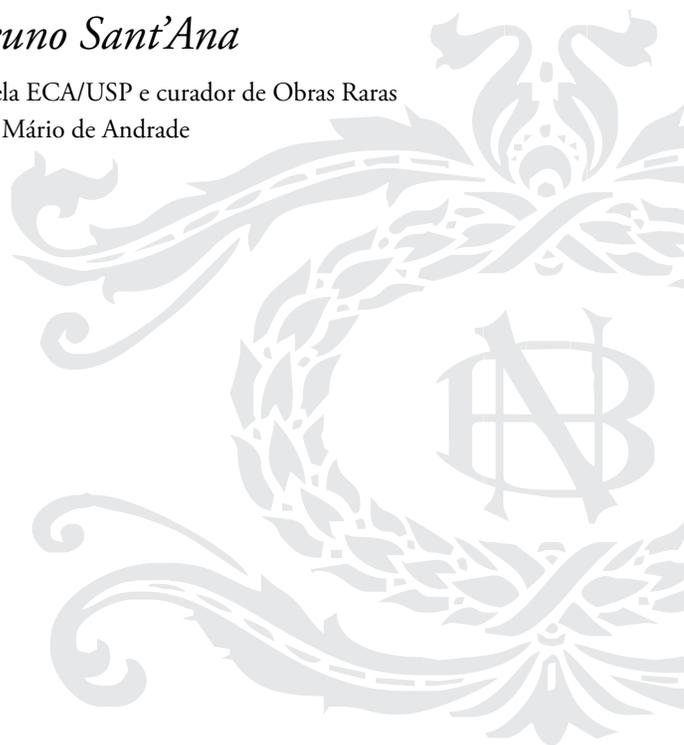
VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais*: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 134 p. (Coleção Memória da FCL, n. 3).

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. *Transinformação*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862012000300003>. Acesso em: 14 jul. 2016.

Coleções formadoras da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade

Rizio Bruno Sant'Ana

Graduado em Biblioteconomia pela ECA/USP e curador de Obras Raras
da Biblioteca Mário de Andrade





Resumo

O presente trabalho traz uma descrição da formação do acervo da Biblioteca Mário de Andrade. São indicadas as mudanças históricas pelas quais passou a instituição e descreve-se a criação de sua Seção de Obras Raras, com informações sobre os bibliófilos e colecionadores que contribuíram para o enriquecimento de sua coleção por meio de doação ou venda de coleções significativas de livros e documentos. Discute-se a política de desenvolvimento do acervo de obras raras adotada pela Biblioteca.

Palavras-chave: Biblioteca pública. Política de desenvolvimento do acervo. Obras raras.

Abstract

The present work describes the formation of the collection of the Biblioteca Mário de Andrade. The historical changes the library went through are indicated; the creation of the Rare Books Section is described, with detailed information about the bibliophiles and collectors who have contributed to the enrichment of its collection through the donation or sale of significant collections of books and documents. We discuss the development policy applied to the rare book section by the Library.

Keywords: Public library. Collection development policy. Rare books.



Introdução

As duas primeiras bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, criadas nos anos de 1825 e 1895, eram mantidas pelo governo do estado. A primeira biblioteca pública municipal é a Biblioteca Mário de Andrade. Ela surgiu de uma pequena coleção de livros existente no Setor de Arquivo, anexo à Câmara Municipal, criada em 1907 pelo prefeito Antonio da Silva Prado para uso dos vereadores e das repartições públicas municipais. Incluía uma série de livros jurídicos em latim, publicados na Europa nos séculos XVI e XVII, além de outras coleções de leis e manuais brasileiros do século XIX.

A partir deste acervo inicial, e com o aumento da procura pelos usuários, a Biblioteca Municipal de São Paulo foi fundada em 1925 e aberta ao público no ano seguinte, com uma coleção de 15 mil volumes. Era dirigida por Eurico de Góes e ficava num pequeno sobrado alugado no centro da cidade, na rua 7 de Abril. Segundo Reipert (1972, p. 5), o rápido aumento do acervo a transformou, em 1932, na segunda mais movimentada do país, com 60 mil volumes e 70 mil consultas anuais.

Metodologia e objetivos

A partir de uma revisão da literatura existente sobre a Biblioteca Mário de Andrade, tentamos apresentar como se deu historicamente a formação do acervo original da biblioteca e, posteriormente, de sua Seção de Obras Raras, a primeira a ser criada em uma instituição pública no Brasil, especificamente para a guarda desse tipo de material. Os objetivos desse trabalho são descrever esta formação e discutir as práticas de seleção e aquisição que levaram à adoção de uma política de desenvolvimento da coleção de obras raras.

Criação do Departamento de Cultura

Uma grande mudança cultural ocorreu em São Paulo, entre 1934 e 1938, com a gestão de Fábio da Silva Prado na Prefeitura. Paulo Duarte, chefe de gabinete do prefeito, reuniu diversos intelectuais modernistas (entre eles, Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes, participantes da Semana de Arte Moderna de 1922) e juntos criaram o primeiro Departamento de Cultura autônomo do Brasil. Sob a direção de Mário de Andrade, ele reunia instituições já existentes como o Teatro Municipal, o Arquivo e a Biblioteca, e instituíu outros equipamentos públicos, dando uma nova direção à política cultural do município (ABDANUR, 1992; BARBATO JUNIOR, 2004). Em

depoimento, durante entrevista realizada no ano de 1982, Rubens Borba de Moraes relembra:

O impacto do Departamento de Cultura foi tão grande que, hoje em dia, é que a gente vê a importância que ele teve. Era a primeira vez, no Brasil, que um governo se interessava pela cultura e não pelo poder, não só pela cultura mas também pelos problemas sociais. Por exemplo, os parques infantis foram criação nossa. A merenda, a merenda escolar que existe hoje, foi iniciativa nossa. [...] As bibliotecas, então, foi uma revolução. Depois, eu fundei a Escola de Biblioteconomia, que foi a primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil, de maneira que nós inovamos muito nessa coisa, e com uma gana! (MORAES, 1999, p. 104).

A compra dos 16 mil volumes da Coleção Brasileira de Félix Pacheco, em 1936, foi um marco do estabelecimento desta política cultural. O Ato nº 1.078 abriu um crédito especial de 2.750 contos de réis. Desse valor, 650 contos de réis foram usados “para a aquisição da biblioteca brasileira que pertenceu a Félix Pacheco, destinada a ser incorporada à Biblioteca Pública Municipal”, e 2.100 contos de réis direcionados à compra do terreno destinado à construção do novo prédio.

Para May Brooking Negrão (1983, p. 29), era a primeira vez no Brasil que se adquiria, ao mesmo tempo, o terreno para levantar o prédio e um acervo significativo para a biblioteca. Laurence Hallewell (2005, p. 435) reconheceu a importância dessa política: “A aquisição da biblioteca de Félix Pacheco pela Prefeitura de São Paulo, em 1935, para constituir a base de um serviço de biblioteca pública inteiramente reorganizado e revigorado, parece ter sido dos primeiros exemplos de uma aplicação de recursos públicos desse tipo”.

Afonso de Taunay, diretor do Museu Paulista, auxiliado por Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, avaliou a coleção e concluiu que o seu valor estimado seria de 1.000 contos de réis, mas ao final a venda foi fechada em 650 contos. Em um dos volumes de suas *Memórias*, Paulo Duarte, responsável pela compra do acervo para a biblioteca, comenta uma carta de Taunay, que descreve a coleção: “A biblioteca acha-se maravilhosamente tratada, encadernações esplêndidas, não há livro bichado e monta a mais de nove mil volumes. O Félix possuía o que há de mais raro no Brasil, muitos repertórios de bibliografia e coleções de obras completas” (DUARTE, 1976, p. 164).

Coleções formadoras da biblioteca

Em um comentário sobre a formação do acervo da Biblioteca Municipal, Suelena Bandeira (2007, p. 28) indica que Rubens Borba de Moraes

“tratou igualmente de adquirir coleções de livros raros e preciosos de forma a enriquecer a seção Brasileira. Adquiriu não só livros raros vasculhados em livrarias, mas também acervos inteiros, como a coleção de Félix Pacheco”. Patricia Raffaini (2001, p. 67-68), escrevendo sobre a criação do Departamento de Cultura e a atuação de Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes, comenta: “A compra dessa Brasileira mostra a importância que esses intelectuais davam à preservação da documentação referente à história do país, mas também à necessidade existente de aquisição de material no qual buscar suas próprias pesquisas”. Sobre a formação desta coleção, Luciano Figueiredo informa:

Em negociações que transcorrem entre 1925 e 1930, o jornalista, político e bibliófilo José Félix Alves Pacheco, em compra feita a Maggs Bros., acrescenta mais alguns volumes de livros raros e manuscritos à sua portentosa e festejada Brasileira, por intermédio da aquisição da notável coleção. Frequentador assíduo do mercado de livros europeus no entreguerras, Félix Pacheco vinha movendo sistemática campanha para trazer para o Brasil o máximo possível de manuscritos a respeito do seu passado. Com a morte de Félix Pacheco em 1935, o destino de seu valioso acervo é beneficiado pela política cultural que desde o início do mandato do prefeito de São Paulo Fábio Prado (1934-38) vinha se consolidando. (FIGUEIREDO, 1999, v. 1, p. 42).

O próprio Félix Pacheco (1930, p. 7), ao descrever os manuscritos comprados na casa de leilões Maggs Bros., em Londres, diz: “várias outras peças manuscritas trouxemos para o Brasil, no pensamento de que aqui permaneçam e fiquem, esclarecendo pontos obscuros de nosso passado”.

Félix Pacheco (1879-1935) era político, jornalista, poeta, tradutor e bibliófilo. Nascido no Piauí, de tradicional família de políticos, passou a viver no Rio de Janeiro. Foi eleito deputado estadual em 1909 e reeleito em várias legislaturas; foi também Senador da República e Ministro das Relações Exteriores. Trabalhou por 35 anos no *Jornal do Commercio* e acabou por comprar o jornal em 1923. Formado em Direito e defensor do método de identificação pelas impressões digitais, foi fundador e diretor do Gabinete de Identificação da Polícia, hoje nomeado Instituto de Identificação Félix Pacheco, o primeiro no Brasil a criar um banco de dados datiloscópicos. Publicou mais de 200 textos, entre artigos, conferências, discursos e livros de poesia. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1912, sendo reconhecido como introdutor, no Brasil, de traduções e estudos sobre Charles Baudelaire. Como bibliófilo, reuniu uma das maiores coleções privadas de obras raras e de Brasileira do país, que incluía livros, periódicos, gravuras, códices e mapas manuscritos. Outra coleção importante a integrar nosso acervo, logo em

seu início, foi a do Barão Homem de Mello. Naquele período, havia a Biblioteca Pública do Estado (fundada em 1895 e sempre dirigida por Jerônimo de Azevedo) que contava com mais de 40 mil volumes. No entanto, com a morte de seu diretor no ano de 1929, a instituição foi fechada e a coleção incorporada à Biblioteca Municipal, através de lei estadual criada em janeiro de 1937. Aquela entidade, de caráter estadual, reunia uma grande coleção doada, no início do século XX, pelo barão Homem de Mello, antigo presidente da Província de São Paulo, o que aumentava nossa responsabilidade pela guarda e disponibilização desse acervo ao público. De acordo com May Brooking Negrão:

A Biblioteca Mário de Andrade tem uma função de preservação dos registros do conhecimento no Estado, por ter englobado a Biblioteca do Estado, o que obriga a uma seleção criteriosa e a um cuidado constante para que a coleção não se desatualize, com a coleta de material para sua coleção sobre São Paulo e também com a conservação deste material. (NEGRÃO, 1979, p. 202).

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello (1837-1918), o Barão Homem de Mello, foi político, professor, historiador e cartógrafo. Advogado formado em 1858, foi nomeado presidente das províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia pelo Imperador d. Pedro II. Organizou as exposições preparatórias do Brasil para as exposições universais de Viena, em 1873, e da Filadélfia, em 1876, e recebeu do Imperador o título de Barão em 1877, pelos serviços prestados como presidente da Estrada de Ferro Rio de Janeiro-São Paulo. Foi também professor de História no Colégio Pedro II e de História e Geografia no Colégio Militar, além de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dirigiu diversas outras instituições, como a Biblioteca Nacional e o Banco do Brasil. Foi o idealizador e um dos maiores exibidores da Exposição de História do Brasil, organizada, em 1881, por Ramiz Galvão.

Em 1896, ingressou na Escola Nacional de Belas Artes como professor catedrático de Mitologia e História da Arte. Escreveu dezenas de livros sobre Direito, História, Política e Artes, e vários artigos para a Revista do IHGB, além de produzir um dos primeiros atlas brasileiros em 1872. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, morreu pouco antes de tomar posse. Por coincidência, Félix Pacheco, que havia sido seu aluno no Colégio Militar e seu colega no IHGB, havia sido o escolhido para fazer o discurso de saudação na Academia. Sua biblioteca pessoal possuía 19 mil volumes, com muitas obras de história e geografia, incluindo livros de viagens, mapas manuscritos e álbuns com fotografias feitas por ele mesmo, em suas viagens.

Criação da Seção de Obras Raras

O edifício da Biblioteca Municipal, idealizado por Rubens Borba de Moraes, foi projetado pelo arquiteto francês Jacques Pilon e construído na Rua da Consolação. Com 22 andares de depósitos de livros, amplas salas de leitura e um auditório, o prédio é considerado importante marco da arquitetura *art déco* paulista e está tombado pelos órgãos de proteção histórica do município e do estado. Inaugurado em 1942, já na gestão de Prestes Maia como prefeito, só foi aberto ao público em 1943.

Existia um projeto para a criação de seções especializadas e de uma rede de bibliotecas, a partir deste primeiro prédio, como descreve Rubens Borba:

O que eu pretendia era estabelecer uma rede de bibliotecas em São Paulo, cujo centro seria a da Consolação. Aí seriam feitos os serviços técnicos, estariam as seções especializadas: iconografia paulista, manuscritos, livros raros, mapoteca, coleções de jornais para consulta, etc. etc. Nos bairros: livros de estudo corrente e livros para empréstimo. (MORAES, 2011, p. 218-219).

A Seção de Obras Raras foi organizada por Rubens Borba, em 1943, para reunir parte das coleções Félix Pacheco e Barão Homem de Mello e as obras raras já existentes no acervo. Ainda que no princípio vislumbrasse a existência de diversas seções, foram reunidos num mesmo setor os acervos raros de iconografia (gravuras, desenhos, fotografias), periódicos (jornais e revistas), mapas raros e manuscritos, além dos livros raros propriamente ditos.

Diferenças políticas entre Rubens Borba e Prestes Maia forçaram a saída do primeiro, que veio a se tornar diretor da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro (onde criou a Seção de Obras Raras em 1946) e, mais tarde, da Biblioteca da ONU, em Nova Iorque, encerrando sua carreira como professor na Universidade de Brasília. No entanto, tais diferenças não impediram a continuidade de seus planos. Na gestão de Sérgio Milliet, em 1945, a Seção de Obras Raras foi aberta ao público e depois foram construídas as demais bibliotecas da rede municipal.

Nesta mesma época, vieram enriquecer nosso acervo as coleções dos advogados Antonio Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, e Herculano de Freitas, Ministro da Justiça, e a do escritor Paulo Prado, organizador da Semana de Arte Moderna. Em um depoimento sobre a aquisição de acervos para a Biblioteca, Paulo Duarte relembra:

Depois, comprei a do Batista Pereira, cuja mulher era filha do Rui Barbosa. E ela era secretária do Rui Barbosa. Nesse tempo não havia datilografia. E o Rui Barbosa fazia os discursos dele para a Campanha Civilista, inteirinha, à mão.

Manuscritos, os discursos dele. E dava a ela, que era secretária dele, de presente, o original. E veio todo o original da Campanha Civilista com a letra do Rui Barbosa. Está aí, na Biblioteca. Não perdi nem uma oportunidade. Livro raro que apareceu aqui, eu comprei para a Prefeitura. (DUARTE, 2010, p. 59).

Antonio Baptista Pereira (1880-1960) foi um dos mais respeitados promotores públicos do Brasil. Formado pela Faculdade de Direito, escreveu em diversos periódicos brasileiros ao lado de Eduardo Prado, de quem era muito amigo. Entrou para a carreira diplomática como assessor do Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e foi designado para a Holanda, onde serviu como secretário de Rui Barbosa na Conferência de Haia em 1907. Casado com uma filha de Rui Barbosa, produziu diversas obras sobre ele, além de textos sobre história e política brasileira. Dominava vários idiomas e possuía uma rica coleção, comprada em 1937, que incluía, entre muitas obras raras, uma completa Ruiana com manuscritos originais.

Herculano de Freitas (1865-1926) era advogado e tomou parte na campanha republicana. Foi chefe de polícia no Paraná e elaborou as bases da Constituição do estado. Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, teve longa carreira política, como deputado e senador, chegando a Ministro da Justiça entre 1913 e 1915. Sua viúva doou sua coleção pessoal de quase cinco mil volumes, que foi inicialmente disposta na Sala Herculano de Freitas, hoje parte da nossa Biblioteca Circulante.

Paulo Prado (1869-1943) foi advogado, fazendeiro e escritor. Era filho de Antonio da Silva Prado, primeiro prefeito de São Paulo, e sobrinho de Eduardo Prado, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Mece-nas das artes, patrocinou a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Teatro Municipal de São Paulo por Mário de Andrade e outros intelectuais e artistas. Sua residência foi transformada no Museu da Casa Brasileira e sua coleção de mais de seis mil volumes (com obras de história e literatura francesa, importantes livros de artistas e manuscritos) foi doada, em 1944, pela família. A Seção de Obras Raras recebeu o nome de Sala Paulo Prado em 1945.

Estas coleções, como as outras anteriormente citadas, não foram integralmente recebidas pela Seção de Obras Raras, mas selecionadas e divididas entre esta seção e a Coleção Geral da Biblioteca, ao longo dos anos. Infelizmente, muitas vezes, o critério de seleção adotado, que não ficou registrado, levou a uma divisão não muito coerente entre as coleções, e várias obras raras foram depositadas em nosso acervo geral.

Outras atividades

Nos anos iniciais da Biblioteca Municipal, foram promovidas, por Rubens Borba de Moraes, várias ações pioneiras. No ano de 1936, surgiu um dos primeiros cursos de biblioteconomia do Brasil (incorporado em 1940 pela Escola Livre de Sociologia e Política) em que foi utilizado, pela primeira vez, o sistema de Classificação Decimal de Dewey, que passou a ser o sistema padrão vigente no país. Em 1943, foi lançado, por Sérgio Milliet, o *Boletim Bibliográfico*, que se transformou na *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, publicada até hoje. O serviço pioneiro de microfilmagem de livros e periódicos, criado em 1947, foi o primeiro a ser instalado em uma biblioteca brasileira. A instituição abrigou também, em 1946, a primeira coleção pública brasileira de arte moderna, com pinturas, gravuras e desenhos originais – antes da fundação de importantes museus como o Masp, o MAC-USP e o MAM – que hoje integram o acervo da Pinacoteca Municipal, sob a guarda do Centro Cultural São Paulo.

No ano de 1960, a biblioteca recebeu o nome de Mário de Andrade, e até o final da década seguinte serviu como local de consulta e pesquisa não só a escritores e intelectuais, como também a alunos e professores da Universidade de São Paulo, instituição fundada, em 1934, no centro da cidade, e que ainda não contava com um grande acervo de livros. A partir dessa época, foi criada uma rede municipal com dezenas de bibliotecas de bairro em São Paulo e a USP foi transferida para longe do centro, o que mudou radicalmente o perfil dos usuários e o nível de atendimento da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). A criação, em 1982, do Centro Cultural São Paulo, que recebeu todas as obras publicadas entre 1960 e 1980, e então depositadas na BMA, aliviou o problema de espaço físico do prédio, mas prejudicou o atendimento aos leitores, tanto em termos de acervo como em serviços prestados.

Grandes aquisições de acervos de colecionadores e bibliófilos se deram neste momento pela biblioteca, incluindo não só coleções de livros como também periódicos, manuscritos, documentos e outros tipos de materiais. Foi o caso das doações das bibliotecas particulares do folclorista Alceu Maynard Araújo, do médico Pirajá da Silva, do escritor Paulo Duarte e da família Paula Sousa. Alceu Maynard Araújo (1913-1974) era folclorista, historiador, documentarista e poeta formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Fundador dos Clubes de Menores Operários do Departamento de Cultura, foi professor de Educação Física de ginásios e colégios. Era membro de várias comissões de folclore e escreveu numerosos trabalhos na imprensa brasileira. Recebeu diversos prêmios por suas monografias e foi membro da Academia Paulista de Letras. Sua família doou, em 1975, sua coleção de livros, revistas e folhetos de literatura de cordel, além de seus

filmes, quadros e objetos coletados por todo Brasil, incluindo importantes peças do Mestre Vitalino.

Pirajá da Silva (1873-1961) era médico, professor e cientista, graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Pesquisando um paciente, conseguiu descrever pela primeira vez, em 1908, o ciclo completo do parasita causador da esquistossomose. Aprofundou seus estudos na Faculdade de Medicina de Paris e no Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo. Como botânico, descreveu e classificou plantas brasileiras. Sua coleção de obras científicas e históricas, doada pela família em 1977, incluía álbuns de viajantes e desenhos originais de Rugendas.

Paulo Duarte (1899-1984) era jornalista, arqueólogo e professor universitário. Estudou medicina, mas formou-se em Direito, indo trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo*, chegando a editor. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, como membro do Estado Maior do General Klinger, entrou em combate e foi ferido, sendo capturado e seguindo em exílio para Portugal. Foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo, em 1934, e do Departamento Municipal de Cultura. Porém, com o Estado Novo, em 1937, foi novamente exilado, em Paris, onde trabalhou no Museu do Homem, e em Nova York, no *Museum of Modern Art*. De volta ao Brasil, em 1945, criou o Instituto de Pré-História e o Instituto Paulista de Oceanografia, ambos transferidos para a USP em 1962, onde permaneceu até ser cassado pelo AI-5 em 1969. Escreveu diversas obras e recebeu o Prêmio Jabuti em 1976 e em 1978, por suas *Memórias*, publicadas em dez volumes. Sua coleção de obras raras foi vendida, ainda em vida, para a Unicamp. Em 1986, entretanto, sua biblioteca particular foi doada à BMA por sua família, com obras de pesquisa e milhares de volumes de literatura moderna, entre os quais centenas de livros autografados pelos maiores escritores brasileiros.

O Conselheiro Antonio Francisco de Paula Sousa (1819-1867) era médico, formado pela Universidade de Louvain, na Bélgica. Foi deputado e Ministro da Agricultura, em 1864, e elaborou um dos primeiros projetos para a extinção da escravidão no país. Seu filho, o engenheiro Paula Sousa (1843-1917), estudou engenharia em Zurique, na Suíça, e em Karlsruhe, na Alemanha. Voltou ao Brasil em 1871, trabalhou na construção de ferrovias e veio a ser Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Indústria no governo Floriano Peixoto. Republicano, participou da Convenção de Itu e foi deputado estadual em 1892, sendo eleito presidente da Assembleia Legislativa. Defensor do ensino público, foi o criador, em 1893, da Escola Politécnica, primeira instituição de ensino superior de um governo estadual (integrada à Universidade de São Paulo em 1934), da qual foi o diretor de 1893 a 1917. Um de seus filhos foi Geraldo Horácio de Paula Sousa, médico sanitarista e fundador da Faculdade de Saúde Pública, também integrada à USP. A família Paula Sousa doou para

a BMA milhares de documentos e cartas do arquivo pessoal do Conselheiro e do Engenheiro, além de outros documentos dos séculos XIX e XX.

Política de desenvolvimento da coleção

Segundo Rita de Cássia Caribé:

Bibliotecas existem há aproximadamente 5.000 anos, desde então sempre houve um processo, formal ou informal, composto por critérios, estratégias e metas, para coletar objetos de informação que seriam incorporados às coleções dessas bibliotecas. Inicialmente denominou-se esse processo de seleção, num segundo momento de desenvolvimento de coleções. (CARIBÉ, 2008, p. 26).

Paulo Duarte, ao comentar sobre a aquisição de obras na antiga Biblioteca Municipal, diz:

[...] a Biblioteca também, em lugar de comprar livros capazes de exercer uma influência nitidamente cultural, inclinava-se mais para a compra das obras procuradas pelo público. Essa a causa da quantidade de brochuras policiais, de aventura, de baixa literatura, enfim, que o Departamento foi encontrar empanzinando o velho e exíguo prédio da rua 7 de abril. Quanto a revistas, a mais intelectual que ali existia, era o *Sei Tudo*, porque a mais procurada no estabelecimento... (DUARTE, 1976, p. 72).

Quando se tornou diretor da Biblioteca Municipal, em 1936, Rubens Borba de Moraes tinha a mesma visão crítica em relação à formação da coleção:

O acervo era pobre, extremamente pobre, era desatualizado e pior que isso, era uma biblioteca que não podia ser usada, porque ela não tinha livros. Os livros que ela tinha eram antiquados, salvo os manuais adotados nas escolas dos cursos secundários. O resto não existia. Então, eu tive que fazer compras e obtive verbas do prefeito Fábio Prado, verbas grandes, de maneira que eu pude triplicar em poucos anos o acervo da biblioteca e pôr em dia assunto por assunto. (MORAES, 1992, p. 55).

Defendendo a política ativa de novas aquisições realizadas pelo Departamento de Cultura, o vereador Antonio de Azevedo fez um discurso, na Câmara Municipal, em que diz: “Um organismo vivo necessita de alimento para que possa crescer, como já disse, e uma biblioteca, para não ser um cemitério de livros, precisa constantemente adquiri-los para aumentar o cabedal

existente” (AZEVEDO, 1936, p. 297). Em seguida, ele cita os critérios de seleção e compra de livros adotados por Rubens Borba para a Biblioteca como um todo:

1^a) Completar coleções, pois existiam sérias faltas e falhas nas coleções da Biblioteca; 2^a) completar o material científico das bibliotecas da Universidade; 3^a) manter em dia ao menos a bibliografia nacional, por não ser possível fazê-lo mais amplamente; 4^a) continuar as coleções de revistas literárias e científicas; e 5^a) organizar uma mapoteca.

As atividades de seleção do acervo eram realizadas periodicamente, de acordo com o comentário da diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas na década de 1970, May Brooking Negrão: “Após seleção, as obras são aproveitadas ou doadas para todo o Brasil, num trabalho que se realiza desde a fundação da primeira biblioteca da municipalidade” (NEGRÃO, 1979, p. 198). Apesar destas indicações, por muito tempo se reconheceu a inexistência de uma política clara de desenvolvimento da coleção. Segundo Edna Maciel da Silva, “no Departamento de Bibliotecas Públicas, em 1975, a equipe que assumiu os cargos relacionados com seleção e aquisição de livros, periódicos e materiais não livro [...] sentiu a falta de diretrizes, métodos e planos de ação” (SILVA et al., 1980, p. 1.107).

Não existia também uma política específica para a coleção de obras raras, mas como vimos a aquisição de grandes acervos de colecionadores indicava a importância dada a este segmento. Como já ficou dito, houve divisão dos acervos comprados ou doados, divididos entre a Seção de Obras Raras e a Coleção Geral da Biblioteca. Em depoimento de Rubens Borba à então Chefe da Seção de Obras Raras, Maria Regina Dantas Rodrigues, em 19 de setembro de 1983, ele diz que “a regra geral quando se compra uma biblioteca inteira é depois fazer uma seleção. Ver o que é raro, vai para a seção de raros, o que é comum vai para a seção comum, e assim por diante”. Na mesma entrevista, não publicada, ele afirma:

O livro com dedicatória é uma coisa curiosa. A gente nunca sabe que destino a gente deve dar para livros com dedicatória. Se o livro é raro, evidentemente ele é raro em si e não pela dedicatória. Mas muitas vezes o livro não é raro, mas a dedicatória do autor é interessante. Então, nesse caso, convém guardar [...] porque se ele não é raro hoje em dia, ele será mais tarde.

No manual de serviços internos da Seção de Obras Raras, elaborado, em 1978, pelas bibliotecárias Maria da Glória Meira e Licínia Nigro, indicava-se que “hoje em dia, por exemplo, só um ex-libris da Coleção Félix Pacheco já

é suficiente para se cogitar do exemplar ser raro”, ou seja, para se transferir um exemplar da Coleção Geral para a Seção de Obras Raras. Havia a determinação de que todos os exemplares considerados como obras raras, mesmo repetidos, deveriam ficar na seção e, no caso de duplicatas de obras modernas, apenas um exemplar permaneceria, sendo os demais enviados para a Coleção Geral da BMA. No entanto, como vimos, por muito tempo esses princípios foram deixados de lado e muitas obras raras ou especiais acabaram sendo armazenadas nesse acervo geral.

Em 1992, foi organizada, na BMA, uma mesa-redonda, com a presença da Prof^a Dr^a Ana Maria Camargo e de funcionários de três bibliotecas municipais, com o intuito de discutir os critérios de raridade que iriam definir a política de desenvolvimento da coleção de obras raras da Biblioteca (SANT’ANA, 1996). A partir desses critérios, foi revisto todo o acervo antigo da Coleção Geral da BMA, com um total de 130 mil volumes, tendo sido selecionados e transferidos para a Seção de Obras Raras cerca de 26 mil volumes, o que dobrou o tamanho de nossa coleção.

Foram localizadas nos depósitos da Torre, como é conhecido o prédio da Biblioteca, obras raras publicadas desde 1546 até o início do século XX, com ilustrações originais ou com autógrafos dos autores para a BMA, além de vários tipos de materiais, como periódicos, álbuns de fotografias, códices manuscritos e coleções de cartões postais. Encontramos, inclusive, dezenas de obras raras dos séculos XVII e XVIII com o ex-libris da Biblioteca da Câmara Municipal, ou seja, da coleção inicial que deu origem à primeira Biblioteca Municipal.

Ao longo dos anos, reunimos na Seção de Obras Raras, por compra ou doação, partes das coleções de grandes intelectuais, como o genealogista Francisco Carvalho Franco (1886-1953), o poeta e crítico de arte Sérgio Milliet (1898-1966) e o crítico literário Otto Maria Carpeaux (1900-1978). Recebemos as coleções de incunábulo de Nicolas Krestin, de encadernações artísticas de José Pereira de Mattos e a Cervantina de José Perez, algumas ainda em processo de inclusão no acervo. Em 1996, foi adquirido de um colecionador o único exemplar conhecido do periódico *Diabo Coxo*, primeiro jornal ilustrado de São Paulo, publicado, em 1864, por Angelo Agostini. Esta obra rara teve uma reedição lançada pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), assim como outras obras únicas de nosso acervo.

Em 2013, a Seção de Obras Raras também recebeu uma doação do bibliófilo Pedro Corrêa do Lago com a parte final da Coleção Félix Pacheco que havia ficado com a família, um pequeno acervo de 142 obras impressas, até 1822, pelo editor francês Plancher em Paris. Vindo para o Rio de Janeiro em 1827, Pierre Plancher fundou o *Jornal do Commercio*. O acervo ficou em posse da família por quase cem anos, tendo sido comprado por Corrêa

do Lago na década de 1990 e doado à biblioteca para ser incorporado à sua coleção original.

As últimas aquisições importantes para a seção foram a compra, em 2014, de fotografias de Miguel Rio Branco e 221 gravuras de Marcelo Grassmann e, em 2015, da coleção de literatura de cordel do Embaixador Rubem Amaral Jr., de Brasília, com mais de 5.800 obras, além de 200 títulos de bibliografias sobre poesia popular e outras obras de pesquisa, o que a torna uma das maiores coleções públicas de folhetos de cordel do Brasil. Entre os destaques, estão folhetos antigos espanhóis e portugueses, publicados desde o final do século XVII até o início do século XX, como a *Tragédia do Marquês de Mântua*, impresso em Lisboa no ano de 1692, o mais antigo da coleção, e um folheto sobre o regresso da corte portuguesa do Rio de Janeiro para Lisboa, publicado em 1822.

Considerações finais

A Biblioteca Mário de Andrade é a segunda maior biblioteca pública do país, depois da Biblioteca Nacional, e se transformou em importante polo cultural da cidade e do estado. É procurada por cerca de 200 mil leitores anualmente. Outros 6.500 usuários frequentam cursos, palestras, exposições e eventos musicais nos vários espaços culturais existentes. Estamos no processo de catalogação *on-line* de todo o nosso acervo de obras raras, com aproximadamente 33 mil títulos já inseridos na base de dados do Sistema Alexandria. Cerca de trezentos livros e álbuns fotográficos, em sua maioria das coleções Félix Pacheco e Barão Homem de Mello, foram integralmente digitalizados e disponibilizados via internet.

Embora existissem tentativas isoladas de bibliotecas municipais em produzir textos sobre uma política de desenvolvimento de coleções, apenas em março deste ano a Secretaria Municipal de Cultura constituiu, por meio de portaria, um grupo de trabalho (do qual faço parte, com outra bibliotecária da BMA) para estabelecer a política de desenvolvimento das coleções no âmbito do Sistema Municipal de Bibliotecas. Até o final de 2016, deverão ser apresentados os resultados, que devem:

Contemplar as necessidades informacionais e de leitura da cidade de São Paulo, tendo como perspectiva o fomento à leitura, promovendo o atendimento às demandas locais, estimulando o conhecimento do universo literário, identificando as 'demandas ocultas' e tendo como princípio norteador a bibliodiversidade e o pluralismo cultural, propiciando, também, a racionalização e o aprimoramento dos recursos disponíveis. (SÃO PAULO, 2016, p. 7).

Esse grupo de trabalho deve “realizar diagnóstico do perfil dos acervos das bibliotecas” e “um levantamento de informações sociodemográficas e culturais dos territórios onde se localizam estas unidades”, bem como fazer um “mapeamento da produção editorial independente e de pequenas e médias editoras procurando subsidiar o trabalho de seleção e contemplando o princípio da biodiversidade”. Esperamos que, dentro da vasta gama de bibliotecas públicas municipais paulistanas, com cerca de 120 unidades, possamos estabelecer uma nova política de desenvolvimento de coleções que seja válida também para o acervo de Obras Raras.

Referências

- ABDANUR, Elizabeth França. *Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o departamento de cultura na gestão Mario de Andrade (1935-1938)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH-Unicamp, Campinas, 1992.
- AZEVEDO, Antonio Vivente de. Pela cultura. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 28, p. 287-306, out. 1936.
- BANDEIRA, Suelena Pinto. *O mestre do livro: Rubens Borba de Moraes*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.
- BARBATO JUNIOR, Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Rubens Borba de Moraes e a Biblioteca Municipal de São Paulo. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 57, p. 179-184, jan.-dez., 1999.
- CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A aplicação do desenvolvimento e gerenciamento de coleções na construção de repositórios institucionais. *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa*, v. 18, n. 2, p. 25-40, 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/1010/2136>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.
- DUARTE, Paulo. *Memórias, vol. IV: Os mortos de Seabrook*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- DUARTE, Paulo. *Paulo Duarte II (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista529.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Estudo crítico: rapsódia para um bacharel. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. 2 v.
- GOMES, Denise Pedrosa. *O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura*. 2008. 110f.

Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – PUC-SP, São Paulo, 2008.

GROPP, Dorothy M. *Bibliotecas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o movimento bibliotecário da capital paulista*. [Conferência em New Orleans, EUA, em 24 nov. 1939, com trad. de Francisco J. de Almeida Azevedo]. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 68, p. 205-224, jul. 1940.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2005.

MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set.-dez. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018. Acesso em: 15 ago. 2016.

MORAES, Rubens Borba de. Cultura e política: uma conversa com Rubens Borba de Moraes. [Entrevista realizada em 15 ago. 1982 por Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes]. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 96-109, 1999. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewFile/3139/2255>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MORAES, Rubens Borba de. O Departamento de Cultura: um sonho que não se realizou completamente; entrevista com Rubens Borba de Moraes, por Margarida Cintra Gordinho. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 196, p. 11-22, 1984.

MORAES, Rubens Borba de. O engenheiro, o bibliotecário e o sentido de um projeto cultural: depoimento de Rubens Borba de Moraes. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 50, p. 54-59, jan./dez. 1992.

MORAES, Rubens Borba de. *Testemunha ocular (recordações)*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

NEGRÃO, May Brooking. *Biblioteca Pública Municipal de São Paulo: da criação à consolidação (1926-1951); breve esboço histórico*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

NEGRÃO, May Brooking. A evolução do Departamento de Bibliotecas Públicas, 1907-1978. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 186-208, jul./dez. 1979. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002961/c05ec8a076f70adbb7035ab099c420e7>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PACHECO, Félix. *O valor imenso da Bibliotheca Brasiliense do Dr. J. Carlos Rodrigues (Coleção Benedicto Ottoni da Bibliotheca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda na Europa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1930.

PRAZERES, Ana Paula P. dos; SALGADO, Denise M. Processo de seleção de doações em bibliotecas públicas: diretrizes básicas da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas da cidade de São Paulo. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 88-95, dez. 2012. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/93/93>. Acesso em: 15 ago. 2016.

RAFFAINI, Patricia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001.

REIPERT, Herman José. *História da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1972.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio, 1827-2007*: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para definição de obras raras. *ETD: Educação Temática Digital*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/download/1886/1727>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SANTARRITA, Marcos. *Félix Pacheco: cadeira 16, ocupante 2*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.

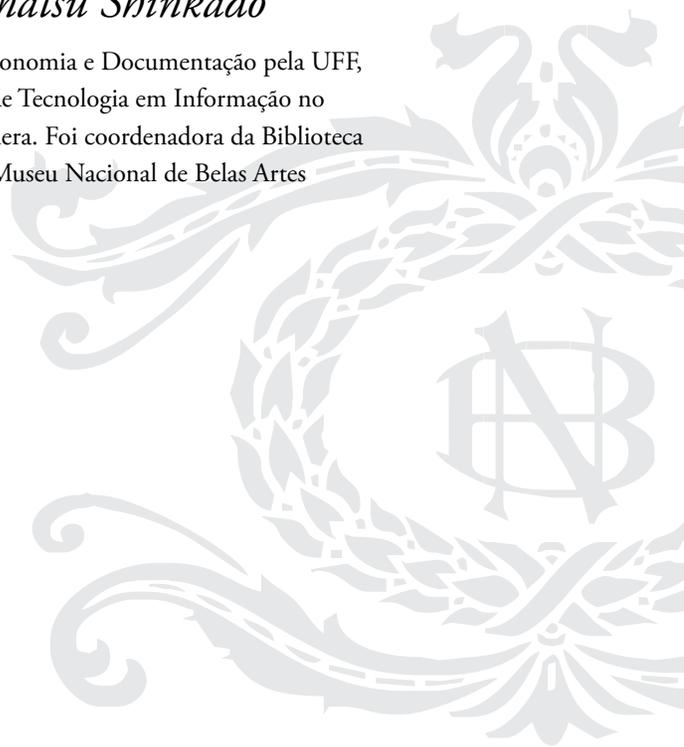
SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Portaria nº 012/2016. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, v. 61, n. 41, p. 7, 4 mar. 2016. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipId=3JRERHLNV95R7e1314P80LPJUD1>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SILVA, Edna Maciel da et al. Proposta de política de seleção aplicada a livros do Departamento de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1. 1980. Salvador. *Anais [...]* Salvador: MEC/Capes, 1980. v. 2, p. 1.105-1.132.

A história e o acervo de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes

Mary Komatsu Shinkado

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela UFF,
especialização em Gestão de Tecnologia em Informação no
Centro Universitário Anhanguera. Foi coordenadora da Biblioteca
e Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes





Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a formação do acervo de obras raras da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes/Ibram/MinC. São produções singulares que contemplam o universo da História da Arte e das Exposições Gerais de Belas Artes em livros, catálogos, folhetos e periódicos. O trabalho aborda os projetos realizados visando à preservação deste acervo raro.

Palavras-chave: Obras raras. Produções singulares. Museu Nacional de Belas Artes.

Abstract

This work aims to present the formation of the Rare Books Collection of the National Fine Arts Museum Library/Ibram/MinC. This collection is formed by unique works that contemplate the universe of Art History and General Exhibitions of Fine Arts in books, catalogues, leaflets and periodicals. The present work focuses on the projects undertaken aiming at the preservation of the collection.

Keywords: Rare works. Unique productions. National Museum of Fine Arts.



Introdução

Em 2020, comemora-se 204 anos da chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil. A presença de um grupo de artistas daquele país lançou as bases de uma instituição local de ensino de História da Arte. O grupo, comandado por Joachim Lebreton, organizou a criação da Escola Real das Ciências e Ofícios, mais tarde transformada em Academia Imperial de Belas Artes e Escola de Belas Artes. No ano de 1906, teve início a construção do novo edifício da Escola Nacional de Belas Artes, projetado por Adolfo Morales de Los Ríos, na antiga Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco). O edifício foi projetado em estilo francês, inspirado no Louvre, correspondendo à concepção do século XIX do Museu do Palácio, como acontecia nos museus europeus, inclusive no prédio que forneceu a inspiração. A obra foi concluída em 1908. Das 54 obras de arte que constituíram parte do material didático da Missão Artística Francesa, e com acréscimo de peças da coleção d. João VI, formou-se o atual acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

Museu Nacional de Belas Artes

Histórico

Em 1937, a Pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes transformou-se em órgão independente, constituindo-se, através da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, no Museu Nacional de Belas Artes. Passado o núcleo inicial, multiplicado muitas vezes, transformou-se em um dos principais acervos do Brasil. São aproximadamente 20 mil obras artísticas, brasileiras e estrangeiras, que incluem quadros a óleo, esculturas, gravuras, desenhos e objetos de arte.

Além deste valioso acervo artístico, deparamo-nos com semelhante (não menos importante) número de itens relativos ao acervo documental. São mais de 20 mil livros e uma quantidade considerável de documentos históricos, que também fazem parte desse relevante referencial da arte e cultura brasileira, fonte de estudos obrigatória a muitos pesquisadores.

Biblioteca / Mediateca Araújo Porto-alegre

Histórico

A Biblioteca / Mediateca Araújo Porto-alegre do Museu Nacional de Belas Artes (Ibram/MinC) é citada oficialmente pela primeira vez no Anuário do Museu Nacional de Belas Artes, nº 1, 1938-39. Em dois anos de atividades,

adquiriu 354 volumes diversos, entre os quais 115 que pertenciam ao artista Rodolfo Amoedo, professor e ex-diretor da Enba, adquiridos em dezembro de 1938 por sua viúva, D. Adelaide Amoedo.

O nome da biblioteca é uma homenagem prestada pelo museu ao artista gaúcho Manuel Araújo Porto-alegre (1806-1879), Barão de Santo Ângelo, pintor, arquiteto, cenógrafo, caricaturista, poeta, diplomata e pioneiro nos estudos de História e Crítica de Arte no Brasil. O discípulo de Debret foi, entre os anos de 1854 e 1857, diretor da Academia Imperial de Belas Artes.

A biblioteca está legalmente registrada desde 1965 e 1984, respectivamente, junto ao Instituto Nacional do Livro sob o nº 10.971, e no Conselho Regional de Biblioteconomia do Rio de Janeiro (7ª Região) sob o nº 207, funcionando dentro dos padrões exigidos pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Encontra-se aberta ao público geral e, sobretudo, aos pesquisadores, estudantes e artistas que desejam informações sobre Artes Visuais e a respeito do material bibliográfico e documental de apoio aos técnicos do museu e funcionários do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

A biblioteca também oferece serviços de levantamento de informação bibliográfica e empréstimo de acervo (entre bibliotecas e de material audiovisual), mediante cadastro pessoal com apresentação de documento de identificação, comprovante de residência e formulário preenchido e assinado pela instituição em que atua.

Acervo geral

A biblioteca possui um valioso acervo especializado em artes plásticas e visuais dos séculos XIX e XX, abrangendo também as áreas de Museologia, Arquitetura e História da Arte. Com mais de 20 mil itens, reúne produções raras, uma grande coleção de livros, publicações de referência (dicionários, enciclopédias, bibliografias e guias), periódicos especializados e catálogos de exposições nacionais e estrangeiras. Possui também um arquivo biográfico que contém recortes de jornais e revistas (dossiê dos artistas) e *clippings* dos eventos do MNBA. O acervo de Coleções Especiais abrange obras de importantes personalidades no contexto artístico e cultural do país, que foram doadas por bibliotecas particulares. São elas: a Coleção Quirino Campofiorito, a Coleção Paulo Herkenhoff e a Coleção Walmir Ayala. Encontramos ainda um acervo de multimídia, composto de CDs, CD-ROMs e DVDs que abordam temas relacionados à História da Arte e a respeito de diversas manifestações culturais.

Acervo de obras raras

Não se sabe ao certo em que período da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes um conjunto de livros passou a ser classificado como “obras raras”. A partir da década de 1980, uma pequena coleção foi guardada separadamente do acervo geral em armários de aço. Era sabido, até por mero manuseio, que se tratava basicamente de obras antigas, algumas do século XVIII. Considerando-se que a Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes ainda não possui uma política de desenvolvimento de coleções formalizada, adotou-se alguns critérios para a atualização e a expansão do acervo bibliográfico.

Como somente a antiguidade não definiria raridade (SILVA, 2000), estabeleceu-se as diretrizes que visavam a facilitar a seleção deste material bibliográfico. Dessa forma, adotamos os critérios de raridade e preciosidade estabelecidos pela Biblioteca Nacional.

Consideramos, então, como obras raras:

- Exemplares com anotações manuscritas importantes, incluindo dedicatórias (Figura 1); dedicatórias de personalidades nos contextos histórico, artístico e cultural;
- Edições especiais (de luxo para bibliófilos) em papel de boa qualidade, folhas soltas em cadernos ilustradas por algum artista de renome, geralmente *in folio* e colocadas em caixas, com tiragem limitada. Podem ou não ter a assinatura do autor;
- Edições com tiragens reduzidas;
- As primeiras impressões (séculos XV, XVI e XVII) de incunábulo;
- Obras editadas no Brasil até o ano de 1841;
- Edições consagradas, esgotadas e não reeditadas (Figura 2);
- Exemplares de coleções especiais em geral, com belas encadernações e ex-libris do doador.

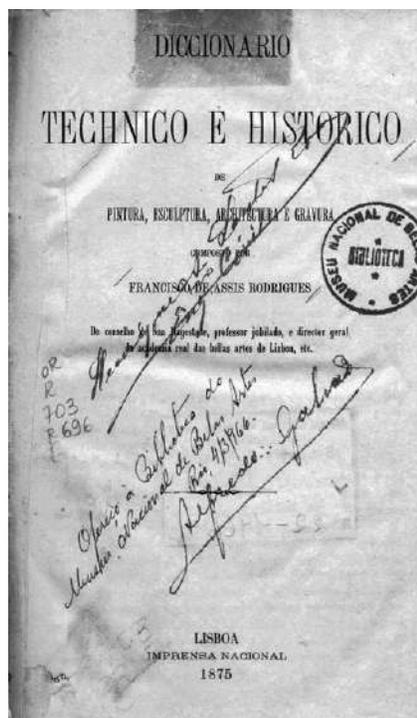


Figura 1 – Dedicatória de Alfredo Galvão, diretor do MNBA (1964-1970).

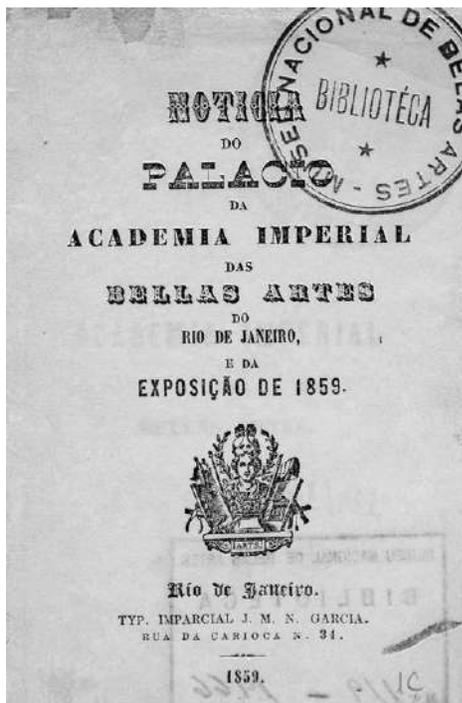


Figura 2 – Edição do catálogo de 1859.

projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (física, biologia, matemática e outras) (PINHEIRO, 1989, p. 1).

Estabelecemos os seguintes livros como raros:

Itens	Quantidade
Publicações diversas (livros e catálogos)*	288
Catálogos de exposições do MNBA*	405
Catálogos diversos (outras)	266
Catálogos do Salão Nacional de Belas Artes	128
Catálogos do Salão Nacional de Arte Moderna	28
Catálogos do Salão Paulista de Belas Artes	13
Catálogos da Academia Imperial de Belas Artes	30
Total	1.178

Contagem dos itens em 2016.

Observamos que, dentro do acervo geral, há alguns livros que poderiam pertencer ao grupo de obras raras, já que apresentavam características tais como a encadernação, as dedicatórias ou a própria data. Por conseguinte, foram transferidos para serem guardados no armário em aço e posteriormente incorporadas à coleção de obras raras.

Cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas. Porém, de maneira bastante simplificada, pode-se dizer que livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida

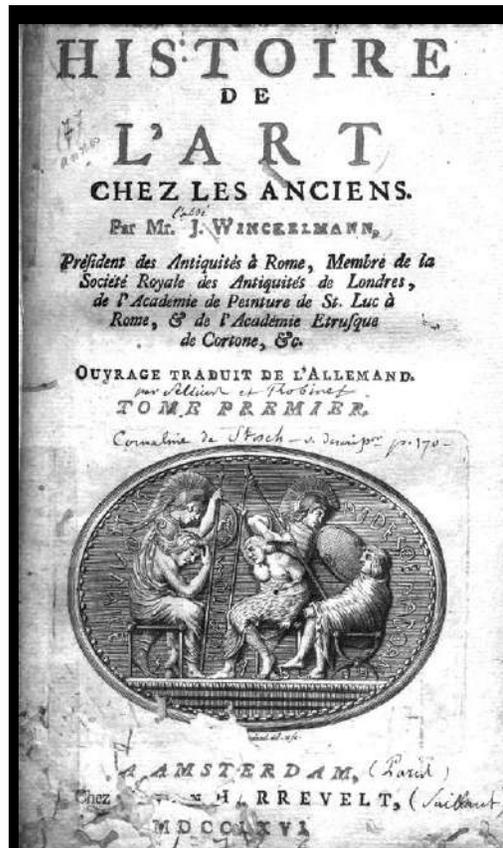
*Algumas publicações, os Catálogos Diversos e Catálogos de Exposições do MNBA ainda precisam ser catalogados e tombados. Entre as Publicações Diversas, destacamos os seguintes títulos:

- WINCKELMANN, J. *Histoire de l'art chez les anciens* – edição de 1766 (o mais antigo da coleção) (Figura 3);
- SAMPAIO, João Zeferino Rangel de. *O quadro da Batalha dos Guararapes* – edição de 1880;
- BARATA, Frederico. *Eliseu Visconti e seu tempo* – edição de 1924;
- CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas* – edição de 1912;
- DUQUE-ESTRADA, Luiz Gonzaga. *A arte brasileira: pintura e escultura* – edição de 1888;
- FIGUEIREDO, Pedro Américo. *Discursos do Dr. Pedro Américo de Figueiredo membro da constituinte e Deputado ao Congresso Nacional 1891 a 1892* – edição de 1892.

Também encontramos os catálogos da Academia Imperial de Belas Artes e da Escola Nacional de Belas Artes, além dos Salões Nacionais de Belas Artes e Salões Nacionais de Arte Moderna.

Grande parte do acervo raro está catalogada, ainda que não esteja sendo adotado o critério mais adequado na catalogação de obras raras. A biblioteca utiliza o padrão AACR-2 (Código de Catalogação Anglo-americano, 2ª edição) e para a classificação foi adotado o CCD (Classificação Decimal de Dewey). Os livros são tombados e informatizados através do sistema de gerenciamento PHL (*Personal Home Library*). Adotamos papectas contendo o código de barra com o número de chamada e tombo, para a identificação das obras.

Figura 3 – A obra rara mais antiga da coleção.



Os catálogos das Exposições Gerais de Belas Artes estão organizados cronologicamente, bem como alguns catálogos de salões do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O acervo pode ser consultado por usuários internos e externos dentro da Sala de Leitura da Biblioteca, sempre acompanhados e supervisionados por um funcionário do setor.

Projetos realizados

Importantes projetos voltados à organização e à higienização do acervo bibliográfico foram executados nos diferentes segmentos desse acervo, inclusive no de obras raras. Destacamos a seguir:

- Projeto de Preservação dos Acervos Arquivísticos e Bibliográficos do MNBA (1995): patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) teve como finalidade realizar um trabalho sistemático e integrado de preservação nos acervos arquivístico e bibliográfico, com o objetivo de avançar ações de higienização, acondicionamento e armazenamento adequado, incluindo um manual de serviços e o levantamento completo destes acervos documentais. O trabalho foi concluído em 2000;
- Projeto de Restauração do Acervo Documental e Bibliográfico (2001): através do Programa Museus, Memória e Futuro: Restauração de Acervos Museológicos/Bibliográficos. Foram restauradas e encadernadas 111 (cento e onze) publicações, entre elas: obras de referência, obras raras, catálogos da Academia Imperial de Belas Artes e revistas do IHGB e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Digitalização dos catálogos da SNBA (2009): foram digitalizados os catálogos do Salão Nacional de Belas Artes do período entre 1837 e 1976. O serviço foi realizado pela empresa Núcleo Básico de Curitiba.

Em 2013, por intermédio do Plano de Ação do Ibram, o Museu Nacional de Belas Artes foi contemplado com o Projeto de Adequação, Modernização e Restauro da Biblioteca, que abrangeu obras internas nas quatro salas da biblioteca, já que o espaço foi ampliado: passou de 200m² para 500m². Com a reforma, a biblioteca ganhou nova pintura, restauração dos pisos, iluminação renovada das salas e instalação de portas automatizadas.

Em virtude do projeto de revitalização e ampliação dos espaços, buscou-se, através de uma proposta de estudo, mapear a temperatura e a umidade relativa do ar nas salas destinadas à guarda dos acervos raros e arquivísticos. A avaliação das condições ambientais concluiu a necessidade de realizar uma ação preventiva, visando a minimizar os riscos de ataque aos arquivos por

pragas (insetos e microrganismos) e desacelerar a deterioração dos materiais constituintes das obras.

Sob a orientação da Coordenação de Conservação do MNBA, foram realizadas medições por termogrômetros mecânicos instalados nos dois ambientes de acervo (sala de guarda). Eles registravam os dados de hora em hora durante as 24 horas do dia, sob a responsabilidade da equipe da biblioteca. Anteriormente, a média de temperatura era de 28°C e a média de umidade relativa do ar, de 80% – porcentagens consideradas elevadas. Isto poderia acarretar no acervo (em papel) intensas reações químicas e a aglomeração de colônias de fungos (70% é o percentual mínimo de umidade necessário para a proliferação destes organismos).

Em 2015, com a chegada de um profissional especializado em climatologia, teve início o Projeto de Controle Climático na Biblioteca do MNBA, cuja finalidade era monitorar a temperatura e controlar a umidade, fazendo com que esta não passasse de 65%. Isto seria o ideal para ampliar o grau de preservação do acervo (em papel, entre 45% e 55%).

A primeira etapa foi a substituição dos termogrômetros mecânicos por digitais. A partir daí, o monitoramento da temperatura e da umidade passou a ser feito por meio dos novos aparelhos instalados nas salas de acervo da Biblioteca. Um deles pode ser monitorado através da intranet do Museu (Figura 4).

Foram também instalados quatro desumidificadores Arsec 160 na Sala de Máquinas do museu. A opção pela instalação dos equipamentos fora da biblioteca se deu por questão de segurança das obras: isto anula o risco de incêndio no local onde está localizado o acervo e as possíveis falhas no processo de retirada da água que o equipamento armazena. Para que a umidade relativa

da biblioteca fique estável, os equipamentos de desumidificação (e o *fan-coil*) permanecem ligados 24 horas por dia na área de acervo, assim como o sistema de ar-condicionado. As portas que dão acesso às salas de guarda de acervo ficam permanentemente fechadas.

As obras recebem o mínimo de luminosidade possível. A sala possui janelas que são mantidas permanentemente fechadas. Os materiais são expostos à luz apenas enquanto são consultados.

É importante salientar que a conservação preventiva trata de ações como a construção de ambientes estáveis e seguros para o acervo e para as pessoas estão em contato constante com ele. Caldeira afirma que:



Figura 4 – Termogrômetro digital.

A conservação preventiva surgiu, solidamente como campo de trabalho e pesquisa científica, nos Estados Unidos, na década de 80, estabelecendo-se como atividade responsável por todas as ações tomadas para retardar a deterioração e prevenir danos aos bens culturais por meio da provisão de adequadas condições ambientais e humanas. (CALDEIRA, 2006, p. 99).

Considerações finais

Podemos concluir o trabalho ressaltando que as ações realizadas ao longo dos anos (a adoção de critérios de raridade das obras, projetos para preservação, higienização, restauração, digitalização da coleção do acervo raro, climatização dos espaços e aquisição de mobiliário adequado) são fatores fundamentais na salvaguarda das memórias cultural e institucional da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes. Isto garante, dessa forma, acessibilidade e visibilidade ao Patrimônio Cultural Brasileiro.

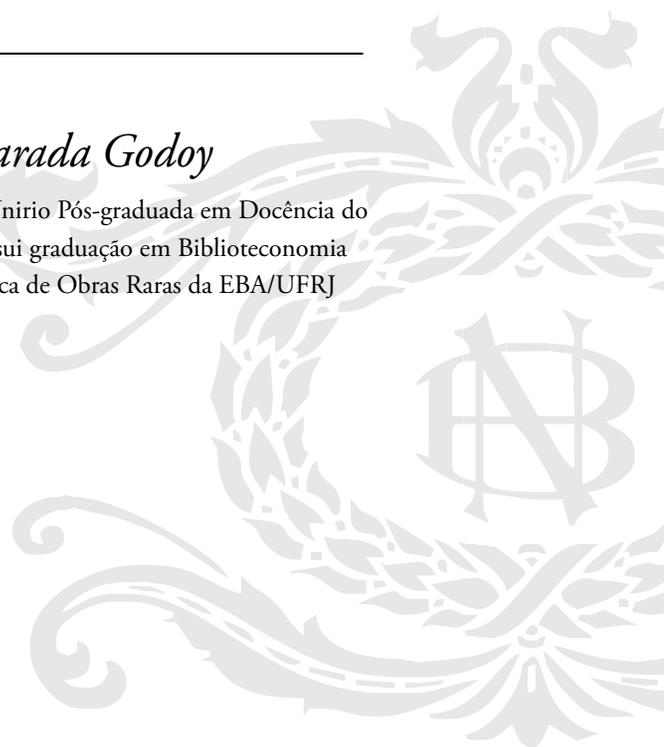
Referências

- CALDEIRA, Cristina. Conservação preventiva: histórico. *Revista CPC*, v. 1, n. 1, p. 91-102, 2005.
- MORAIS, Frederico. *Cronologia das artes plásticas no Rio de Janeiro, 1816-1994*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 560.
- MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. *Collection Museum of Fine Arts*. São Paulo: Banco Santos. 2002. 284 p.
- MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. *O Museu Nacional de Belas Artes*. São Paulo: Banco Safra, 1985. 396 p.
- PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- RIBEIRO, Adalberto Mário. *O Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Dasp/Imprensa Nacional, 1946. 35p.
- SEPARATA DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, dez. 1945.
- SILVA, E. M. Origem, formação e desenvolvimento das coleções raras e especiais do Colégio Pedro II – Rio de Janeiro. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19. Congresso Latino-americano de Biblioteconomia e Documentação, 3; Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica, 7, 2000, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Febab/ARB/PUC-RS, 2000. vi: Ternário livre. 1 CD-ROM.
- SOUZA, Edi Menezes Simas de. O Museu Nacional de Belas Artes: 50 anos. *Revista Correio Filatélico*. Brasília, v. 10, n. 104, p. 14-23, 1986.

Processos de formação do acervo da
Biblioteca da Academia Imperial
de Belas Artes: as contribuições
de Felix Taunay e Porto-alegre
na configuração das bases para
o ensino artístico no Brasil

Rosani Parada Godoy

Mestre em Biblioteconomia pela Unirio Pós-graduada em Docência do
Ensino Superior pela Ucam. Possui graduação em Biblioteconomia
pela Unirio. É chefe da Biblioteca de Obras Raras da EBA/UFRJ





Resumo

O estudo pretende evidenciar os processos que levaram à criação da Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), reconstruindo o processo histórico de formação de uma coleção que guarda em si a memória institucional do ensino artístico no Brasil. Objetiva-se analisar as providências tomadas pelos dirigentes da Aiba para realizar as aquisições, caracterizando o que hoje chamaríamos de “política de aquisição de acervo”. Dois personagens se destacam: Felix Emilio Taunay (1795-1881), diretor da Academia de 1834 a 1851, e Manuel de Araújo Porto-alegre (1806-1879), diretor da Academia de 1854 a 1857.

Palavras-chave: Felix Emilio Taunay. Manuel de Araújo Porto-alegre. Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes. Academia Imperial de Belas Artes. Política de desenvolvimento de coleções.

Abstract

The study aims to highlight the formation processes of the Imperial Academy of Fine Arts Library (Aiba) by reconstructing the formation process of a collection that keeps the institutional memory of artistic education in Brazil. The aim is to analyze the measures taken by the leaders of Aiba in order to characterize what we would today call the “acquisition policy of the collection”. In this regard, two characters stand out: Felix Emilio Taunay (1795-1881), director of the Academy from 1834 to 1851, and Manuel de Araújo Porto-alegre (1806-1879), director of the Academy from 1854 to 1857.

Keywords: Felix Emilio Taunay. Manuel de Araújo Porto-alegre. Imperial Academy of Fine Arts Library. Imperial Academy of Fine Arts (Brazil). Collection development policy.



Introdução

O presente artigo é fruto de pesquisa de dissertação¹ e tem o intuito de analisar os aspectos históricos do processo de formação do acervo da Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), evidenciando a sua contribuição para o ensino de Belas Artes desenvolvido na antiga instituição durante o século XIX. Com o advento da República, a Academia passou a se chamar Escola Nacional de Belas Artes (Enba) e, a partir de 1971, Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nome que mantém nos dias atuais. Procuramos identificar como o acervo interferiu na formação dos artistas no século XIX, reconstituindo o pensamento social refletido no acervo da referida biblioteca, já que a Aiba tem sua trajetória intimamente ligada à história política e social do país.

Em 1822, a construção do processo de independência do país tornou-se uma preocupação do Estado. O passado reconstruído de modo intelectual passou a ser visto como uma importante fonte de legitimação do novo regime (PEREIRA, 2012). A biblioteca da Aiba acompanharia todo esse processo de nacionalização, como uma instituição singular e atrelada, sobremaneira, à Academia. A pesquisa observou a forma como eram realizadas as aquisições e as providências tomadas visando a caracterizar o que hoje chamaríamos de política de aquisição de acervo, que foram feitas por Felix Emilio Taunay (grafia de acordo com a assinatura do artista) e Manuel de Araújo Porto-alegre (grafia com “a” minúsculo, de acordo com assinatura do artista). Ambos foram dirigentes da Aiba entre os anos de 1837 e 1857. Caracterizamos e analisamos os processos de formação do acervo da instituição à luz da Literatura e de documentos primários disponíveis em arquivos e bibliotecas, entre os quais podemos citar o arquivo histórico do Museu D. João VI e do *Center for Research Libraries*, da Universidade de Chicago, a fim de compreender como se deu a formação do que hoje constitui a Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foram analisados diversos documentos, tais como estatutos e regimentos institucionais; atas das reuniões de congregação; portarias; ordens e instruções de serviço; bibliografias dos programas de cursos e disciplinas ministrados; cartas emitidas e recebidas (notadamente as missivas de agradecimento) e relações de livros aprovados para a compra que poderíamos, atualmente, chamar de “listas desideratas”.

1. Intitulada *Processos de formação do acervo da Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes e seu uso como material didático (1834-1857)*, desenvolvida sob a orientação da Prof^a Dr^a Icléia Thiesen e defendida, em 2015, no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), linha de pesquisa Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

A Academia Imperial de Belas Artes (Aiba)

O contexto de criação da Aiba remete a um período do século XIX considerado decisivo para a formação da identidade cultural do país. A instituição, fundada em 1816, teve como origem a Missão Artística Francesa, liderada por Joachim Lebreton (1760-1819). Com a vinda da família Real ao Brasil, diversas iniciativas foram tomadas por d. João VI (1767-1826). Para coroar esse conjunto de atitudes, era necessária a existência de uma escola ou instituto teórico-prático com viés de aprendizagem artística e técnico-profissional. “O assunto deveria, pois, merecer-lhe toda a atenção” (MORALES DE LOS RÍOS, 1942). De acordo com Pereira (2008):

Visava dar ao Brasil um perfil atualizado, lançando as bases de instituições que promovessem a infraestrutura econômica – necessária ao desempenho capitalista – e a fundamentação cultural – indispensável à formação de uma elite local, segundo os parâmetros iluministas.

A história conta que a ideia de contratar artistas franceses com certo mérito em seu meio, a fim de emancipar a Arte em território brasileiro, surgiu e foi cultivada por dom Antônio de Araújo de Azevedo, conhecido como Conde da Barca (1752-1817), um homem “verdadeiramente sábio e profundamente instruído” (SCHWARCZ, 2008) – que exerceu os cargos de secretário do Rei d. João I, de Portugal; de ministro de Dona Maria I e de ministro plenipotenciário na Holanda, Rússia e França. Era bastante conhecido na Europa e protegeu significativamente os que se dedicavam às Ciências, Letras ou Belas Artes (MORALES DE LOS RÍOS, 1942). Em 1815, por incentivo do Conde, d. João VI mandou contratar, na Europa, um grupo de artistas e artífices indispensáveis para fundar, no Rio de Janeiro, uma escola de ciências, artes e ofícios. O grupo de artistas embarcou no veleiro *Calpé*² para uma viagem de dois meses de duração, chegando ao seu destino no Rio de Janeiro em 26 de março de 1816.

Podemos afirmar que a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, futura Academia Imperial de Belas Artes foi, desde o princípio, idealizada e formada

2. *Calpé* é um pequeno barco à vela de origem norte-americana, com três mastros. O nome *Calpé* (grafado na popa do brigue como *Calphe*, segundo a usual escrita da época) é o mesmo de uma das colunas de Hércules (a setentrional) que, segundo a tradição fabulosa, ladeava a entrada do Mediterrâneo. Os missionários viriam a formar no Brasil o promontório artístico-espiritual no qual, dali por diante, se apoiaria a arte nacional; eles construiriam – com a sua competência, dedicação e abnegação – outra coluna de Hércules, tão soberana e artística quanto às outras, que representaria o marco da entrada dos artistas brasileiros no conceito e no apreço mundial (MORALES DE LOS RÍOS, 1942).

por homens extremamente cultos, que visavam a facilitar o progresso cultural do Brasil e das artes. A Missão Artística Francesa, liderada por Joachim Lebreton (1760-1819), inicia oficialmente o ensino artístico no país. Esse era um momento de circunstâncias políticas atribuladas, em que se destacava a queda de Napoleão Bonaparte.

Devemos enfatizar que o objetivo da Missão era desenvolver as artes, introduzindo traços eruditos da cultura europeia e relacionadas ao modelo da civilização francesa da época (CAMPOFIORITO, 1983). Em 12 de agosto de 1816, aproximadamente cinco meses depois da chegada dos franceses, a instituição de ensino idealizada por Conde da Barca e Joachim Lebreton recebeu coroamento oficial, graças à promulgação de um decreto, em 12 de agosto de 1816, que oficializava a criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios. O ato fixou as pensões anuais recebidas pelos respectivos professores e funcionários imbuídos da tarefa de promover e difundir conhecimentos considerados indispensáveis para a “comodidade e civilização dos povos” (RIO DE JANEIRO, 1816). Durante sua trajetória, a Aiba teve alguns nomes. De Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, a denominação foi mudada para Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e, posteriormente, Academia das Artes. Em 1826, quatro anos depois da independência brasileira de Portugal, ganhou a nomenclatura definitiva de Academia Imperial de Belas Artes. Ao assumir a direção da escola, Lebreton possuía um grupo de apoio que era composto por vários artistas relevantes: Nicolas Antoine Taunay³, Auguste Taunay⁴, Jean-Baptiste Debret, Grandjean de Montigny⁵ e Simão Pradier⁶, entre outros funcionários e participantes (SCHWARCZ, 2002). As mortes de nomes importantes para o prestígio da Academia, como Conde da Barca em 1817, e de Lebreton no ano de 1819, fizeram com que ela perdesse força. Consequentemente, “o caminho fica livre para Henrique José da Silva” (1772-1834) (LUZ, 2005, p. 52) – artista de nacionalidade portuguesa que atuou como diretor da instituição no período de 1820 a 1834, também responsável pelas aulas de desenho e apoiado por Taunay como secretário.

3. Pai de Felix Emilio Taunay, nascido em 1755 e falecido em 1830, membro do Instituto da França, pintor histórico e paisagista.

4. Nasceu em 1768 e faleceu em 1824, irmão de Nicolas Antoine Taunay, professor de Escultura na Aiba. Esculpiu as estátuas, alegorias e baixos-relevos da fachada do edifício projetado por Montigny, sede da Academia.

5. Auguste Henri-Victor Grandjean de Montigny (1776-1850), de origem nobre e educado na França com grande esmero. Coursou a *École des Beaux Arts*, onde teve grandes arquitetos como professores.

6. Nasceu em 1786 e faleceu em 1848. Foi o gravador oficial da Missão. Retornou à França dois anos após desembarcar no Brasil e foi desligado da organização da Academia.

Apesar de já oficializada, a escola só começaria a funcionar, de fato, em 1826. Segundo Pereira (2011), a falta de recursos destinados à Academia e, também, a rivalidade entre artistas franceses e portugueses, gerou uma série de empecilhos e atribuições nos primeiros anos de existência da Aiba, atrasando a sua inauguração. Em 1831, a instituição perdeu mais um membro importante da Missão. Alguns acontecimentos, nesse mesmo ano, como a abdicação de d. Pedro I, contribuíram para o retorno de Debret à França, o que gerou um novo quadro de instabilidade no governo. A instalação das salas da Tipografia Nacional no edifício da Academia causou grande desconforto aos professores e alunos por falta de espaço, haja vista que o governo ordenou a cessão de metade do espaço, em caráter provisório, para a realização das atividades da Tipografia. No entanto, a Tipografia ficou instalada na instituição por “longos annos”⁷ (TAUNAY, 1911, p. 9).

Diante de tantas dificuldades e já cansado de tantos embates, Debret deixa o Brasil rumo a Paris, levando consigo o discípulo Manuel de Araújo Porto-alegre, que frequentou o ateliê de Antoine-Jean Gros e de François Debret até o ano de 1837. As dificuldades promovidas por um ambiente de intensa animosidade não deixaram, contudo, de “impulsionar grandes conquistas” (DIAS, 2009, p. 57). Araújo Porto-alegre retorna ao Brasil para se tornar um importante contribuidor da História da Arte brasileira e exercer um imprescindível papel no desenvolvimento e na reorganização da biblioteca da Aiba durante a segunda metade do século XIX, como veremos a seguir.

A Biblioteca da Aiba

O projeto original do arquiteto Grandjean de Montigny previa a construção de dois pavimentos no prédio da Academia e um local de destaque para a Biblioteca. No entanto, as obras cessaram no terceiro trimestre de 1826, incompletas e reduzidas ao antigo e grandioso plano do pequeno corpo central, cujo segundo e último andar simulava um templo de estilo helênico. Dez anos depois, o que estava concluído era todo o primeiro pavimento (centro e alas) e o corpo central (templo grego) do segundo pavimento, no qual se encontravam as salas da biblioteca (MORALES DE LOS RÍOS, 1942) e da congregação.

Após o ano de 1882, o palácio da Academia ganhou um segundo pavimento em toda a sua extensão e a biblioteca passou a ocupar uma sala menor, na ala direita do segundo piso, com três grandes janelas (GOMES JUNIOR, 2008). Debret (1834, p. 211-212), em sua obra *Voyage pittoresque au Brésil*,

7. A grafia original das citações será mantida.

ao explicar o desenho da planta original do edifício em 1815, referindo-se ao espaço designado para a Biblioteca, relata: “Notre architecte, pour utiliser dignement l’intérieur du temple, assez vaste d’ailleurs pour contenir une belle bibliothèque, en fait également une sale d’assemblée pour les professeurs”.⁸ A interrupção das obras na Aiba trouxe diversos problemas. Podemos destacar a insatisfação do diretor Henrique José, em ofício do ano de 1833:

A Congregação não tem sala de Sessões; ajunta-se no Gabinete de hum dos Professores o local destinado a servir de Bibliotheca e de sala de sessões, acha-se agora occupado por duas aulas juntas, a de Pintura de Paysagem e a de Architectura Civil, além de escrivaninha do Secretario; e daquele aperto nascem incommodos e inconvenientes [...]. (RIO DE JANEIRO, 1831-1841)⁹.

Como consequência do descontentamento do diretor, foi iniciada uma série de reformas na Aiba. Em Decreto de 18 de junho de 1833, foi aprovada pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Império a liberação de verba no valor de 740\$800 réis para que fossem realizadas diversas medidas necessárias, inclusive a instalação da biblioteca. O então diretor Henrique José, em ata da Sessão de 13 de setembro de 1833, página 38, declara que: “[...] a respeito da sala em que terá lugar esse curso, assentou-se que seria melhor dar a sala semi-circular o destino de receber a biblioteca e arquivos, servindo ao mesmo tempo para as reuniões dos Professores” (RIO DE JANEIRO, 1831-1841). Em 20 de março de 1834, finalmente a Biblioteca é aberta aos estudantes. Transcrevemos as palavras do diretor Henrique José em seu discurso de abertura do ano letivo:

Abriu-se então o portão da biblioteca e o porteiro chamando os alumnos, o diretor dirigio lhes a seguinte falla em nome da Congregação: Sres. principia uma nova era para a Academia da Bellas Artes. (RIO DE JANEIRO, 6150, 1831-1841).

A sala da Biblioteca da Academia servia também para expor as pinturas realizadas pelos alunos que, além de embelezá-la e enriquecê-la, tinha a função de aprendizado para os que ali entrassem. Muitas dessas obras expostas eram

8. Nosso arquiteto, para utilizar dignamente o interior do templo, muito grande para conter uma bela biblioteca, igualmente uma sala de reuniões para os professores (tradução da autora).

9. O documento citado é de 1836. As atas da Congregação da Academia Imperial de Belas Artes foram encadernadas juntas com os documentos de 1833 a 1843.

as vencedoras dos concursos¹⁰ dos quais os alunos da Academia participavam, como observamos nas emendas aos estatutos atuais oferecidas pela Congregação dos Lentes¹¹ da Academia das Bellas Artes, em observância do aviso da Secretaria do Estado dos Negócios do Império, artigo 8º, do dia 21 de janeiro de 1834, em que afirma:

[...] e deve-se declarar que as obras premiadas pertencem à Academia, e ficarão expostas por todo o anno immediato na Biblioteca ate serem supridas pelas do concurso seguinte, entrando então na Coleção do Estabelecimento. (RIO DE JANEIRO, 1833-1843, p. 36).¹²

Entre as várias atividades e solenidades que eram realizadas na biblioteca, destacamos a entrega dos prêmios aos alunos em 1836. “A solenidade foi realizada na sala semicircular, com a presença do Ministro, da Congregação, dos alunos e do público interessado” (UZEDA, 2000, p. 120). D. Pedro II frequentemente comparecia a essas premiações prestigiando, desta forma, a Academia e a biblioteca. A partir de 1855, durante a gestão de Porto-alegre e com o conseqüente enriquecimento do acervo da biblioteca (com livros e estampas¹³ sendo incorporadas), surge a necessidade de um local mais apropriado para a sua guarda e consulta. O espaço destinado à Academia, à reorganização e à remodelação do espaço físico da instituição, bem como o desenvolvimento da coleção eram alvos de mudanças constantes. Porto-alegre propunha a conclusão do edifício na parte que correspondia ao segundo pavimento, já que não havia espaço suficiente para as salas de aulas e estudos e, continuamente, ele pensava na Biblioteca como um dos instrumentos que lhe permitiriam alcançar os objetivos da Reforma Pedreira:

10. Com a finalidade de estimular a emulação, aos alunos eram criados concursos trimestrais, anuais e prêmios honoríficos, que correspondiam a uma medalha grande ou pequena de ouro.

11. Lentes era o nome que se dava aos professores que ministravam ensino em escola secundária e superior.

12. O documento citado é de 1836. As atas da Congregação da Academia Imperial de Belas Artes foram encadernadas juntas com os documentos de 1833 a 1843. RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ata 6124, 1833-1843. Assunto: Correspondências recebidas. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaVI&pasta=Avulsos&pesq=>. Acesso em: 7 fev. 2013.

13. Atualmente, parte desses livros encontra-se na Biblioteca de Obras Raras/EBA/UFRJ e parte das gravuras e desenhos está arquivada no acervo do Museu D. João VI/EBA/UFRJ, criado em 1979. Tanto a Biblioteca como o Museu funcionam como um rico laboratório para pesquisadores da graduação e pós-graduação. Devido a algumas mudanças de endereços, dentre outros fatos ocorridos, alguns livros se perderam. Outros ficaram no Museu Nacional de Belas Artes com a divisão do acervo em 1937.

Para que a Academia, no desempenho de fim de sua instituição, e no intuito de promover o progresso das artes no Brasil, de combater os erros introduzidos em matéria de gosto, de dar a todos os artefatos da indústria nacional a conveniente perfeição, e enfim no de auxiliar o Governo em tão importante objeto – pudesse realizar com eficiência o que fora determinado nos Estatutos do Governo, ficavam estabelecidos mais os seguintes processos de difusão cultural: concursos, prêmios, aplicação dos estudos do curso regular ao desenvolvimento da Nação, conferências públicas (com debates), **criação de uma biblioteca especializada** (grifo da autora) e publicação de uma revista. (MORALES DE LOS RÍOS, 1942, p. 229).

Um dos principais cuidados de Porto-alegre se consubstanciou na reforma e na apresentação da Biblioteca da Academia. Galvão (1959, p. 63), ao assinalar a constante preocupação de Porto-alegre em relação à biblioteca, afirma: “Como homem de invulgar cultura na sua época, e no Brasil, era natural a preocupação com os livros, principalmente no nosso país, onde ainda hoje são raras as bibliotecas de arte”.

Nesse período, o maior mecenas da Academia era d. Pedro II, que demonstrava o seu interesse pelo campo das ciências e da arte. O Imperador tinha plena convicção que ao estimular estes campos, o país se desenvolveria. Essa é a razão pela qual frequentava esses ambientes, pretendia acompanhar o desenvolvimento do ensino e incentivar a cultura (LUZ, 2005, p. 64). A dedicação de Porto-alegre à biblioteca e à vida acadêmica dos alunos da Academia, associada à gratidão ao Imperador, ficou explícita desde o início de sua gestão, como podemos observar no ofício enviado ao Governo em 5 de janeiro de 1855, no qual solicita verbas para a efetivação das suas ideias, inclusive homenageando o monarca:

Na fundação e edificação desta casa houve a ideia da criação de uma biblioteca, e para ela se construiu a sala superior e central do edifício, que representa, exteriormente, um templo jônico. É, pois para esta sala que convém passar os livros que já temos, e colocá-los em estantes de madeira incorruptível e envidraçadas, porque não há já lugar para acomodar as obras que nos vieram da Europa. [...] A sala da biblioteca tem um teto bem disposto para aí se pintar uma alegoria à reforma dos estudos, ou ao pensamento da atualidade [...]. Avalio em 800\$000 a despesa do material desta pintura, que juntos à soma de dois contos e oitocentos, perfazem a quantia de três contos e seiscentos mil réis, que me parecem suficientes para a conclusão e embelezamento desta nobre sala da Academia, onde ficará a imagem e o nome de V. Exc., como o seu digno fundador e regenerador do estabelecimento. Muito satisfeito ficarei se V. Exc. dignar-se proteger a nossa biblioteca, e deixar nessa Academia mais um documento de sua ilustrada e benigna administração. (RIO DE JANEIRO, 1855 apud GALVÃO, 1959, p. 61-62).

A Aiba sempre enfrentou muitas dificuldades, desde a sua formação e ao longo da sua existência, como já mencionado. No entanto, na segunda metade do século XIX, a Academia atingiu, graças aos atos de Araújo Porto-alegre, a sua melhor fase.

A formação do acervo-base da Biblioteca da Aiba: contribuições de Taunay e Porto-alegre

Antes da Missão Artística Francesa no Brasil, o ensino era feito através do contato dos mestres de ofícios e de obras com seus aprendizes, algo totalmente empírico. O modelo acadêmico era o francês e as bases sólidas implementadas por Taunay perduraram durante boa parte do século XIX. O acervo abarcava obras práticas para o ensino das artes do desenho, cuja pedagogia estava fundada, sobretudo, no exemplo (GOMES JUNIOR, 2008), e a formação do artista tinha como base o exercício continuado da cópia das pinturas da Pinacoteca ou das estampas da Biblioteca. Constatamos que a maior parte dos livros pertencentes ao acervo é fartamente ilustrada, haja vista que, segundo Marize Malta (2011), a Academia utilizava como um dos métodos de ensino evidências visuais baseadas nas imagens existentes. A preocupação não era apenas dar uma formação técnica, mas também integrar o jovem artista ao conhecimento mais amplo da cultura ocidental (PEREIRA, 2011).

A partir do Renascimento, o principal objetivo da pintura era contar a história. Era a disciplina mais importante em meados do século XIX e exigia conhecimentos de História, Religião e Literatura. Para que um quadro fosse pintado, era necessário possuir o domínio do desenho, estudar as estátuas gregas e ter vasto conhecimento da anatomia do corpo humano. O acervo da biblioteca foi fundamental para os alunos que não possuíam outra fonte de consulta dos monumentos da Europa. Os primeiros alunos, instruídos diretamente pelos mestres franceses, os sucederam como professores na instituição. Dentre eles, podemos destacar: Simplício Rodrigues de Sá (1785-1839), José Reis de Carvalho (1800-1872), Auguste Muller (1815-1890), Vitor Meirelles de Lima (1823-1903), Pedro Américo (1843-1905) e Rodolpho Amoêdo (1857-1873). A criação da Academia fazia parte do discurso, corrente na época, de implantar uma civilização no país. Dessa forma, a finalidade dessa instituição exigia, obrigatoriamente, a criação de uma biblioteca dotada de livros e estampas que atendessem às necessidades acadêmicas dos mestres e dos alunos, numa época em que o país era carente destes materiais. A Biblioteca da Academia iniciou e desenvolveu seus serviços baseando-se na propagação do ensino da arte. De acordo com Luz:

Inicia-se assim, a constituição do acervo sendo formado principalmente com a transferência de livros da Biblioteca Pública Imperial, por doações que começaram com nossos imperadores, somando-se a de professores e suas famílias, a de artistas, a de ministros de Estado, de instituições nacionais e estrangeiras e outros diferentes doadores que tinham como ponto comum o interesse pela preservação da memória artística em benefício da pesquisa acadêmica. (LUZ, 1999, p. 150).

A importância total arrecadada com o valor cobrado das matrículas dos alunos na Academia, de 4\$000 réis (MORALES DE LOS RÍOS, 1942), e abertas no dia 3 de fevereiro de cada ano, também era empregada na compra de livros para a biblioteca. Com a matrícula de cada aluno de 4\$000 réis (MORALES DE LOS RÍOS, 1942), a Biblioteca da Academia deu início à formação de seu acervo com algumas obras que já eram consideradas raras e especiais na época (RIO DE JANEIRO, 1865), como a coleção de Piranesi. A coleção de obras da Biblioteca da Aiba não foi desenvolvida aleatoriamente, todo o processo de seleção era cuidadosamente analisado pelo diretor e pelo secretário, com o apoio de uma comissão nomeada de professores que tinha como critérios: o tema, em vez dos autores, a atualidade, o estado físico e a autenticidade da obra e o valor financeiro, já que a instituição dispunha de pouca verba (RIO DE JANEIRO, 1874). O acervo também possuía (como apoio) os catálogos enviados à Aiba por livreiros estabelecidos no Brasil e na Europa.

Taunay e Porto-alegre, como diretores da instituição, tiveram o privilégio de serem os responsáveis pela aquisição das primeiras obras a fazer parte do acervo da biblioteca. Elas serviram de apoio e de base para futuras aquisições durante a gestão de outros diretores que viriam a administrar a Aiba. Dessa forma, podemos denominá-lo de acervo-base, por identificarmos nele seu período fundador. Foi constituído, especialmente, com o objetivo de apoiar o ensino de Artes dos primeiros alunos da Academia. Quando consideramos as ações de Taunay e Porto-alegre no período em que estiveram à frente da Aiba, bem como de todos os envolvidos no processo de aquisição de obras nesse período, constatamos que a preocupação era a de formar um acervo atualizado. Confirmamos esse fato ao observar o processo de doação do livro *Lês galeries publiques de l'Europe* em 1857. De Paris, José Marques Lisboa, inspetor inistente das Obras Públicas, envia a obra para o diretor Porto-alegre, além de sugerir com recomendações para que fosse incorporada à Biblioteca da Aiba, já que essa tinha grande aceitação na Europa:

Preveço-me para pedir-lhe um favor de colocar na Livraria da nossa Imperial Academia um exemplar, (V. S^a recebê-lo-há com este Officio) de uma *recente publicação* (grifo da autora) [...] que tem aqui tido mais lisonjeira aceitação. (RIO DE JANEIRO, 1857).

Além da notícia de livros que eram de importância para o ensino de Artes na Europa, era costume o Ministério dos Negócios do Império enviar à biblioteca impressos que continham documentos e notícias atuais e relevantes sobre as Belas Artes em diferentes Estados da Europa (RIO DE JANEIRO, 1877). Apesar das dificuldades pelas quais passou a Academia, notamos o esforço por parte de Taunay no que diz respeito às aquisições. De acordo com ofício ao Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu, Taunay declara estar “desejando aumentar a sua nascente Biblioteca, em que já entrarão diversas obras compradas com as economias das prestações trimestrais, ou oferecidas por vários Lentes” (RIO DE JANEIRO, 1836). Segundo Gomes Junior (2008), se o francês e o italiano eram na época as “línguas gerais” dos artistas, havia, no entanto, indícios de que os jovens alunos as desconheciam. Taunay, enquanto diretor da Aiba, além de traduzir diversas obras, cuidou, desde o tempo em que exerceu o cargo de secretário, de organizar e tornar útil o acervo da Biblioteca. Eis a origem do empenho do diretor em tornar acessível parte desta Literatura por meio da tradução de alguns livros considerados estratégicos para o ensino.

Colaborando para que o ensino de artes fosse bem-sucedido, ele traduziu do inglês *Arte de pintar a óleo conforme prática de Bardwell*¹⁴, baseada no estudo e na imitação dos primeiros mestres das escolas italiana, inglesa e flamenga. Diante das características observadas, pressupomos que esse livro tenha sido a primeira tradução do inglês de uma obra de Artes, cujo conteúdo apresenta-se importante para o ensino de pintura por conter técnicas de uso de diversos materiais. Foram impressos cinquenta exemplares, com a finalidade de suprir as necessidades dos alunos em toda província (RIO DE JANEIRO, 4419, 1836). Essas edições da Academia no Rio de Janeiro buscavam não só oferecer recursos para os seus próprios trabalhos internos, mas também fornecer subsídios para outras instituições, como é apontado em seu prefácio:

A Academia entende assim preencher, como estabelecimento central, um dos fins de sua existência, procurando, debaixo da aprovação do Governo, espalhar elementos de instrução capazes de despertar o gênio em qualquer parte em que se acha, e por ele promover o renome nacional na cultura das Artes. (TAUNAY, 1836 apud GALVÃO, 1968, p. 141-142).

Outra contribuição de Taunay foi a organização de um catálogo manuscrito, datado de 1846. As páginas do documento contêm sua rubrica pessoal, cujo nome é Elementos do Catálogo da Biblioteca (89 títulos), com diversos volumes. Segundo informações deste catálogo, observamos

14. Tradução da 13ª edição em inglês de 1832, *The practice of painting and perspective made easy*. Londres: S. Richardson, 1756.

que a primeira obra a fazer parte do acervo constituiu oferta preciosa do Imperador d. Pedro I: *Le Musée Français*, do ano de 1803, de acordo com Gomes Junior (2007), “versão em papel do Museu Napoleão”. Esse livro pertencia à biblioteca do seu pai d. João VI. A magnitude da obra em questão foi observada, ao longo da pesquisa, pelas diversas citações da mesma, constatando seu valor, sua procedência, utilidade e riqueza de imagens. É uma obra considerada singular entre os teóricos das Artes, que apontam sua importância para o conhecimento artístico e cultural dos alunos da época. No discurso que pronunciou aos membros da Academia Real de Belas Artes de Paris, ao apresentar as obras vindas da Itália, Denon¹⁵ faz referência ao documento:

[...] um catálogo criterioso que acaba de ser realizado, que tem a dupla finalidade de servir de arquivo para as artes e de ser a história completa do museu Napoleão. Os esclarecidos conservadores desse Museu foram encarregados de sua execução e, antes de mais nada, é para mim uma glória que essa obra importante tenha sido empreendida e finalizada durante o tempo de minha direção. (GOMES JUNIOR, 2007).

O discurso de Taunay era político e doutrinário, visava à glória nacional, projeto ao qual os artistas acreditavam ser de grande utilidade e deveria ser aproveitado pela associação política. Taunay pedia a presença do Imperador nas dependências da Aiba, pois isso exaltava a ambição dos mestres e alunos (MANTOVANI, 2008). Na solenidade do dia 12 de dezembro de 1840, em que comparecia d. Pedro II, Felix Taunay lhe diz:

Senhor! São as Belas Artes instrumentos de civilização e de glória; e, como tais, elas, não menos que as ciências e as letras, merecem proteção aos soberanos, nem tão pouco se pode dizer que no Rio de Janeiro elas se achem em estado de desamparo e orfandade. (SANTOS, 1996, p. 133).

Diversos discursos corroboram com o fato de que Taunay era um diretor que agia em prol do desenvolvimento do acervo da crescente biblioteca, que deveria atender às demandas do currículo da Academia e refletir sua ideologia política e social. Como considera Sônia Gomes Pereira, em entrevista concedida a esta pesquisadora, “A constituição da Nação, na década de 1830, foi formada por uma geração que teve grande influência neste processo” (PEREIRA, 2014). Essa geração foi constituída por políticos, historiadores e escritores, que muito contribuíram para a reunião do acervo da Biblioteca da

15. Jean-Dominique Vivant Denon, diretor do Museu do Louvre em 1803.

Aiba. No ofício de 29 de junho de 1834, Taunay solicita a doação de tratados relativos às artes que se achassem na biblioteca pública, assim como a coleção ou parte da coleção de retratos, desenhos e peças notáveis das diferentes Galerias e Museus da Europa, a que alude o Relatório (RIO DE JANEIRO, 1833-1843, p. 41).

Por diversas vezes, em seus discursos de abertura dos anos letivos, Taunay mencionava a biblioteca que se formava, para seu orgulho e satisfação. No ano de 1835, referia-se ao Ministro de Estado, Sr. Joaquim Vieira da Silva e Souza, como um homem “atento à formação da nossa bibliotheca e às suas ações para conseguir da Biblioteca Pública a remessa de exemplares de livros de arte que nela existissem em duplicata” (RIO DE JANEIRO, 1831-1841, p. 116). No ano seguinte, em discurso para alunos e membros da congregação, elogia o andamento da Academia em relação aos discentes, não deixando de mencionar a biblioteca, inclusive identificando a sua missão:

Assim se deu principio à bibliotheca, a qual não só nos proporcionará facilidades de estudo e iniciar-vos há na historia das Artes, más também vos será ainda mais útil, porque hé publica; porque com o andar dos tempos tornara geraes certos conhecimentos necessários para julgar as produções dos artistas. (RIO DE JANEIRO, 1831-1841, p. 129).

Como podemos constatar no discurso acima, Taunay ambicionava constituir uma biblioteca útil e patriótica, que fosse um instrumento benéfico para o desenvolvimento das artes e a definitiva formação da identidade cultural do Brasil. Os alunos da Academia seriam os primeiros, com ensino acadêmico, a representarem a arte nacional. No ofício de 22 de abril de 1835, Taunay solicita à Biblioteca Pública da Corte o envio, pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Império, de uma coleção completa da *Flora Fluminensis*, enfatizando a necessidade da doação de exemplares relativos às Belas Artes em duplicata (RIO DE JANEIRO, 1835). Ele justifica seu pedido afirmando que essas obras eram de “utilidade nacional”. Atendendo à solicitação desse pedido, verificamos que, além da *Flora Fluminensis*, outras obras são enviadas à Aiba pela Biblioteca Nacional e Pública: *Portraits de tous les souverains de l’Europe et des hommes illustres modernes*, *Architecture toscane*, *El primo libro d’Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese* e *Perspectiva pictorum* (RIO DE JANEIRO, 1835).

Felix Emilio Taunay sobressaiu, como diretor, pela firmeza com que defendia a Academia e também a biblioteca, realizando, dentro do possível, os desejos e necessidades da instituição. Com o fim da sua gestão na Aiba, Job Justino d’ Alcântara assume o cargo interinamente, até a chegada de Manuel de Araújo Porto-alegre.

Em meados do século XIX, com o desenvolvimento do nacionalismo, estados, cidades e províncias, através de associações privadas ou não, manifestaram o desejo de erguer museus, monumentos e bibliotecas para identificar suas histórias locais ou nacionais, e preservar sua memória. Segundo Fernandes (1996, p. 152), foi diante dessas circunstâncias que Porto-alegre implantou a Reforma Pedreira, que ficou conhecida pelo nome do então Ministro do Império da época: Luiz Pedreira de Couto Ferraz, em um projeto que teve como base suas ideias pessoais e os anseios do Imperador. Em 4 de agosto de 1853, d. Pedro II convida Porto-alegre para assumir a direção da Aiba, ressaltando seu desejo de implementar uma reforma radical no ensino da Academia. Segundo as palavras do Imperador:

O Senhor tem uma cabeça ativa e inteligente; é um homem laborioso e patriota, e eu invoco o seu patriotismo nesse meu pedido. Escreva-me o quanto antes as suas ideias, que tenho pressa de que passe o quanto antes nas Câmaras esta reforma. (GALVÃO, 1959, p. 20).

A Reforma Pedreira instaurada por Porto-alegre em 1855 foi um marco no ensino da Aiba. A inclusão de novas disciplinas, a valorização dos cursos técnicos e de uma formação mais ampla e profunda dos estudantes influenciaram, inclusive, nas aquisições de novas obras que passariam a fazer parte do acervo da biblioteca (GONÇALVES, 2010). Segundo Squeff (2000), aquela que seja “talvez o projeto cultural mais ambicioso do Império” buscava modificar a realidade dos cursos superiores e academias mantidos pelo governo central, que careciam de estatutos e regras internas minuciosas. Porto-alegre retomou algumas propostas iniciais de Lebreton, como a reforma no ensino das Belas Artes.

Diferentemente de Taunay, que incentivava a criação de cadeiras de História das Belas Artes e de Teoria da Composição Artística como a melhor forma de preparar os alunos, Porto-alegre achava que o mais importante era o ensino de Desenho, com ministração de aulas de Anatomia e de Perspectiva das Sombras e dos Modelados. Apoiado no novo método de ensino, criaria os cursos técnicos e, conseqüentemente, surgiram novas cadeiras: Matemáticas Aplicadas e Perspectiva para os Jovens Artistas e também as de Desenho Geométrico e Desenho e Escultura de Ornatos para os Industriais (GALVÃO, 1959, p. 98). Porto-alegre, além de reorganizar e enriquecer a Biblioteca da Aiba, instalou-a dignamente em uma sala especial, com decorações de Leon Grandjean Pallière. Suas ideias, ao assumir a direção da Aiba eram patrióticas, como eram as de Taunay. Seu desejo era cuidar do ensino e estabelecer-lhe uma base permanente e mais progressiva, substituir o método imitativo pelo método racional, fazer criadores ao invés de

copistas. “Nacionalizar a arte, pois a natureza brasileira pedia intérpretes” (LOBO, 1945, p. 28).

Sua preocupação com o acervo da Biblioteca demonstra que ele tinha a consciência de que sem livros jamais poderiam ser colocados em prática todos os seus projetos em relação à reforma do ensino que almejava para a Academia, pois já havia traçado anteriormente um diagnóstico da Biblioteca. Porto-alegre afirma, em carta ao Imperador:

Para completar o ilustrado pensamento de V. Exa. na concessão que fêz a esta Academia de um bom número de obras clássicas tão preciosas pelo seu valor e raridade para o estudo e desenvolvimento dos artistas, tenho a honra de propor a V. Exc. a criação de uma Biblioteca especial nessa Academia a fim de que os mestres, discípulos e amadores aí encontrem o que a pobreza os impede de adquirir, e mesmo a incompatibilidade das horas de serviço no ensino e no estudo; tanto mais que o nosso país ainda é pouco rico de bons livros darte mormente os que se têm publicado de há quarenta anos a esta parte. Apesar de que seja limitado o número de obras especiais que possui a Academia, há contudo atualmente algumas muito preciosas, sobressaindo entre elas a magnífica coleção de Piranesi, devida a proteção e luzes de V. Exc. (RIO DE JANEIRO, 1855 apud GALVÃO, 1959, p. 61-62).

Observamos que as reivindicações de Porto-alegre, quanto ao aumento do acervo da Biblioteca, são baseadas na nova concepção de ensino. A complementação do acervo visava atender a necessidade do novo ensino proposto por ele (DUQUE ESTRADA, 1995 apud GOMES JUNIOR, 2008, p. 113). Diversas obras da coleção particular de Porto-alegre foram doadas para a biblioteca.

Para auxiliar esta ideia já escolhi nas minhas coleções mais de duzentos exemplares que pretendo oferecer à Academia. Estas coleções serão de um preço incalculável no futuro [...]. Destas [referindo-se às estampas] tenho mais de mil para ofertá-las à Academia, assim como alguns desenhos originais de grandes mestres que terão mais valor no estabelecimento do que em minha casa depois da minha morte. (GALVÃO, 1959, p. 65).

Os ofícios enviados ao Governo por Porto-alegre apontam o Imperador como criador e protetor da Biblioteca da Aiba, além de demonstrar seu apoio a outras instituições culturais do Rio de Janeiro, como a Biblioteca Pública. Este fato é de grande importância para a história da Biblioteca da Academia, pois o apoio de d. Pedro II e os talentos de Porto-alegre, inclusive as ideias inovadoras que trouxe da Europa, contribuíram para o seu efetivo

desenvolvimento. Apoiado pelo governo, o diretor recebia cinco mil réis para realizar seus projetos na instituição, uma quantia expressiva para o período. Segundo Angela Luz¹⁶ (2005, p. 69):

É nessa época que ele investiu na aquisição de livros especializados, ilustrados com estampas que poderiam oferecer subsídios aos estudantes de artes, dando uma nova configuração à Biblioteca que passou a ter um catálogo, primeiro esforço de documentação de suas obras.

Nessa época, foram acrescentados à biblioteca livros mais técnicos, gravuras de fauna e flora nacionais para conhecimento dos espécimes da natureza nacional, obras literárias sobre o estudo do corpo humano, fundamentais para a pintura histórica, e poemas que refletiam uma ação civilizadora (CASTRO, 2007). Fora dos padrões da Academia temos artífices, artesãos, vocação para a arte e uma infância da humanidade, reconhecidas por Porto-alegre de forma pragmática dentro da evolução da História Universal e de cunho inferior diante da tradição que faz parte da sua formação. Ele reconhece a necessidade desse tipo de mão de obra dentro da sociedade, mas não aceita a sua recorrência e propõe que esses profissionais também tomem aulas na Academia, ou sigam as orientações de artistas formados por essa, para que os seus trabalhos apresentem progresso nos âmbitos material e estético (FERRARI, 2009).

Uma de suas contribuições para o acervo consistiu em organizar uma coleção de desenhos, estampas e estudos, dentre as quais destacamos as estampas de Albrecht Dürer, retratos históricos de todos os povos brasileiros, estampas gravadas e litografadas no país, desenhos originais de brasileiros ou sobre o Brasil, estudos sobre os motivos indígenas, usos e costumes das províncias, flores e animais do Brasil, além da obra *Methodo das proporções e anatomia do corpo humano: dedicado a mocidade estudiosa que se aplica as artes do dezenho*, por Francisco Rodrigues, no ano de 1836.

O diretor possuía um forte desejo de que a Biblioteca da Aiba cumprisse o seu papel social, ao inserir os seus alunos na sociedade. Ele costumava afirmar que “[...] O aluno que nasceu para as artes no ano de 1855 será sempre um homem útil à sociedade e respeitado por ela, porque recebeu a base de uma educação sólida, e com ela a segurança de seu futuro” (RIO DE JANEIRO, 1855). Ao assumir o cargo no ano de 1854, e promover no ano seguinte a chamada Reforma Pedreira, Porto-alegre deixou nítidas suas intenções progressistas e renovadoras. Sua completa divergência de pontos de vista, percebida nas cartas endereçadas a Felix Emilio Taunay (GALVÃO, 1959, p. 15),

16. Diretora da EBA no período de 2002 a 2010.

contudo, não interfere negativamente na direção da biblioteca. Notamos que os serviços implantados pelo diretor em relação ao desenvolvimento do acervo foram continuados por seu sucessor. Apesar das diferenças pessoais que existiam entre esses dois grandes homens, a biblioteca foi um ponto em comum entre eles.

Considerações finais

O acervo constituído tornou possível viabilizar o ensino de artes no Brasil. A Biblioteca da Aiba difundia a cultura, além de servir como um espaço de sociabilidade. A política de aquisição do acervo foi bem-sucedida, a instituição investiu na aquisição e no incentivo à doação de obras de interesse à formação do artista, tendo como selecionadores os diretores e secretários, principalmente Taunay e Porto-alegre que se destacam em todo o processo de formação do acervo. As comissões de professores proporcionaram um efeito positivo, já que os professores nomeados eram profundos conhecedores da área. O modelo de ensino utilizado pela Academia, com o suporte de uma biblioteca atualizada e competente, mesmo para os padrões europeus da época, trouxe resultados tão eficientes que modificou toda uma geração de artistas. A biblioteca como instrumento de civilização e valorização dos cursos técnicos proporcionou homens úteis à sociedade e respeitados por ela.

A Biblioteca da Aiba foi privilegiada por ter sido constituída em um momento da construção da nação. As aulas ministradas pelos grandes mestres que formaram a primeira geração de artistas, e que tinham como material de apoio o seletivo acervo da instituição, foram fundamentais para o seu sucesso profissional. Ao terem contato com as obras didáticas, essas pessoas tiveram suas trajetórias de vida afetadas de forma positiva. Superaram seus limites, como a pobreza e a falta do conhecimento de outras línguas, principalmente a francesa, tornando-se artistas de renome e mestres na própria Aiba. O legado desses alunos e mestres formados pela Academia aos seus discípulos deixou um lastro para toda a sociedade da época.

Fica evidente que o acervo contribuiu na formação dos artistas que desenvolveram técnicas e habilidades na Aiba. Ao abordarmos a história da Biblioteca da Academia, por consequência, temos a visão de uma parte da própria história do Brasil. Era uma geração comprometida com a independência, desse modo, seus dirigentes trouxeram a cultura europeia para o Brasil através dos livros, possibilitando que a Academia se tornasse capaz de formar artistas e representar o Brasil por meio da arte.

Referências

- CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1983.
- CASTRO, Isis Pimentel de. *Os pintores de história: a relação entre arte e história nas telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles*. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DIAS, Elaine. *Paisagem e academia: Felix Émile Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- FERNANDES, Cybele Vidal Neto. A Reforma Pedreira de 1855 na Aiba e sua relação com o panorama internacional do ensino nas academias de arte. SEMINÁRIO EBA 180 anos, 1996, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 1996. p. 147-156.
- FERRARI, Paula. *Manoel Araújo Porto-alegre: reflexões sobre o historiador*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- GALVÃO, Alfredo (org.). Felix Emílio Taunay e a Academia das Belas-Artes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 141-142, 1968.
- GALVÃO, Alfredo. Manuel de Araujo Pôrto-Alegre: sua influência na Academia Imperial das Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, p. 61-62, 1959.
- GODOY, Rosani Parada. *Processos de formação do acervo da Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes e seu uso como material didático (1834-1857)*. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GOMES JÚNIOR, G. S. Biblioteca de arte. Circulação internacional de modelos de formação. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 81, jul. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000200012>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- GOMES JÚNIOR, G. S. Le musée français: guerras napoleônicas, coleções artísticas e o longínquo destino de um livro. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2007.
- GONÇALVES, Denise. Modelos para o ensino de arquitetura: a coleção de obras raras do Museu D. João VI. In: MALTA, Marize (org.). *O ensino artístico, a história da arte e o museu D. João VI*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010. p. 44-50.
- LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Pôrto-Alegre*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. (Nossos Grandes Mortos, 3).
- LUZ, Angela Ancora. A Escola de Belas Artes – uma história da arte. *Arquivos da Escola de Belas Artes*, Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, p.71-91, 1999.

- LUZ, Angela Ancora. *Uma breve história dos salões de arte: da Europa ao Brasil*. Rio de Janeiro: Caligrama, 2005.
- MALTA, M. Aprender a ver: modelos para o decorativo nas Obras Raras do Museu D. João VI. COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 31, 2011, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- MANTOVANI, Rafael. Caramuru: uma ferramenta de nacionalismo. *Revista Letra Magna*, ano 4, n. 8, jan./jul. 2008. Disponível em: <http://www.letramagna.com/caramurui.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2014.
- MORALES DE LOS RÍOS FILHO, Adolfo. *O ensino artístico: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- PEREIRA, Sônia Gomes. *A arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 13-15.
- PEREIRA, Sônia Gomes. A influência da tratadística europeia na arte brasileira: o caso da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. *Revista População e Sociedade: a Matriz Italiana na Arte Luso-brasileira*, n. 19, p. 94-103, 2011.
- PEREIRA, Sônia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX. *Revista IEB*, São Paulo, n. 54, p. 87-106, set.-mar. 2012. Disponível em: www.revistas.usp.br/rieb/article/download/49114/53192. Acesso em 4 fev. 2015.
- PEREIRA, Sônia Gomes. *Sônia Gomes Pereira: depoimento* [nov. 2014]. Entrevistador: Rosani Godoy. Rio de Janeiro, 2014. Entrevista concedida à pesquisa de dissertação.
- RIO DE JANEIRO. Decreto 12 de agosto de 1816. *Coleção Leis do Império*, p. 77. v. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39494-12-agosto-1816-569795-publicacaooriginal-93002-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ata 6.124, 1833-1843. Assunto: Correspondências recebidas. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=>. Acesso em: 7 fev. 2013.
- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ata 6.150, 1831-1841. Assunto: Reformas dos Estatutos da Academia e ofícios das reuniões de congregação. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=>. Acesso em: 7 fev. 2013.
- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ofício 602, 27 de setembro 1855. Assunto: Ata da segunda sessão. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=4438>. Acesso em: 5 out. 2013.
- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ofício 4.382, 8 de maio 1877. Assunto: Notícias da Europa. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ofício 4.418, 28 de abril de 1835. Assunto: Relação de obras. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=>. Acesso em: 5 out. 2013.

- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ofício 4.434, 30 de agosto de 1865. Assunto: Minuta de compra de livros para a biblioteca com relação de livros. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=4438>. Acesso em: 3 set. 2013.
- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ofício 4.453, 24 de outubro de 1874. Assunto: Parecer. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=>. Acesso em: 15 out. 2013.
- RIO DE JANEIRO. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ofício 4.920, 22 de dezembro de 1857. Assunto: Ofício de José Marques Lisboa, inspetor intendente das Obras Públicas, ao diretor da Academia, remetendo o abono de aproveitamento do pensionista Vítor Meireles de Lima, e comunicando a remessa da publicação *Les Galeries Publiques de l'Europe*. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaoVI&pasta=Avulsos&pesq=4438>. Acesso em: 11 dez. 2014.
- SANTOS, Carlos Marques dos. A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império. *180 anos de Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: EBA, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SQUEFF, Letícia Coelho. A reforma pedreira na academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista. *Cadernos Cedes*, ano 20, n. 51, p. 03-118, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a08v2051.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- TAUNAY, A. E. A Missão artística de 1816. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 1911, Parte I.
- THIESEN, Icléia. *Memória institucional*. João Pessoa: UFPB, 2013.
- UZEDA, H. C. *O ensino de arquitetura no contexto da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro: 1826-1889*. 2000. 268 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

Preservação da memória bibliográfica do parlamento brasileiro: o caso da Biblioteca do Senado

Cláudia Coimbra Diniz

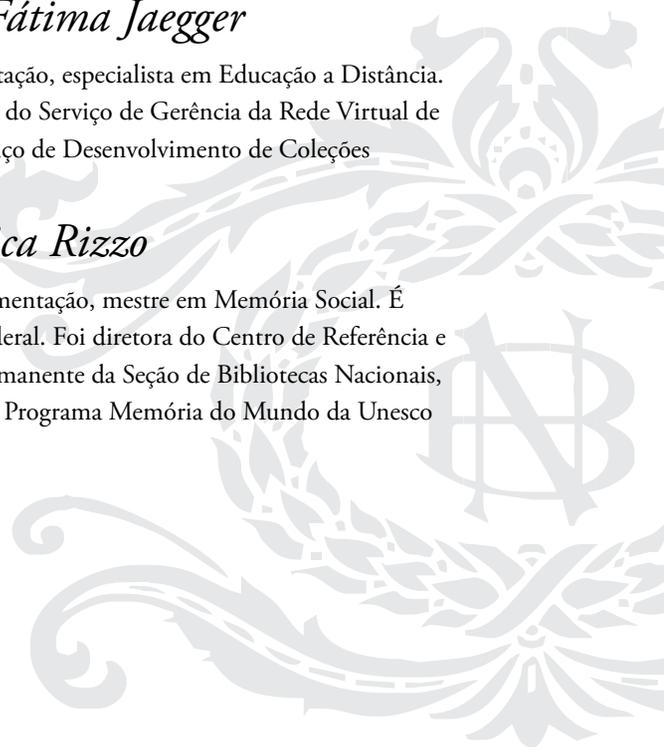
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação e pós-graduada em Gestão de Bibliotecas Públicas. Bibliotecária do Senado Federal, chefe do Serviço de Processamento de Livros

Maria de Fátima Jaegger

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, especialista em Educação a Distância. Foi bibliotecária do Senado Federal, chefe do Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) e chefe do Serviço de Desenvolvimento de Coleções

Mônica Rizzo

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, mestre em Memória Social. É coordenadora da Biblioteca do Senado Federal. Foi diretora do Centro de Referência e Difusão da FBN, membro do Comitê Permanente da Seção de Bibliotecas Nacionais, IFLA e do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco





Resumo

A elaboração da publicação comemorativa dos 190 anos do Senado Federal, com foco na memória institucional a partir do acervo da Biblioteca do Senado, alertou a equipe para a necessidade de revisão dos critérios de guarda e descarte de coleções. O presente trabalho apresenta o papel das bibliotecas parlamentares no contexto de salvaguarda da memória bibliográfica nacional. Resume a história da Biblioteca do Senado Federal, bem como detalha sua missão e público-alvo. Define o escopo da coleção e descreve sua formação desde o ano de 1826 até a atualidade. Explicita a política de desenvolvimento de coleções, com ênfase no depósito legal e nos critérios de raridade, que respaldam a formação de coleção da memória institucional. Analisa práticas já adotadas no tratamento do acervo e a política de desenvolvimento de coleções de instituições congêneres a fim de fundamentar a necessidade de adequação e revisão dos critérios de preservação do acervo da Biblioteca do Senado Federal segundo o seu perfil institucional.

Palavras-chave: Biblioteca Parlamentar. Acervo raro. Critérios de raridade. Desenvolvimento de coleções. Memória institucional. Política de preservação. Senado Federal do Brasil.

Abstract

The making of a commemorative publication for the 190 years of the Brazilian Federal Senate focusing on institutional memory based on the Senate Library's collection alerted the staff to the need of reviewing the selection and collection development criteria. The present work presents the role of parliamentary libraries in the context of national bibliographic memory. It summarizes the history of the Senate Library and details its mission and audience. It also defines the scope of the collection and describes its growth from 1826 up to today. It explains the collection's development policy with an emphasis on legal deposit and rarity criteria, which support the formation of the institutional memory collection. It analyzes practices already adopted for collection development policy in order to substantiate the need for revision of the criteria for preserving the collection.

Keywords: Parliamentary Library. Rare collection. Rarity criteria. Collection development. Institutional memory. Preservation policy. Federal Senate of Brazil.



Introdução

O texto pretende registrar, em linhas breves, a memória da Biblioteca do Senado Federal e da formação de seu acervo raro, que se confunde com a própria formação da instituição. Analisará sua política de desenvolvimento de coleções, para repensar as ações e medidas necessárias em relação ao acervo raro, além de propor modificações e avanços na atual política, em especial relacionadas aos critérios de raridade. O tema “Preservação da Memória do Parlamento Brasileiro: o caso da Biblioteca do Senado” reflete a preocupação dos bibliotecários com o patrimônio bibliográfico nacional, fato que exigirá políticas de desenvolvimento de coleções e de preservação para o acervo raro cada vez mais criteriosas e definidas, a fim de possibilitar a preservação da memória brasileira.

Resumo histórico da Biblioteca do Senado

A história da Biblioteca do Senado remonta a 18 de maio de 1826, no Primeiro Reinado, quando surgiu, por parte dos parlamentares da recém-criada casa legislativa, a ideia de criação de uma “livraria” para auxiliá-los nos trabalhos. Ela foi instalada inicialmente no Palácio Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro, transferindo-se para o Paço do Senado, no edifício anexo, no final do século XIX. Era administrada por um primeiro oficial e um contínuo. “Em 19 de dezembro de 1898, Luiz de Andrade foi nomeado o primeiro bibliotecário da Casa, acumulando ainda as funções de arquivista [...]” (BRASIL, 2006, p. 34). A dissociação entre biblioteca e arquivo ocorreu no ano de 1909, no entanto, a Biblioteca do Senado conserva até hoje, em seu acervo raro, documentos oriundos do Arquivo do Senado do Império (relatórios, pareceres, atas da mesa e sinopses de trabalhos da Casa, entre outros). Em 1925, o Senado Federal e a Biblioteca passaram a ocupar o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. É importante mencionar que durante os períodos de fechamento do Congresso, entre os anos de 1930 e 1934 e de 1937 a 1946, o local foi ocupado pelo Ministério da Justiça, que manteve o acervo do Senado sob a sua guarda. Com a reabertura dos trabalhos da casa legislativa, em 1946, todo o acervo começou a ser tombado (BRASIL, 2006, p. 21-39).

Em agosto de 1960, em razão da mudança da capital para Brasília, a biblioteca foi novamente transferida, ocupando quatro andares do Anexo I do Palácio do Congresso (prédio em forma de “H” que se destaca na paisagem da Esplanada dos Ministérios). Em 1972, com o aumento da coleção e em virtude do peso sobre a estrutura do edifício, ela foi alocada no espaço destinado anteriormente ao almoxarifado da Casa, local em que se encontra desde então.

Após ampla reforma das instalações, realizada em 1979, a Mesa do Senado homenageou o Presidente do Senado daquele período, passando a chamá-la de Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho (BRASIL, 2006, p. 40-48).

A automação da biblioteca teve início em 1972. No ano de 1975, foi criada a Rede Sabi de bibliotecas, projeto conjunto do então Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) e da Biblioteca. É emblemática a declaração do então Senador Petrônio Portella:

Meu sonho é catalogar os livros de todas as bibliotecas de Brasília no Centro de Processamento de Dados do Senado, de modo que ele indique onde se pode encontrar informação sobre qualquer assunto, da cibernética ao Gênesis, aqui na capital. (PORTELLA, 1976).

A rede cooperativa, existente desde então, agrega atualmente 12 bibliotecas institucionais de órgãos federais, sediadas em Brasília, e do Distrito Federal. No ano de 2000, o conglomerado evoluiu para a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), sempre sob a gerência da Biblioteca do Senado. Anteriormente, em 1986, a pedido do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD) passou a ser elaborada e editada pela Biblioteca do Senado, e é mantida até hoje virtualmente, sendo atualizada em tempo real. Em 2006, foi criada a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF). A história da Biblioteca do Senado é contada em detalhes, acompanhada das fontes, no livro *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva: 1826-2006* (BRASIL, 2006).

Bibliotecas parlamentares: conceitos gerais

Na obra *Guidelines for legislative libraries*, da série *IFLA Publications*, Keith Cuninghame (2009, p. 20-22) define, em linhas gerais, uma biblioteca parlamentar como uma biblioteca especializada, na medida em que seus serviços são dirigidos a uma clientela específica – os parlamentares e seus auxiliares. Entretanto, o acervo de uma biblioteca parlamentar tem abrangência temática universal, diferentemente de outras instituições especializadas nas quais o público-alvo e acervo estão circunscritos a um determinado campo do conhecimento. Para que o processo legislativo seja desenvolvido adequadamente, é imprescindível proporcionar aos parlamentares acesso à informação confiável, independente e relevante em todos os temas possíveis, a fim de espelhar as necessidades de elaboração de leis, supervisão de atos do Poder Executivo e aprovação de tratados, entre outras atribuições do Poder Legislativo (CUNINGHAME, 2009, p. 9-19).

O caso da Biblioteca do Senado Brasileiro

A missão da Biblioteca do Senado Federal é “fornecer o suporte informacional necessário às atividades desenvolvidas no âmbito do Senado e do Congresso Nacional”. A instituição acumula outras funções além dessa missão prioritária e, enquanto outras bibliotecas parlamentares estão voltadas exclusivamente para seus públicos-alvo, o modelo brasileiro prevê a ampliação do atendimento para toda a sociedade, conforme definição do Regulamento Administrativo do Senado Federal:

VII – Coordenação de Biblioteca, à qual compete fornecer o suporte informacional aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Senado Federal; manter o acervo atualizado; promover a participação da Biblioteca do Senado Federal em redes nacionais e internacionais de bibliotecas; supervisionar a divulgação de serviços e produtos da Biblioteca na internet e nas redes sociais; coordenar os eventos culturais sediados na Biblioteca; possibilitar a todo cidadão o acesso ao acervo e aos documentos multimídia disponíveis na Biblioteca; planejar e supervisionar as atividades relativas aos setores de pesquisa e recuperação de informações bibliográficas; estabelecer, e avaliar periodicamente o padrão da linguagem documental das bibliotecas da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI; supervisionar a execução do processamento técnico de informações bibliográficas; gerenciar a RVBI e a Biblioteca técnica de informática e executar tarefas correlatas, com as seguintes unidades subordinadas: [...]. (BRASIL, 2015, p. [154-155]).

As soluções encontradas pela Biblioteca do Senado para lidar com o paradoxo parlamentar-público e não perder o foco em sua missão foram:

- Manter um portal que disponibiliza virtualmente o catálogo de livros e periódicos da RVBI;
- Disponibilizar, da mesma forma, a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), que possui títulos em texto integral de publicações editadas pelo Senado, obras do acervo raro, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos, perfazendo, atualmente, cerca de 280 mil documentos;
- Fazer a gestão do seu conhecimento e do conhecimento da RVBI, editando publicações técnicas úteis ao Senado e a outras bibliotecas, como: *Diretrizes para construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI (2007)*; *Vocabulário Controlado Básico: VCB*; *Análise e representação de assuntos: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI (2007)*; *Descrição bibliográfica: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI (2011)*; *Catálogo de obras raras e valiosas da Coleção Luiz Viana Filho*

(BRASIL, 2011a) e *Fontes Seleccionadas para Pesquisa e Estudo de Obras Raras e Valiosas* (DINIZ, 2012).

A formação da Coleção da Biblioteca do Senado e do acervo raro

Em 1826, quando da criação da “Livraria” do Senado, coube ao visconde de Barbacena e aos barões de Cairu e de Alcântara a preparação da primeira lista de livros de apoio à atividade legislativa. É sabido que a relação devia ser composta de leis e doutrinas legais, nacionais e estrangeiras, além de outros textos em voga no período, no entanto não há registro dessa aquisição. O desenvolvimento do acervo foi praticamente irrisório nos 40 anos seguintes, não há registros sobre compras de coleções para a Biblioteca. As primeiras aquisições de que se tem notícia foram feitas em 1866, “na loja de livros de Antonio Gonçalves Guimarães et. C. &, estabelecida à Rua do Sabão” conforme consta na *Acta da Conferencia da Mesa do Senado*, de 5 de novembro (BRASIL, 1866, p. 85-87 apud BRASIL, 2006, p. 26). O visconde de Abaeté, presidente do Senado à época, determinou a compra, naquele mesmo ano, de 39 livros e doou 32 obras em 57 volumes para o acervo, que passou a contar com 155 volumes. Contribuíram ainda, naquele período, alguns senadores como José da Silva Mafra, Angelo Thomaz do Amaral, Melchior Carneiro de Mendonça Franco e Quintino Bocaiuva, entre outros. Há também dois registros da elaboração de um catálogo das obras da Biblioteca, um feito em 1869 e outro no ano de 1884, mas o que chegou aos dias atuais data de 1898, tendo sido compilado por Raul Villa-Lobos (BRASIL, 2006, p. 21-33).

Em 1895, durante a presidência de Manuel Vitorino Pereira, a coleção contava com 4.262 volumes contendo livros e revistas recentemente adquiridos para que fossem reunidos ao acervo de Anais das duas Casas (Câmara e Senado), além de relatórios, coleções de leis e pareceres da Mesa e do Conselho de Estado. No ano seguinte, já havia aumentado significativamente: perfazia o total de seis mil itens (BRASIL, 2006, p. 32) e, desde então, não parou de crescer, possuindo 518.984 volumes (levantamento feito em agosto de 2016). Podemos observar que no final do século XIX a coleção mantinha basicamente as mesmas tipologias documentais de sua criação. O acervo estrangeiro era comprado no exterior pelas embaixadas brasileiras. Teve início, naquele final de século, um intercâmbio com Senados de outros países. Consta, ainda, a existência de uma coleção rara de jornais antigos. Ao longo dos anos, o acervo se expandiu e se diversificou, principalmente no campo das Ciências Sociais, e engloba, atualmente, os mais variados assuntos, discutidos pelos senadores nas Comissões do Senado e do Congresso, além de

outros temas relevantes para os diversos órgãos da Casa. Cabe registrar que a coleção possui lacunas advindas do período de fechamento do Congresso na Era Vargas (BRASIL, 2006, p. 38-40). Posteriormente, foi feita alguma aquisição retrospectiva, mas os itens de pequena tiragem, de editoras comerciais e de instituições governamentais até hoje faltam no acervo. Códigos e demais legislações deste período são supridos via coleção de leis e revistas jurídicas. Fazem-se necessárias ações inéditas a fim de suprir as lacunas do acervo, tendo em vista a existência, atualmente, de outros recursos, como os tecnológicos, visando à sua complementação.

O acervo raro

O acervo raro recebeu uma sala própria para a sua guarda apenas em 1968, durante a gestão da bibliotecária Adélia Leite Coelho, que com o apoio do professor Rubens Borba de Moraes, da Universidade de Brasília, buscou e apartou da coleção geral os itens que deveriam constituir-lo (BRASIL, 2011b, p. 21). No ano de 1998, a Sala de Obras Raras passou a ter o nome de sua fundadora. A coleção foi posteriormente acrescida de outras publicações, haja vista que na falta de critério adequado, qualquer livro com data até 1900, nacional ou estrangeiro, era destinado àquele acervo.

Optou-se por privilegiar a preservação da memória brasileira. Hoje, a coleção contém 8.391 volumes, entre livros, revistas, jornais e mapas. Inclui também documentos institucionais como atas, relatórios e pareceres do Senado, documentos provenientes da atividade parlamentar e/ou produzidos pelos senadores (discursos, projetos e textos jurídicos, alguns sobre questões de limites), tratados, literatura, muitas revistas nacionais do século XIX e da primeira metade do século XX, livros, majoritariamente do século XIX, e uma coleção Brasileira. O idioma predominante do acervo é o português, ainda que possamos encontrar algumas publicações em latim, espanhol, alemão, francês, inglês e italiano.

As aquisições de material bibliográfico considerado raro ocorreram durante todo o século XX, tanto no Rio de Janeiro quanto em Brasília. No início, era feita principalmente de itens individuais, ofertados como demonstração por livreiros. Na década de 2000, tentou-se a compra de Obras Raras através de processo administrativo, sem sucesso. A morosidade dos processos de aquisição pela administração pública brasileira, em decorrência das exigências da legislação vigente, praticamente inviabilizam a aquisição de obras selecionadas e classificadas como raras disponíveis no mercado. Em virtude desse panorama, desde o final do século XX a compra de coleções particulares tem sido a forma pela qual o acervo raro da Biblioteca do Senado tem sido aumentado. Paulatinamente, as coletâneas particulares foram incorporadas por compra ou

doação ao acervo, dentre as quais se destacam a Coleção Paulo Figueiredo, a Coleção Renato Archer, a Coleção Lopes Trovão, a Coleção Luiz Viana Filho e a Coleção Vicente Machado. Outra forma de acréscimo ao acervo de obras raras tem sido a participação da instituição como sócia da Confraria dos Bibliófilos do Brasil, que edita periodicamente obras de raridade provocada, da qual o Senado brasileiro é o membro número 53.

Merece lugar de destaque a coleção particular do senador, escritor e bibliófilo Luiz Viana Filho, com quase 11 mil volumes. Ela foi negociada com a família no ano de 1997, após o falecimento do colecionador. Contém farta coleção Brasileira, que contempla de modo especial obras de cunho político e a respeito de questões relacionadas às fronteiras do país, além de inúmeros exemplares autografados pelos autores, em sua maioria brasileiros. Devido a sua relevância no contexto deste acervo, esta coleção conta com instalações de guarda exclusivas e já foi objeto de exposições e da publicação do *Catálogo de obras raras e valiosas da Coleção Luiz Viana Filho* (BRASIL, 2011a), contendo, no total, 275 livros raros ou valiosos. Destacam-se no acervo as obras de e sobre as personalidades estudadas pelo “príncipe dos nossos biógrafos” – alcunha conferida por Alceu Amoroso Lima (BRASIL, 2011a, p. 24) – como José de Alencar, barão do Rio Branco, Anísio Teixeira e Machado de Assis. Sua Machadiana tem como expoentes:

De Machado de Assis, considerado o maior romancista brasileiro, algumas obras valem menção: *Chrysalidas*, de 1864, estimada em 5 mil Reais, e a edição de 1948 de *O Alienista*, com 40 ilustrações de Cândido Portinari. Também valioso é o manuscrito do poema *O Casamento do Diabo*, que saiu publicado anonimamente na *Semana Ilustrada*, de 29 de março de 1863. (BRASIL, 2011a, p. 46).

A última aquisição significativa foi a da coleção dos periódicos raros do bibliófilo Vicente Machado, iniciada em 2011. O acervo estava sendo vendido pela empresa Armazém do Livro Usado LTDA. No ano de 2012, através de pregão eletrônico, foi contratada a empresa QRT Consultoria Soluções e Gerenciamento de Unidades de Informações para que elaborasse um diagnóstico e uma avaliação monetária dos periódicos. A empresa escolhida apresentou fichas, catálogo e relatório, nos quais foram identificados e avaliados 169 títulos dos séculos XIX e XX, perfazendo o total de 8.777 fascículos. A compra foi efetivada em 2013, enriquecendo substancialmente a coleção de periódicos raros da Biblioteca do Senado, além de complementar outras coleções. No acervo, destacam-se títulos nacionais como: *Revista Ilustrada* e *Dom Quixote*, ambos de autoria decriados por Angelo Agostini. Ainda merecem menção as obras *A vida fluminense*, *O mosquito*, *O malho*, *Revista da semana* e *Dom Quixote*, este criado em homenagem ao ilustre personagem de Cervantes e

publicado, entre os anos de 1917 e 1921 por Bastos Tigre, patrono da biblioteconomia brasileira. *A ilustração brasileira; A maçã; Para todos; Fon-Fon!; Cinelândia e Revista do rádio* são outra parcela deste acervo de obras, quase todas em bom estado de conservação e que a Biblioteca do Senado vem tratando e digitalizando recentemente.

A memória institucional do Senado

Após 1990, as publicações institucionais do Senado passaram a ser preservadas em coleção própria. Em seguida, graças à Resolução nº 66, de 1996 (BRASIL, 2006, p. 60; BRASIL, 2011b, p. 20-21), foi criado o depósito legal obrigatório. A formação da Coleção Depositária, que engloba todos os itens editados pela Casa, foi iniciada com a separação do acervo geral de pelo menos um exemplar das publicações impressas pelo Senado, com o objetivo de reunir todas as obras editadas pela Gráfica do Senado desde a sua criação em 1963. Atualmente, está sendo formado um acervo depositário no âmbito da Biblioteca Digital (repositório institucional), com o objetivo de atender à evolução dos processos de publicação no Senado que, muitas vezes, geram duas versões: uma impressa e outra eletrônica.

O tratamento do acervo

O acervo raro do Senado, assim como coleções antigas do Brasil, conheceu várias formas de catalogação descritiva adotadas nos séculos XIX e XX. O Senado elaborou seu primeiro catálogo no ano de 1898, que relaciona, alfabeticamente, livros, publicações periódicas, mapas, plantas e cartas geográficas, perfazendo o total de 3.359 itens. Sua confecção ficou a cargo do bibliotecário e escritor Raul Villa-Lobos, requisitado à Biblioteca Nacional. Segundo Villa-Lobos, a Biblioteca do Senado era, em sua especialidade, sem rival naquele tempo. Segundo o levantamento que foi feito na época, contava com 12.068 volumes, dos quais 9.490 encadernados, 985 brochados, 1.587 jornais, revistas e demais periódicos, além de 25 cartas e mapas convenientemente entelados. O projeto inicial consistia na organização de um catálogo em três volumes, um alfabético (pelo nome dos autores e das obras), um catálogo sistemático (pela Classificação de Dewey) e um digesto, ou o catálogo dos capítulos de cada obra, em ordem alfabética. Apenas o catálogo alfabético foi concluído (VILLA-LOBOS, 1898, p. III-XXVII).

A descrição bibliográfica das peças do acervo raro é realizada de acordo com a tradução brasileira da segunda edição do *Código de catalogação anglo-americano* (2004). O principal instrumento de trabalho da rede é o manual *Descrição bibliográfica: diretrizes para a rede virtual de bibliotecas* (2011),

publicado em folhas soltas atualizáveis. Organizado em campos estabelecidos pelo formato MARC 21, da *Library of Congress* (DESCRIZAÇÃO..., 2011, p. 11), e adotados na RVBI, contém espaços criados para atender a necessidades específicas de registro e recuperação da informação, sempre com muitos exemplos reais do catálogo coletivo. Quando necessário e pertinente, são mencionadas as regras do *Código de catalogação anglo-americano* (2004). Para o acervo raro, são adotadas algumas peculiaridades e/ou exceções como a inclusão de dimensões das obras, a indicação de fontes de raridade e a descrição detalhada de imagens e ilustrações em campo local.

A política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca e o acervo raro

No ano de 1997, com vistas a nortear a seleção e o descarte de obras do acervo, a Biblioteca, por meio da então Seção de Seleção e Registro de Material Bibliográfico, elaborou a primeira *Política de Seleção* (BRASIL, 1998) que serviu de base para muitas outras políticas que se espalharam pelas bibliotecas da RVBI. O texto primeiramente concebido previa a existência de uma comissão de seleção “constituída, basicamente, de servidores da Biblioteca e da Consultoria Legislativa” (BRASIL, 1998, p. 5) e não mencionava o acervo raro. Esse documento se identifica com as diretrizes delineadas por Magrill e Hickey (1984 apud VERGUEIRO, 1993, p. 4):

De uma maneira geral, o desenvolvimento de coleções irá incluir a avaliação das necessidades dos usuários, a avaliação da coleção atual, a determinação da política de seleção, a coordenação da seleção de itens, o “desbastamento” e armazenagem de partes da coleção e o planejamento para o compartilhamento de recursos. Entretanto, de uma maneira ainda mais geral, o desenvolvimento de coleções não é apenas uma simples atividade ou um grupo de atividades: é um processo de planejamento e de tomada de decisão.

Após algumas revisões, o texto “Política de seleção e descarte da Biblioteca do Senado Federal: 2004/2011”, sobre os critérios de desenvolvimento de coleções, até hoje em vigor (BRASIL, 2011b), já elenca o acervo raro e delimita seu escopo: “[...] são incorporadas atualmente, de preferência, obras relacionadas à história política, parlamentar, jurídica, social, geográfica e econômica do Brasil, numa tentativa de preservação da memória nacional” (BRASIL, 2011b, p. 21).

Em 2009, durante a elaboração do *Catálogo de obras raras e valiosas da Coleção Viana Filho* (BRASIL, 2011a), já mencionado, foi produzido o primeiro

documento contendo os Critérios de Raridade da Biblioteca do Senado Federal (BRASIL, 2009), que foi redigido com base na Instrução Normativa nº 1, de 11 de junho de 2007, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e de acordo com as premissas que determinam a raridade de obras (PINHEIRO, 1989, p. 29-32), que incluem o limite histórico, os aspectos bibliológicos, o valor cultural, a pesquisa bibliográfica em obras especializadas e as características do exemplar. O documento contém alguns critérios de raridade específicos da instituição, como as edições de autoria de senadores até o final do século XIX, as edições do Senado ou publicadas para o Senado desde o ano de 1826 até o final do século XIX e as publicações periódicas de autoria do Senado Federal ou nas quais se publicava, de modo regular, conteúdo relativo ao Senado daquele período (anais, atas, relatórios, mensagens, etc.).

As primeiras políticas de desenvolvimento de coleções da Biblioteca do Senado Federal preocuparam-se basicamente em nortear a seleção e o descarte do acervo. Pouco havia que contemplasse, de forma detalhada, a preocupação com a preservação da memória brasileira, os critérios de raridade para o acervo raro, o estudo desta coleção mediante critérios de avaliação, as medidas de preservação e conservação a serem adotadas e os critérios de segurança e guarda da coleção. Somente após a elaboração dos Critérios de Raridade da Biblioteca do Senado Federal, em 2009, é que a política obteve detalhes sobre o acervo raro. Acima de tudo, esta corrente ainda é um tanto generalista e não discrimina as particularidades específicas que podem ocorrer em determinadas áreas ou campo do conhecimento, como bem explicita Sara Holder (2013, p. XX, tradução nossa) na obra *Library collection development for professional programs*:

O básico das melhores práticas de gestão da coleção é transferível de posição para posição e entre disciplinas; no entanto, em cada disciplina existem especificidades que são únicas e muitas vezes são conhecidas apenas por aqueles com experiência.

Diante desses fatos, explicitados durante a elaboração do livro comemorativo dos 190 anos da Biblioteca do Senado, verificou-se que é premente um novo trabalho de revisão e de adequação dos critérios de raridade existentes. Na prática, durante o trabalho de seleção das obras, a equipe ampliou os critérios e classificou, como raras ou valiosas, algumas obras de acordo com sua temática, com a ampliação do limite temporal da publicação. É importante mencionar que também estão sendo elaborados critérios para a preservação de acervos raros, proposta que ainda será discutida internamente. No cenário da nova política devem ser incluídos, além dos critérios de raridade, questões inerentes ao estudo da coleção, em que deverão ser apontados indicadores

qualitativos e quantitativos para o estudo do acervo. Devem ser detalhadas algumas medidas de preservação: conservação preventiva, restauração, microfilmagem, digitalização, migração de conteúdo e gerenciamento de riscos do acervo (sistema antifurto, sinistros, etc.).

Conclusão

Por sua relevância no contexto nacional e seus quase 200 anos de existência, a Biblioteca do Senado Federal tem sido um repositório bibliográfico importante para o Brasil, já que seu acervo preserva não só a memória desta casa legislativa, mas também de parcela significativa da memória bibliográfica brasileira a partir do século XIX. A diversidade do seu acervo se deve à multiplicidade de temas abordados pelo Senado e pelo Parlamento brasileiro como um todo.

A Biblioteca do Senado Federal deverá enfatizar a seleção, a aquisição e a preservação de material bibliográfico raro, nacional ou estrangeiro, relativo ao Brasil, ao Parlamento e, prioritariamente, ao Senado brasileiro, respeitando os assuntos estabelecidos na Política de Desenvolvimento de Coleções existente, com ênfase nas histórias política, parlamentar, jurídica, social e histórica do país, visando à preservação da memória das casas citadas e do Brasil. Poderá considerar, também, outras políticas institucionais como a da Câmara dos Deputados, que já prevê, por exemplo, a inclusão no Acervo Raro das “obras publicadas até 1930 sobre os contextos políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil que marcaram as instituições políticas até a Primeira República (1889-1930)” (BRASIL, 2014a, p. 36).

Na nova versão da política de desenvolvimento de coleções (BRASIL, 2014b), em fase de revisão para posterior publicação, a seleção dos materiais bibliográficos a serem incorporados ao acervo considerado raro, por qualquer forma de aquisição, poderá retomar o modelo adotado no ano de 1997 (BRASIL, 1998, p. 5-6), com a formação de uma comissão consultiva composta por bibliotecários e demais notáveis que deliberará sobre quaisquer medidas adotadas no âmbito desta coleção.

Por fim, o Serviço de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do Senado preparou um extenso levantamento bibliográfico relacionando as obras de autoria dos senadores do Império, a *Compilação do arquivo dos Senadores do Império para futura aquisição* (BRASIL, 2016), observando os Critérios de Raridade da Biblioteca do Senado Federal (BRASIL, 2009) com vistas à compra a fim de complementar a coleção existente.

Referências

- BRASIL. *Análise e representação de assuntos*: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007. 93 p., il. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/81842>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. *Catálogo de obras raras e valiosas da Coleção Luiz Viana Filho*. Brasília, 2011a. 471 p., il.
- BRASIL. *Critérios de raridade da Biblioteca do Senado Federal*. Brasília, [2009]. 5 p.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Política de desenvolvimento de coleções*. Brasília, 2014a. 80 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18279>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Coordenação de Biblioteca. *Compilação do Arquivo dos Senadores do Império para Futura Aquisição*. Brasília, 2016. 192 p.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Regulamento administrativo do Senado Federal: Ato da Comissão Diretora n. 12/2015. *Boletim Administrativo do Senado Federal*. Brasília, 21 ago. 2015. Seção 2, p. 8. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/pdf/regulamento-administrativo-do-senado-federal_compilado. Acesso em: 1 ago. 2016.
- BRASIL. *Compilação do Arquivo dos Senadores do Império para Futura Aquisição*. Brasília, 2016. 192 p.
- BRASIL. *Política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca do Senado Federal*. Brasília, 2014b. 33 p.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva: 1826-2006*. Brasília: Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca do Senado, 2006. 210 p., il. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70371>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Subsecretaria de Biblioteca. *Política de Seleção*. Brasília, 1998. 24 p.
- BRASIL. *Política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca do Senado Federal*. Brasília, 2014b. 33 p.
- BRASIL. *Política de seleção e descarte da Biblioteca do Senado Federal: 2004/2011* (em processo de revisão). Brasília, 2011b. 35 p.
- CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO: AACR. 2. ed., revisão 2002. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 1 v. (folhas soltas).
- CUNINGHAME, Keith. *Guidelines for legislative libraries*. 2nd completely updated and enl., ed. Berlin: De Gruyter Saur, 2009. 135 p.
- DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA. Diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI. Nova ed. atual. Brasília: Senado Federal, Secretaria de

Biblioteca, 2011. 1 v. (folhas soltas), il. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/231030>. Acesso em: 01 ago. 2016.

DINIZ, Cláudia Coimbra. *Fontes selecionadas para pesquisa e estudo de obras raras e valiosas da Biblioteca do Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2012. 116 p., il. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242976>. Acesso em: 12 ago. 2016.

DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DO TESOUREO DA REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS. Congresso Nacional – RVBI. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007. 76 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/81838>. Acesso em: 12 ago. 2016.

HOLDER, Sara. *Library collection development for professional programs: trends and best practices*. Hershey: IGI Global, c2013. 478 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Instrução normativa n. 1, de 11 de junho de 2007, dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Brasília, p. 9-10, 13 jun. 2007. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/06/2007&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=72>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.

PORTELLA, Petrônio. O sonho informático de Petrônio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 nov. 1976.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 1993.

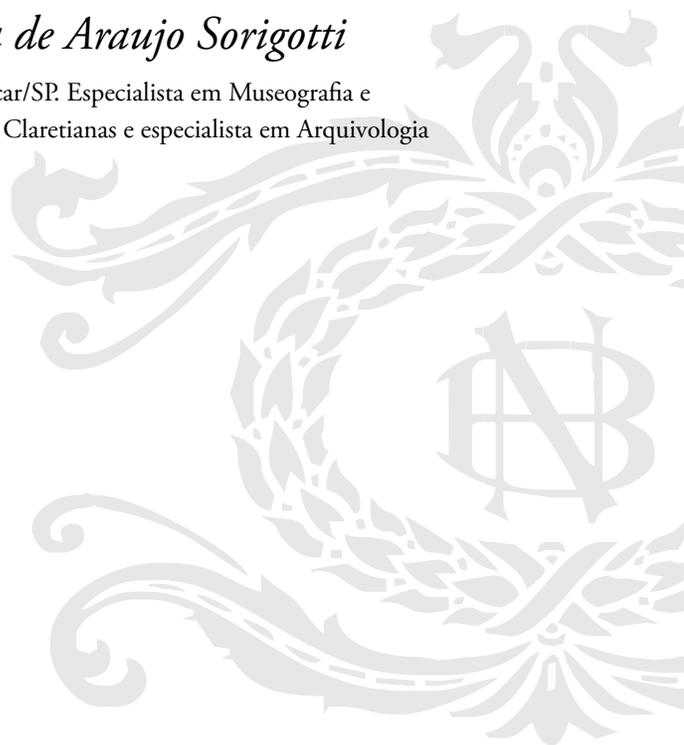
VILLA-LOBOS, Raul. Introdução. In: BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Biblioteca. *Catálogo alfabético*: Bibliotheca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1898. p. III-XXVII. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/514023>. Acesso em: 12 ago. 2016. W

VOCABULÁRIO CONTROLADO BÁSICO: VCB. *Linguagem documental com cerca de dez mil descritores de todos os campos do conhecimento, com destaque para as Ciências Sociais e ênfase no Direito*. Disponível em: http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/62BN1JHLLYMFK3TR3XMES4IEF6Y1P155YPMC197V8QEIMYHU NJ-47462?func=find-b-0&local_base=sen10. Acesso em: 10 ago. 2016.

Desenvolvimento de coleções Biblioteca da Fazenda do Pinhal, o raro e a preservação da história

Sandra Regina de Araujo Sorigotti

Bibliotecária formada pela Ufscar/SP. Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural pela Faculdades Claretianas e especialista em Arquivologia





Resumo

Com o intuito de expressar materialmente o acervo histórico e raro existente na Biblioteca do Centro de Estudos da Casa do Pinhal, na cidade de São Carlos (SP), e tornar conhecidas as políticas desenvolvidas para a sua ampliação, bem como os aspectos que o tornam especial, realizou-se esta breve análise bibliográfica referente ao assunto. Para tanto, utilizamos os parâmetros conhecidos para a identificação de obras raras, além de uma rápida exposição sobre a formação da coleção e o seu contexto histórico. Pretende-se dar visibilidade, nos meios acadêmicos e de pesquisa, ao trabalho que está sendo realizado com o objetivo de preservar a memória referente à formação da cidade de São Carlos e da família Arruda Botelho.

Palavras-chave: Fazenda Pinhal. Obras raras. Preservação da memória. Família Arruda Botelho.

Abstract

This paper is an attempt to express materially the archive of historical and rare works in the Library of Casa do Pinhal Study Centre, in São Carlos, São Paulo, assess the policies being developed to expand it, and the aspects that make it special. A brief literature review regarding the subject was carried out using the known parameters for identification of rare works, as well as a quick presentation on the formation of the farm and its historical context. This paper intends to present to the academic world the work being done to preserve the memory of the formation of the city of São Carlos and the Arruda Botelho family.

Keywords: Pinhal Farm. Rare works. Preservation of memory. Arruda Botelho Family.



Introdução

Viagem no tempo

Ao Brasil, só foi possível ter acesso à instrução e possuir livros a partir da segunda metade do século XVI, depois da instalação, em 1549, do governo-geral em Salvador (BA). Esse ano marca, de fato, o começo da vida administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social do país. Foi por meio dos conventos jesuítas, franciscanos, carmelitas, beneditinos e, principalmente, dos padres da Companhia de Jesus, com a abertura de colégios, que se iniciou a vida cultural nacional (MORAES, 2006, p. 4-5). De acordo com Araújo (2008, p. 28), a instalação da Imprensa Régia pelo príncipe d. João, em 1808, contrariou disposições anteriores que julgavam inconvenientes as impressões em papéis naquele período. Após esse decreto, formou-se um público leitor, primeiro na Corte mas, em pouco tempo, também nas províncias. Alguns desses impressos, por suas características únicas e essenciais, alcançaram o *status* de raras, como qualifica Rubens Borba de Moraes em sua obra *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*.

Tecendo um paralelo das características que estabelecem critérios de raridade, Sant'Ana (2001, p. 2) observa que a antiguidade do livro nem sempre é o aspecto mais relevante na determinação desse *status* pelo bibliófilo. As bibliotecas, por sua vez, usam a data de publicação como preceito de seleção por reconhecerem a possibilidade do uso de um livro sem considerar apenas o seu preço. Para essas instituições, o valor informacional do livro é, portanto, cultural e histórico, e precede a questão pecuniária. Para Silva (2006, p. 39), o valor histórico do livro raro não é definido por sua data de publicação, mas pelas características históricas de sua produção que, por muito tempo, produziu obras literárias de modo artesanal com quantidade reduzida de exemplares. No entanto, as normas aqui delimitadas para raridade estão condicionadas à forma de interpretação da obra, ou seja, o contexto em que foi criada, quem lhe atribuiu forma e a finalidade a que se destina.

De acordo com Sant'Ana (2001, p. 2), podemos atribuir raridade não somente aos livros, mas também a folhas soltas, fotografias, manuscritos, cartões-postais, dentre outros documentos. O uso desse critério com a finalidade de criar uma distinção entre obras valiosas e as demais, tanto por parte de instituições quanto de particulares, refere-se ao fato de que recebem tratamento diferenciado na aquisição de exemplares, seja em razão do seu alto valor monetário ou do histórico. De acordo com Mindlin (1997), o livro pode ser raro, por exemplo, por terem sido impressos poucos exemplares, por não se encontrarem devidamente conservados, pelo grau de interesse do texto, por ser uma primeira edição ou por se tratar de uma versão revista pelo próprio

autor. Basicamente, todo livro que se procura e não se consegue encontrar é raro [...] (MINDLIN, 1997, p. 29).

Considerando as palavras de Mindlin, e racionalizando-as para a questão da raridade, muitos creem que raridade e coleção são sinônimos. Para Grippa (2005, p. 34), existe um “instinto” de propriedade na formação de coleções, uma aspiração à acumulação, um prazer estético ligado ao ato e à recompensa do prestígio adquirido. Dessa forma, o colecionismo se torna uma espécie de fomentador para as discussões nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, pois problematiza a constituição dos fluxos de informação. Podemos inserir nesse contexto alguns exemplares do acervo da Biblioteca do Centro de Estudos da Casa do Pinhal, localizada em São Carlos (interior do estado de São Paulo), cujos documentos históricos e patrimoniais fornecem subsídios suficientes para o desenvolvimento da pesquisa sobre a formação da fazenda, da família e da cidade. O objetivo norteador deste trabalho é levar ao conhecimento do público, dos centros acadêmicos e das instituições culturais as atividades realizadas para a preservação da documentação bibliográfica, da memória histórica da Fazenda do Pinhal e da cidade de São Carlos.

A história da Fazenda do Pinhal tem seu ponto de partida, em 1780, com a aquisição das terras denominadas “Sesmaria do Pinhal” por Carlos Bartholomeu de Arruda. Posteriormente, em 1830, ficou a cargo do seu filho Carlos José a construção da Casa Sede. Desde então, o Pinhal passou por diferentes fases – apesar de nunca ter saído das mãos do clã Arruda Botelho. A fazenda vivenciou o ciclo da cana-de-açúcar, investiu na pecuária e até mesmo no cultivo do algodão. Todavia, foi a produção cafeeira que consagrou o potencial econômico da família com a chegada desse produto ao país no ano de 1840. A partir de 1854, Antonio Carlos (um dos netos de Carlos Bartholomeu) torna-se o responsável por dar prosseguimento ao trabalho agrícola e ao projeto iniciado por seu pai, Carlos José: a instituição de um povoado propínquo ao Pinhal. É, portanto, de conhecimento geral que a prosperidade da família refletiu diretamente na fundação da cidade de São Carlos.

Antonio Carlos casou-se duas vezes. Com Francisca Theodora, teve um filho. Após o falecimento de sua esposa, casou-se novamente, em 1862, com Anna Carolina, com quem teve 12 filhos. Na ausência do marido, era ela quem cuidava da fazenda, dos filhos e dos empregados. Em relatos de memórias da família, descritas no livro *A casa do Pinhal*, de Margarida Gordinho, a autora faz menção ao estilo de vida e às atividades de Anna Carolina. Segundo a escritora, ela mantinha sempre em mãos os livros que a auxiliavam em suas tarefas domésticas, especialmente o *Chernoviz*, um guia médico usado no tratamento de doenças (GORDINHO, 1985, p. 63) e o livro de Sebastião Kneipp, *A minha cura d'água ou o meu systema hydrotherapico comprovado por de maes de 40 annos* [...].

Com o desenvolvimento cafeeiro, a família incorporou um caráter empreendedor ao aplicar seus recursos em negócios como a Companhia do Rio Claro de Estradas de Ferro; a Casa Comissária Arruda Botelho, em Santos; o Banco de São Paulo; o Banco União de São Carlos; o Banco de Piracicaba e a Companhia Agrícola, na região de Ribeirão Preto. Tal crescimento financeiro lhes permitiu uma vida tipicamente burguesa do final do século XIX, o que se refletiu também na arquitetura da Casa Sede, através de seus objetos decorativos, louças, móveis e particularidades, grande parte provenientes da Europa. De acordo com alguns relatos, Anna Carolina, ao retornar de um tratamento médico hidroterápico feito na Alemanha, mandou construir uma escadinha d'água junto ao pomar, na qual realizava caminhadas diárias, a fim de usufruir dos benefícios e colocar em prática as orientações recebidas. O local, hoje em dia, ainda é um dos lugares mais encantadores e atraentes do Pinhal.

A vida política brindou Antonio Carlos com cargos renomados, como o de tenente-coronel da Guarda Nacional. Durante a Guerra do Paraguai, foi o encarregado do fornecimento das tropas (GORDINHO, 1985, p. 58). Recebeu também alguns títulos nobiliárquicos, como o de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional (1867), o de Oficial da Ordem da Rosa (1868), o de Barão do Pinhal (1879), o de Visconde do Pinhal (1883) e o de Conde do Pinhal (1887), concedidos pelo Imperador em função de todas as suas benfeitorias, como a construção da Estrada de Ferro. Ele faleceu em 1901 e sua esposa, Anna Carolina, no ano de 1945.

Villalta (2002, p. 185) observa uma significativa ligação entre a ocupação dos proprietários de terras e os temas dos livros. O fato da Fazenda do Pinhal nunca ter saído das mãos da família, de certa forma, contribuiu para a sua preservação, haja vista que dadas as suas características históricas e aspectos arquitetônicos, a propriedade foi tombada pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo) em 1981, pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional – Ministério da Cultura) em 1987 e pelo Condepasc (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Artístico e Ambiental de São Carlos).

Quanto ao acervo bibliográfico, são poucas as obras que podemos afirmar terem pertencido ao conde e/ou à condessa. Dentre elas, estão as que já foram citadas anteriormente e a “Bíblia do conde”, com data de 1850, documento que possui anotações realizadas pelo próprio conde referentes aos nascimentos de seus filhos. Consta do acervo, ainda, a *Revista moderna*, dirigida por Martinho Carlos de Arruda Botelho (filho do conde) – publicada na França e Portugal e comercializada, além desses dois países, também no Brasil. Foi posteriormente incorporada ao acervo por intermédio de doação de familiares. Outra característica peculiar à coleção são as obras que remetem aos feitos

e à atuação do Conde do Pinhal. O livro *Traité de Botanique*, de Philippe Édouard Léon Van Tieghem, do ano de 1884, cuja encadernação em couro contém as iniciais “C. P.”, é reivindicado por alguns membros da família como pertencente ao Conde do Pinhal. O livro *O Brazil*, de Mauricio Lamberg e traduzido por Luiz de Castro em 1896, menciona a passagem e a hospedagem do autor pela fazenda e apresenta como ilustração uma fotografia das antigas cocheiras de gado presentes na propriedade. Muitas outras obras ainda fazem referência à atuação do conde na região, quer seja como proprietário de terras ou por sua influência política.

Com passar do tempo, e após o falecimento da condessa em 1945, a Fazenda do Pinhal passou por momentos de introspecção. Na década de 1970, Helena Vieitas Carvalhosa e Modesto Carvalhosa assumiram a administração do lugar. A propriedade foi transformada em pousada e posteriormente foi criada a Associação Pró Casa do Pinhal, que por meio de promoções de eventos e parcerias conseguiu manter a fazenda operante e, de certo modo, preservada. De acordo com Silva (2003, p. 9), a preservação documental e bibliográfica do acervo da Fazenda do Pinhal começou em 1995, através de uma parceria entre os proprietários, a Universidade Federal de São Carlos, a Prefeitura Municipal e a Associação Pró Casa do Pinhal, por intermédio de um projeto de identificação, catalogação da coleção e resgate dos documentos. O trabalho foi feito de modo lento: como estava atrelado às pesquisas e aos recursos públicos destinados a bolsas dos alunos estagiários, se arrastou por um longo período. No ano de 2007, o Encontro de Centros de Memória e Universidades Brasileiras, realizado na sede da Fazenda Pinhal, culminou com a formação do Centro de Documentação e Informação Casa do Pinhal, resultado do trabalho desenvolvido por uma equipe de bibliotecárias do município contratadas para fazer a catalogação e a classificação de todo o acervo da biblioteca. Ana Virginia Pinheiro (1989), especialista em coleções especiais da Biblioteca Nacional, constatou que as obras existentes possuem características relevantes que as tornam especiais e de cunho histórico para o contexto inserido.

Até a década de 2000, o acervo não possuía nenhum critério de seleção ou de embasamento no plano de desenvolvimento de coleções. Crescia apenas com o intuito de formar um conjunto de obras que refletissem o gosto de leitura da família e dos frequentadores do local. Entre essas, podemos encontrar algumas de literatura estrangeira, especialmente francesa e inglesa.

Schapochnik (1999, p. 93) realizou alguns estudos pertinentes na área, examinando estatisticamente a implantação e composição do acervo de alguns espaços destinados à leitura no Rio de Janeiro do século XIX e de algumas das instituições da época. Ele percebeu que o gênero romanesco era um dos prediletos do público, pois seus exemplares ocupavam a maior parte desses

estabelecimentos de leitura. Para Sandra Vasconcelos T. Guardini, a presença inglesa no Brasil do século XIX se pautou por muito mais do que a simples disponibilidade de mercadorias e produtos manufaturados, pois vários foram os comerciantes ingleses que vieram aqui se estabelecer. Era uma época na qual se valorizava a literatura polida: a arte e a cultura eram restritas ao consumo de uma elite que as considerava sinal de refinamento e distinção. Para Tânia Bessone (2005), essa erudição incorporada não impedia o folhetim, o romance e a literatura de integrarem os acervos domésticos. Os livros e a circulação de ideias foram características notáveis no século XVIII, e poucos ramos da atividade humana são prova tão eloquente disso quanto a literatura, particularmente o romance, cujo extraordinário desenvolvimento pode ser confirmado em razão de intercâmbios, traduções, imitações e influências (VASCONCELOS, 2007, p. 76).

Desenvolvimento da coleção e a preservação da história da memória e da raridade

Ao longo dos anos, a Casa Sede passou por diversas modificações com o intuito de preservá-la. No entanto, em 2009, quando a fazenda foi adquirida por outro membro da família, eram evidentes as más condições físicas e estruturais e a necessidade de intervenção para um restauro completo era iminente. Com a transição e os recursos advindos da nova administração, as obras tiveram início em 2012 e foram concluídas três anos depois, sempre acompanhadas pelos órgãos competentes e executadas pelos mais diversos tipos de profissionais. Além da casa, todos os objetos nela existentes foram restaurados. Outros foram resgatados e incorporados ao acervo através de doações de familiares ou pela aquisição em leilões. Durante as obras, os acervos documental e bibliográfico – que até então estavam alocados em uma das salas do porão da casa, em ambiente inapropriado e em condições extremas de conservação – foram transferidos para o antigo salão de eventos. Este foi adaptado para recebê-los e abriga, atualmente, toda a equipe multidisciplinar que compõe o intitulado Centro de Estudos da Casa do Pinhal.

O Centro de Estudos da Casa do Pinhal integra a Fazenda do Pinhal e tem procurado tecer uma rede de aspectos que se entrelacem e se complementem por meio de pesquisas históricas, genealógicas, regionais e sociais, mantendo o foco especificamente em: História da Família Arruda Botelho, História de São Carlos, História do Brasil e do Estado de São Paulo e no desenvolvimento do Antigo Oeste Paulista. A fim de se tornar um centro de referências para esses assuntos, está aberto à pesquisa e à comunidade, com a intenção de preservar a memória histórica e arquitetônica do local.

Para que a seleção das obras que comporão o acervo da biblioteca seja realizada de forma coerente [...], é essencial que a instituição busque conhecer o perfil e os interesses de seus usuários, realizando um estudo de sua comunidade. Esse é um instrumento importante para quem administra bibliotecas e para o desenvolvimento de coleções, pois investiga aspectos econômicos, sociais e características diversas relacionados ao grupo a ser atendido (WEITZEL, 2006, p. 18).

A biblioteca do Centro de Estudos tem, hoje, objetivos claros quanto ao desenvolvimento de sua coleção. O raro sempre foi uma constante na Fazenda do Pinhal, demonstrado pelo seu acervo mobiliário, iconográfico, manuscrito ou bibliográfico. Todos esses aspectos misturam-se ao momento vivido. Nada era comum ao cotidiano dos antigos moradores da Casa Sede: de acordo com Gordinho (1985, p. 65), a vida social era intensa e toda a riqueza de gêneros pode ser vista no mobiliário, em documentos, em objetos pessoais e em iconografias. No contexto atual, tais itens “exigiriam” um espaço no qual estas informações pudessem ser transmitidas e preservadas. A implantação do Centro de Estudos na Fazenda do Pinhal projeta uma visão que converge com a de Le Goff (1996) em seu texto *Documento/monumento*, que consegue tornar palpável a descrição para “centro de estudos” ou “centros de documentação” ao afirmar:

Pela sua capacidade de evocação do passado, os documentos, sob a guarda desses lugares da memória, são vistos como testemunhas de uma época, mas testemunhas que carregam uma interpretação, uma visão, uma memória coletiva que se quer preservar, tais quais os monumentos. (LE GOFF, 1996, p. 95).

É nesse ambiente que a biblioteca está instalada. Junto a ela, outras áreas compõem o Centro de Estudos da Casa do Pinhal: Arquivo, Pesquisa e Ação educativa. Conta com uma equipe multidisciplinar formada por historiador, cientista social, arquivista, bibliotecária, educador cultural e monitores que, subordinados a uma gerência administrativa geral, desenvolvem trabalhos em suas áreas afins. As rotinas desenvolvidas na instituição são equiparadas a qualquer outra, salvo o Serviço de Empréstimo, que se limita à consulta local. O acervo da biblioteca é composto por 6.908 exemplares, distribuídos entre livros, periódicos, multimídias e folhetos. Está sob responsabilidade técnica de uma bibliotecária e encontra-se disponível para consultas através do catálogo *on-line* pelo *software* SophiA Biblioteca.

O sistema utilizado para classificação dos temas é a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e, para autor, a Tabela Cutter-Sanborn. A política de desenvolvimento de coleções tem ampliado suas vertentes por meio do crescimento do mercado editorial e, mais recentemente, do resgate de assuntos ligados à

História do Brasil, especificamente os anos “oitocentos”. Tal fato tem contribuído para o crescimento da Biblioteca da Casa do Pinhal, uma vez que esse é o principal foco da coleção. A delimitação do assunto no desenvolvimento da coleção foi de extrema importância, já que tornou possível estabelecer metas e critérios para itens incorporados. Sobre este aspecto, alguns pontos:

[...] interessante que, para conceber os objetivos de uma biblioteca, de um museu e mesmo da política de suas coleções necessitamos saber, antes, como essas coleções se formaram. Pois é exatamente o “vaivém” dessas coleções que imprimem seus objetivos e suas políticas. Assim, a Biblioteconomia se interessou em menor escala pela formação das coleções, sem perceber que é justamente o motivo que leva alguém a colecionar que, posteriormente, determinará os objetivos da coleção. (MURGUIA, 2007, p. 7).

Ao refletir sobre esse pensamento, percebemos que a Biblioteca da Casa do Pinhal se formou a partir do ajuntamento de algumas obras pertencentes à família fundadora e proprietária da fazenda, bem como por incorporações de outros acervos recebidos de doações, como os da Biblioteca de José Vieitas Junior; da Biblioteca de Otávio Uchoa da Veiga; de Modesto Carvalhosa; de Helena Vieitas Carvalhosa; do atual proprietário e, recentemente – com a reabertura das visitas guiadas à propriedade –, de visitantes.

Quanto às aquisições, essas passam por um processo de “garimpagem” e avaliação criteriosa, em virtude da restrição temática abordada. A maior parte das obtenções é feita em sebos, devido ao período histórico e à disponibilidade das publicações. Essa política de desenvolvimento da coleção proporciona o crescimento ordenado e preciso do acervo. Para Figueiredo (1998, p. 85), a formação da coleção e a seleção do material bibliográfico necessitam de adequação aos objetivos da instituição, dentre os quais destacamos como principais: autoridade do autor e/ou editor; atualidade; qualidade técnica; quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção; cobertura/tratamento do tema; custo justificado; idioma; número de usuários potenciais que poderão utilizar o material; conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes. Já para Vergueiro (1995, p. 16), as políticas de desenvolvimento de coleções passam pelos seguintes aspectos: comunidade; usuários; políticas de seleção e aquisição; desbastamento e avaliação da coleção.

Seguindo esses parâmetros, a biblioteca passou por um processo de reestruturação, no qual foram descartadas algumas obras que estavam fora do contexto atual. Foi realizada uma criteriosa avaliação para a retirada desses itens: levou-se em conta, especialmente, os critérios de raridade. O material excluído foi doado a funcionários, sebos e instituições de ensino.

Atualmente, dos 6.908 itens que compõem a coleção, cinco deles datam até 1830; 16 exemplares são do período entre 1831 e 1850; 66 obras, de 1851 a 1870 e outras 179 com datas que variam de 1871 a 1900. Mais de 40 títulos estão listados como obras raras ou de valor histórico para a instituição. Os trâmites de avaliação e a revisão do acervo ainda estão em andamento, seguindo, basicamente, os critérios estabelecidos pela Biblioteca Nacional, além de outros pertinentes ao momento histórico específico. Como o Centro de Estudos da Casa do Pinhal abrange um contexto diferenciado e com características delimitadas pelos aspectos históricos e regionais, influenciados principalmente pelo desenvolvimento social e cultural da Família Arruda Botelho, podemos entender que, neste caso, possuímos exemplares raros e não propriamente obras raras, pois a raridade não se aplica a toda edição de um determinado material, mas a algumas características individuais que o diferenciam das demais. Para Moraes (1973):

[...] nem todos os exemplares de uma obra rara valem o mesmo preço. O valor de um livro antigo depende do estado em que se encontra da encadernação que o veste ou de alguma particularidade que o exemplar apresenta. [...] se o exemplar está, como é comum no Brasil, verdadeiramente rendado de furos, então não é digno de um bibliófilo, nada vale para um colecionador. (MORAES, 1973, p. 83).

Na verdade, o interesse e a procura por exemplares existentes é que estabelecem o preço de venda e fazem com que os livros venham a ser considerados valiosos e, conseqüentemente, raros. Ainda, segundo ainda Moraes (1973):

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem que ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. (MORAES, 1973, p. 65).

Neuma Pinheiro Gonçalves e Maria Cristina de Lima, responsáveis pela publicação, em 1981, do catálogo *Obras Raras na Biblioteca do Ministério da Justiça*, traçaram alguns parâmetros mais palpáveis para base de seleção: obras de autores brasileiros e estrangeiros editadas até 1860; primeiras edições; segundas edições até 1889; edições de luxo; edições com tiragem aproximada de 300 exemplares; obras autografadas por autores renomados; obras de personalidades de projeção política, científica, literária, religiosa; e teses (BRASIL, 1981, p. 5).

Os critérios adotados pela biblioteca foram estabelecidos mediante análise de artigos científicos publicados, livros e pesquisa bibliográfica em fontes

disponíveis na internet – consideradas fidedignas –, como os *Catálogos de Obras Raras da Biblioteca Nacional* (Rio de Janeiro) e a Biblioteca do Senado, entre outros. Em razão dessas consultas, foi possível detectar e direcionar o desenvolvimento da coleção, visando tanto a abranger os aspectos históricos necessários ao subsídio dos pesquisadores, quanto a direcionar as aquisições para que contemplassem aspectos de raridade, além de identificar no acervo existente quais exemplares se encaixavam nesses parâmetros. Assim, podemos vislumbrar a presença de alguns itens raros no acervo (pertencentes a algum membro da família, doado ou adquirido pela biblioteca), não com o intuito de criar um acervo de obras raras, mas se embasando na sua especialidade e na necessidade dos pesquisadores que atuam no local. Isso contribuiu para que as duas vertentes pudessem ser cruzadas. Com especial atenção aos exemplares abaixo:

- ANSTETT, J. P. H. *Historia natural popular: descrição circunstanciada dos tres reinos da natureza*. 6. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Recife: Laemmert & C., 1898. 2 v. 504 p.
- BARATA, C. E. A. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Árvore da Vida, 2001. 4 v.
- DENIS, F.; FAMIN, M. C. *Descrição historica do Brazil: Brazil por Fernando Denis e Colombia e Guyanas por M. C. Famin*. Lisboa, Portugal; Portugal: Typografia de L. C. da Cunha, 1844. 2 v.
- FLOURENS, P. *Buffon: histoire de ses travaux et de ses idées*. Paris: Paulin Libraire Éditeur, 1844. 367 p.
- GAMA, N. A. N. V. *Genealogia das famílias Botelho, Arruda, Sampaio, Horta, Paes Leme, Gama e Villas-Boas até seus atuais descendentes: conforme a nobiliarquia do...* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859. 184 p.
- GANOT, A. *Traité élémentaire de physique expérimentale et appliquée et de météorologie*. 12. ed. Paris: Chez l'Auteur, 1866. 904 p.
- GUIMARÃES, B. J. S. *Mauricio ou os paulistas em S. João D'el-Rei*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. 2 v.
- HENDERSON, J. *A history of the Brazil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants*. Londres, Inglaterra; Inglaterra: Longman Hurst, Rees, Arme, and Brown, Paternost-Row, 1821. 522 p.
- LISBOA, J. M. (Ed.). Instituto histórico Geographico Brasileiro (Collab.). *Lições de historia patria*. São Paulo: José Maria Lisboa, 1877. 375 p.

- MARC, A. *Le Brésil: excursion através ses 20 provinces*. Paris: M. J. G. d'Argollo Ferrão, v. 1 . p. 473, 1890. v. 1. 473 p.
- PESSOA, V. A. P. *Código criminal do Imperio do Brazil anotado*. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho, 1877. 564 p.
- SAINT-HILAIRE, A. F. C. P. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*. Paris, França; França: Arthus Bertrand, 1851. 2 v.
- VEIGA, J. G.; LEAL, C. E. C.; LIMA, J. A. S. *O cristal no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Quinta Cor Editores, 1996. 422 p.

Somam-se a estes, os já citados: *Revista moderna*; *Chernoviz*; *Kneipp*; “Bíblia do Condé”; *O Brazil*, de Mauricio Lamberg; *Traité de Botanique*, de Van Tieghem, além de alguns outros ainda em processo de avaliação.

No que tange à preservação do acervo, esses exemplares recebem tratamento diferenciado e estão armazenados em estante de aço fechada com portas e em ambiente climatizado, onde a temperatura e a umidade relativa do ar são controladas por meio de equipamentos – que emitem infográficos diariamente. As etiquetas de identificação das obras foram removidas para que fossem envolvidas em filme poliéster. As obras recebem higienização periódica, a fim de se identificar e prevenir ataques de agentes que possam danificá-las. Pequenas intervenções de conservação são empregadas para garantir a integridade do material e a sua preservação. A descrição física desses itens no catálogo da biblioteca foi realizada minuciosamente, para que a obra seja localizada caso algum sinistro ocorra.

Conclusão

Podemos concluir que a Fazenda do Pinhal é um “organismo vivo” que preserva suas características regionais e históricas, além de incorporar o uso de novas tecnologias para a disseminação do conhecimento e a preservação da memória. Novos aspectos têm surgido como alternativas para tal. O futuro reserva muitas possibilidades. Alguns paradigmas ainda precisam ser quebrados; adequações para a melhor conservação do acervo geral necessitam ser incorporadas – como o uso de materiais específicos para melhorar o acondicionamento e proteger melhor as obras. A preservação da memória histórica, através das técnicas de conservação, depende das atitudes tomadas hoje em prol das futuras gerações. Se depender do Centro de Estudos da Casa do Pinhal, a memória da cidade e da Fazenda do Pinhal estão garantidas.

Referências

- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008. 635 p.
- BESSONE, T. M. *O que liam os cariocas no século XIX?* XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2053-1.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Fundação Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html. Acesso em: 12 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Obras raras na Biblioteca do Ministério da Justiça*. Brasília: Secretaria de Documentação e Informática, 1981.
- CASA DO PINHAL. *Centro de Estudos*. Disponível em: <http://www.casadopinhal.com.br/>. Acesso em: 8 jul. 2016.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Desenvolvimento e avaliação de coleções*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1998. 184 p.
- GORDINHO, Margarida Cintra. *A casa do Pinhal*. São Paulo: C. H. Knapp, 1985. 179 p.
- GRIPPA, Giulia. Entre paixão e necessidade: a arte de colecionar, os espaços da memória e do conhecimento na história. In: FURNIVAL, Ariadne Chloë; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. *Informação e conhecimento: aproximando áreas do saber*. São Carlos: Edufscar, 2005. p. 29-46.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. 476 p.
- MINDLIN, José. *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp; Companhia das Letras, 1997. 231 p.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.
- MORAES, Rubens Borba Alves de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1973. 234 p.
- MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma reflexão sobre o livro para além da informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 8, 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2007.
- PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.
- RODRIGUES, M. C. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

- SANT'ANA, R. B. Critérios para a definição de obras raras. *Revista Online Biblioteca Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2001. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/viewFile/1886/1727> . Acesso em: 23 jun. 2016.
- SILVA, Helen de Castro; BARBOSA, Sidney. *A biblioteca da Fazenda Pinhal e o universo de leitura na passagem do século XIX para o século XX*. Araraquara: Editora do Autor, 2003. 252 p.
- SILVA, Z. L. Acervos históricos: guardar para que e para quem? *Patrimônio e memória*, Unesp – FCLAs – Cedap, Assis, v. 2, n. 2, p. 13-24, 2006. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/12/442> . Acesso em: 25 jun. 2016.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *O Sistema de Bibliotecas da UFPR*. Disponível em: <http://www.portal.ufpr.br/sibi.html> . Acesso em: 28 maio 2016.
- VASCONCELOS, S. G. T. *Formação do romance brasileiro: 1808-1860* (vertentes inglesas). Universidade de São Paulo. (s.d.). Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios.htm>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- VASCONCELOS, Sandra; GUARDINI T. *A formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild; Fapesp, 2007. 110 p.
- VERGUEIRO, Waldemiro C. S. *Seleção de materiais de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 122 p.
- VILLALTA, Luiz C. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB; São Paulo: Fapesp, p. 183-212, 2002.
- WEITZEL, Simone da Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 112 p.

Desenvolvimento dos acervos de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

Bernardo Pacheco Schuchter

Graduado em Biblioteconomia pela UFMG e licenciado
em História pela PUC-Minas

Eliani Gladyr da Silva

Possui graduação em Biblioteconomia pela UFMG e pós-graduação
em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA. É gestora
cultural na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

Karlla Christiany Mourão Madureira e Silva

Graduada em Biblioteconomia pela UFMG





Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento dos acervos de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa desde sua fundação até o momento atual, dada a sua importância no cenário da cultura mineira. Assim, consideram-se as mudanças pelas quais passaram os critérios adotados para organização desses acervos e as reformas efetuadas até o formato atual.

Palavras-chave: Acervo raro. Formação de acervo. Políticas de desenvolvimento. Biblioteca pública.

Abstract

This article aims to present the development of the Rare Works collections in Luiz de Bessa Public Library from its creation to the present day, given its importance in the culture of Minas Gerais state. Thus, one considers the criteria adopted for the organization of these collections and the reforms carried out until they reached the current format.

Keywords: Rare collection. Collection building. Development policies. Public library.



Histórico

A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa é um órgão da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e tem sua trajetória marcada por momentos de grandes desafios. Pensada, em 1953, pelo então governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi criada com a promulgação da Lei nº 1.087, de 02 de junho de 1954. Teve sua sede projetada pelo arquiteto e urbanista Oscar Niemeyer para ser grande e moderna, em consonância com a evolução de Belo Horizonte.

Projetada pelo arquiteto Sr. Oscar Niemeyer, será esse próprio do Estado uma das joias arquitetônicas da cidade, pela originalidade de suas linhas, funcionalidade do plano e apuro do acabamento, realçados pela beleza da praça ajardinada em que se localiza. (GAMA, 1955, p. 320).

Teve sua origem na união dos mais proeminentes intelectuais da época, pessoas de destaque no cenário mineiro e nacional. Capitaneada por Hélio Gravatá, uma comissão especial de estudos, composta por Etelvina Lima, Maria Helena V. Lima, Cacilda Basília de Sousa Reis e Eduardo Freieiro, enxergou a necessidade de que a capital mineira possuísse um espaço grandioso voltado para a pesquisa e que tivesse um acervo capaz de refletir o espírito de liberdade do povo mineiro. A biblioteca foi alvo de disputas políticas e passou por crises financeiras. Segundo Maria Augusta de Nóbrega Cesarino (2006), na década de 1970, a biblioteca enfrentou uma crise técnica e política. Com o Decreto nº 19.173, de 9 de maio de 1978, a instituição teve seu nome e sua identidade modificados várias vezes. Foi transformada em Centro de Educação Permanente com o objetivo de “propiciar recursos de apoio à educação formal e complemento no processo educativo informal, de maneira a assegurar o desenvolvimento integral e harmônico da comunidade”. Somente no ano de 1983 a biblioteca retoma a sua identidade, volta a se chamar Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

A história dessa casa não é tranquila e de linear horizontalidade, mas, ao contrário, de impulsão e propulsão contra obstáculos os mais complexos, desde as consideradas naturais deficiências financeiras às tentativas de seu ocultamento e marginalização. Diante dos empecilhos, do abandono, do desprestígio, da omissão e de entraves de toda ordem, o lema da Biblioteca, impresso em cada pequena tarefa de seus diretores e funcionários, tem sido o de ir sempre em frente, ainda quando parece não haver saída. (ÁVILA, 1984, p. 3).

Com tantas reviravoltas em sua história, é perceptível que os processos de formação de seu acervo sofreram mudanças e alterações significativas. Atualmente, a biblioteca possui 15 acervos distintos que possuem critérios específicos de composição. Neste artigo, trataremos do acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, que é constituído de quatro coleções diferentes e se destaca pela maneira como cada um foi formado. Fazem parte dele as seguintes coleções: Coleção Obras Raras, Coleção José Alcino Bicalho, Coleção Rita Adelaide e a Hemeroteca Histórica.

Coleção de Obras Raras

Composta por diversas obras que vão do século XVI ao XX, essa coleção possui mais de 530 títulos e 1.554 exemplares que englobam várias áreas do conhecimento. Nos primórdios de sua criação não existiam critérios estabelecidos muito claros e, no intuito de montar uma coleção que fosse rica em todos os aspectos, os gestores buscaram da melhor maneira compor um acervo que fizesse jus à “grande biblioteca dos mineiros”, como diz Almada (2006):

A partir da primeira administração da instituição e graças ao espírito de empreendedorismo do colecionador e bibliófilo Eduardo Friereiro, passou-se a constituir o acervo quantitativa e qualitativamente, através de aquisições de bibliotecas particulares pelo Governo do Estado e da compra de exemplares avulsos em sebos e leilões. As doações configuram outra modalidade de incorporações de títulos ao acervo, já que, entre os inúmeros volumes que são encaminhados à instituição, descobre-se também livros raros. (ALMADA, 2006, p. 74).



Figura 1 – Projeto de Lei enviado por Juscelino Kubitschek à Assembleia Legislativa de Minas Gerais expondo os motivos pelos quais se tomou a importante iniciativa de criar a Biblioteca Pública de Minas Gerais. Texto publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 1º de fevereiro de 1954.

Reprodução.

Hoje, a coleção encontra-se organizada sistematicamente mediante critérios e parâmetros estabelecidos no ano de 2001 pela equipe formada pelo professor Paulo da Terra Caldeira (Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais) e pelas bibliotecárias Jane Drummond e Normanda Mendonça Lessa, que utilizaram para sua elaboração os seguintes repertórios:

- Catálogo de obras raras e especiais da Biblioteca de Manguinhos;
- *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*;
- 150 anos da Tipografia Oficial;
- *Diccionário bibliografico portuguez*;
- Aditamentos ao *Diccionário bibliografico portuguez*;
- Catálogo da importante e preciosíssima livraria, que pertenceu aos notáveis escritores e bibliófilos Conde de Azevedo e Conde de Samadáes;
- II Repertório bibliográfico nacional de obras dos séculos XV, XVI, e XVII, entre outros.

Reprodução.

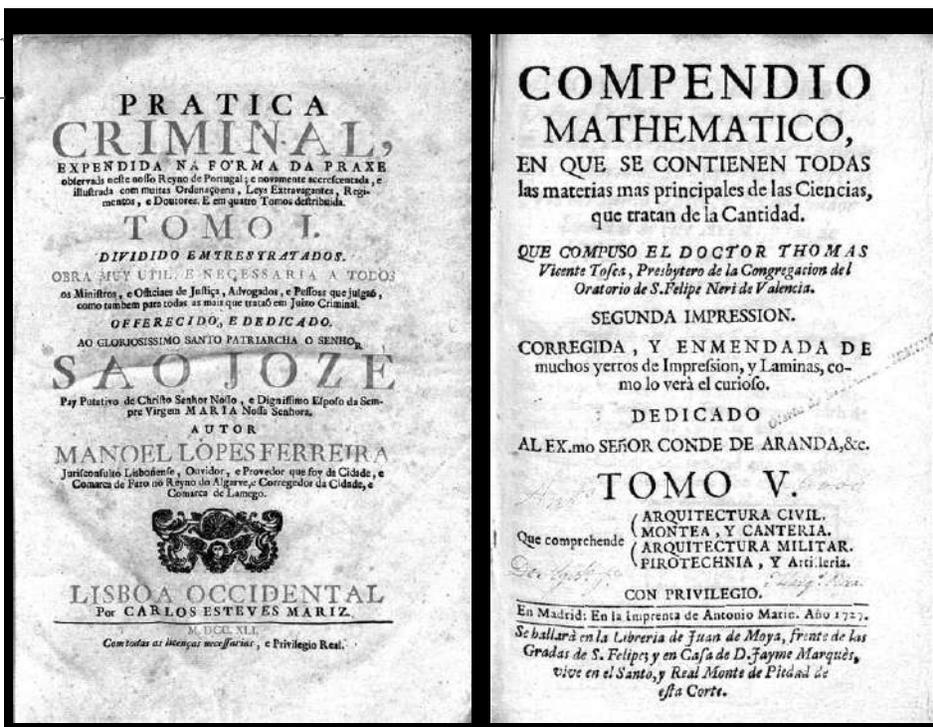


Figura 2 – FERREIRA, Manoel Lopes. *Pratica criminal*, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente acrescentada, e illustrada com muitas Ordenaçõs, Leys Extravagantes, Regimentos, e Doutores.... Lisboa Occidental: Carlos Esteves Mariz, 1741.

Figura 3 – TOSCA, Tomas Vicente. *Compendio mathematico*, en que se contienen todas las materias mas principales de las ciencias, que tratan de la cantidad. Madrid: En la imprenta de Antonio Martin, 1727.

Mediante a realização de um estudo de avaliação do acervo, possibilitou-se, por exemplo, que se elencasse alguns dos mais belos exemplares dessa coleção, a saber.

Critérios para desenvolvimento das coleções de obras raras

A Biblioteca adotou, para o desenvolvimento dessa coleção, os seguintes critérios:

- I. As obras raras são aquelas relacionadas aos principais repertórios especializados ou catalogadas por instituições de referência;
- II. Obras dos séculos XVII e XVIII, ricamente decoradas: Aldo Manucio, Henri Estinne, Christoph Platin, Firmin Didot, Giambattista Bodoni, Joaquim Ibarra, ou publicadas por impressores como o Typographe Royale, oficina da Universidade de Oxford;
- III. São, ainda, as edições feitas até o ano de 1799 – marco da passagem da feitura artesanal para a industrial na fabricação de livros;
- IV. Edições clandestinas publicadas no Brasil antes da criação da Imprensa Régia no ano de 1808;
- V. No Brasil, a produção gráfica se desenvolve a partir do Segundo Reinado. Por esta razão, estende-se o conceito de obra rara até o ano de 1841;
- VI. Livros dos impressores do século XVI, que incluam gravura em metal, substituindo a xilogravura;
- VII. Edições com tiragens reduzidas;
- VIII. Edições em folhas soltas, feitas por ilustradores, colocadas em caixas, com tiragens limitadas e assinadas pelos autores. São obras do século XX, mas com características das grandes impressoras dos séculos XV e XVI;
- IX. Obras esgotadas;
- X. Obras com marcas de propriedade que incluam assinaturas, carimbos e ex-libris;
- XI. Trabalhos que sejam considerados marcos para o progresso da ciência, como as edições da *História natural*, de Linné, primeira taxonomia a criar um sistema internacional de nomenclatura zoológica e botânica;
- XII. Trabalhos que sejam marcos da história científica do Brasil (*Flora brasiliensis*, de Von Martius);
- XIII. Livros de valor científico editados até o final do século XIX.

Atualmente, essa coleção tem se desenvolvido de modo um tanto quanto vagaroso, haja vista que, devido às mudanças de governo, não se adquire obras raras com base nos moldes dos anos iniciais. No entanto, tem-se recebido doações de pessoas da comunidade; livros que, analisados e uma vez atendendo os critérios anteriormente mencionados, são inseridos no acervo de Obras Raras, como é o caso das *Oeuvres completes*, de Voltaire, publicadas em 1813 e doadas no ano de 2014 pelo então presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Washington Tadeu de Mello. Antes de entrar para o acervo, essa coleção passou por um processo de higienização e desinfestação realizada por equipe especializada, já que o material se encontrava infestado por insetos xilófagos. Muitas das doações chegam nessas condições à Biblioteca que, por sua vez, preza pelo seu acervo e toma as medidas preventivas cabíveis, visando à sua preservação.

Coleção José Alcino Bicalho

O contato com essa coleção tão rica e diversificada, cujas publicações cobrem do século XV ao XX, permite ao pesquisador entender o preciosismo praticado pelo colecionador na escolha das obras. Todas as características das épocas em que cada livro foi publicado estão presentes e conservadas até hoje

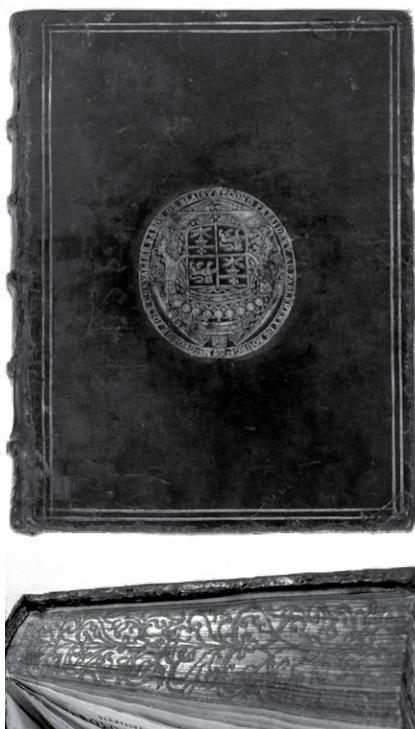
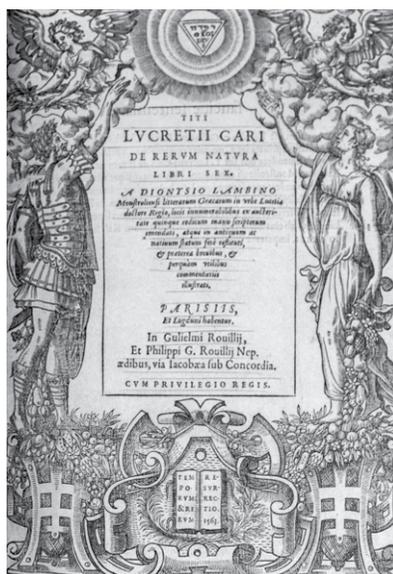


Foto 1 – LUCRÉCIO. *Titi Lucretii Cari De rerum natura libri sex*. Parisiis: Gulielmi Rouillij; Philippe G. Rouillij, 1563.



em seus vários formatos; desde os grandes, passando pelos livros de bolso, até os de tamanhos reduzidos, bem como levando-se em consideração os materiais que compõem os seus corpos: papel de trapo, papel de madeira e papel misto. Quanto às capas, há uma variação entre pergaminho e couro; ao passo que alguns são ilustrados, outros levam a marca de antigos possuidores e outros ainda contêm anotações à tinta e a grafite; e nada foi apagado, deixando transparecer assim as marcas e os caminhos pelos quais esses livros passaram. Abaixo, é possível visualizar alguns exemplares da Coleção José Alcino Bicalho.

Os textos dos livros dessa coleção estão em francês, latim, italiano, grego, espanhol e português, entre outras línguas.

A coleção José Alcino Bicalho foi doada à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa nos anos de 2001 e 2002. Começou a ser formada na década de 1950, a partir de aquisições feitas em visitas a sebos e leilões nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Lisboa, Madri, Roma, Genebra e Paris, durante as inúmeras viagens que o diplomata fez a serviço do governo brasileiro. De acordo com suas próprias palavras, seu interesse era no livro antigo de valor. No entanto, analisando as características da coleção, percebe-se um entusiasmo latente pela história do desenvolvimento da tipografia, com a presença dos editores mais importantes desde o século XV: Johan Koberg, de Nuremberg, na Alemanha (século XV); Aldo Manuncio e Sebastião Griffio, da Itália (século XVI); Elzevier, de Flandres, na Bélgica (século XVII); Estienne (século XVII) e Garnier (século XIX), da França.

Além de aspectos da história editorial, a herança da técnica de confecção e encadernação do livro nas diversas épocas também está presente nas encadernações originais dos séculos XV, XVI e XVII e em diversos tipos de impressão, de imagens, em papéis de variadas qualidades (ALMADA, 2006, p. 73).

Coleção Rita Adelaide

No ano de 1997, a Coleção Rita Adelaide chegou à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Adquirida anteriormente pelo governo do estado de Minas Gerais em 1964, ela estava guardada na sua antiga sede, no Palácio da Liberdade. Composta de 645 títulos e 1.256 exemplares, esse acervo representava a biblioteca particular de Tancredo Godofredo Vianna Martins, um bibliófilo e jurista que gostava de colecionar livros raros e valiosos. De acordo com Caldeira (2006):

Tancredo Martins está ligado a famílias de lastros culturais e intelectuais de longa data, principalmente devido à posição ocupada, pelo lado materno, por seu tio-avô, o Visconde de Assis Martins, jurista e senador do Império, e de seu

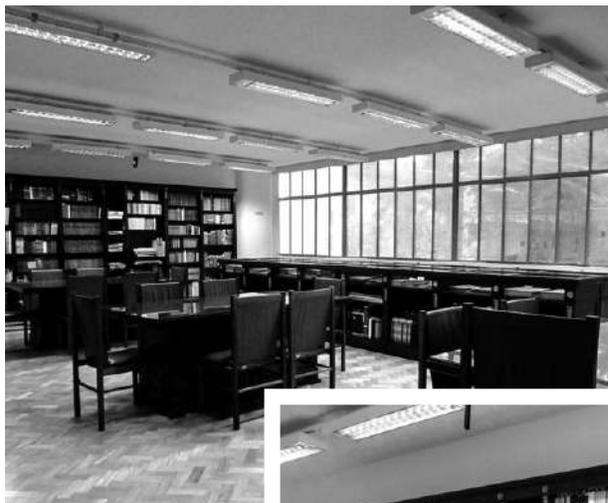


Foto 2 – Coleção Rita Adelaide.



tio-bisavô materno, médico famoso em sua época, doutor Silvério de Araújo Vianna, irmão do jurista Cândido de Araújo Vianna, Marquês de Sapucahy. Esse foi professor do Imperador d. Pedro II e preceptor de suas filhas, e, do lado paterno, neto do doutor Francisco de Paula Alvarenga, reputado médico e intelectual brasileiro. (CALDEIRA, 2006, p. 3).

Novamente citando Caldeira (2006), a respeito da história dessa coleção:

A Coleção Rita Adelaide constitui uma homenagem prestada a ela por seu filho Tancredo Godofredo Vianna Martins [...]. Rita Adelaide era filha de Augusto de Araújo Vianna e Adelaide de Paula Rocha. Casou-se com Francisco Lopes Martins e tiveram dez filhos. Um deles, Tancredo, nasceu em 25 de setembro de 1884, em Sabará (MG) e faleceu em 5 de fevereiro de 1965, em Belo Horizonte. Ele exerceu a profissão de advogado em Uberaba e, mais tarde, em Belo Horizonte, onde passou a lecionar Literatura, na Faculdade de Filosofia Santa Maria, localizada, à época, no Bairro Floresta, e no Curso Complementar da Faculdade de Direito da UMG, atual UFMG. Essas duas profissões o levaram a adquirir livros para o desempenho de suas atividades de professor e advogado, mostrando-lhe que, paralelamente ao exercício profissional, o hábito de frequentar livrarias, sebos e consultar catálogos de editoras desenvolveu nele novos interesses, no caso, por obras que apresentassem outros valores, além do conteúdo. A partir desse descontinuação, só a morte interrompeu a aquisição de tais livros. (CALDEIRA, 2006, p. 99).

Os exemplares da Coleção Rita Adelaide, além de terem conteúdos relevantes, destacam-se por outras características: raridade, tamanho físico das obras, belas encadernações, iluminuras e ilustrações. Outras peculiaridades intrínsecas à coleção são número de volumes, pequeno número de tiragem, edição fora do circuito comercial, assinaturas, dedicatórias, carimbos e ex-libris. Entre os assuntos presentes no acervo, podemos destacar História, Religião, Filologia, Literatura, Botânica, Costumes, Artes e Geografia, além de obras de referência.

Hemeroteca Histórica

A Hemeroteca Histórica compõe as Coleções Especiais da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (BPELB). Guarda um valioso acervo de periódicos históricos de grande relevância para o patrimônio cultural do país. Seu acervo é composto por mais de 1.700 títulos de jornais, revistas e demais publicações periódicas, cujos primeiros registros datam de 1825. Apesar de

ser o setor mais novo da instituição, criado através da Lei nº 12.221 em 1º de julho de 1996, sua história remonta a um passado anterior à concepção da própria biblioteca. Seu acervo tem como gênese a coleção pessoal do jornalista e historiador José Pedro Xavier da Veiga, um dos fundadores e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro (Camisasca, 2008). Com a criação, em 1895, do arquivo na cidade de Ouro Preto, sua coleção pessoal foi transferida para a instituição e esteve sob sua guarda até ano de 1996, quando então foi criada a Hemeroteca Histórica.

O acervo desse novo setor é composto por periódicos que estavam salvaguardados pelo Arquivo Público Mineiro e pela reunião de publicações transferidas dos diversos setores da BPELB. O objetivo da Hemeroteca Histórica é realizar a guarda e garantir o acesso ao acervo de periódicos de valor histórico por meios físico, digital e microfilmado, destacando-se os que foram editados em Minas Gerais; objetiva também realizar a seleção e desenvolver as atividades de conservação, divulgação e processamento técnico de seu acervo. Tais diretrizes foram estabelecidas pelo Decreto nº 39.641 sobre as atribuições da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, de 15 de junho de 1998, que definiu os objetivos da então Hemeroteca Pública de Minas Gerais. Apesar de o decreto direcionar as funções da Hemeroteca Histórica, ele não especificou uma política voltada para o desenvolvimento do acervo. Para tanto, no ano de 2009 foi constituída uma comissão presidida pela diretoria da BPELB e que contava com a participação de representantes da Diretoria de Formação e Processamento Técnico de Acervos (DFPTA), Hemeroteca Histórica, Setor de Periódicos, Coleções Especiais e Seleção. A essa comissão foi solicitada a elaboração de um relatório que apresentasse critérios a serem utilizados para a formação, remanejamento e descarte dos acervos de periódicos correntes e históricos, além da criação de diretrizes que norteiam o seu desenvolvimento.

A metodologia utilizada para estabelecer os parâmetros de formação do acervo foi pautada nos critérios já definidos para os setores da biblioteca sob análise: a lei de Direitos Autorais (no que concerne aos periódicos); os artigos e as publicações sobre a formação e desenvolvimento de coleções; os critérios práticos de descartes pela DFPTA, a Lei nº 55 de 29 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Secretaria de Estado da Cultura; o Decreto nº 43.240 de 27 de março de 2003, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura; e a consulta a alguns bibliotecários e a várias bases de dados bibliográficos de instituições representativas. Em diversas reuniões foram levantadas listagens dos periódicos de todos os setores, em que cada título foi posto sob análise. Os acervos foram avaliados de acordo com a relevância sociocultural e histórica para Minas Gerais, Brasil e internacionalmente, periodicidade, circulação, adequação (nível de obsolescência e especialização), duplicidade, estado de conservação, tema e raridade da publicação.

Esses critérios estabelecidos pela comissão tiveram como base o acervo que já se encontrava reunido no setor, e buscavam padronizar os trabalhos de seleção e inclusão de novos itens, principalmente nesse momento, para o remanejamento de títulos de periódicos inventariados nos diversos acervos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Quanto às conclusões e às propostas sugeridas pela comissão, estabeleceu-se que os jornais de maior circulação em Minas Gerais seriam mantidos na BPELB (*Estado de Minas, Hoje em dia, O tempo e Diário da tarde*). Ao consultarmos o acervo que hoje está aos cuidados da Hemeroteca Histórica, encontraremos tais títulos; a guarda contínua, no entanto, foi interrompida. Podemos citar como exemplo o número mais recente do Estado de Minas: ele data de 1989, encontra-se em suporte impresso, e o microfilme é do ano de 1994. A comissão também sugeriu evitar a inclusão de duplicatas, estabelecendo como exceções as revistas autografadas por personalidades ou publicações esgotadas que sejam relevantes para a cultura mineira. Esse critério tem sido cumprido, no que estão incluídas as publicações relacionadas aos órgãos ligados à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.



Figura 4 – *O Universal*, nº 1, 18 jul. 1825.

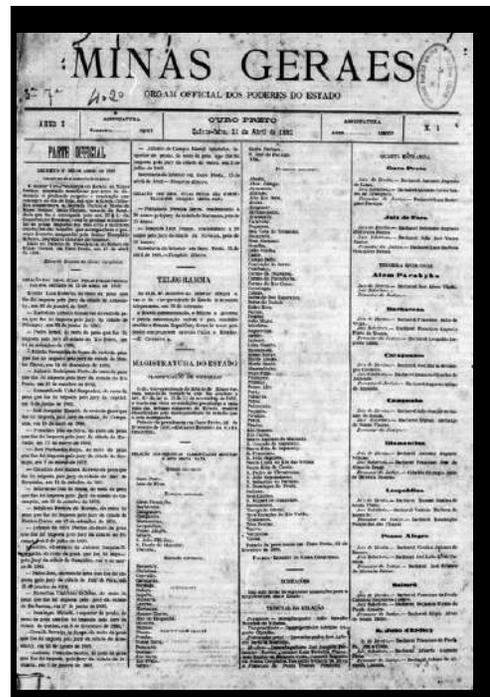


Figura 5 – *Jornal Minas Geraes*, nº 1, 21 abr. 1892.

No que diz respeito ao Diário Oficial de Minas Gerais, a sugestão da comissão prevalece ainda hoje: está sob a guarda da Hemeroteca Histórica o acervo referente ao período de 1892 até 1994. No Setor de Periódicos estão armazenados documentos dos últimos trinta anos, graças ao teor de documento comprobatório e a grande demanda por cópias xerográficas deste acervo. Após esse período, as encadernações foram remanejadas para a Hemeroteca Histórica. Foi definido que todos os periódicos da coleção Mineiriana fossem alocados para os acervos que melhor se adequassem. Nos dias atuais, a Hemeroteca Histórica salvaguarda um grande número de publicações sobre Minas Gerais transferidas oriundas dessa coleção.

Por fim, a comissão orienta que as diretrizes estabelecidas por eles sejam revistas periodicamente e as coleções de periódicos sejam reavaliadas no prazo máximo de três anos, entendendo que uma política de seleção e aquisição bem planejada não deve ser definitiva. No entanto, nenhuma comissão foi instituída desde então, fazendo-se necessárias novas reflexões sobre a sua coleção e as diretrizes que norteiam seu desenvolvimento.

Conclusão

A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa tem sua trajetória marcada por diversas situações, com momentos de altos e baixos, mas isso não foi o suficiente para que a instituição deixasse de estar sempre em busca do seu ideal.

Cada uma das coleções mencionadas neste estudo cumpre o seu papel no que diz respeito à guarda, à conservação e à disponibilização de seus acervos. Cada gestão que passou por essa instituição procurou, dentro de seus limites e condições, fazer o melhor para que não se perdessem os princípios para os quais ela foi planejada. A parceria com universidades, com o poder público e com a sociedade civil foi um dos caminhos encontrados para que a “grande biblioteca dos mineiros” pudesse, ao longo de seus 62 anos, estabelecer políticas de desenvolvimento dos acervos de obras raras. No entanto, as questões não terminam aqui: percebe-se que, à medida que o tempo passa, novos suportes de pesquisa vão surgindo; será necessária a reformulação desses critérios, adequando-os às novas mídias e às novas fontes de informação.

A busca pela qualidade será uma constante nas ações da biblioteca. Não desprezamos o trabalho que já foi feito, mas devemos procurar aperfeiçoá-lo cada vez mais sem que se perca a essência de sua missão. Nas palavras de Juscelino Kubitschek de Oliveira, seu idealizador, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa é “um espaço aprazível e convidativo, lugar de reflexão, aprendizagem, aprimoramento, história e cultura”.

Referências

150 ANOS DE TIPOGRAFIA OFICIAL. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958. 1v.

ALMADA, Márcia. As coleções Obras Raras e José Alcino Bicalho. In: CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2006. p. 73-85.

ÁVILA, Laís Corrêa de Araújo. Duas palavras: 30 anos de cultura. *Duas palavras: uma publicação da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa*, Belo Horizonte, v. 1, p.3, dez.1984.

BIBLIOTECA DE MANGUINHOS. *Catálogo de obras raras e especiais da Biblioteca de Manguinhos*. (pesquisa, seleção, notas e normalização bibliográfica por Jeorgina Gentil Rodrigues e Ivete Maria da Silva). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1992.

BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. *II Repertório bibliográfico nacional de obras dos séculos XV, XVI, XVII*. Versão preliminar. Rio de Janeiro, 1994.

BRUNET, Jacques-Charles. *Manuel du libraire et de l'amateur du livres*. Paris: Firmin-Didot Frères, Fils et Cie, 1860-1922.

CALDEIRA, Paulo da Terra. A Coleção Rita Adelaide. In: CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2006. p. 87-99.

CAMISASCA, Marina Mesquita. Uma coleção preservada. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 1, p. 154-169, 2008.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2006. 109 p.

EXPOSIÇÃO: *Coleção Rita Adelaide*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, [200-?].

FONSECA, Martinho da. *Aditamentos ao Dicionário Bibliographico Português de Innocencio Francisco da Silva*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

MINAS GERAIS. Define a competência da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências. nº 39.641, 15 jun. 1998. Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 1, col. 2, 16 jun. 1998.

MINAS GERAIS. Governador (1951-1955: Juscelino Kubitschek). Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek de Oliveira, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1954. *Imprensa Oficial*, Belo Horizonte, p. 308, 1954.

MINAS GERAIS. Governador (1955-1956: Clóvis Salgado Gama). Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais Clóvis

Salgado Gama, na sessão de 15 de junho de 1955. *Imprensa Oficial*, Belo Horizonte, p. 361, 1955.

SANTOS, José dos. *Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notáveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e de Samodães*. Porto: Tip. Da Empresa Literária e Tipográfica, 1922. 2v.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1858-1923. 7v., 8-22v.

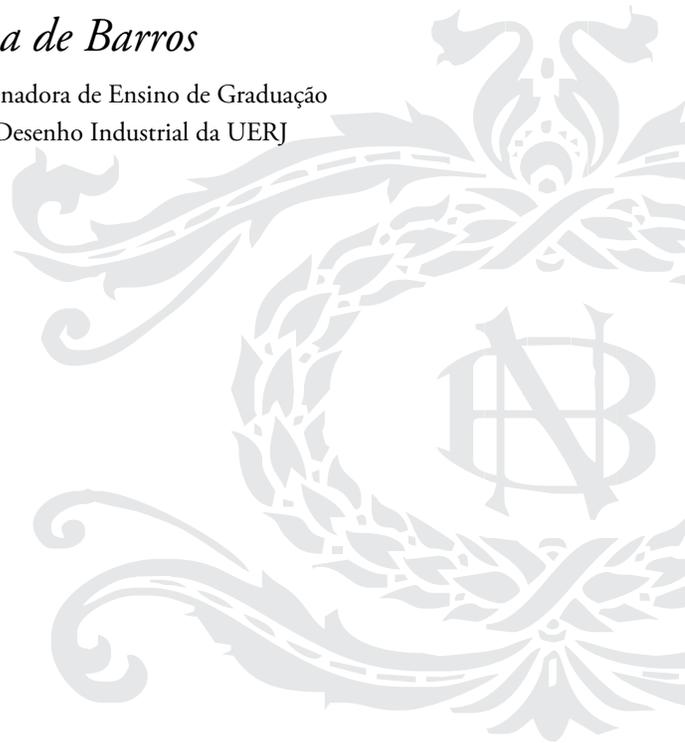
Preciosidades do Acervo



Ao encontro da cor: os primeiros impressos coloridos brasileiros de caráter lúdico (1880-1945)

Helena de Barros

Professora-doutora, coordenadora de Ensino de Graduação
da Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ





Resumo

Esta pesquisa investiga a transição das técnicas de impressão colorida – entre a interpretação manual e a fotomecânica – e sua aplicação na produção comercial brasileira. O recorte, de caráter lúdico, remonta ao repertório de imagens, hábitos e costumes nacionais relacionados à diversão e ao entretenimento, mediados por impressos coloridos no final do século XIX e início do XX. A amostragem se baseia nas estampas da iniciante produção literária infantojuvenil brasileira, além de brinquedos e jogos como teatrinhos de montar, jogos de tabuleiro e figurinhas do Jogo do Bicho. Através da análise microscópica desses impressos, são identificadas técnicas gráficas e paletas de tintas de impressão, revelando os diferentes processos, a evolução e a excelência técnica da cromolitografia em circulação no Brasil neste período.

Palavras-chave: Cor. Impressão colorida. Ilustração. Jogo. Brinquedo. Impressos efêmeros. Memória gráfica brasileira.

Abstract

Our research investigates the techniques of color printing between manual and photomechanical interpretation, as well as their application in Brazilian commercial production. Our selection, playful in nature, traces back to the repertoire of national images, habits, and uses related to fun and entertainment, mediated by color prints from the end of the 19th century to the beginning of the 20th century. The sampler puts together illustrations from the first Brazilian literary works for young adults, as well as toys and games, such as toy theaters, board games, and pictures from *Jogo do Bicho*. Analyzing the prints using a microscope one can identify the printing techniques and inks, bringing to light different processes as well as the evolution and technical excellence of chromolithography in Brazil at the time.

Keywords: Color. Colored printing. Illustration. Game. Toy. Ephemeral publications. Brazilian graphic memory.



Introdução

Esta pesquisa¹ trata da transição dos processos de interpretação da cor numa técnica de impressão histórica – a cromolitografia – e a sua aplicação na produção comercial brasileira. A amostragem se baseia em estampas de caráter lúdico relacionadas ao entretenimento e ao divertimento produzidas no Brasil: as imagens coloridas das primeiras publicações nacionais ilustradas destinadas ao público infantojuvenil; as gravuras do jogo do bicho e os primeiros jogos e brinquedos impressos em cor, localizados nos setores de Obras Gerais, Iconografia e Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional.

Nos dias de hoje, em que estamos acostumados a perceber com naturalidade a grande oferta de desenhos multicoloridos, é difícil ter o dimensionamento do impacto e da transformação que a introdução da cor impressa gerou na sociedade. A circulação de ilustrações coloridas potencializou a comunicação de conteúdos nas ciências, nas artes, na moda e em aplicações comerciais, que, até então, estavam restritas a figuras em preto e branco ou coloridas à mão.

Responsável pela popularização de estampas coloridas ao longo do século XIX, a cromolitografia foi uma técnica que alterou significativamente os padrões culturais, a circulação da informação e o consumo da época (MEGGS, 2012) – no mundo e no Brasil. Precedeu o desenvolvimento da quadricromia em litografia *offset* por processamento fotomecânico em meados do século XX, mais prático e econômico e ainda em uso na atualidade. O estudo com dispositivos de ampliação dos impressos cromolitográficos, porém, indica resultados cromáticos de alta qualidade, mais vívidos e detalhados do que a tecnologia convencional atual permite reproduzir (BARROS, 2008).

Primeiro processo colorido de impressão industrial, a cromolitografia se caracterizava, principalmente, pela concepção e conjugação de múltiplas matrizes de litografia num complexo processo empírico de separação manual da cor desenvolvido por um profissional específico: o cromista. A litografia é um processo de impressão plano, inventado no final do século XVIII, que se baseia, essencialmente, no uso de tinta de base gordurosa que adere às áreas desenhadas na matriz, contida pela ação da umidade nas áreas não desenhadas, ou seja, a repulsão entre água e óleo. Como cada matriz para cada cor implicava em laboriosa gravação, a impressão procurava se valer de poucas matrizes de cor, que através da engenhosa combinação ou superposição de grafismos, pontilhados e chapadas, simulavam outras tonalidades por mistura ótica. Quanto mais cores, mais complicada, complexa, cara e metódica

1. Projeto realizado por meio do Programa de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional.

precisava ser a composição. Apesar disso, a cromolitografia do final do século XIX e início do século XX não poupou esforços na qualidade de reprodução, chegando a combinar até mais de 20 matrizes de cor numa única imagem.

No início do século XIX, alguns editores haviam introduzido, recentemente, o gênero de literatura infantil. Jogos de tabuleiro foram o próximo passo natural, influenciados diretamente pela evolução das tecnologias de impressão. Os avanços na fabricação promovidos pela cromolitografia ajudaram artistas e impressores a criar jogos e brinquedos mais atraentes, duráveis e relativamente acessíveis para a classe média em expansão, implementando novas mídias de massa (LIMAN, 2017).

A localização, a identificação e a descrição técnica dos primeiros impressos coloridos de caráter lúdico brasileiros visam a consolidar os dados técnicos desses. Dessa forma, auxiliam pesquisas de diversas áreas (*design*, artes, letras, história, pedagogia, etc.) levando ao conhecimento e à valorização da qualidade técnica dos impressos históricos com que os profissionais trabalham ou podem vir a trabalhar.

Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa é entender como se processou, em território nacional, a transição entre as técnicas de interpretação manual (praticada na cromolitografia comercial) e o processo fotomecânico da matriz (praticado na atualidade), seu contexto de uso e sua caracterização.

O trabalho se situa no campo da Cultura Material, desenvolvendo áreas de interesse e métodos de abordagem que vêm se consolidando na Pesquisa Histórica do *Design*, tendo como objeto de estudo impressos coloridos do final século XIX e início do século XX. O principal eixo da pesquisa é o foco na organização tecnológica e projetiva do *design*. Trata-se de uma abordagem essencialmente técnica, baseada na identificação, avaliação e análise de fontes primárias – impressos cromolitográficos aqui representados por um conjunto de estampas selecionados por seu caráter lúdico dentro de um recorte temporal. Objetiva reconhecer, reunir, registrar, informar e descrever tecnicamente essas publicações históricas, localizadas no acervo da Biblioteca Nacional, colaborando, assim, com a Memória Gráfica Brasileira, seja no resgate e visibilidade dessa produção, seja na constituição de um senso de identidade local.

Sabe-se que a tecnologia da indústria gráfica no Brasil foi inicialmente advinda do estrangeiro, não só em termos de maquinário, mas também de mão-de-obra. Faz parte do senso comum a ideia de que a qualidade não costumava ser a tônica histórica da produção industrial nacional antes do estabelecimento formal do *design* no país. Nesse sentido, se buscará qualificar o

objeto de pesquisa, empregando dispositivos específicos de leitura do acervo, isto é, métodos de identificação e caracterização. A análise técnico-conceitual origina-se na questão da cor e em técnicas de representação tonal e abre-se em comentários sobre a antropologia do consumo, determinando escolhas de ordem iconográfica sobre elementos e símbolos ligados à cultura popular brasileira, seus hábitos e costumes de entretenimento. Sendo que as últimas observações decorrem sempre de uma primeira caracterização de ordem técnica; principal foco da pesquisa.

Metodologia

O desenvolvimento do trabalho se fundamenta numa pesquisa técnica orientada pela observação e análise de fontes primárias, ou seja, impressos originais, baseando-se em sua microestrutura gráfica. Para um exame mais específico quanto ao uso das cores e à identificação das técnicas de impressão, é necessário o contato direto com os impressos de primeira geração. Isso quer dizer que não se pode fazer tal avaliação a partir de reimpressões fac-similares ou de digitalizações. As obras originais, executadas nas técnicas de impressão próprias da época, precisam ser observadas presencialmente, a olho nu e/ou com lupas microscópicas. Esse método alinha-se com as propostas metodológicas de identificação de técnicas de impressão pelo registro ampliado de imagem, como as apresentadas por Gascoigne (2004), Benson (2008) e Jürgens (2009).

Para a avaliação, seleção, registro e análise dos impressos constituintes do *corpus* de estudo foi aplicado um método específico, desenvolvido anteriormente por esta pesquisadora (BARROS, 2018), em que se propõe um modelo sistemático de investigação e apresentação das amostras.

O método consiste em, inicialmente, selecionar o material de amostragem, a olho nu, a partir das características visuais e táteis de cada impresso. Numa segunda etapa, é identificada a microestrutura de construção da estampa, feita com base na coleta de dados teóricos, auxiliada pelo uso de dispositivos óticos de ampliação. A terceira etapa visa à confirmação da técnica de impressão, auxiliada por um dispositivo de ampliação de maior capacidade. Esse método é decorrente do treinamento da percepção visual e tátil para as características gráficas de diferentes sistemas de impressão em relação à sua definição de detalhes, textura e amplitude cromática e pela experiência prática desenvolvida pela pesquisadora nos últimos 20 anos de pesquisa com impressos históricos. Para a segunda etapa, são utilizados conta-fios com fator de ampliação de 10 vezes e 30 vezes e microscópio de mão com fator de ampliação de 25 vezes. Para a terceira etapa, é necessário microscópio de mão com fator de ampliação

de 50 vezes – já que, em alguns casos, a técnica só pode ser reconhecida pelas características da deposição da tinta no papel.

Para o registro da microestrutura observada no acervo, lançou-se mão de uma pequena lupa microscópica com adaptador para câmera de telefone celular de oito *megapixel* (Figura 1). Esse tipo de registro é aqui denominado de RFM (Registro Fotográfico Microscópico). Tal dispositivo captura uma área circular de diâmetro correspondente a 0,5 centímetro do original, possibilitando uma ampliação de até 30 centímetros com 72 ppi (*pixels per inch*), ou seja, 60 vezes maior. Foi adotado, porém, um fator de ampliação intermediário que permite a localização contextual da área de captura e, ao mesmo tempo, é suficiente para contemplar as questões técnicas abordadas, apresentando-se na escala 7:1 (Figura 1a).

O uso desse dispositivo permite que as amostras apresentadas ilustrem parcialmente o que foi observado com microscópio portátil no acervo. Quando utilizado sem luz artificial, esse processo não expõe o original a nenhum procedimento de risco, o que torna o registro viável e de forma prática e ágil.

Além do registro fotográfico microscópico, foi elaborada uma estimativa das cores de seleção feita a partir da observação com microscópio de 25 vezes, focalizando áreas distintas do impresso original. A identificação de cor é designada através da escala de referência cromática proposta por Barros (2018), especialmente para essa finalidade, baseada na nomenclatura de cor determinada pelo Sistema de Cor de Munsell, adotando a linguagem de cor universal de nível três da NBS ISCC (KELLY & JUDD, 1939) mapeada num sistema cromático lógico e descritivo que compreende 268 cores nomeadas e numeradas (Figura 2).

A designação de cor foi efetuada por comparação visual (Figura 3) entre a observação microscópica (a) ou com lupas (c) dos impressos e a escala de referência cromática (b), buscando os mínimos vestígios fora de registro que evidenciem a presença das tintas operantes. O conhecimento da teoria da cor foi utilizado para identificar o produto da sobreposição de tintas, decompondo seus elementos (d).

Corpus de estudo

O *corpus* de estudo desta pesquisa concentra-se, inicialmente, nas primeiras produções editoriais infantojuvenis com ilustrações coloridas publicadas no Brasil. A maior parte dessas publicações está localizada no acervo de Obras Gerais da FBN, com alguns exemplares alocados no setor de Obras Raras. Em seguida, serão abordados os impressos efêmeros nas figurinhas do jogo do

bicho e, por último, os jogos e brinquedos impressos, além dos teatrinhos de montar – todos depositados na divisão de Iconografia.

Para a familiarização com as primeiras publicações editoriais infantis, realizou-se a revisão de literatura relacionada ao começo dessa produção (na década de 1880), a fim não só do levantamento de títulos, mas de tomar conhecimento da relevância das publicações nos âmbitos sociocultural e editorial brasileiros. Foram consultadas, para essa contextualização, produções bibliográficas, teses de doutorado, relatórios de pós-doutorado e artigos científicos. Por meio da revisão de literatura, foi possível identificar a produção inicial literária destinada ao público infantojuvenil no Brasil que antecedeu o marco inaugural considerado por muitos autores na figura do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), a partir da publicação de *A menina do nariz arrebitado* em 1920. Entre as principais editoras desse período estão a Livraria Garnier; a Editora Laemmert; a Livraria Quaresma Editora; a Editora Francisco Alves e a Weiszflog Irmão.

O primeiro levantamento propiciou a localização de obras relevantes para a pesquisa. Por meio de consulta presencial e da investigação visual direta dos exemplares, foi possível reconhecer aqueles que usavam gravuras coloridas e identificar as técnicas de impressão empregadas com o auxílio de lupas e microscópios, além de selecionar as publicações mais importantes para a análise do estudo. Alguns desses livros ilustrados, apesar da relevância historiográfica, foram descartados do corpo central da pesquisa, pois se tratava de materiais produzidos com apenas uma cor de impressão ou de publicações que, mesmo possuindo desenhos coloridos no miolo, eram formadas por imagens impressas apenas em preto com cores aplicadas manualmente por aquarela. A partir da análise e da contextualização, a pesquisa concentrou-se principalmente na coleção *Biblioteca juvenil*, composta por cinco títulos traduzidos por Carlos Jansen Müller, publicados pela H. Laemmert & C. a partir de 1882.

A produção brasileira associada aos impressos efêmeros de caráter lúdico – aqui representados por figurinhas do jogo do bicho, brinquedos e jogos impressos ou teatrinhos de montar – foi pouquíssimo abordada academicamente. De maneira geral, as publicações associadas aos hábitos e brincadeiras infantis nacionais tratam de peças tridimensionais, sejam brinquedos elaborados artesanalmente com tecido ou sucata ou os produzidos industrialmente, em madeira, metal ou, mais recentemente, em plástico. Pode-se justificar a lacuna de artigos ou publicações científicas dos efêmeros de caráter lúdico por sua fragilidade e, conseqüentemente, suas poucas chances de preservação – característica intrínseca de tais impressos. Isso se torna mais evidente quando se fala de objetos produzidos em papel manipulados por crianças no manuseio cotidiano, ou até mesmo pelo desconhecimento desse tipo de acervo nas bibliotecas. Ao contrário de coleções particulares, as peças da Biblioteca

Nacional não foram submetidas a uso, mas recolhidas diretamente de seus produtores conforme as leis do Depósito Legal ou do Direito Autoral.

Contribui para seu desconhecimento o fato de, no início da pesquisa, a maioria desses efêmeros não estar catalogada adequadamente na base de dados da Biblioteca Nacional (sendo incorporada ao catálogo digital durante o seu desenvolvimento). Da mesma maneira, boa parte do material tratado aqui foi digitalizado, graças ao empenho da área de Iconografia. Cabe ressaltar que tomei conhecimento desse material ao longo de pesquisas anteriores junto ao acervo do setor, onde tais itens me foram apresentados pela bibliotecária da casa, Mônica Carneiro Alves, face ao meu interesse pelas impressões cromolitográficas. Apenas uma publicação foi localizada comentando uma única cartela de figurinhas do jogo do bicho (GOMES, 2011). Mesmo a produção acadêmica sobre jogos de tabuleiro – que parece ter ganhado novo fôlego mundial nas últimas décadas, frente à popularização das estratégias de *gamificação* em voga nos jogos digitais – também não costuma abarcar a nossa produção histórica. Nenhum artigo nacional abordando essa amostragem de brinquedos impressos foi localizado ao longo do estudo. Além das figurinhas do jogo do bicho (a partir de 1898), a amostragem concentra-se nos jogos e brinquedos impressos (entre as décadas de 1930 e 1940), representados pela produção da Weiszflog Irmão, que mais tarde se tornaria a Editora Melhoramentos – em atividade até os dias de hoje.

Pretende-se, assim, dar visibilidade e despertar interesse sobre essa memória gráfica brasileira, além de qualificar esta produção sobre seus aspectos técnicos de impressão.

A Coleção Biblioteca para a juventude

A partir da revisão da literatura e do seu cruzamento com a observação dos exemplares em suas edições originais, as obras que apresentaram maior relevância para a pesquisa foram as da coleção *Livros redigidos para a mocidade brasileira* (ou *Biblioteca para a juventude*), traduzidas por Carlos Jansen Müller (1829-1889) – baseada nas edições alemãs de Franz Hoffman (1814-1882) –, publicadas pela Editora Laemmert entre os anos de 1882 e 1891 e reeditadas de 1901 a 1909. Os mesmos títulos foram, ainda, relançados posteriormente pela Editora Minerva no ano de 1943, cujas publicações também estão localizadas no acervo da BN.

A experiência com a *Biblioteca da Juventude* foi marcante na memória do escritor Monteiro Lobato, na qual os citados livros se colocam como um referencial de inspiração e vivência literária. Como destaca Raffaini, esses eram “livros para morar”:

Para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me como vivi dentro do *Robinson Crusóé* do Laemmert. Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar. Não ler e jogar fora; sim morar, como morei no *Robinson* e n'Os filhos do capitão Grant.²

Afora o aspecto literário, já abordado por diversos autores, pretende-se aqui tratar das apresentações gráfica e material da Coleção, aspectos que se acrescentam como diferenciais qualitativos, especialmente pela presença de ilustrações coloridas: as cromos que acompanham o texto. Concebidos como livros didáticos para ajudar a despertar o gosto pela leitura nas crianças e nos adolescentes nas escolas, seu mérito surge especialmente pela configuração textual-imagética e pelo cuidado com a impressão, rerepresentando um modelo já bem sucedido internacionalmente. Nesse sentido, pretende-se enfocar aspectos da “cultura material do livro” que codificam, em sua aparência e em sua materialidade, informações subjacentes ao contexto histórico da sociedade e das tecnologias que o produziram.

Lima & Souza enfatizam a qualidade da encadernação e da impressão, enaltecida também em anúncios nos periódicos da época:

Os cinco volumes de sua biblioteca foram publicados pela Laemmert em edições de boa qualidade gráfica, tanto pelas ilustrações coloridas como pela encadernação. (...) Testemunham ainda sobre seu acabamento editorial os anúncios publicados nos periódicos que circularam no país nas duas últimas décadas do século XIX. [...] Acerca de *As mil e uma noites*, o redator escreve que “a impressão é das mais nítidas que temos visto e a encadernação da obra, primorosa” (*Gazeta de notícias*, 24/12/1882, ano VIII, n. 357, capa). A mesma *Gazeta* descreve a edição de *Robinson Crusóé* como “nitidamente impressa”, numa “edição de luxo, adornada com esplêndidos cromos e magnífica capa ilustrada” (26/02/1885, ano XI, n. 57). O editor anunciava ainda uma edição especial, a um preço mais elevado, com “encadernação em percalina inglesa com folhas douradas” (*Gazeta de notícias*, 06/03/1885, ano XI, n. 65, p. 4). (LIMA & SOUZA, 2005, p. 107-108)

Ainda na *Gazeta de notícias* de 26/12/1886 (ano XII, n. 360, p. 4), em anúncio intitulado “Livros para festas”, alardeia-se a qualidade das publicações, indicando que os livros são “próprios para presente de festas” (Figura 4).

2. Lobato apud RAFFAINI (2016, p. 35). Carta ao amigo Godofredo Rangel em 07/05/1916.

O diferencial da coleção, modelos e ilustrações

A coleção editada por H. Laemmert & C. no último quartel do século XIX (sediada no Rio de Janeiro na Rua do Ouvidor, nº 66) é destacada por diversos autores como pioneira na tradução de livros infantis no português falado no Brasil (ARROYO, 2017 [1968]; HALLEWELL, 2005 [1985]; (VIEIRA, 2004; LIMA & SOUZA, 2005; FARIA, 2008; HANSEN, 2016; RAFFAINI, 2016; entre outros).

Nessa mesma época, a Livraria Garnier, também situada em luxuoso endereço na Rua do Ouvidor desde 1844, liderava a importação de livros, sendo especialmente experiente no comércio de exemplares franceses. Aventurava-se, ainda, na encomenda de clássicos vertidos para o português.

Monteiro Lobato comenta em carta ao amigo Godofredo Rangel, em 1925, a natureza dessas traduções: “Estou a examinar os contos de Grimm dados pelo Garnier. Pobres crianças brasileiras! Que traduções galegas! Temos de refazer tudo isso – abrigar a linguagem” (apud ARROYO, 1968).

A adaptação para o português brasileiro coloca-se como um diferencial estratégico para a conquista da leitura na infância e juventude. Como comentado por Lobato, o português de Portugal – idioma da maioria das traduções em circulação no Brasil –, não só pela diferença de expressões e construções idiomáticas, mas pelo formalismo do estilo literário mais rebuscado, era mais adequado a um público adulto e erudito e se colocava como um empecilho direto para a fruição do texto nas idades mais tenras:

Esses livros eram traduzidos para as crianças portuguesas, que provavelmente não entendiam nada, também. E eram mal impressos, com ilustrações piores que o nariz do ilustrador. Também eu, quando criança, detestava tais livros ‘miríficos’, que quer dizer ‘maravilhosos, admiráveis’. E como não entendia patavina do que estava escrito neles, divertia-me lendo as figuras. Pobres crianças daquele tempo! Nada tinham para ler. E para as crianças, um livro é todo um mundo. (apud OLIVEIRA, 2007, p. 42).

Destaca-se, neste breve trecho, mais um aspecto fundamental para promover o engajamento e o interesse dos pequenos e dos jovens na prática da leitura: a presença das figuras junto aos textos. As imagens, especialmente as coloridas, viabilizadas pela cromolitografia, eram peças-chave para a configuração de um produto diferenciado para um público bem específico: o “livro com ilustrações”.

Diferentemente do “livro de imagem” e do “livro ilustrado” (com o primeiro associado aos pré-leitores e o segundo, aos leitores iniciantes), o “livro com ilustrações” é normalmente destinado a um público juvenil, capaz de ler e fruir com autonomia textos de maior extensão e complexidade (MENDES,

2016, a partir de Nelly Novaes Coelho, 2000). A relação entre texto e imagem é cambiante, em que um influencia a interpretação do outro e vice-versa. Para o ilustrador Rui de Oliveira (2009), as gravuras do livro auxiliam a criação de memórias visuais nas crianças e a leitura harmoniosa entre palavra e ilustração amplia o significado lúdico e simbólico do livro. A presença dos “esplêndidos chromos” agregava nobreza e distinção às edições. Carlos Jansen chegou a encaminhá-los a Rui Barbosa para encorajar a redação do prefácio:

Tenho agora no prelo *As viagens de Gulliver*, obra de que lhe envio algumas folhas e os cromos que devem acompanhar o texto – tenho a ousadia de pedir-lhe uma introdução, como Sr. Conselheiro, bom amante da instrução, as sabe fazer. (Carta de Carlos Jansen a Rui Barbosa, 1955, apud FARIA, 2008, p. 39).

A investida do livreiro e editor imigrante alemão Henrique Laemmert, então proprietário da Livraria Universal, concorrente direta da francesa Garnier, é viabilizada pelos contatos mantidos com seu país de origem e seus compatriotas. A Laemmert valeu-se da adaptação para a juventude das já bem sucedidas versões alemãs ilustradas elaboradas pelo “educacionista” Franz Hoffmann (1814-1882) algumas décadas antes, como base para as que seriam produzidas em português brasileiro. Tratava-se de versões mais enxutas e condensadas dos textos originais destinadas ao público juvenil e adaptadas ao seu nível de compreensão literária, em estilo mais direto e eliminando o que pudesse “ofender o decoro”, a fim de vulgarizar, difundir e incentivar a leitura dos clássicos nas escolas secundárias nacionais.

Carlos Jansen (1829-1889), também alemão radicado no Brasil, ficou encarregado da tradução. “Alemão de origem, ele fala e escreve perfeitamente a nossa língua, na qual tem escrito não poucos romances e contos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1885). Era professor de línguas no renomado Colégio Pedro II e empenhou-se em legitimar a necessidade de versões específicas para nosso idioma, correspondendo-se com intelectuais de vulto no Brasil, como Machado de Assis, Rui Barbosa, Silvio Romero, Ferreira de Araújo, que lhe renderam prestigiosos e extensos prefácios para as primeiras edições. Tal fato resultou em eficaz promoção e boa recepção crítica das edições.

Cruzando-se as datas indicadas por Lima & Souza (2005) com o levantamento das datas impressas nas folhas de rosto³, o lançamento dos livros desta

3. Não consta a data em algumas das edições impressas. Este é o caso de *Contos seletos das mil e uma noites* (BN) e das edições de *Dom Quixote* (BN) e de *Robinson Crusóé* (BBM). Supõe-se que *As mil e uma noites* (BN) seja a primeira edição pela diferença editorial em relação à segunda edição de 1908 (BBM). Em relação a *Dom Quixote* e *Robinson Crusóé*, pressupõe-se que sejam segundas edições, visto que em ambos a editora Laemmert já se

coleção teve intervalo de poucos anos entre cada edição, sendo publicados inicialmente entre 1882 e 1891.

O primeiro foi *Contos seletos das mil e uma noites* em 1882 (uma seleção de contos folclóricos do oriente médio), seguido por *Robinson Crusoe* em 1885. Segundo anúncios da Laemmert, *Dom Quixote* foi editado em 1886. *As viagens de Gulliver a terras desconhecidas* saiu em 1888. *Aventuras pasmosas do celeberrimo Barão de Munchhausen* é a única edição póstuma, publicada, em 1891, dois anos após a morte de Jansen. Registra-se, ainda, uma segunda edição de *Dom Quixote* (1901); *Barão de Munchhausen* (1902) e *Contos seletos das mil e uma noites* (1908). As segundas edições de *Gulliver* e *Robinson* são, possivelmente, de 1909 – ano em que um incêndio destruiu as instalações e arquivos da Livraria Universal. Os direitos autorais pertencentes à editora Laemmert foram então vendidos ao livreiro Francisco Alves, mas não se encontrou registro de publicação dos mesmos títulos por este editor (RAFFAINI, 2016b). Novas versões também baseadas nas traduções de Jansen e ilustradas com algumas das mesmas imagens serão reeditadas apenas em 1943, creditadas à Editora Minerva.

A Biblioteca Nacional possui os títulos da Laemmert em suas primeiras edições (exceto *Dom Quixote*, em segunda edição e *Robinson Crusoe*, que não pode ser localizado). E ainda as reedições da Minerva de *As mil e uma noites* e do *Barão de Munchhausen*. Para fins comparativos, foram consultados exemplares localizados em outras instituições: a Biblioteca Brasileira Mindlin (BBM), em São Paulo, que possui a coleção completa em segundas edições da Laemmert; e a Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro, com um exemplar da segunda edição de *As mil e uma noites* de 1908 (Figura 5).

Ao pesquisar na internet pelo nome do autor Franz Hoffmann, cujo plano de adaptação é sempre referenciado nas edições de Jansen, chegou-se ao subtítulo da série original “*Erzählung für die Jugend bearbeitet von Franz Hoffmann*” (histórias para a juventude editadas por Franz Hoffmann). A fim de datar e obter maiores informações sobre estas publicações, foram localizadas algumas das obras originais em acervos digitalizados, como o *Google Books*, e em sebos internacionais, sem, entretanto, poder afirmar se são primeiras edições. A busca de imagens foi facilitada por ferramentas de pesquisa *online*, como o *Google Images*, utilizado para encontrar gravuras de configuração visual semelhante às ilustrações das obras da Laemmert, identificando, assim, os títulos das obras na língua alemã. A cada novo elemento textual descoberto, como editora, ilustrador etc., a procura por palavras-chave era ampliada, gerando novos resultados de busca. A utilização deste recurso de

situa no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife – e não apenas no Rio de Janeiro, seu endereço inicial.

pesquisa por imagens *on-line* foi fundamental para a localização de modelos e edições internacionais, para a compreensão do fluxo de circulação e para a identificação de informações.

A edição mais antiga que se conseguiu encontrar de “*Die schönsten märchen der tausend und einen nach*” (*Os mais belos contos das mil e uma noites*) foi publicada em 1867 – cópia digitalizada pela *Princeton University* –; a de “*Don Quijote fran la Mancha*” (*Dom Quixote de la Mancha*) em 1873; a de “*Gullivers Reisen in unbekannte Länder*” (*As viagens de Gulliver a terras desconhecidas*) em [186-] – cópia digitalizada pela Universidade de Michigan –; a de “*Münchhausens Abenteuer*” (*As aventuras de Munchhausen*) em 1870. De *Robinson Crusó* foi localizada apenas uma edição de 1896 e uma segunda edição de 1901, mas considerando a data de publicação da versão de Jansen, em 1885, presume-se haver edição anterior. Nem sempre foi possível encontrar imagens digitais das obras.

A partir da observação das imagens digitais encontradas das edições internacionais, pode-se verificar que se trata não apenas da replicação de um modelo textual, mas de um mesmo modelo editorial, que inclui o formato, a diagramação e a reprodução de ilustrações em preto e branco (Figura 6) e coloridas. A ausência de informação do estabelecimento de impressão nos exemplares da Laemmert, a ainda modesta configuração do setor gráfico brasileiro no período e a semelhança das cromos nos fazem crer que os textos poderiam ser recompostos sob encomenda no idioma estrangeiro e impressos na mesma gráfica alemã, valendo-se das mesmas matrizes de gravuras, num possível acordo comercial de reedição e reimpressão entre a editora brasileira Laemmert e alguma das editoras alemãs dos textos de Hoffmann. A principal foi a editora de livros infantis Thienemanns, focada na produção de livros ilustrados, mas a primeira edição encontrada de *As mil e uma Noites* (1867) foi editada por Schmidt & Spring, ambas sediadas em Stuttgart. A Thienemanns foi fundada, em 1849, por Karl Thienemann, dirigida por Julius Hoffmann desde 1892 e permanece ativa nos dias de hoje sob a razão social Thienemann-Esslinger Verlag, como podemos observar na Wikipédia (THIENEMANN-ESSLINGER Verlag, 2021).

A edição digitalizada de *As mil e uma noites*, de 1867, adaptada por Franz Hoffmann, apresenta 20 contos com 16 ilustrações em 374 páginas. A versão produzida por Jansen, em 1882, foi editada, apresentando apenas 12 contos e seis ilustrações em 276 páginas. Dos 12 contos selecionados na edição brasileira, apenas seis possuem gravuras: *O príncipe Muhamed e suas aventuras; Hassan, o cordoeiro; O príncipe Achmet e a fada Paribanu; Harun-al-Rachid e Abdallah; Sin bad, o marujo; e Agib, o curioso*. Na comparação entre ambas, observa-se que apenas dois dos contos selecionados não possuíam figuras no original: *A pesca maravilhosa e As viagens do corcunda morto. Abú e Niutin; As*

três irmãs; e, curiosamente, duas das histórias mais difundidas, *Aladdin e a lâmpada maravilhosa* e *Ali Babá e os quarenta salteadores* perderam suas ilustrações (as duas últimas na Figura 2). Em todas as edições da Minerva, de 1943, apenas três desenhos são mantidos no miolo. O corte de imagens e texto representa um empobrecimento das versões posteriores; quem sabe a fim de economizar os custos de impressão ou o volume da importação. Entretanto, o motivo pelo qual a seleção não se concentrou nas histórias mais celebradas é uma questão ainda sem resposta.

O modelo ilustrado proveniente da Alemanha parece ter sido bem sucedido em sua disseminação mundial: o mesmo repertório de imagens e ilustração de capa era utilizado para outros idiomas – além das edições brasileiras, foram localizadas na internet versões em russo, exemplificado aqui por *Barão de Munchhausen*, confirmando que a prática não foi exclusiva do Brasil (Figura 7). Cromos a partir das aquarelas de Wilhelm Simmler foram utilizadas numa adaptação anterior, como se vê em Théophile Gautier, editado pela alemã D. Noothoven Van Goor, sem data, mas registrado o ano de 1884 na dedicação manuscrita (no verso lê-se o selo em relevo dos impressores “J. Giltay en Zoon Boekbinderij, Dordrecht”) (BOOKWINKEL TJETURELUUR, 2019). Essa edição apresenta no miolo o mesmo conjunto de gravuras da brasileira. No processo de replicação adaptada, uma das ilustrações que inicialmente foi apresentada no miolo torna-se a capa, como pode ser observado em sucessivas versões, exceto na da Minerva, que escolheu outro desenho do mesmo conjunto para figurar na capa e parte para um *layout* alternativo onde a semelhança se dá apenas no retângulo ilustrado, perdendo em muito da sua distinção e elegância, mas possivelmente procurando se adequar aos novos padrões editoriais da década de 1940⁴.

A Thienemanns adotou o mesmo elenco de imagens de Simmler para ilustrar a adaptação de Hoffmann. Observa-se a semelhança entre a capa da edição alemã da Thienemanns (s.d.) com a capa da primeira edição brasileira da Laemmert (1891, BN): ilustração cromolitográfica impressa em papel cartonado, montado sobre encadernação em capa dura forrada em linho (ou segundo anúncios da Laemmert, “volume cartonado com capa allegorica”), inclusive com as mesmas cores de tecido (base cinza e lombada em vermelho). A reprodução do desenho é muito semelhante na distribuição das cores e elementos. A gravura na capa da segunda edição da Laemmert (1902) é mais semelhante à da edição russa (1903): surgem mais nuances tonais e um conjunto de nuvens ao fundo com ênfase diagonal. A seleção de cores

4. Nas edições da Minerva, os textos também sofreram uma nova adaptação por Terra de Senna, sendo totalmente refundidos. Cobelo (2014) comenta sobre a versão de *Dom Quixote*, na qual o texto foi mutilado, perdendo muito da elegância, estilo e qualidades da adaptação de Jansen, num mero resumo sem maiores atrativos.

oferece maior contraste e diversidade, com azuis e vermelhos mais vibrantes e tonalidades amareladas no horizonte. Apesar de uma prevalência do título disposto em arco em algumas edições, as escolhas tipográficas são diversas – cada versão adota estilos tipográficos e cores diferenciados, sem seguir um mesmo padrão.

As técnicas de impressão da *Biblioteca para a juventude*

Antes de eleger as obras da Laemmert para esta análise, foram pesquisados, dentre os apontados por Raffaini (2016), outros livros pioneiros da literatura infantil no Brasil, como *João Felpudo*, *Juca e Chico* e os publicados por Figueiredo Pimentel, citados por Oliveira (2007) – sob o título de Biblioteca Livraria Queresma, entre eles: *Histórias da baratinha*; *Contos da carochinha*; *Histórias da vozinha*; *Histórias do arco da velha*; *Theatrinho infantil*. Em relação às técnicas de impressão de imagens, essas publicações mostraram-se de menor complexidade do que as oferecidas por aquela editora.

João Felpudo, inicialmente publicado pela Laemmert e, posteriormente, pela Francisco Alves (edição consultada no setor de Obras raras da BN), apresenta ilustrações impressas em preto por clichê a traço. Alguns dos desenhos têm linhas gravadas à máquina (*ruling machine*). As imagens são coloridas, porém as cores não são impressas, mas sim aquareladas à mão, utilizando entre quatro e nove cores distintas. Esta era uma técnica usual no século XIX, muitas vezes empregando a mão-de-obra de mulheres e crianças. Pela natureza do desenho, *Juca e Chico* parece ser executado de maneira semelhante.

Os livros de Figueiredo Pimentel apresentam capas coloridas, num conjunto que varia sob a mesma estrutura de *layout*, mas com pouca elaboração na conjugação das cores. Nas ilustrações de miolo, que chegaram a contar com o traço do renomado ilustrador Julião Machado, são também em clichê a traço, sem aplicação de cores.

Já a Biblioteca para a juventude da Laemmert apresenta uma variação de técnicas em suas cromos, o que contribuiu para sua escolha nesta análise mais aprofundada. O termo “cromo” é uma abreviação de cromolitografia, técnica inventada, em 1837, pelo francês Godefroy Engelmann, que designa uma estampa litográfica impressa em múltiplas cores, superpostas e em registro, a fim de constituir uma única imagem colorida. Tais edições apresentavam entre quatro e sete cromos no miolo, em folhas avulsas, sem paginação, com o verso em branco e encartadas na publicação após a impressão do texto. Isso se deve em razão de utilizarem métodos de impressão distintos.

Enquanto o texto era composto em tipografia – processo de impressão a partir de matrizes em alto relevo –, as cromos são impressas em litografia: processo plano, e, não raro, pela expertise da mão de obra e maquinário diferenciados, designavam também estabelecimentos de impressão diferentes.

Por se tratar de um processo em alto relevo, a tipografia era compatível apenas com imagens também em relevo, como as ilustrações em preto e branco que acompanham o texto. Nesse caso, as matrizes podiam ser esculpidas em xilo de topo e podiam ser duplicadas por clichê – cópias exatas da matriz de madeira, mas em metal. Clichês eram criados, inicialmente, pressionando um molde de cera em um bloco original gravado, depois o molde era polvilhado com grafite e banhado em uma solução de sulfito de cobre. Era aplicada uma carga elétrica e a reação química criava uma superfície fina de cobre no molde. Uma vez removido do molde, o bloco de cobre poderia ser colocado em serviço. O processo produzia blocos duráveis e reutilizáveis, adequados para tiragens maiores, já em uso por volta de 1850. Posteriormente, clichês em relevo seriam produzidos também por processo fotomecânico, tornando-se capaz de incorporar imagens de origem fotográfica a partir de 1886. Nesse caso, a imagem passa a simular meios-tons através da retícula de amplitude modular (Figura 8).

Por sua vez, a litografia é um processo plano, inventado por Alois Senefelder em 1796. A técnica baseia-se na repulsão entre água e óleo, tendo como matriz blocos de pedra calcária gravados diretamente por instrumentos de desenho como *crayon*, bico de pena e pincel. Depois de tratado quimicamente, o desenho feito em base gordurosa atrai a tinta, também gordurosa, sendo contido nas áreas gravadas pela ação da água, já que a pedra é constantemente umedecida durante a impressão.

A cromolitografia é uma impressão litográfica colorida na qual a imagem se compõe por pelo menos três cores. Cada uma delas é aplicada no impresso por uma pedra diferente. Ao contrário da litografia entintada, em que a segunda e a terceira cores distribuem matizes sobre a primeira impressão, as de uma cromo constituem a figura em si. A cromolitografia é, portanto, uma técnica muito complexa que requer um registro perfeito e um sofisticado entendimento da cor. (MARZIO, 1979, p. 9, tradução nossa).

Os estilos de desenho e as técnicas de gravação presentes na *Biblioteca Juvenil* representam uma variada amostragem de recursos cromolitográficos, com expressivo uso das cores. Vale dizer que os livros não são diretamente ilustrados pelas aquarelas originais. Note-se que nas folhas de rosto alemãs consta “sobre aquarelas de” (*nach aquarellen von*, grifo nosso). Isso porque, nessa época, para se reproduzir um desenho original, eram necessárias a interpretação e a replicação manual do desenho nas matrizes compatíveis com a técnica de impressão seriada. Nesse caso, em função da reprodução das cores, era adotada a técnica cromolitográfica. Assim, convém uma complexa decomposição da imagem, distribuída em camadas de cores de impressão, trabalho planejado e executado por profissionais específicos: os cromistas.

Depois de avaliar as aquarelas originais, o cromista determinava quantas e quais cores precisavam ser utilizadas na reprodução. Usava-se, como matriz, uma pedra para cada cor a ser impressa. Cada pedra precisava ser granitada e texturizada de acordo com o material de gravação designado para cada cor. Diferentes níveis de aspereza e polimento promoviam diferentes resultados de acordo com a técnica de gravação a ser adotada. Assim, uma pedra mais áspera era indicada para a gravação de textura grossa com *crayon*; uma aspereza intermediária, para o trabalho de *crayon* mais delicado; e a pedra lisa, bem polida, para desenhos detalhados em bico de pena, pincel ou para receber gelatinas de reticular, de forma a não oferecer ruído ou resistência para o deslizamento da pena. A porosidade da pedra, quando desenhada com lápis graxo, oferecia o mesmo efeito do desenho a lápis mole em papel rugoso. O nível de aspereza da pedra interagiu com a deposição do lápis, fornecendo sua textura à imagem gravada da mesma forma que o papel.

A tinta química penetra na pedra tanto em sua maneira fluida como na forma seca, tornando-a receptiva a imprimir em cor. [...] Se em vez de uma superfície polida a pedra apresentar uma base mais bruta, a massa de pontos será mais áspera ou fina, de acordo com a pressão do *crayon*, produzindo um efeito similar ao *crayon* sobre papel. (SENEFELDER, 1911 [1818], p. 178, tradução nossa).

Para o desenho com a tinta líquida em bico de pena ou pincel, em vez de áspera, a pedra precisava ser tão polida quanto o vidro, de modo a não oferecer resistência ao desenho fluido a fim de gravar áreas homogêneas de tinta. As primeiras técnicas utilizadas na cromolitografia concentravam-se apenas em ferramentas de desenho com *crayon*, bico de pena e pincel. Com o avanço tecnológico, novos processos entram em cena, como os padrões de pontilhado manual para implementar efeitos gráficos. A partir de 1890, padrões gráficos e texturas encrustados em folhas de gelatina de reticular agilizaram e aceleraram o processo de gravação de meios tons: eram as tintas mecânicas – também conhecidas como Bendays. Tudo isso antes que o processo de impressão colorida pudesse ser totalmente mecanizado através da separação de cor por filtros fotográficos e impressão por retícula fotomecânica a partir de 1902⁵. Registros fotográficos microscópicos das cromos auxiliaram na identificação da técnica e estão apresentados, aqui, sempre em recorte circular e no mesmo registro de escala de ampliação (aproximadamente sete vezes o tamanho real das imagens impressas).

As mil e uma noites (1882, BN) é gravado na técnica de pincel, *crayon* e bico de pena em traço livre (Figura 9), assim como é o caso de *Robinson Crusoe*

5. Para maior detalhamento dos processos e das técnicas gráficas mencionados, ver BARROS, 2008 e 2018.

(s.d., BBM), embora ambos tenham estilos de ilustração bastante distintos (Figura 10). O primeiro, mais simples, apresenta desenhos com contorno preto em *crayon*, colorido por bases de cor chapadas gravadas a pincel – efeito mais próximo de uma litografia entintada. O segundo apresenta uma simulação mais convincente do efeito aquarelado, numa complexa composição de cor, própria da cromolitografia.

A primeira edição do *Barão de Munchhausen* (Laemmert, 1891, setor de Obras raras, BN) é um pouco mais artística: dispensa os traços em bico de pena, concentrando-se exclusivamente na técnica de *crayon* em pedra áspera e pincel em pedra lisa. Apresenta, ainda, alguns retoques pontuais aquarelados, aplicados manualmente, prova de que se trata de uma publicação mais luxuosa (Figura 11). Porém, a segunda edição do *Barão* (Laemmert, 1902, BBM) é executada em outra técnica de gravação, dispondo de uma diversidade de usos do bico de pena (Figura 13): além do traço livre e de áreas chapadas, incorpora pontilhados manuais e também faz uso da novidade tecnológica da época para os sombreados – as telas de Benday –, apresentando finíssimas texturas lineares (técnicas de ilustração mais comercial vulgarmente utilizadas na indústria de rótulos de produtos).

A variação de técnicas de gravação observadas entre as edições da BN e BBM do *Barão de Munchhausen* indica que a interpretação visual das aquarelas originais para impressão seriada era atualizada a cada versão, implicando em novo desenho manual das matrizes, inclusive no que diz respeito ao uso das técnicas de gravação e novas interpretações de cor (Figura 13). Cada edição conta, assim, com um desenho de ilustração totalmente reelaborado em função da técnica de reprodução, como pode ser observado na comparação que inclui a versão alemã editada por D. Noothoven Van Goor, c.1884 (Figura 14).

O mesmo recurso citado de pontilhados, hachurados e traços livres em bico de pena pode ser observado nas ilustrações de *Gulliver* (Laemmert, 1888, BN) (Figura 15).

Dom Quixote (Laemmert, s.d., Obras gerais, BN) tem como base o *crayon*, pincel e bico de pena e as telas de Benday, apresentando, além das texturas lineares, o padrão de pontos mecânicos. Ao contrário do que possa parecer, esses reticulados não são fruto do processamento fotomecânico, mas do desenho manual sobre telas com texturas encrustadas e carregadas de tinta (Figura 16).

As edições da Minerva, com algumas décadas de intervalo, produzidas em 1943, já não são mais elaboradas pela interpretação e desenho manual do cromista, mas sim pelo processamento fotomecânico da imagem numa câmera específica, resultando numa retícula de amplitude modular – processo similar ao que se usa na atualidade –, tendo sido adaptado ao processamento digital.

A variação tonal se expressa por pontos que variam de tamanho de acordo com a quantidade de exposição de luz e sombra no dispositivo. Áreas mais claras da imagem geram pontos menores – que, quando impressos, se fundem com as áreas brancas do papel, num efeito ótico mais luminoso. Áreas de sombra geram pontos maiores com preenchimento mais contínuo da superfície pela tinta de impressão. Se, por um lado, o processamento fotomecânico traz a vantagem da praticidade automatizada – que designa uma cópia idêntica produzida por dispositivo técnico –, por outro, há uma perda bastante significativa na acuidade de reprodução das imagens, devido à interferência do padrão reticulado. Prova de que a evolução tecnológica nem sempre é sinônimo de ganho de qualidade (Figura 17).

O uso das cores

Quanto à seleção e ao número de cores utilizadas nas tintas de impressão, cada edição apresenta um elenco diferente, selecionado pelo cromista, de maneira a dar conta do conjunto de ilustrações e de seu espectro cromático específico. Foram identificadas, a partir da observação microscópica, as tintas operantes em cada edição, isto é, as tintas impressas em cores que operam isoladamente e em sobreposições, de forma a produzir os resultados coloridos. As cores das tintas foram explicitadas aqui a partir da Nomenclatura de Cor Universal baseada no Sistema de Cor de Munsell, de acordo com a ISCC-NBS (BARROS, 2018, item 5.2, p. 173-186).

De modo geral, o padrão que se pode observar nesses projetos editoriais é o uso de uma mesma paleta de cores para a execução de todas as ilustrações de cada edição. A escolha da paleta torna-se, assim, um parâmetro que caracteriza e favorece o conjunto como integrante de uma mesma unidade gráfica, sem, no entanto, prejudicar a obtenção dos resultados individuais de cada reprodução.

No exemplo das seis ilustrações presentes em *Contos seletos das mil e uma noites*, ambas as edições (1882 e 1908) são executadas com a mesma paleta de sete cores (Figura 18). A visibilidade do conjunto de imagens associada à paleta de tintas operantes utilizada sugere o método de composição de cor empreendido pelo cromista.

Observa-se um elenco de cores suaves e luminosas, em tonalidades pastel, à exceção do laranja-avermelhado-vívido. As gradações esverdeadas são adquiridas a partir da sobreposição de dois tons azuis-esverdeados em sobreposição ao amarelo-claro. Assim, cada paleta de cor em uso na impressão consegue produzir novas cores diferentes a partir de suas misturas e sobreposições, sendo chamadas, então, de tintas operantes. O conjunto de imagens dos contos orientais é leve e alegre.

As cinco ilustrações cromolitográficas apresentadas em *Dom Quixote* (Lammert, s.d., BN) (Figura 19) apresentam uma paleta bem mais extensa, com 11 tintas operantes. Considerando-se as cores em uso, tem-se um resultado de conjunto mais denso e menos saturado que o anterior. Note-se que o amarelo-claro é mais utilizado como base para os tons esverdeados, mas raramente tem visibilidade como matiz isolado. O efeito reticulado traz uma aparência mais leve e saturada para o azul-acinzentado quando utilizado no céu e nas nuvens. Os tons acinzentados produzem uma paleta mais sóbria, conferindo um clima um tanto sombrio e melancólico ao conjunto de ilustrações do cavaleiro andante. O conjunto de imagens é composto de tons neutros, acinzentados, enegrecidos, com ênfase em gradações terrosas, esverdeadas e cinza-azulados.

As edições da Minerva, de 1943, têm apenas três ilustrações coloridas cada. O processo fotomecânico de clichês em tricromia restringiu significativamente o número de cores de impressão, concentrando-se na tríade de tintas amarelo-brilhante, cinza-esverdeado-claro e vermelho-purpurado-vívido como primárias (Figura 20). Mais tarde, esse elenco seria aperfeiçoado para tintas nas cores ciano, magenta e amarelo, e, acrescido do preto, se tornaria a quadricromia CMYK – padrão de primárias subtrativas, dominante na impressão industrial até os dias de hoje. De todas as imagens apresentadas, o resultado fotomecânico em retícula de amplitude modular é o que apresenta menor impacto visual, seja pela baixa definição do desenho ou pela falta de exuberância das cores, exibindo um curto espectro cromático. Ainda assim, a praticidade e economia trazidas pelo processo fotomecânico terminariam por extinguir a interpretação manual e os ricos resultados da cromolitografia.

Figurinhas do jogo do bicho

O jogo do bicho foi criado pelo Barão João Batista Viana Drummond no Rio de Janeiro, em 1892, como uma atração para os visitantes de seu Jardim Zoológico localizado em Vila Isabel. Inaugurado em 1888, encontrava-se em dificuldades financeiras após perder o subsídio imperial. Ao adquirir o *ticket* do ingresso, o visitante ganhava uma figurinha de um animal. No alto de um poste, à entrada do zoológico, escondia-se, sob uma caixa de madeira, a gravura de um dos 25 bichos da lista, a ser revelado no fim do dia. Quem estivesse com a mesma figura ganhava um prêmio de 20 vezes o valor da entrada.

O jogo, a princípio lícito, foi liberado pela Câmara, mas ficou logo sujeito à fiscalização da polícia. Rapidamente, estendeu-se para fora dos muros do zoológico carioca: “bicheiros” concentravam apostas em ruas, praças, cafés, casas de fumo, lotéricas, vendas etc. Foi tomado por alguns como “a primeira

consequência lúdica e popular da Proclamação da República”. A existência legal do jogo do bicho acabou com o ato de proibição assinado, no Rio de Janeiro, pelo prefeito do Distrito Federal em 1895 (BENATTE, 2011; GOMES, 2010; MAGALHÃES, 2006). Alguns autores associam o jogo à alma do brasileiro, como um de seus traços de caráter e signos de identidade:

Esse jogo – a maior contribuição do *homo brasiliensis* ao patrimônio lúdico e contravencional da humanidade – é um fato social total, enraizado profundamente em nossa cultura; ele faz rizoma com uma ampla camada de real e de imaginário, de concreto e de simbólico, de prosaico e de poético, de patético e de onírico; inextirpável, é uma verdadeira instituição tupiniquim, articulada a muitas outras instituições, como o carnaval, o futebol, a música popular, a política, a religião, a economia, a polícia, a malandragem, a bandidagem e por aí vai. (BENATTE, 2011, p. 300).

Em 1898, às vésperas da República, a Lei nº 496 definiu e garantiu os direitos autorais de obras nacionais de brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil (citando no texto, entre outras manifestações, as obras de litografia). O registro da obra era feito na Biblioteca Nacional como formalidade constitutiva do Direito Autoral. Curiosamente, o primeiro item presente no primeiro Livro Registro do Escritório de Direitos Autorais, de 1898, trata-se de uma cromolitografia:

Léon de Rennes e Cia., residentes e estabelecidos nesta Capital Federal, à rua Treze de Maio número 35, com officina de Lithographia e Chromolithographia, desejando gozar dos direitos autorais, garantidos pela Lei nº 496 de 1º de agosto de 1898, respeitosamente apresenta, na forma do art. 13 da referida Lei, um exemplar de diversos animais gravados e lithographados por (...) pedem que lhes seja fornecido ante (...) da petição com designação do dia e hora em que foi apresentada e que se realizam em 14 de outubro do anno de 1898, e despachada em 7 de junho de 1899 data da publicação das (...) que lavro, digo, pelo que lavro o presente termo, com a declaração de que a petição foi apresentada a despacho, pelos procuradores Jules (...) na data acima referida. João (...) 16-12, 99.⁶

A figura cromolitografada (Figura 21a) corresponde ao registro número um de Direitos Autorais. Localizada no setor de Iconografia da Biblioteca Nacional, refere-se à relação dos animais integrantes do jogo do bicho. Proibida desde 1895, mas já incontrolável, a atividade lucrativa e praticada em todo o país justificava a preocupação com o direito autoral da produção de imagens – que

6. Primeiro Livro Registro do Escritório de Direitos Autorais, 1898.

seriam largamente copiadas. Além deste primeiro registro de direitos autorais, a coleção de Iconografia guarda mais 18 imagens do jogo do bicho, sendo sete delas coloridas (Figura 21) e impressas por meio da cromolitografia, cujas técnicas serão comentadas a seguir.

Estampas e temas

Ao contrário dos livros da Laemmert, nos quais as ilustrações são advindas do exterior, as figurinhas do jogo do bicho são uma produção inteiramente nacional. Além da já citada figura de León de Rennes (Figura 21a), assina a Lith. Agave Americana (Figura 21c, d), ambas cariocas. As demais estampas estão sem data ou crédito de impressão. Esse tipo cromo – distribuído em pequenas figurinhas coloridas – inspiraria as que foram produzidas posteriormente para a marca Eucalol, que se tornariam uma febre para o colecionismo carioca. Na frente das folhas impressas, ainda sem o corte que separaria as figuras, apresentam-se as estampas referentes aos 25 animais do jogo. No verso, impresso em uma cor, veiculava-se a propaganda do anunciante: casas de fumo e manufaturas de cigarros – que pegavam carona na devoção popular ao jogo do bicho como estratégia publicitária para seus produtos. Assim, celebra-se a antiga parceria entre o jogo e o fumo (Figura 22).

O conjunto de estampas é heterogêneo (Figura 23): os desenhos ilustram desde bichos em seu habitat (a), sobre pares de dados (b) (provavelmente para a prática do dominó) e junto ao abecedário (c). Aparecem também composições mais fantasiosas, nas quais os animais apresentam-se humanizados, com corpos antropomórficos, vestidos com fardas ou peças de figurino: montados a cavalo e tocando instrumentos musicais (d), protagonizando situações fabulescas ou sociais (e) ou em performances circenses (f, g). Fica clara a abrangência iconográfica e como algumas gravuras têm apelo mais ingênuo e infantil (a, b, c, d, f):

Esse jogo, talvez precisamente por ser proibido, invadiu todos os círculos sociais: toda criança no Rio, mal havia aprendido na escola a contar, já sabia que número correspondia a cada bicho e sabia dizer toda a série de bichos melhor do que o alfabeto. (ZWEIG, 1960, p. 57 apud BENATTE, 2011, p. 301).

Outras imagens são mais ácidas e picantes, destinadas a um público mais adulto, seja em razão do apelo sensual – com mulheres em trajés menores e seios desnudos (g) –, seja pelo teor satírico de personagens em relação a fatos correntes – como a briga de galo (e) –, operando de maneira semelhante aos “memes” de hoje em dia; alguns em quadrículas duplas e sequenciais (antes e depois):

As imagens representam animais humanizados e colocados em situações antagônicas – como nas fábulas de Esopo, Fedro e La Fontaine – e remetem a variadas

situações do cotidiano carioca e brasileiro: a falta de ética na política, as relações desiguais de poder, as conjunturas econômicas que penalizam os mais pobres, os dramas das relações amorosas, etc.

Há, em todas as fábulas em miniatura, referências a fatos e personagens da época, a política especialmente, que, obscuros para nós, deviam ser de uma clareza meridiana em sua época. O que não se perde para o leitor nosso contemporâneo, nem dele se afasta, é o encanto gráfico indiscutível dessas estampas. (LOREDANO apud GOMES, 20, p. 110).

Técnicas de gravação das imagens

Mesmo com alguns de seus significados contextuais perdidos, de autoria anônima e com poucos créditos das casas litográficas, é possível analisar as técnicas em uso para a reprodução das imagens e a elaboração da composição colorida – que revelam o conhecimento aplicado e as características particulares da impressão cromolitográfica da época, numa produção já inteiramente realizada no Brasil.

Num período no qual o *crayon* em pedra áspera já se encontrava reservado apenas para gravuras artísticas, a análise dessas figurinhas pode ser feita a olho nu, dispensando o uso de microscópios, pois o desenho, menos detalhado, torna as técnicas mais evidentes e de mais fácil identificação – aqui apresentadas ampliadas a 200 por cento (Figura 24). O uso de recursos gráficos assemelha-se ao praticado nas embalagens comerciais e rótulos de produtos do final do século XIX e início do século XX. De modo geral, as imagens se resolvem com o uso do bico de pena, seja no traço de contorno, em pontilhados, padronagens lineares ou hachuras cruzadas. Há uso eventual do pincel em pinceladas rápidas (a) ou para o preenchimento de áreas chapadas (b, c, f). O ponto rosa – um tipo de pontilhado disposto em padrão circular – é utilizado para nuvens e áreas mais delicadas da gravura (d, f). O ponto francês – pontilhado de organização linear – é usado para preencher superfícies horizontais (b, f). Efeito semelhante pode ser obtido por linhas livres horizontais traçadas a bico de pena (c). Os personagens principais são definidos pelo contorno a traço (c, d, f, g) e o preenchimento colorido é obtido através do ponto batido, de organização randômica (d, f, g) ou com hachuras cruzadas (b).

A figurinha adulta (que aborda sátiras sociais) é a única que faz uso do recurso do espargido – efeito salpicado obtido ao passar uma faca por uma escova carregada de tinta (Figura 24e), produzindo um resultado delicado, semelhante ao *crayon* em pedra áspera, mas que é feito em pedra lisa, já adequada às altas tiragens das prensas a vapor. Padronagens de linhas regulares aparecem apenas na figurinha adulta de personagens femininos no circo (g).

Essas linhas têm aparência tão homogênea que indicam mais provavelmente o uso da máquina de gravar (*ruling machine*) – ferramenta adaptada da gravura em metal para a litografia – do que das mídias de sombreamento de Benday. Dispostas a zero, 90 ou 75°, as linhas se cruzam em sobreposições, gerando novas tonalidades, combinando matizes e implementando efeitos visuais.

Paletas de cor das tintas de impressão

Com relação ao uso das cores, ao contrário dos livros infantis, as figurinhas do jogo do bicho se valem de uma paleta de tintas de impressão que é menos interpretativa da imagem e mais próxima de um padrão técnico – que seria consagrado mais adiante com a quadricromia (azul, vermelho, amarelo e preto; depois padronizado em ciano, magenta, amarelo e preto: CMYK). Porém, os matizes são de interpretação mais livre (Figura 25b). O vermelho, na maior parte dos casos (b, c, d, e, g), tende a um tom alaranjado; o azul varia de tons pálidos (a, c, d) ao azul-acinzentado (b, g) ou azul-esverdeado (e); o amarelo tem a maior estabilidade tonal, no amarelo-claro (a, b, c, d, e, g). As paletas variam entre quatro, cinco, seis e sete cores. Pode-se considerar o que seria uma quadricromia expandida: nas paletas de cinco cores, surgem tons mais claros do vermelho – os rosa-alaranjados. Em seis cores, ou acrescenta-se uma tonalidade neutra e acinzentada (c, d, e), um tom de azul mais escuro (a), ou a tinta metálica dourada (f). Na única paleta de sete cores, ganhou-se um tom ocre (e), que pode ser usado como substituto do amarelo (f).

Jogos de tabuleiro e brinquedos impressos

Um dos primeiros jogos de tabuleiro impresso foi o “Jogo do Ganso”, na Itália Renascentista, no qual os jogadores avançavam por uma estrada em espiral, dividida em quadrantes, através dos lances de dados. O jogo de tabuleiro moderno – impresso em litografia colorida – costuma ser associado ao impressor norte americano Milton Bradley (1836-1911), que fez fortuna com jogos de tabuleiro impressos a partir do “Jogo de Xadrez da Vida”, introduzido em 1860. Bradley foi também precursor na inserção da pedagogia no movimento alemão Kindergarten, de Friedrich Fröbel (1782-1852), nos Estados Unidos, incentivando que as crianças aprendessem por meio de jogos e atividades lúdicas. Sua empresa tornou-se referência mundial em jogos e brinquedos impressos em papel. Os jogos de tabuleiro atuais compartilham das mesmas estruturas visuais, regras e funções lúdicas de seus predecessores. Têm influência sobre o imaginário das narrativas de sucesso, fortuna, moralidade, vícios e virtudes, crenças e preconceitos das sociedades onde se inserem,

influenciando os jogadores por meio de suas regras e pela forma como articulam modelos de personagens sociais e progressão econômica (WOOD, 2018).

As bonecas de papel são desenhos de bonecas e roupas bidimensionais impressos em papel ou cartão para serem recortados. Prendem-se as roupas à boneca por meio de abas. Os personagens podem ter a forma de uma pessoa, um animal ou um objeto. As primeiras bonecas de papel apareceram na França no século XVIII. Começaram a ser fabricadas nos Estados Unidos, em 1812, e tornaram-se extremamente populares entre as décadas de 1930 e 1950. Consideram-se estas últimas como a “era de ouro das bonecas de papel”. Assim como nos jogos, as tendências da moda refletem a cultura, as normas, as expectativas e os valores da sociedade. As bonecas de papel ilustram expectativas sociais femininas em diferentes épocas. Seus guarda-roupas comunicam informações sobre papéis sociais intencionalmente idealizados no passado (MAURER, 2016).

Os teatrinhos de brinquedo foram passatempos populares na Inglaterra, na Áustria, na Alemanha e na Dinamarca ao longo do século XIX. As versões mais baratas eram vendidas como folhas impressas em preto e branco para serem coloridas manualmente, incluindo o prosaíco, as peças para a montagem do cenário, os acessórios e os personagens. As mais luxuosas eram produzidas em cromolitografia. As folhas eram coladas em cartão, cortadas e depois montadas em várias camadas, com a finalidade de encenar uma peça ou apenas para fins decorativos.

Não foi possível localizar informações a respeito dos primeiros jogos de tabuleiro, bonecas de papel e teatros de montar importados ou produzidos no Brasil. Os jogos e brinquedos que se utilizam da impressão colorida localizados no acervo de Iconografia da Biblioteca Nacional são as peças mais recentes desta amostragem e situam-se no período entre 1933 e 1944. Entre eles: o jogo de tabuleiro *O cachorro perdido*; o periódico *Bonecos, revista do brinquedo*; a brochura de bonecas de papel *Lulus e Bichanos*; o brinquedo de montar *Com tinta e tesoura*; as *scenas Históricas* da Weiszflog Irmãos Inc./Editora Melhoramentos nº 2: *A batalha do Riachuelo*; nº 3: *Primeira missa no Brasil*; nº 4: *Uma bandeira a caminho do Sertão*, além dos teatrinhos de montar *Branca de Neve* e *O aquário*.

Pela variedade heterogênea de peças, de caráter exemplar, se abordará mais detalhadamente a *Bonecos, revista do brinquedo*, edição quinzenal da Imprensa Moderna, com o nº 1 publicado em 1933. Faz parte da publicação uma revista de capa colorida e miolo impresso em preto com passatempos diversos, como caça palavras. Era comercializada ao preço de 3\$000 (capital) ou 3\$500 (estados) em um envelope impresso em cor que continha: “1 revista; 2 cadernos para colorir; 4 páginas de armar em cores; 3 postaes; 2 jogos completos; 1 copo de dados e fixas” (Figura 26).

A publicação oferece o conjunto completo para o entretenimento infantil.

Uma revista para as crianças. A novidade, porém, não reside propriamente na revista, mas sim no que a acompanha. “BONECO” será para as crianças a surpresa que tanto lhes agrada, o imprevisto, o saquinho misterioso de onde surgem maravilhas. [...] Reparem que os brinquedos BONECOS são ao mesmo tempo instructivos. São brinquedos que ensinam.

Para a prática dos jogos de tabuleiro (apresentados em cartelas dobradas), os dados e até o copinho para sacudi-los eram fornecidos impressos, para serem montados. Demonstra-se destinado a ambos os gêneros. O jogo de tabuleiro *Raid Aéreo* designa as aventuras de um avião monomotor por paisagens selvagens. Se o jogo e um dos cadernos de colorir parecem mais voltados ao universo masculino, o outro caderno tem a capa com bonecas; o encarte designado como “4 páginas de armar em cores” é uma boneca de papel com roupas e acessórios para trocar, chamada de “o bebê transformista”. A boneca oferece várias fantasias, refletindo atividades e anseios de crianças abastadas, que provavelmente gozavam de férias na Europa. Há o traje característico da moda dos anos 1920; um traje de explorador; um para esqui na neve; um para a prática da esgrima; roupa de banho; um traje rococó com peruca e uma fantasia de colombina para o carnaval.

Diferenciando-se das convencionais bonecas impressas que apresentam apenas a frente e roupinhas com abas, nesse caso, tanto a boneca quanto as fantasias são todas de frente e verso, possibilitando uma montagem tridimensional pouco comum (Figura 27).

Os bonecos de papel *Lulus e Bichanos* apresentam um cachorro e um gato que podem ser vestidos com trajes de natureza semelhante aos do bebê transformista – incluindo um trenó e um boneco de neve. As atividades e fantasias demonstram que o imaginário de diversão estava bastante deslocado do cenário nacional.

Os teatrinhos de montar da Weiszflog Irmãos/Editora Melhoramentos apresentam cenas cívicas brasileiras, publicadas entre 1937 e 1938, com quatro a cinco pranchas, além de outras de caráter mais universal, publicadas em oito pranchas, como a *Branca de Neve* (1944) e *O aquário* (s.d.). As pranchas cartonadas avulsas (sem quase nenhuma instrução de montagem) nos fornecem poucas pistas de como o brinquedo seria montado, para qual público se destinava e a complexidade da atividade. As imagens das oito pranchas de *O aquário* (Editora Melhoramentos, s.d.) podem ser consultadas por meio do seguinte link da Biblioteca Nacional Digital: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1539144/icon1539144.pdf (O AQUÁRIO, 2021).

Como experimento, selecionou-se o teatrinho de maior complexidade visual, *O aquário*. Suas pranchas foram digitalizadas e impressas a fim de que se pudesse produzir uma réplica para sua montagem. O recorte com tesoura e estilete e a estruturação com cola duraram cerca de nove horas de trabalho, indicando uma atividade de alta complexidade e controle fino da coordenação motora – certamente não voltada para crianças, sendo, mais provavelmente, recomendada como um *hobby* para jovens e adultos. A peça montada é exuberante e detalhada, podendo ser utilizada para decoração.

Técnicas de gravação e uso da cor

No período mais recente destas últimas peças citadas (1933-1944), o processamento fotomecânico já estava em uso corrente. Porém, ao contrário do que se poderia esperar, as impressões abordadas não tratam exclusivamente da técnica processada por retícula em tricromia ou quadricromia, mas indicam processos intermediários e mais complexos do que se poderia supor. *Bonecos, revista do brinquedo*, por exemplo, lança mão de diferentes tecnologias para cada uma de suas peças. Enquanto o envelope e a capa da revista – que exibem imagens de natureza fotográfica – são impressos em tricromia por retícula fotomecânica, as capas dos cadernos de desenho e o bebê transformista (que representam desenhos) e os desenhos são feitos por traço a bico de pena, sendo as tonalidades impressas por técnicas de Benday – que replicam a textura do *crayon* e de outras padronagens, como uma textura riscada. Em vez de apenas três cores, nessas peças já é adotado o padrão próximo da quadricromia com vermelho-forte, amarelo-claro, azul-moderado e preto.

Nos teatrinhos há uma conjugação de técnicas mistas. Em *Branca de Neve*, o desenho é composto exclusivamente pelo traço a bico de pena e tonalidades com retículas de Benday aplicadas, que, além da textura de pontos mecânicos, simulam o *crayon* e o espargido. Em *O aquário*, que tem desenhos mais detalhados, a imagem gravada da chapa mestra na cor mais escura foi feita por intermédio da retícula fotomecânica, mas todo o colorido é dado pela aplicação de Benday de pontos mecânicos e retoques manuais, com traços em bico de pena e pontilhados em ponto batido. Em ambos os casos, é utilizada uma paleta de seis cores, próxima da quadricromia estendida, porém ainda não padronizada. Há vermelho, rosa, amarelo, dois tons de azul e uma cor escura e neutra, mas os azuis variam. É utilizado, ainda, em *O aquário*, um marrom-acinzentado em vez do preto.

Considerações finais

Os *Livros redigidos para a mocidade brasileira* – traduzidos por Carlos Jansen e publicados pela editora Laemmert entre 1882 e 1909 e reeditados pela editora Minerva em 1943 – não foram publicações originais brasileiras. Como pôde ser observado, através de métodos de pesquisa facilitados por ferramentas de busca *on-line* contemporâneas, a reprodução de textos e imagens seguiram modelos e padrões editoriais estabelecidos na Alemanha pelas editoras Schmidt & Spring e, principalmente, pela Thienemanns. Ainda assim, o cuidado empreendido na tradução para o português falado no Brasil, os prefácios de intelectuais renomados, a manutenção dos critérios de qualidade dos acabamentos e das reproduções de imagens coloridas fizeram dessa coleção uma referência marcante e duradoura no despertar literário do público juvenil brasileiro.

Apesar de não estarmos versando sobre um material impresso no Brasil, trata-se de um produto encomendado para atender uma demanda brasileira, adequando-se, por meio do idioma, a uma melhor recepção do conteúdo e à absorção cultural pelo público infantojuvenil de textos clássicos da literatura universal. Mesmo em um país de economia periférica, as distâncias e limitações da indústria gráfica nacional não impediram que produtos de alta qualidade alcançassem nossos jovens leitores. Essa realização deve-se ao processo de idealização e mediação editorial e ao estabelecimento de conexões intelectuais que legitimaram, pavimentaram e fizeram prosperar a formação de uma nascente indústria cultural literária no país. A Laemmert se manteve atualizada, oferecendo as mais modernas tecnologias de reprodução de sua época, numa diversidade técnica exemplar. A comparação entre os métodos empregados nas diferentes edições torna-se uma referência didática de implementos tecnológicos, que, de certa forma, espelham as transformações ocorridas na indústria gráfica mundial no final do século XIX e início do século XX.

Esta pesquisa identificou as metodologias e cores empregadas na impressão. A observação mais atenta dos recursos gráficos utilizados nas cromos revela um rico repertório técnico de reprodução de imagens, sintetizando um conjunto de estratégias históricas utilizadas na impressão colorida e a variação de paletas customizadas para referenciais técnicos objetivos.

Dentre o material amostrado nos impressos de caráter lúdico, o jogo do bicho é, sem dúvida, o mais brasileiro. Estabeleceu uma parceria com as casas de fumo e trazia figuras que agradavam adultos e crianças. A pesquisa promove um retorno ao imaginário do passado, uma reflexão sobre os costumes e sobre a ocupação do tempo. As reproduções em cromo realizadas pela elaboração manual dos cromistas ofereciam maior nitidez, exuberância e extensão cromática do que a pragmática tecnologia fotomecânica que a substituiu posteriormente. Múltiplos métodos de reprodução conviveram; a escolha baseava-se

na natureza de construção da imagem, mais do que em soluções objetivas. Requentados procedimentos do passado atravessam o tempo, resgatando o prazer da apreciação da qualidade no presente. Com mais de um século de existência, esses impressos ainda são uma festa para os olhos.

Referências

- ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 2011 [1968].
- BARROS, Helena de. *Em busca da aura*: dinâmicas de construção da imagem impressa para a simulação do original. 2008. Dissertação (Mestrado em Design) – Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial, ESDI – UERJ, 2008.
- BARROS, Helena de. *Em busca da cor*: rótulos cromolitográficos do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional (1876-1919). 2018. Tese (Doutorado em Design) – Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial, ESDI – UERJ, 2018.
- BENATTE, Antonio Paulo. GOMES, Frederico (Org.). O jogo de Deus, do homem e do bicho. *Revista de história regional*, Rio de Janeiro: UERJ; Léo Christiano Editorial, v. 16, n. 1, p. 298-303, 2011.
- BOOKWINKEL TJETURELUUR. Disponível em: <http://boekwinkeltjetureluur.blogspot.com/2018/03/> . Acesso em: 27 jan. 2019.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido – cultura escrita*: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.
- FARIA, Gentil de. 2008. As primeiras adaptações de Robinson Crusóe no Brasil. *Revista brasileira de literatura comparada*, São Paulo: Abralic, n. 13, 2008.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, ano XI, n. 57, 26 fev. 1885. Capa.
- GOMES, Frederico. *O jogo de Deus, do homem e do bicho*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Léo Christiano Editorial, 2010.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*: sua história. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005 [1985].
- HANSEN, Patricia Santos. A literatura infantil no Brasil e em Portugal: problemas para a sua historiografia. *Sarmiento*, n. 20, p. 133-161, 2016.
- HANTZSCH, Viktor. Hoffmann, Franz. *Allgemeine deutsche biographie, herausgegeben von der Historischen Kommission bei der Bayerischen Akademie der Wissenschaften*, v. 50 (1905), p. 398–401, Disponível em: https://de.wikisource.org/w/index.php?title=ADB:Hoffmann,_Franz&oldid=2531113 . Acesso em: 6 mar. 2019.
- HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> . Acesso em: 5 abr. 2019.
- LIMA, Lia Araújo M.; SOUZA, Germana P. H. Carlos Jansen e a vulgarização literária para mocidade. *Cadernos de tradução* (Florianópolis), *on-line*, v. 35, n. 2, p. 102-123, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35n2p102> . Acesso em: 19 fev. 2021.

LIMAN, Ellen. *Georgian and Victorian Board Games: The Liman Collection*. Nova York: Pointed Leaf Press, 2017.

LEÃO, Andréa Borges. 2007. Publicar contos de fadas na Velha República: um compromisso com a nação. *Comunicação & Educação*, 12, n. 3, p. 15-22, set./dez. 2007.

MAGALHÃES, Felipe Santos. É o bicho! A origem do jogo mais popular do país. *Revista de história da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 12, p. 16-25, 2006.

MARZIO, Peter C. *The democratic art: chromolithography 1840-1900, Pictures for a 19th Century America*. Boston: David R. Godine Publisher, 1979.

MAURER, Elizabeth L. *History of paper dolls and popular culture*. A two-dimensional view of fashion. 20 nov. 2016. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/articles/history-paper-dolls-and-popular-culture>. Acesso em: 10 set. 2019.

MENDES, Claudia. *A descolonização das imagens: o livro ilustrado infantil e no contexto brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2016. 257 f. Tese (doutorado em Artes Visuais) – UFRJ, Escola de Belas Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Rio de Janeiro, 2016.

O AQUÁRIO. São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos de São Paulo, [19--]. 1 jogo(8f.), reproduzido fotom., il., col., 23,9 x 37,9cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1539144/icon1539144.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

OLIVEIRA, Maria Alexandre. *A literatura para crianças e jovens no Brasil de ontem e de hoje: caminhos de ensino*. 2007. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RAFFAINI, Patricia. A livraria Garnier e a tradução e edição de livros para a infância. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a. p. 66-91.

RAFFAINI, Patricia. *Livros para morar: uma história dos livros para crianças e jovens*. Relatório final para a Fapesp. São Paulo: FFLCH-USP, 2016b.

SENEFELDER, Alois. *The invention of lithography*. (english trans. 1911). tr. from the original German, by J. W. Muller. Nova York: The Fuchs & Lang Manufacturing Company, 1911 [1817].

THIENEMANN-ESSLINGER Verlag. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://de.wikipedia.org/wiki/Thienemann-Esslinger_Verlag. Acesso em: 12 fev.2021.

VIEIRA, Adriana Silene. *Viagens de Gulliver ao Brasil: estudos das adaptações de Gulliver's Travels por Carlos Jansen e por Monteiro Lobato*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2004.

WOOD, Kelli. A history of play in print, board games from the Renaissance to Milton Bradley. *Occasional Paper Series*, Center for Gaming Research (Las Vegas), n. 44, set. 2018.



1X

olho nu (1x)



10X

conta-fios (10x)
lupa (30x)



30X

microscópios
portáteis
(25x e 50x)



25X

50X

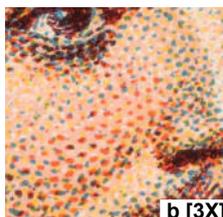
Lente microscópica
de até 60x com
adaptador para câmera
de telefone celular.



60X



a [7X]



b [3X]



c [2X]

Figura 1. Dispositivos de análise e registro microscópico das fontes primárias: metodologia proposta por Barros (2018) para evidenciar as técnicas gráficas empregadas e escalas de ampliação utilizadas na amostragem.



Figura 2. Escala de referência cromática para identificação das cores de seleção dos impressos.

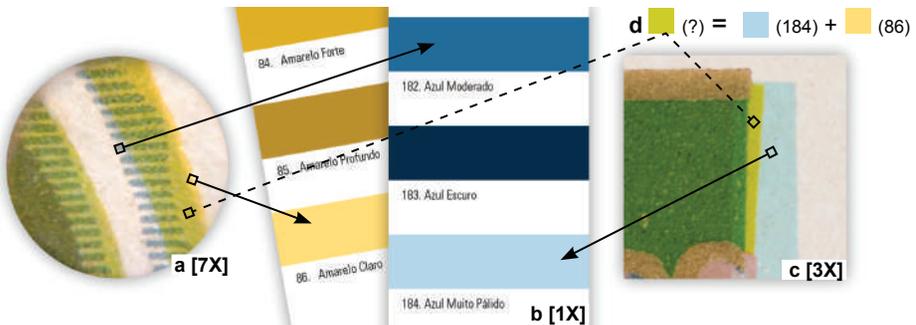


Figura 3. Método de identificação de cor por comparação visual entre a observação no microscópio (a), com lupa (c) e com a escala de referência cromática (b). O conhecimento da teoria da cor foi utilizado para a dedução dos componentes nas tintas sobrepostas (d).



Figura 4. “Livros para festas” anunciado pela Laemmert & C. na *Gazeta de notícias* (26/12/1886, ano XII, nº 360, p. 4), edição de luxo adornada com “esplêndidos chromos”.

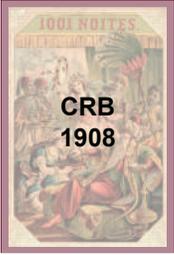
1ª Edição Editora Laemmert	2ª Edição Editora Laemmert	3ª Edição Editora Minerva	
			Contos seletos das mil e uma noites
			Robinson Crusoe
			Dom Quixote
			As viagens de Gulliver a terras desconhecidas
			Aventuras pasmosas do celeberrimo Barão de Munchausen

Figura 5. Edições localizadas da coleção “Biblioteca para a juventude”, traduzidas por Carlos Jansen. Os exemplares da Fundação Biblioteca Nacional estão sinalizados com contorno azul.



Figura 6. Páginas de texto e imagem de três edições de *As mil e uma noites*: “Die schönsten märchen der tausend und einen nach” (Schmidt & Spring, 1867, Princeton University); *Contos seletos das mil e uma noites* (Laemmert, 1882, BN); *As mil e uma noites* (Laemmert, 1908, BBM). A estrutura diagramática e ilustrações são mantidas; há alterações de tipografia, vinhetas e bordas ornadas.



Figura 7. Mesmo modelo de ilustração utilizado em diversas edições de *Barão de Munchhausen*. Da esquerda para direita e de cima para baixo: capa e ilustração de miolo da edição alemã de 1884; edição russa de 1903; edição alemã da Thiennemans de 1906; edição alemã da Thiennemans, s.d.; edição brasileira da Laemmert de 1891 (BN); edição brasileira da Laemmert de 1902 (BBM); edição brasileira da Minerva de 1943 (BN).



Figura 8. Registro fotográfico microscópico de processos de impressão com matrizes em relevo compatíveis entre si: tipografia e xilogravura de topo (ou cópia em clichê) – ambas de *Contos seletos das mil e uma noites* (Laemmert, 1882, BN) – e clichê por processamento fotomecânico com retícula de amplitude modular presente em *Dom Quixote* (Laemmert, s.d., BN).



Figura 9. Registros fotográficos microscópicos das ilustrações de *Contos seletos das mil e uma noites* (Laemmert, 1882, BN) evidenciam a técnica texturizada do *crayon* em preto gravado sobre pedra áspera. Cores chapadas são aplicadas por pincel e traços livres, por bico de pena na pedra lisa.



Figura 10. *Contos seletos das mil e uma noites* (Laemmert, 1882, BN) ilustrado por traços de contorno em *crayon* preto e colorido por chapadas de cor em pincel. *Robinson Crusoe* (Laemmert, s.d., BBM): interpretação de caráter mais próximo da aquarela, dispensa contornos de desenho e faz maior uso de nuances tonais.



Figura 11. Registros fotográficos microscópicos das ilustrações de *Barão de Munchhausen* (Laemmert, 1891, BN) evidenciam a técnica de *crayon* em pedra áspera e áreas chapadas de base colorida aplicadas por pincel na pedra lisa.



Figura 12. Registros fotográficos microscópicos das ilustrações de *Barão de Munchhausen* (Laemmert, 1902, BBM) evidenciam técnicas de pontilhado manual com bico de pena – utilizando o ponto batido –, além do uso de padronagens listradas através das mídias de Benday aplicados em pedra lisa. As gradações tonais são menos suaves do que na primeira edição.



Figura 13. Cortes das duas versões de *Barão de Munchhausen* (Laemmert, 1891, BN e 1902, BBM) evidenciam a diferença das técnicas de gravação: o primeiro, mais artístico, em *crayon* e pincel; o segundo, mais comercial, adotando pontilhados e padrões de Benday.

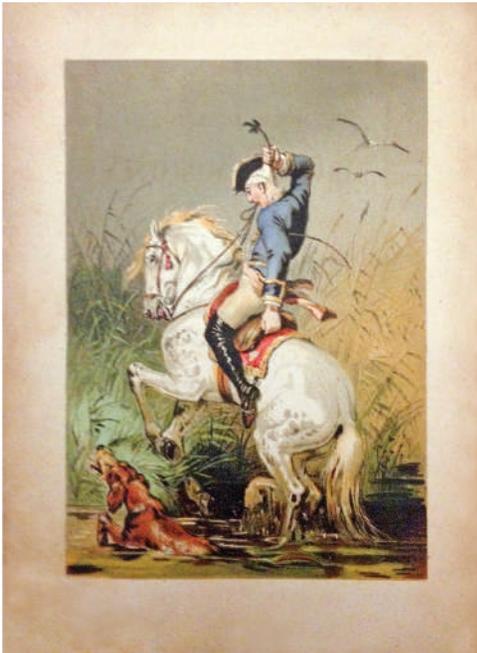


Figura 14. Comparação entre três diferentes interpretações cromolitográficas de *Barão de Munchhausen* sobre as aquarelas originais de Wilhelm Simmler: edições de D. Noothoven Van Goor, c.1884 (*on-line*); Laemmert, 1891 (BN) e Laemmert, 1902 (BBM). Percebe-se a variação na interpretação visual das cores.

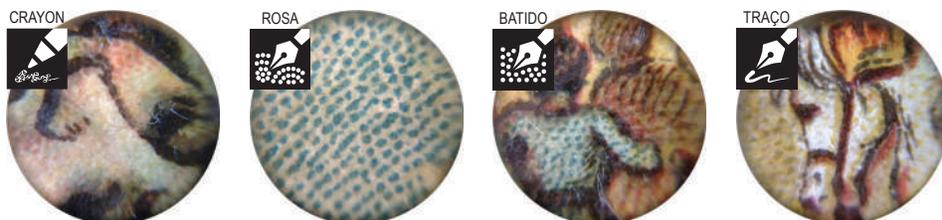


Figura 15. Registros fotográficos microscópicos das ilustrações de *Gulliver* (Laemmert, 1888, BN) evidenciam a técnica de bico de pena em diferentes tipos de pontilhados (ponto rosa e ponto batido), traços livres e hachuras.

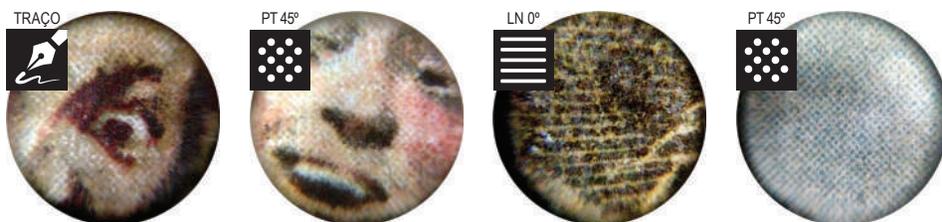


Figura 16. Registros fotográficos microscópicos das ilustrações de *Dom Quixote* (Laemmert, s.d., BN) evidenciam o uso das gelatinas de reticular ou tintas mecânicas de Benday com padrões reticulados de pontos mecânicos a 45° e lineares a 0°.

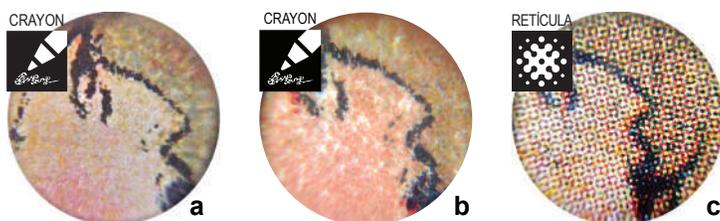


Figura 17. Registros fotográficos microscópicos evidenciam a diferença na qualidade de reprodução de imagens em *Barão de Munchhausen*. As reproduções cromolitográficas (Laemmert, 1891, BN e 1902, BBM) (a, b) apresentam imagens com definição e acuidade de detalhes muito superior às reproduções em retícula fotomecânica de amplitude modular (Minerva, 1943, BN) (c).



Figura 18. As seis cromos de *Contos seletos das mil e uma noites* (Laemmert, 1882, BN e 1908, BBM e CRB) e sua paleta de sete cores de impressão composta por: rosa-amarelado-vívido; laranja-avermelhado-vívido; amarelo-alaranjado-pálido; amarelo-claro; branco-esverdeado; verde-azulado-claro e preto.

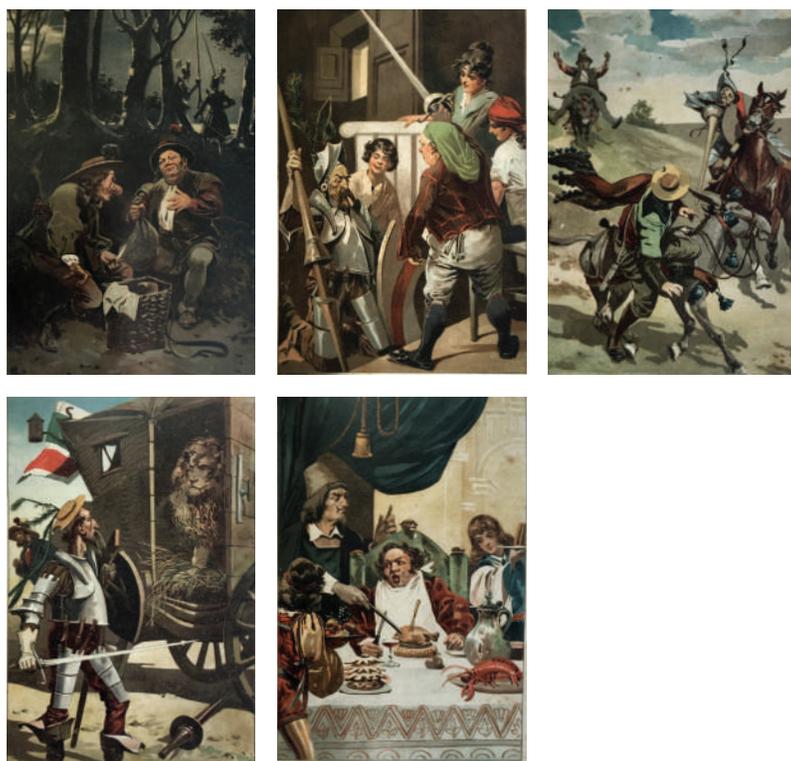


Figura 19. As cinco cromos de *Dom Quixote* (Laemmert, s.d., BN) apresentam uma paleta mais extensa, com 11 tintas de impressão nas cores: rosa-amarelado-vívido; rosa-amarronzado; laranja-avermelhado-forte; marrom-acinzentado; amarelo-alaranjado-pálido; amarelo-claro; cinza-oliva-claro; verde-pálido; verde-acinzentado-escuro; cinza-esverdeado-claro e azul-acinzentado.



Figura 20. As três reproduções fotomecânicas de *Barão de Munchhausen* (Minerva, 1943, BN) impressas pelas tintas amarelo-brilhante; cinza-esverdeado-claro e vermelho-purpurado-vívido.



Figura 21. As sete figuras cromolitografadas do jogo do bicho existentes no setor de iconografia da FBN.



Figura 22. O reverso das figurinhas (b, d) demonstra a parceria do jogo do bicho com as casas de fumo e manufaturas de cigarros. Na imagem do lado esquerdo, anuncia-se a promoção de que quem apresentasse o conjunto inteiro de figuras teria direito a um jogo completo.



Figura 23. Variações temáticas das ilustrações – algumas infantis (a, b, c, d, f) e outras adultas (e, g).

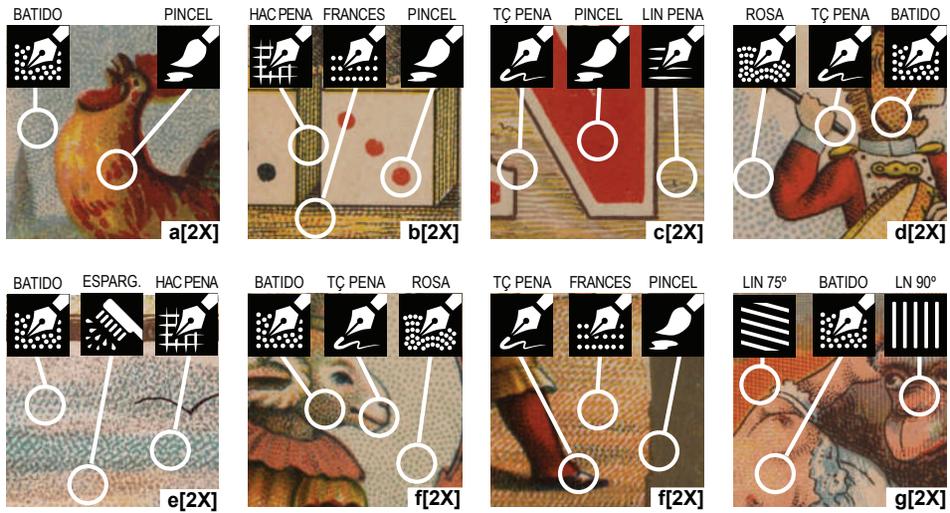


Figura 24. Detalhes ampliados e técnicas de gravação das figurinhas do jogo do bicho.



Figura 25. Paletas de tintas de impressão das figurinhas do jogo do bicho.



Figura 26. Edição nº 1 de *Bonecos*, revista do brinquedo (Imprensa Moderna, 1933).



Figura 27. Encarte de *Bonecos, revista do brinquedo*. O bebê transformista foi replicado digitalmente para demonstração da montagem tridimensional com fantasias (frente e verso).



Figura 28. Réplica recortada e montada de O aquário (Edições Melhoramentos, s/ d).

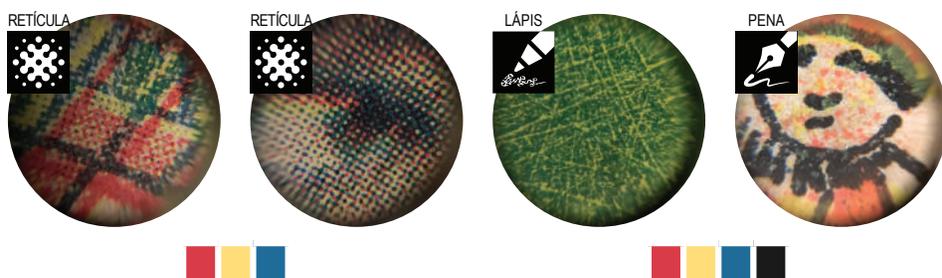


Figura 29. Retícula fotomecânica, Benday de *crayon* e bico de pena nas impressões de *Bonecos*, revista do brinquedo (Imprensa Moderna, 1933).

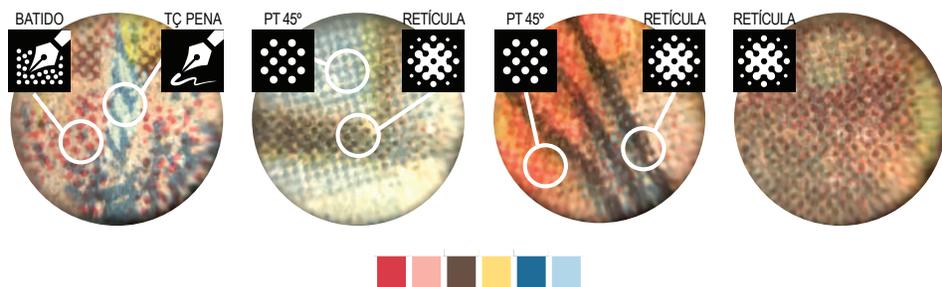


Figura 30. Técnica mista na gravação de *O Aquário* inclui a chapa mestra de cor mais escura em retícula fotomecânica e o colorido aplicado por Benday de pontos mecânicos com retoques a bico de pena e ponto batido.

Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m²
Miolo em papel Off-set 90 g/m²

ISSN 0100-1922